



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E
QUESTÃO SOCIAL**

PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO

**SERVIÇO SOCIAL E NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO: A
PERCEPÇÃO DOS/AS ESTUDANTES E OS DESAFIOS PARA O
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO**

**FORTALEZA
2013**

PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO

SERVIÇO SOCIAL E NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO: A PERCEPÇÃO DOS/AS
ESTUDANTES E OS DESAFIOS PARA O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane Maria Marinho

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho

Bibliotecário(a) Responsável – Thelma Marylanda Silva de Melo CRB-3 / 623

P645s Pinheiro, Paulo Wesley Maia

 Serviço social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político/ Paulo Wesley Maia Pinheiro. — 2013.

 CD-ROM. 238f :il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

 “CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2013.

 Área de Concentração: Serviço Social.

 Orientação: Profª Drª Cristiane Maria Marinho.

 1. Serviço social. 2. Neoconservadorismo. 3. Religião . 4. Projeto ético-político. I. Título.

CDD: 362.1



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social



PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO

SERVIÇO SOCIAL E NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO: a percepção dos/as
estudantes e os desafios para o Projeto Ético-Político

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social,
Trabalho e Questão Social

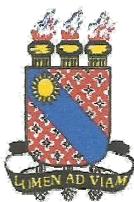
Aprovada em: 11/10/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Cristiane Maria Marinho (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof.^a. Dr.^a. Erlenia Sobral do Vale
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Epitácio Macário Moura
Universidade Estadual do Ceará – UECE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social



FOLHA DE AVALIAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL E NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o Projeto Ético-Político

Nome do Mestrando: Paulo Wesley Maia Pinheiro

Nome da Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Maria Marinho

BANCA EXAMINADORA:

**Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Maria Marinho
Orientadora**

**Prof^ª. Dr^ª. Erlenia Sobral do Vale
1^º Examinadora**

**Prof. Dr. Eptácio Macário Moura
2^º Examinador**

Data da Defesa: 11/10/2013

Conceito obtido: Satisfatório

AGRADECIMENTOS

Manifestar o sentimento de gratidão neste espaço é muito mais que um ato de justiça com aqueles que estiveram ao meu lado nesse processo de construção intelectual. A difícil tarefa de encontrar palavras para agradecer tanto carinho é também algo que me deixa demasiadamente feliz, posto que é expressão fiel de que este trabalho, bem como minha trajetória na Universidade Estadual do Ceará, não foi um caminho solitário, mas um percurso recheado de atos de solidariedade que sempre me ajudaram a superar as muitas dificuldades.

Começo agradecendo a toda minha família, desde aqueles mais presentes até aqueles que estão distantes. Agradeço por toda a torcida para os caminhos deste parente que, por vezes, escolhe percursos profissionais, morais, políticos e estéticos bem diferentes daqueles usualmente observados na família, mas que sempre contam com os votos de felicidade e a alegria sincera por cada etapa vencida.

Ao meu irmão-amigo, Ricardo Pinheiro, companheirismo e amizade para além dos laços sanguíneos, obrigado por sempre torcer e vibrar com minhas conquistas, pelas risadas, pelas conversas descontraídas sobre futebol ou coisas afins, momentos decisivos para atenuar o estresse inerente na feitura deste trabalho.

Preciso agradecer de modo especial aos meus pais, Beto Pinheiro e Lídia Maia. Exemplos de força e ética, inspiração para cada passo que dou. Ambos sertanejos, oriundos da classe trabalhadora, que, por meio do esforço, do trabalho e da perseverança, trilharam seus caminhos, venceram dificuldades e construíram uma família da qual tenho orgulho. Meu pai, sujeito tranquilo e alegre, o maior coração que já conheci, um homem do campo que sempre nos mostrou o valor do trabalho e da honestidade e nunca mediu esforços para nos fazer feliz. Minha mãe, mulher guerreira e inteligente, venceu todos os percalços desta vida, sinônimo de luta e de glória, minha mãe-professora que desde sempre me mostra o valor da educação. Mulher que me orgulha e surpreende, demonstrando até hoje a capacidade de buscar o novo, de dialogar com o diferente. Para esses que são meus maiores incentivadores, a gratidão e o amor que não cabem nas palavras.

Expresso ainda todo o meu carinho, meu amor e meu reconhecimento à companheira que tive o privilégio de conhecer e ter hoje ao meu lado, Renata Gomes, colega, amiga, confidente, parceira intelectual, amada. Uma pessoa rara, inspiração diária para seguir em frente. Muito obrigado por sua colaboração neste trabalho, pelas dicas, conselhos e por toda a ajuda essencial para a conclusão deste estudo. Agradeço, sobretudo, pelo ombro amigo, pelo abraço cheio de força e pelo sorriso diário que faz desta vida mais leve e bonita.

É preciso agradecer ainda àqueles que nos escolhem e que escolhemos para nos acompanhar. Agradeço ao meu amigo-irmão Bezerra, pelas risadas, boas conversas e pelo companheirismo infalível que nenhuma distância pode diminuir. Agradeço ainda aos companheiros de longa data, que há muito acompanham minhas dádivas, dívidas e dúvidas, como Álvaro Tavares, Pedro “Magão”, Fanciné Mimi, Jonatas, Fábio Pinheiro e Pancho.

Aos amigos e amigas que a Uece e essa profissão me deram, como Viviana Ramos, Viviane Honório, Kedna Kelly, Marylucia Mesquita, Esdras Araújo, meu parceiro de Mó Mintíra Pictures, além daquelas mais recentes, como Raquel, Inaê, Sarah Nicodemos e os grandes achados do mestrado, como Tatiana Raulino, Alano Macedo, Diana Vanessa, Rafaela Silveira, Rafaela Sampaio, Jonas, Vanessa, além de Cristiane Viana, sempre presente em nossos encontros.

Agradeço ainda ao meu amado camarada Léo Santos, por todas as conversas, desabafos e sorrisos, amigo que encontrei no movimento estudantil e levo no coração, representando aqui muitos outros camaradas que guardo com carinho nas lembranças daquela época, como Eduarda Lemos, Ranieri Neri, Rebeca, Samuel, Pedro, Cristiana Mesquita, Heloisa e tantos outros.

Um agradecimento especial para Thaís Costa e Marx Fiuza, por todo o esforço para colaborar na tabulação dos dados colhidos na pesquisa de campo, abdicando de seus compromissos individuais a fim de me ajudar a sintetizar o volume de informações necessárias para esse estudo.

Ao Núcleo de Pesquisas Sociais (Nupes), e ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros), laboratórios que, mesmo sem estar cotidianamente

presente nesta fase do mestrado, considero como espaços fundamentais para meu amadurecimento intelectual desde os tempos da graduação.

À ONG Fábrica de Imagens, entidade em que tive uma passagem relâmpago, porém valiosa, interrompida justamente para me dedicar a este trabalho.

À coordenação do mestrado, em nome da professora Aurineida Cunha, que sempre trabalhou diuturnamente pela consolidação e fortalecimento deste programa. Estendo esse agradecimento a todo o corpo docente pelas valiosas contribuições ao longo desse período.

À professora Silvana Mara, pelas considerações fundamentais no exame de qualificação desta pesquisa.

À minha orientadora, a professora Cristiane Marinho, pela atenção e compreensão ao longo deste processo. Obrigado por todos os puxões de orelha, cobranças e problematizações.

Ao professor Epitácio Macário, por me dar a honra de sua presença na banca deste trabalho, mas principalmente por todos esses anos de bons aprendizados, aulas e parcerias.

À professora Erlenia Sobral, por todas as considerações, conselhos e solidariedade neste processo. Pelas considerações pertinentes no exame de qualificação, por se propor a estar novamente na banca de defesa, pela supervisão no estágio de docência, mas, sobretudo, por toda a solidariedade neste processo do mestrado e pelo exemplo de profissional e ser humano que é.

A Lucíola Limaverde, pela imprescindível revisão textual deste trabalho.

A todas as estudantes entrevistadas e a todos que de alguma maneira colaboraram para a conclusão deste estudo.

Lâminas

Não escrevo porque quero

Pois eu quero muito mais

Quero poemas vividos

E com vida por demais

Reluzentes, inquietos

Por justiça, amor e paz

As palavras são navalhas

Escrevo como aliás

Deveria me compor

Numa tinta cor lilás

Espalhando-se sem temor

Cortando poréns e mas

O verso que hoje corto

Sozinho não satisfaz

Não escrevo porque quero

Pois eu quero muito mais

Não construo o poema

O poema é que me faz

(Wescley Pinheiro)

RESUMO

A presente pesquisa de dissertação teve por objetivo analisar o avanço do pensamento neoconservador no serviço social, enfocando, nas reflexões, a incidência do caráter religioso nas percepções ético-políticas e teórico-metodológicas dentro do espaço de formação profissional, a partir dos posicionamentos dos/as estudantes de graduação. Desse modo, realizamos pesquisa, por meio de aplicação de questionários e principalmente entrevistas, com estudantes do curso de graduação em serviço social da Universidade Estadual do Ceará (Uece), principalmente com os/as discentes de 1º, 5º e 7º semestres, o que nos possibilitou analisar as diferentes opiniões dentro de tempos distintos na formação. A partir da referida investigação, verificamos que há um forte caráter conservador, abalizado pelo fundamentalismo religioso em amplos setores da sociedade, que se espraia por todas as dimensões da vida, contexto em que a profissão e a formação em serviço social também estão inseridas.

Palavras-chave: Serviço social. Neoconservadorismo. Religião. Projeto ético-político.

ABSTRACT

This dissertation research aimed to analyze the progress of neoconservative thought in social service , focusing, in the reflections , the incidence of a religious character in the ethical-political and theoretical- methodological perceptions within the space of training professional , from the positions of the graduate students. Thus , we conducted research through questionnaires and, especially, interviews with students in the undergraduate program in social service of the State University of Ceará (Uece) , especially with the students of 1st , 5th and 7th semesters, which allowed us to analyze the different opinions within different times in training. From that research, we found that there is a strong conservative character, sustained by the religious fundamentalism in many sectors of society, which spreads all dimensions of life, context in which the profession and training in social service are also inserted.

Keywords: Social Service. Neoconservatism. Religion. Ethical-political project.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REPRODUÇÃO SOCIAL, IDEOLOGIA E PRECONCEITOS: A ESSÊNCIA DOS VALORES CONSERVADORES	43
2.1	Trabalho como categoria fundante do ser social	44
2.2	Alienação, preconceitos e cotidiano: conexões ontológicas para a compreensão do conservadorismo religioso	64
3	O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL: DO CONSERVADORISMO À INTENÇÃO DE RUPTURA	88
3.1	Protoformas do serviço social, religião e conservadorismo: uma tríade complexa	90
3.2	O processo de renovação, a intenção de ruptura e a ética marxista	108
4	NEOCONSERVADORISMO, RELIGIÃO E SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	132
4.1	O Serviço Social da Uece: história e consolidação	133
4.2	A experiência de pesquisa na Uece	140
4.3	Os dados dos questionários: perfil e um panorama geral da problemática	150
4.4	Religião e valores x projeto ético-político: as percepções das estudantes de serviço social da Uece	158
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
	REFERÊNCIAS	211
	APÊNDICES	220

1 INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo evidencia um forte crescimento das expressões públicas de posicionamentos conservadores, advindas especialmente de grupos religiosos, em contraposição a históricas bandeiras de lutas dos direitos humanos. Esse fenômeno torna-se cotidiano em muitos espaços e aparece inclusive em ambientes de formação da juventude, como a universidade.

O serviço social não está imune a esse processo, ainda que seu projeto profissional, desde os anos 1980, seja hegemônico pelo campo crítico de horizonte emancipatório. Pudemos observar isso como parte do corpo discente da Universidade Estadual do Ceará (Uece) entre os anos 2006-2011, interagindo com outros estudantes que, orientados por uma religiosidade mais conservadora, apresentavam estranhamento quanto às posições da profissão sobre orientação sexual, aborto, maioridade penal, entre outras questões.

Nesse sentido, observamos de modo muito frequente uma tensão entre o projeto historicamente defendido pela categoria, que postula a direitos humanos, e o atual contexto neoconservador, que se expressa inclusive em grupos inseridos na juventude universitária, sobretudo no curso de serviço social.

Esse cenário foi se materializando em nosso cotidiano, nos debates em sala de aula, nos corredores, nas interações virtuais, em particular numa lista de e-mails, onde as posições conservadoras foram expostas de forma contundente. Motivados pela descoberta das expressões e determinações dessa contradição é que nos propomos a investigar essa realidade no curso de serviço social da Uece, a partir do depoimento dos estudantes, de suas percepções quanto a essas questões e de pesquisa bibliográfica realizada sobre o assunto.

Desde seu processo de reconceituação, ao final dos anos 1970, o serviço social modificou seu perfil e passou a reconhecer sua identidade no contexto de contradições das classes sociais, fazendo uma clara opção por ser aliada aos interesses de seus usuários – portanto, da classe trabalhadora. A partir de então, tem se constituído com claras posições favoráveis às lutas dos movimentos sociais organizados. Essa orientação tem ficado cada vez mais explícita nas entidades de organização da categoria, nas legislações, nas diretrizes curriculares etc.

A partir do fortalecimento do projeto ético-político (PEP) hegemônico, é imperativo para a profissão de serviço social tratar do arcabouço ideológico que visa a conservar os alicerces da sociedade de classes antagônicas, bem como embasar e investigar os pilares que fundamentam as diversas desigualdades, como aquelas pautadas nas questões de raça/etnia, de gênero e orientação sexual.

Quando iniciamos a aproximação com o tema e o pensamos dentro de determinados pressupostos teóricos, passamos a nos perguntar: é possível articular alguma conexão entre diversos posicionamentos que se fortalecem na atualidade, como a defesa da criminalização do aborto, a negação do casamento civil, da adoção por casais homossexuais, o ataque ao princípio de laicidade do Estado, a criminalização dos movimentos sociais, entre outras questões? Existe alguma ligação, seja ela tênue ou explícita, entre tão diferentes discursos para a manutenção da ordem social vigente? Há alguma relação entre a exploração do trabalho com as opressões de gênero, raça/etnia, diversidade sexual e outras que se reproduzem na atualidade?

Poderíamos continuar perguntando: o que se mantém e o que é realmente novo dentro do fenômeno atual da defesa de valores que buscam conservar modos de vida marcados por privilégios de alguns setores ante a discriminação e a desigualdade de outros? Dentro dessa polarização de projetos, valores e visões de mundo, como isso impacta na formação individual dos sujeitos e como influencia na reprodução ou transformação deles?

No limiar de tantas polêmicas, como entender as funções e as relações entre instituições e complexos sociais como o Estado, as Igrejas, a Academia, os movimentos sociais, as entidades oriundas de categorias profissionais e outras mais que lidam diretamente com questões da cultura? Como explicar o crescente poder de líderes e instituições religiosas dentro (e para além) da política formal, pleiteando legislações, organizando movimentos e se posicionando em muitas dessas questões?

E, para finalizar esse exercício de provocações, questionamos: para a profissão de serviço social, que consequências essas questões trazem? Como a categoria profissional tem respondido a esses desafios? Dentro do processo de formação profissional, quais contraposições estão sendo feitas? Em se tratando de uma formação acadêmica que tem como área as ciências sociais aplicadas, como a

universidade se insere nesses debates? Até que ponto estudantes e profissionais têm identidade com os valores defendidos pela hegemonia política da profissão?

Diante de tantos questionamentos, que por motivos óbvios estarão longe de ser respondidos em plenitude nesta pesquisa, afunilamos nossa temática e objetivo, para trabalharmos de maneira mais precisa, organizada e rigorosamente capaz de abarcamos alguns desses elementos no nível atual. O que podemos adiantar é que essas inevitáveis questões evidenciam a necessidade de uma noção de totalidade do fenômeno, de sua percepção em diversas determinações e da necessidade de conhecermos sua processualidade histórica.

É evidente que as questões que primaram o interesse desta pesquisa estão presentes também na observação pessoal das diversas facetas do avanço do neoconservadorismo por toda a sociedade e em particular na formação de serviço social. Da mesma forma, foram considerados os elementos de ordens políticas e ideológicas que se adicionam a fatores outros do nosso tempo e que, possivelmente, se inter cruzam numa reflexão mais profunda.

Acrescentamos, ainda, que a experiência individual na militância anterior à formação acadêmica trouxe elementos importantes para determinados questionamentos dentro desse tema. A formação hegemônica de um brasileiro médio tem nos valores judaico-cristãos umas das principais referências morais. Somos socializados desde crianças a nos familiarizarmos com tais valores, seja naquelas famílias mais religiosas ou nas chamadas “não praticantes”.

O que nas últimas décadas tem se tornado diferente são alguns movimentos dentro das instituições religiosas de matrizes cristãs. Desde a clareza política, o progressismo e o humanismo cristão da teologia da libertação¹ e sua importância na efervescência dos movimentos sociais na luta pela democracia no Brasil e em toda América Latina, nos anos 1970 e 1980, até as reações dentro e fora da Igreja Católica com as sanções internas e novas estratégias, como o apogeu do

¹ Movimento plural que teve grande força a partir dos anos 1970 em toda a América Latina, envolvendo muitos de seus adeptos na luta contra as ditaduras. Por seu viés crítico e popular, com grande poder de mobilização e articulação com os movimentos sociais, obteve muitas críticas e teve lideranças punidas dentro da Igreja Católica. Segundo Fernandes (2001, p. 77), trata-se de uma “[...] Teologia, construída cientificamente, com objetivos de transformação socioestrutural a partir da categoria o pobre ou o excluído, partindo de suas questões e de sua cultura, possuindo assim um caráter intra e extraeclesial que pretende questionar – a partir da religião – outras esferas da vida social, como a política e a economia”.

Movimento de Renovação Carismática². Ou mesmo fenômenos outros, como o crescimento das igrejas evangélicas, com destaque para o neopentecostalismo³, revelando a mudança de postura no trato e na forma de encarar os valores socialmente construídos.

Mesmo essas instituições tendo um viés conservador, dada a sua própria natureza, o modo e o conteúdo explícito que se revelam nos últimos anos em diversos espaços públicos têm demonstrado posicionamentos reacionários ante a supressão dos grupos internos dissidentes tão emblemáticos de décadas atrás.

Para o nosso interesse instantâneo de demonstrar como e por que esse tema nos é caro, o que parece ser importante para destacar aqui é que, de certa maneira, acompanhamos formas e níveis distintos da consubstanciação entre religião e política. Pela nossa experiência na adolescência, nos anos 1990 e nos primeiros anos da década de 2000, dentro do Movimento de Adolescentes e Crianças e na Pastoral da Juventude, pudemos vivenciar momentos interessantes das possibilidades e limites que o “progressismo libertador cristão” trouxe para a luta política.

Foi nessa experiência que vivenciamos também a crise desses movimentos dentro da Igreja, as críticas, a diminuição dos participantes e o crescimento paulatino de outros grupos, como os da Renovação Carismática, com um viés mais endógeno e uma vivência estética particular na estratégia de articular linguagens atrativas para a juventude, mas com um conteúdo distinto daquele presente nos grupos das pastorais e Comunidades Eclesiais de Base.

² Movimento católico com influência do pentecostalismo protestante que surgiu nos EUA nos anos 1960. É conhecido por sua grande aceitação na juventude, aliando novas linguagens com os posicionamentos mais tradicionais da Igreja. Seu fortalecimento no Brasil foi concomitante com o enfraquecimento interno dos setores do clero que reivindicavam os posicionamentos da teologia da libertação. Segundo o site www.renovacaocarismatica.com.br, “[...] seu objetivo principal é atrair os católicos não praticantes, mostrar a eles a grande riqueza que é a nossa Igreja. É tida como porta de entrada para uma religiosidade mais profunda. [...] Não é uma Igreja dentro da Igreja. É a Igreja em movimento. É o resgate da Igreja nascente, tão novo quanto antigo”.

³ Vertente do movimento das igrejas evangélicas também conhecido como Pentecostalismo Moderno, tendo nos dons do Espírito Santo sua centralidade. É uma corrente que influenciou muito a Renovação Carismática Católica, com um forte apelo estético para atrair seus adeptos. Sua principal marca é a teoria da prosperidade que, segundo Mariano (1995, p.3), “valora a fé em Deus como meio de obter felicidade, saúde física, riqueza e poder terrenos. Em vez de glorificar o sofrimento, tema tradicional no cristianismo, enaltece o bem-estar do cristão neste mundo”.

Em nossa experiência particular, o distanciamento da Igreja e as mudanças de paradigmas pessoais vieram com o tempo, com o amadurecimento e com o aprofundamento teórico e político já presente em uma centelha acesa nessa adolescência típica de um interiorano do Nordeste brasileiro. Naquele momento, não havia bagagem suficiente para perceber a complexidade e as motivações de tudo aquilo que ocorria na transformação religiosa entre o esgotamento da Teologia da Libertação e o apogeu da Renovação Carismática.

Restou, tempos depois, a oportunidade de compreender melhor esse processo, quando pudemos ter em mão as reflexões sobre os fundamentos históricos da religião católica no Brasil e as discussões sobre o serviço social, seu advento, sua estreita relação com a religião e a crítica teórica dentro do materialismo histórico-dialético no processo de formação acadêmica, para que começássemos a relembrar toda aquela experiência com um olhar menos ingênuo e romantizado, mas não desfocando das questões maiores das disputas sociais presentes na sociedade brasileira e no mundo.

Essa experiência pessoal anterior, no entanto, não foi o fator primordial para as inquietações fortes ao ponto de, já na graduação, pesquisarmos sobre isso. Foi justamente ao longo desse processo de formação que vários episódios apareciam dentro e fora da universidade de maneira cada vez mais intensa no sentido do confronto com a defesa dos direitos humanos.

No curso de serviço social, desde as discussões em sala de aula, nos textos estudados ao longo da formação, até as oportunidades dentro da vivência prática no cotidiano dos estágios, foi-se construindo um percurso de experiências que cultivaram a curiosidade e a sensibilidade sobre a temática em questão.

Já no início do curso, alguns fatos chamavam a atenção: poucas pessoas tinham a profissão como primeira opção de escolha; a maioria não tinha clareza do que era a atuação profissional; e muitas colegas relacionavam o serviço social à filantropia. Como tivemos a oportunidade de, através das ações do movimento estudantil, recepcionar várias turmas do primeiro semestre do curso, vimos que os discursos se repetiam, e dentro deles uma questão particular: muitos colocavam a experiência nas igrejas de orientação cristã como um elemento importante para sua opção pela profissão.

Com o passar da formação, o engajamento no movimento estudantil e, a partir dele, a aproximação com as discussões das entidades políticas ligadas à profissão e a outros movimentos, como o feminista, o movimento negro, o de trabalhadores sem terra (MST), o LGBT, bem como a ampliação do entendimento de suas pautas, fomos acompanhando o choque entre os posicionamentos de muitos colegas de sala quanto às proposições do curso de serviço social, sua carga teórica crítica e também no conhecimento das defesas ético-políticas da profissão.

Por um lado, tínhamos em mão um arcabouço teórico referendando uma visão crítica e emancipatória, com discussões políticas sublinhando temáticas referentes aos direitos humanos, preconceitos, opressões e a luta perene das classes subalternizadas frente à classe hegemônica, mas por outro lado presenciávamos corriqueiramente questionamentos conservadores entre as/os colegas. Esses estudantes admitiam não concordar com boa parte dos pressupostos teóricos e éticos, alegando que iam de encontro aos seus valores pessoais, sobretudo quando eram debatidos temas polêmicos como legalização do aborto, preconceito contra homossexuais, redução da maioria penal, entre outros.

Nas divergências, cada vez mais fortes, percebíamos movimentos distintos: primeiramente o que constatávamos era uma clara insatisfação, mas que só se revelava nos corredores da universidade, quase nunca em sala de aula, em debates públicos. Com o passar do tempo, essas questões foram se tornando um incômodo maior, e grupos cada vez mais numerosos de estudantes passavam a questionar muitos aspectos do serviço social a partir de seus valores religiosos de maneira mais coesa e segura para publicizar.

Essas discussões se aprofundaram, ganharam dimensões para além da sala de aula e, num momento de profusão dos debates pela internet, se tornou mais evidente o ponto de interseção dos debatedores com o discurso conservador, a religião.

O mote para explicitar muitas dessas questões foi o debate na lista de e-mails, com mais 400 alunas e alunos do curso de serviço social da UECE, sobre a exaltação do movimento capitaneado pelo Pastor Silas Malafaia no ato “Marcha para Jesus” em Brasília, em 2010, contra a aprovação do Projeto de Lei nº 122, que visava a criminalizar a homofobia.

Era perceptível que as argumentações mais conservadoras não partiam de diferentes teorias e métodos, mas de posicionamentos referendados pela moral pregada por suas instituições religiosas que, para aquelas pessoas, lhes dava o direito de defender posicionamentos discriminatórios, tanto no plano individual como profissionalmente.

Essas afirmativas chamavam ainda mais atenção pelo teor distorcido da noção de direitos humanos do que pela pauta do arcabouço teórico crítico da formação e do equívoco no entendimento das diretrizes éticas. Os depoimentos ora desconheciam, ora desconsideravam o fato de que o serviço social é uma profissão fundamentada teoricamente por um aparato científico que alicerça sua prática e é regido por normas específicas, com entidades próprias, autônomas, legais e democráticas.

O que se verificava eram falas com vieses muito particulares reforçando uma percepção conservadora e indo de encontro aos parâmetros ético-políticos da profissão, revelados nas diretrizes curriculares da formação e no código de ética profissional de 1993, que preconiza a liberdade como valor ético central.

Essas discussões políticas da categoria, desconsideradas nas falas dos estudantes em questão, se expressam ainda mais claramente num sentido progressista das resoluções do Conselho Federal de Serviço Social na última década. Essas resoluções trazem medidas que se fundamentam em valores antimachistas e anti-homofóbicos, como na Resolução nº 489, de junho de 2006, que estabelece normas que vedam condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual de pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.

Nesse mesmo sentido, a Resolução nº 594, de 21 de janeiro de 2011, altera o código de ética do assistente social, aprimorando questões formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero de maneira igualitária; e ainda a Resolução nº 615, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social das assistentes sociais travestis e dos(as) assistentes sociais transexuais nos documentos de identidade profissional.

Entender e explicitar essa problemática, que choca com posicionamentos individuais, seja dos profissionais, seja dos futuros profissionais, com o projeto da

profissão parece ser mais que urgente. Não de maneira rasa e simplista, mas procurando entender suas dimensões mais profundas, seus impactos políticos e dentro da atuação profissional, percebendo como e em que nível os fenômenos que ocorrem na sociedade brasileira, no fortalecimento reativo do conservadorismo ante as conquistas dos movimentos sociais, encontram eco no serviço social.

Percebendo esses episódios, somando-os com o fato de a trajetória histórica da profissão ter em boa parte do percurso sua estreita ligação com os fundamentos religiosos e notando que o debate sobre os rumos do projeto ético-político profissional frente aos desafios contemporâneos protagoniza as discussões no interior da categoria, constatamos uma temática fundamental a ser estudada.

No intuito de compreendermos esse fenômeno, foi necessário sinalizar o tempo e o espaço específico deste estudo, bem como os condicionantes históricos que determinam as manifestações do objeto para, a partir dele, realizar uma tessitura entre a historicidade das categorias de análise, partindo primeiramente da categorização de “reprodução social” e “ideologia” para que possamos trabalhar a construção dos valores, a reprodução das opressões e preconceitos e seu espraiamento contemporâneo.

Como relatamos, essa contemporaneidade sinaliza uma tensão: polarização cada vez mais clara entre posicionamentos políticos em diversas esferas; expressão multiforme das organizações e movimentos das lutas sociais mais diversas; e ataque reacionário aos direitos humanos.

O processo de disputas, avanços e retrocessos que ocorre nas diferentes bandeiras de luta se firma e se expressa em distintos planos da vida social, como um furacão ideológico que reage e resiste nas expressões fragmentadas e capitalizadas das contradições sociais.

O avanço do que chamamos de neoconservadorismo é, sobretudo, uma reação. Tanto uma reação às intempéries da crise estrutural do capital nos planos da economia, da cultura e da política, como uma reação às diversas lutas e conquistas ocorridas no século XX, seja no mundo do trabalho, seja nas questões de gênero e diversidade sexual, juventude, raça e etnia, geração, entre outras.

É necessário apreender esse fenômeno em suas diversas demonstrações para construirmos uma real categorização da problemática e compreender como

determinados complexos sociais e instituições, como as religiões, aparecem na reprodução dessas questões dentro do cotidiano dos indivíduos e em outras esferas da sociabilidade, fazendo de sua peculiar natureza social um organismo *sui generis* dessas contradições.

Atentemos que a discussão não se finda apenas no moralismo em relação à sexualidade de mulheres e homens, suas orientações, suas identidades de gêneros e práticas afetivo-sexuais. Elas perpassam a disputa de hegemonia política e não somente a partir de uma vontade meramente individual de um líder religioso, mas por uma lógica intrínseca à natureza social das instituições em questão.

Devemos compreender que: “[...] a religião não é apenas um fenômeno individual separado das relações sociais; mas, está entrelaçada na rede de interesses e conflitos sociais, estabelecendo conexão com lutas de classes e ideologias” (MORAIS, s.d., p. 5). A capacidade das instituições religiosas de se reinventarem, desenvolverem mecanismos de propagar seu poder ideológico no cotidiano dos sujeitos, se alia ao poder político construído pelas lideranças dessas instituições.

Além disso, esse processo evidencia o potencial multiforme de atuação, construindo uma teia de relações e interesses na disputa de hegemonia de poder que perpassa mídia, política e temas mais diversos. É preciso compreender a conjuntura fomentadora de um ideário cotidiano de pessimismo e fatalismo histórico que possibilita um reforço e um diálogo neoconservador entre diferentes complexos sociais.

Muitas instituições religiosas não somente cobram a adesão de seus valores culturais, mas também encantam com discursos nada estranhos à lógica econômica atual da produção capitalista. Mercado, moral e política fazem a tônica crescente daquilo que Gramsci (2001) já evidenciava como uma instituição complexa e contraditória no limiar das sociedades civil e política.

A tese da governabilidade que aproxima o governo dos partidos e grupos mais diversos, nessa perspectiva de pactos e coalizões, solidifica o *status quo* como base para o continuísmo político. Os conchavos com opositores do passado e a manutenção das contrarreformas nas políticas públicas é também prática revelada

no freio dado às demandas quanto aos direitos humanos frente ao moralismo diverso que aqui estamos relatando.

O conservadorismo se estabelece maleável aos rearranjos necessários e à sua capacidade de manter sua força e direção a partir da conjuntura, seja para o reacionarismo, seja para o reformismo. Política, religião e preconceitos cotidianos aparecerão de maneiras, formas, intensidades distintas e desordenadas, mas frutos de um mesmo processo.

Economia, política, mídia, religião, valores coletivos e individuais vão se inter cruzando num emaranhado de consensos, disputas e contradições, onde formam e são formados pelos indivíduos e grupos imersos na sociedade. Isso demonstra que entender o papel da religião na reprodução do conservadorismo não a coloca como único elemento desse amplo e complexo processo.

O neoconservadorismo revela um abissal construto ideológico que promulga a permanência daquilo que é basilar para a manutenção da hegemonia dos privilégios corriqueiros. Para isso, as táticas e estratégias utilizadas são as mais variadas, desde o discurso nostálgico de um suposto passado de mais coesão social pautada na repressão e na defesa dos “bons costumes”, até chegar a reproduzir um viés conformista que assevera os limites contemporâneos, colocando que tudo o que é possível já foi ou está sendo feito.

Tal embate de ideias aponta que a igualdade formal do estado democrático de direito capitalista tanto aponta sua evidente impossibilidade de superação das contradições entre capital e trabalho, mas sequer conseguiu em escala global resolver dilemas que se perpetuam nas desigualdades que aparecem como algo cultural e que supostamente pareciam ter vazão dentro da esfera da emancipação política burguesa, visto que, teoricamente, não estariam ligadas à infraestrutura dessa sociedade.

O “fim da história” referendado por Fukuyama após a queda do muro de Berlim, em 1989, não foi capaz de finalizar consigo contradições, disputas, opressões e resistências que se construía, se perpetuaram, se reinventaram e se complexificaram ao longo do tempo.

No plano material – no mundo do trabalho – ou nas chamadas “questões específicas” dos “novos movimentos sociais”, tanto as desigualdades como os

embates entre campos antagônicos ainda persistem, com desafios mais capciosos, impostos pelo arcabouço de produção e reprodução do capital, de sua inerente exploração e de sua capacidade de reinventar-se – além de atravessar contradições e opressões tradicionais, metamorfoseando seus processos e objetivando-os para a perpetuação material, espiritual e política de sua estrutura (IAMAMOTO, 2011a).

Em grande parte da América Latina, sobretudo no Brasil, a efervescência das lutas pela redemocratização e consolidação de diversos direitos nos anos 1980 foi sucedida por duas décadas de desmontes do Estado, contrarreformas, privatizações, submissão ao capital estrangeiro, criminalização dos movimentos sociais, escândalos de corrupção, além do recuo e transformismo nas pautas, discursos e práticas de grandes organizações de esquerda, tanto na política partidária como nas centrais sindicais e outros movimentos sociais (BEHRING, 2009).

Em pesquisa recente realizada pelo Ibope, a maioria dos brasileiros se declara apartidária, não apenas afirmando não estarem filiados ou militando em alguma organização, mas se colocando distantes de qualquer preferência, interesse ou simpatia político-partidária. Esse quadro não existia desde 1988:

[...] no final de 2012, 56% das pessoas diziam não ter nenhuma preferência partidária, contra 44% que apontavam preferência por alguma legenda. Vinte e quatro anos antes, na esteira da redemocratização, apenas 38% das pessoas declaravam não ter um partido da sua preferência - 61% apontavam um favorito. A perda de simpatizantes ocorreu em todas as legendas. Há menos petistas, tucanos, peemedebistas, democratas e pedetistas hoje do que há cinco anos (YAHOO, 2013).

Em outra pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, os dados revelam que 46% dos brasileiros acreditam que os sindicatos não representam as demandas dos filiados e servem apenas para “fazer política” (FOLHA DE S. PAULO, 2012). Essa tendência que rechaça as organizações políticas e a própria discussão sobre temas correlatos vai se estabelecendo na reprodução do discurso supostamente “apolítico” fatalista que perpassa a política formal e vai até a marginalização dos movimentos sociais.

Ainda no plano político, a tendência ao conservadorismo e à intolerância vai se fortalecendo em muitos grupos juvenis. Na Universidade de São Paulo, entidade conhecida por um movimento estudantil primordialmente construído por grupos de esquerda, tem em seu espaço a União Conservadora Cristã, movimento que surgiu para a disputa do Diretório Central dos Estudantes em 2009 e que se fortaleceu a partir da adesão dos estudantes. Em matéria realizada pela revista *Época* São Paulo em 7 de novembro de 2011, o movimento é descrito:

Eles são monarquistas, anticomunistas, contrários ao aborto e à homossexualidade, defensores do porte de arma – e alunos de mesma universidade famosa pela sua militância de esquerda. [...] Catarina (nome fictício), de 20 anos, cresceu numa família católica do interior paulista. Tímida, retraída e claudicante nas palavras, ela diz que sempre cultivou um sentimento anticomunista. ‘A busca pela verdade é o que me move’, afirma ela, que também estuda na faculdade do Largo São Francisco. Seu colega, Pedro Henrique Barreto, de 21 anos, entrou em depressão ao procurar respostas sobre a questão do aborto – diz que a reflexão político-religiosa o salvou.

Na mesma matéria, o famoso jornalista de direita Olavo de Carvalho é intitulado como um “guru do conservadorismo brasileiro” e opina sobre o que seriam as bases de um conservador: tradição, providência, reforma, democracia e equilíbrio, todas devidamente explicadas como opostas a qualquer ideia revolucionária.

Essa tendência reacionária juvenil também foi explicitamente noticiada, dentro da política formal, quando surgiu um movimento organizado para a refundação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido da ditadura militar. Em entrevista para a Revista *Veja*, Cibele Banginski, uma das líderes do movimento, diz estar recebendo elogios de pessoas saudosas da ditadura, além de militares que a encorajaram. Ela afirma que o movimento é conservador e nacionalista, além de abarcar outras tendências, como o integralismo. Para Banginski,

Faltam ideologia e pragmatismo na política nacional, os partidos são movidos por interesses e conveniências e não existe direita no Brasil. Queremos oferecer aos brasileiros um partido que represente a genuína direita. [...] Existe um marketing para dizer que ser de direita é ruim e retrógrado, mas ser de direita é ter respeito às pessoas, é promover mudanças econômicas e sociais de maneira ordeira, sem

caos, pensando no progresso do país em primeiro lugar (VEJA, 2012).

Ainda mais grave é o aumento do número de pessoas e grupos que reivindicam a ideologia neonazista no Brasil. A antropóloga Adriana Dias, pesquisadora da Unicamp, que há 11 anos investiga o fenômeno, destaca o crescimento da propagação dessas ideias, além do fortalecimento de organizações provenientes delas.

Segundo dados de seu estudo, no ano de 2002 existiam 7.600 sites sobre neonazismo; já em 2009, o número era de 20.502, um avanço expressivo de 170% que corrobora a demanda real existente de um perfil heterogêneo, como relatado por Dias em entrevista:

Tem o perfil de liderança, que é o cara entre 25 e 30 anos com nível superior completo, muitas vezes pós-graduado, razoavelmente bem sucedido na vida, que está a fim de coordenar os grupos menores. Tem o jovem, entre 18 e 25 anos, que é o prosélito. E tem o perfil feminino, que é muito diferente dos outros dois porque os grupos femininos são construídos para apoiar os grupos masculinos, no sentido de providenciar formas financeiras, dar apoio emocional. É um grupo totalmente à parte. Até porque a mulher não é vista como líder intelectual, mas como um aparelho reprodutor. Mulher, para eles, é uma coisa mínima (EBC, 2013).

Entre a suposta despolitização, a negação da política, o individualismo e a construção de coletivos intolerantes e os valores conservadores vão perpassando espaços e linguagens diversas. A insatisfação com as contradições contemporâneas buscam um rumo retrógrado para uns e a naturalização para outros. O pessimismo conservador e reacionário encontra-se com o reformismo político reforçado em muitos recuos de organizações ditas progressistas e, assim, vão formando uma equação fértil para o plano ideológico da barbárie em tempos de crise do capital:

O *modo de ser* adequado à (re)produção das relações sociais burguesas, na contemporaneidade, é determinado pelas formas de sociabilidade aqui assinaladas. No interior de uma dinâmica histórica complexa e contraditória, da luta de classes e da oposição entre projetos sociais, entre ideias e valores, se processa um modo de ser dominante, fortalecido pela base material de suas ideias. Quero dizer que a sociedade burguesa é fundada na propriedade privada dos

meios de produção e que isso fornece a base material para a reprodução de um ethos fundado na posse privada de objetos (BARROCO, 2011, p. 209).

A exponents descrença em um projeto coletivo que mude radicalmente os alicerces da sociedade de classes talvez seja o principal sintoma dos refluxos das últimas décadas, do transformismo e da derrocada do enviesado “socialismo real” soviético, ao lado da crise do capital que explodiu nos anos 1970 e desemboca em reinvenções e dimensionamentos prejudiciais para trabalhadores e trabalhadoras.

Essa conjuntura é arrebatada pela reestruturação produtiva, pelo modelo de acumulação flexível, pelo Estado neoliberal, catalisando a mundialização do capital, hipertrofiando o poder do capital fictício e apropriando-se de grandes saltos tecnológicos para a produção e reprodução mercadológica, tanto na propagação ideológica do consumismo quanto no aumento da mais-valia relativa.

A despeito do pensamento de que o fim do antagonismo de dois blocos políticos protagonistas da Guerra Fria levou o mundo para uma única saída (ou para nenhuma saída), perpetua-se a naturalização dos “problemas sociais” e uma crença na necessidade de buscar o melhor gerenciamento deles a partir do desenvolvimento econômico e da excelência da gestão.

O neoconservadorismo político mais uma vez aparece, desde o viés escancarado do neoliberalismo até sua perspicaz faceta no famigerado “social-liberalismo⁴” com sua promessa de crescimento econômico e aumento de justiça social. Eis aqui a reprodução de uma lógica que diz combater a miséria, mas não a desigualdade, e que recebe aplausos desde conservadores convictos e confessos até setores ditos progressistas.

Tais fenômenos, como a pobreza e o desemprego estrutural crescente nesse final de século XX, não estão desacompanhados de outras questões, como o aumento da violência, da segregação urbana, da degradação ambiental. Por fim,

⁴ Por social-liberalismo compreendemos: “Diante desses primeiros sinais do desgaste do neoliberalismo, percebeu-se uma dupla movimentação na política regional: de um lado, as classes dominantes readequaram o seu projeto de supremacia, incorporando uma agenda de intervenção focalizada nas expressões mais explosivas da ‘questão social’, naquilo que se convencionou chamar de social-liberalismo; assim, a supremacia burguesa ganhou novo fôlego (que se mostra cada vez mais exaurido) e persiste até hoje (CASTELO, 2012, p. 624).

seguem também uma diversa e elaborada carga cultural a cabo de reproduzir e aprofundar os processos do novo momento.

Isso se propaga nas mais plurais formas, como na mídia, na política, na ciência e na religião. É o tempo da cultura narcísica, onde a autoafirmação do indivíduo acompanha a obsolescência dos produtos do mercado, o tempo da propagação da liquidez e fluidez das relações (BARROCO, 2011).

Nesse processo, o medo social é igualmente uma tônica dos “novos tempos”, bem como a instabilidade, a desconfiança e o temor aparecem de maneira contundente. Perder ou não conseguir um emprego convive com o medo do assaltante, do traficante, do terrorista. A solidão, a fragmentação, a insegurança se avivam num mundo cada vez mais interligado.

A pressão nos indivíduos se intensifica e toda aquela gana de décadas anteriores pela afirmação de novos valores, por liberdade sexual, novas configurações familiares, por democracia, entre outros fatores, parecem se transformar em pessimismo para uma grande parcela da sociedade que atribui os problemas atuais às mudanças para um mundo mais complicado que exige cumprir a missão dada pela cultura hegemônica: ser feliz, isto é, consumir incessantemente.

Todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do ethos burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da felicidade, de liberdade, de realização pessoal. É claro que os valores vão adquirindo significações de acordo com o desenvolvimento da sociedade burguesa. [...] A valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo caracteriza o ethos dominante na sociedade contemporânea: sua igreja é o shopping; seu reino é o mundo virtual; seus mitos são as imagens que — fetichizadas em um espaço imaginário — desmaterializam o mundo real, criando uma segunda vida onde os desejos consumistas podem ser satisfeitos sem a presença do outro: o eterno empecilho à sua liberdade (BARROCO, 2011, p. 209).

Análises, juízos e defesas sob o véu de valores como o individualismo, o consumismo, o fatalismo e o hedonismo são recorrentes na reprodução fetichizada de um suposto inédito modo de organização da vida humana, mas que ainda se fundamenta dentro dos mesmos processos da desigualdade, da exploração e da propriedade privada.

Por último, o tão propagado “Estado mínimo” se revelou minimalista não para todas as áreas. Como demonstra Behring (2009), o contexto de crise do capital explicitou a escolha política de amparo do capital financeiro ante as refrações sob a classe trabalhadora. Tal crise, que se arrasta, parece ter aberto a “caixa de Pandora” da contemporaneidade, clareando interesses de classes promulgados no cínico discurso da técnica e da imparcialidade na mídia, na política e na ciência.

Contudo, no explicitar das arestas, aquela crise revelou que nem tudo são espinhos, trazendo à tona resistências e reações como na Grécia, na Espanha, no movimento *Occupy Wall Street*, nas grandes manifestações de julho de 2013 por todo o Brasil, que se juntaram, dentro desse momento histórico, a outros levantes, como a “Primavera Árabe”.

Conforme Barroco (2011), o tempo de barbárie demonstra tanto desafios como resistências peculiares. Todavia, se a demasia de barreiras criadas fez grande parte dos intelectuais afirmarem a ruptura da sociabilidade que se construiu no modo de produção capitalista e no ideário moderno, por meio de uma abordagem crítico-dialética nos deparamos com a constatação de que os desafios se ampliam, se metamorfoseiam, mas permanecem mais vivos do que nunca.

O curioso dessas tantas transformações é que elas não foram capazes de diluir muitas instituições e interesses construídos historicamente. O individualismo e a queda quantitativa do número de pessoas nos movimentos sociais e partidos contrastam com a perpetuação e a valorização das instituições religiosas e a busca por um reconhecimento em um determinado grupo com valores e códigos específicos⁵.

O “homem burguês” (KONDER, 2000) parece não superar suas contradições culturais da modernidade, seja na lógica do fatalismo histórico, seja na busca do sagrado por uma instituição religiosa, seja na mídia apressada, *over* e descartável. O individualismo e o desejo de buscar o outro fundamentam um nó que contrasta tanto progresso tecnológico, avanços nas lutas coletivas e acúmulo de conhecimento como a reprodução da desigualdade, da intolerância e da exploração.

⁵ Tais processos ocorrem também nas chamadas “tribos urbanas” e nas comunidades virtuais, agora coesas em determinadas formas de se vestir, por um estilo musical da moda ou qualquer outro produto da indústria cultural.

A sustentação do *status quo* finca suas bases na exploração da classe trabalhadora e em valores que reproduzem as diferentes opressões, em que se materializam desde a desigualdade social promulgada pela pobreza, miséria absoluta e desemprego em meio a outras questões, como a violência, tanto em nível estrutural, como cultural e social, atingindo sujeitos historicamente oprimidos, como mulheres, negros(as), homossexuais, etc.

Nesse contexto, exemplos não faltam dos choques ideológicos e políticos, a saber: movimentos de trabalhadores rurais em defesa da reforma agrária em atrito com os interesses do agronegócio e dos latifundiários; movimentos de estudantes que buscam minar a expansão do ensino superior precarizado e mercantilizado frente ao *lobby* político das grandes instituições privadas de ensino que disputam essa fatia de mercado; grupos dos movimentos em defesa da diversidade sexual e movimento feminista frente aos mecanismos que espalham a visão moralista dos setores de extrema direita quanto às questões de gênero e homofobia.

O difícil quadro que se avista no contra-ataque conservador de ordem ideológica e nas contrarreformas do Estado neoliberal em tempos de crise do capital referencia o ensejo imperativo de que, na presente situação, a luta por direitos é inexorável para a continuidade do embate contra-hegemônico em busca de outra sociabilidade.

Esse fenômeno revela o perigo que a barbárie, que se constrói na afirmação das desigualdades e nos desmontes dos direitos humanos, pode referenciar ideais de pura repressão, tanto para as pequenas reações por garantias mínimas da cidadania burguesa como principalmente para uma luta de superação radical dos fundamentos das desigualdades capitalistas, racistas, machistas, heterossexistas, patriarcais.

No plano político e ideológico, a luta contra os preconceitos se depara com o fortalecimento dos setores mais conservadores nos âmbitos morais, econômicos e da política formal, que visam a minar quaisquer das intenções de superação, sejam das consequências coevas, sejam das opressões mais arcaicas.

A complexidade das tensões contemporâneas está capilarizada em planos díspares, perpetuando cisões que também se dimensionam no processo de individuação e na construção da subjetividade. São questões não menos graves e

desafiadoras que trazem consigo o peso do moralismo que orbita sua permanência quando ligadas à naturalização da submissão da mulher e da heterossexualidade obrigatória – em suma, o ranço patriarcal e machista.

É nesse nível em que mais se expressa o poderio das instituições religiosas, fortalecidas no plano moral, galgando espaço na reprodução cotidiana dos valores e desenvolvendo velhas e novas estratégias de disputa no espaço público. Segundo Oliveira (2006, p. 32),

Em muitas situações os fundamentalismos podem se somar e se imbricam de tal modo que é difícil dizer onde começa um e termina o outro. Isolada ou em conjunto, cada faceta fundamentalista lança seus tentáculos de maneira danosa e singular sobre quem vivencia situações de vulnerabilidade, a exemplo das opressões de gênero, racial/étnica e de classe.[...] O fundamentalismo hoje é a capa que recobre interesses explícitos, e até os inconfessáveis, da nova e da velha direita, mas presente em doses venenosas em setores insuspeitos da velha e da nova esquerda, aqui e alhures. Urge entendê-lo em seu inteiro teor e em suas múltiplas faces e atuações. Se opor aos fundamentalismos é parte destacada da luta contra todas as formas de opressão.

A emblemática força que tem os grupos religiosos fundamentalistas nessa empreitada envolve atos públicos, programas de televisão, manifestações virtuais, desembocando num forte aparato dentro da política formal, como as chamadas “bancadas evangélica e católica” dentro do poder legislativo, executivo e judiciário nas diversas esferas.

Nesse âmbito, tais grupos se contrapõem à união civil de casais homoafetivos e outros direitos, como à adoção, buscando, ainda, barganhar questões como a não criminalização da homofobia, a pressão para que não seja disponibilizado às escolas públicas materiais educativos de combate ao preconceito por orientação sexual etc.

Outro forte debate se concentra na defesa de que profissionais da saúde (psicólogos, psiquiatras) possam realizar terapias para chegar à “cura gay”, reafirmando a orientação sexual como uma patologia. Por fim, tais argumentos aparecem ainda em outros temas polêmicos, como a descriminalização do aborto, e no ataque perene ao princípio de laicidade do Estado. Para Pimentel (2006, p. 28),

A realidade brasileira reflete o quanto o princípio fundamental da dignidade humana tem sido desconsiderado na área da sexualidade e da reprodução, em que a desigualdade entre os gêneros aparece de uma forma perversa, em muito devido à influência de ideologias patriarcais religiosas. A exigência do Estado laico, do respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como da liberdade e da autodeterminação individual devem prevalecer em face das ortodoxias religiosas. Os católicos e outros religiosos têm o direito de constituir suas identidades em torno dos seus princípios e valores, pois são parte de uma sociedade democrática, mas não têm o direito de pretender hegemonizar a cultura de um Estado constitucionalmente laico.

Algo simbólico nessa seara foi a polêmica eleição do deputado federal Marco Feliciano para presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Marco Feliciano, deputado eleito pelo Partido Social Cristão, é um pastor evangélico de grande expressão e tem constantemente exposto suas opiniões que reforçam preconceitos contra homossexuais, negros e não cristãos, tudo baseado e justificado em nome de sua crença.

A eleição de Marco Feliciano para a presidência dessa comissão tem gerado a explicitação de dilemas que já vêm se desenvolvendo por um longo tempo. Protestos prós e contras acontecem diariamente e os temas relacionados aos direitos de diversos setores são discutidos sob o prisma religioso com mais afinco. Esse fenômeno não acontece de maneira fugaz ou despreziosa, mas revela um crescimento que já vem demonstrando seu potencial desde as últimas eleições, como demonstra a matéria do portal de notícias IG:

A contar pelo tamanho da bancada, nunca os religiosos tiveram tanto poder no Congresso. Nessa legislatura 73 parlamentares evangélicos tomaram posse, 70 deputados e três senadores. Eles conseguiram reverter o desfalque que amargaram nas eleições de 2006 quando a bancada se viu reduzida a 36 integrantes. As últimas eleições demonstraram que a atuação religiosa rende votos. Dos 36 deputados, 34 foram reeleitos e a eles se somaram 39 novos parlamentares evangélicos. Após as eleições municipais do ano passado, o grupo se assentou em 68 deputados e 3 senadores (IG, 2013).

É principalmente esse grupo que lidera a defesa do conservadorismo moral no âmbito legislativo e que forma e representa os setores da sociedade que se contrapõem aos direitos reclamados pelas chamadas “minorias”, como no caso do

recém-garantido casamento civil igualitário, implementado pelo Conselho Nacional de Justiça ao ratificar uma resolução, no dia 14 de maio de 2013, que obriga os cartórios a realizarem o casamento de pessoas do mesmo sexo. O Partido Socialista Cristão (PSC), partido de Feliciano, promete lutar pela revogação da referida decisão.

Os evangélicos mostram um crescimento populacional substancial no Brasil. Seu potencial eleitoral e de firmar posições na esfera pública vem se destacando exponencialmente. De acordo com o Censo de 2010, os evangélicos chegam à marca de 42,3 milhões de pessoas, 22,2% da população, com um aumento de 16 milhões de fiéis na última década.

Portanto, não é mera eventualidade que muitas lideranças evangélicas tenham grande visibilidade e estejam dentro e fora da política, fazendo valer sua amplitude no tocante aos ataques aos direitos das mulheres e homossexuais com manifestações na internet, programas televisivos e atos públicos.

Um exemplo é a grande popularidade das “Marchas para Jesus”, capitaneadas pelo Pastor Silas Malafaia, que levam milhares de pessoas às ruas com o discurso de proteção da família tradicional ante as supostas ameaças que a criminalização da homofobia poderiam trazer. O pastor dizia levar mais de 30 mil pessoas a Brasília e 100 mil para as ruas do Rio de Janeiro em 2013, marca similar ao evento do ano passado. Malafaia afirmou em entrevista para o *The Christian Post* em 13 de abril de 2013 que

Já que estão forçando a barra sobre o casamento gay, vamos a Brasília para dizer que estamos do outro lado. Não é um ato exclusivo para apoiar Marco Feliciano, mas para marcarmos nossa posição. Vamos dar a nossa resposta. Todas as lideranças evangélicas estarão presentes, assim como a bancada evangélica. Vai ter gente de todos os lados do Brasil. [...] Na próxima eleição, Marco Feliciano terá mais de 500.000 votos. Pode escrever. Ele vai arrebentar. Tudo isso foi bom para ele, foi bom para as eleições dos evangélicos em 2014.

Embora o discurso dos evangélicos esteja em maior evidência, grupos ligados à Igreja Católica também influenciam em tais questões. Em 2010, em meio às polêmicas da eleição presidencial, o Padre José Augusto, um líder de expressão

da comunidade católica Canção Nova, utilizou o sermão em uma missa transmitida pelo canal de televisão católico para colocar seu posicionamento, que está transcrito na notícia do Portal Terra do dia 6 de outubro de 2010:

Podem me matar, podem me prender, podem fazer o que quiser. Não tenho advogado nenhum. Podem me processar e, se tiver de ser preso, serei. Não tem problema, mas eu não posso me calar diante de um partido que está apoiando o aborto, e a Igreja não aprova. Não votei e não votarei. Deixando bem claro, porque sou a favor da vida. Estou agitado porque não é possível que os cristãos estejam tão alheios à situação, preocupados apenas com seu trabalhozinho, com seu emprego, com suas coisas, sabendo que o PT está querendo aprovar leis aonde o sacerdote não pode se pronunciar, aonde o sacerdote não pode falar, aonde os meios de comunicação religiosos só vão ter uma hora de programação.

Outro caso de grande repercussão foi o da atriz e deputada estadual do Rio de Janeiro pelo PDT, Myriam Rios, também participante da comunidade Canção Nova, que no ano de 2011 argumentou sobre o seu direito de não querer contratar um homossexual para trabalhar em sua casa, associando homossexualidade a pedofilia. Segundo o Portal Terra, Rios disparou:

“Digamos que eu tenha duas meninas em casa e contrate uma babá que mostra que sua orientação sexual é ser lésbica. Se a minha orientação sexual for contrária e eu quiser demiti-la, eu não posso. O direito que a babá tem de querer ser lésbica é o mesmo que eu tenho de não querer ela na minha casa. Vou ter que manter a babá em casa e sabe Deus até se ela não vai cometer pedofilia contra elas. E eu não vou poder fazer nada”, e depois completou: “Se eu contrato um motorista homossexual, e ele tentar, de uma maneira ou outra, bolinar meu filho, eu não posso demiti-lo. Eu quero a lei para demitir, sim, para mostrar que minha orientação sexual é outra (TERRA, 2011).

A mesma deputada teve recentemente seu projeto de “resgate de valores morais, sociais, éticos e espirituais” aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e sancionado pelo governador no dia 17 de janeiro de 2013. No Brasil, 86% das pessoas afirmam que crer em Deus torna as pessoas melhores, enquanto apenas 13% acham que isso não é necessariamente verdadeiro (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

No entanto, é preciso frisar que também essa reprodução é contraditória e repleta de disputas nos diversos campos das religiões e em suas mediações até a apreensão individual daqueles que comungam não de maneira passiva com as lideranças e com todo o aparato institucional dos grupos fundamentalistas:

No plano da religião e das igrejas, há influências evidentes na tradição cultural brasileira que, de alguma forma e mesmo indiretamente, determinam ou influenciam o comportamento das pessoas. No plano da política, há que se separar os representantes de denominações religiosas que acreditam que seu dogma e sua convicção devem valer para gerenciar a sociedade civil e o Estado – estes sim, fundamentalistas –, dos representantes de igrejas que acreditam que determinados comportamentos são pecado, atitudes inaceitáveis em sua crença, mas que não admitem que isso passe para o plano da sociedade civil, da legislação e do Estado. Há setores que lidam com a separação entre Estado e religião, mesmo dentro das igrejas, e há os fundamentalistas, que advogam que sua perspectiva religiosa deve imperar sobre todos e todas, sem respeito a outras convicções. É preciso insistir nesta diferença, ou seja, ter dogmas é um direito da/o cidadã/o. Entretanto, os dogmas não podem impedir que direitos democráticos se efetivem na sociedade brasileira. Esse é o ponto para refletir e avançar na direção de um Estado laico (ROHDEN, 2006, p. 31).

Dentro das dissidências contemporâneas temos, por exemplo, o grupo “Católicas pelo direito de decidir”, que busca problematizar o posicionamento da Igreja quanto à legalização do aborto, colocando esse tema como uma questão de saúde pública para regulamentação de uma política pública eficaz de planejamento familiar e de saúde da mulher. Elas defendem que essa questão de realização do aborto deve ser definida no plano individual, a partir dos valores particulares de cada pessoa. Ainda nessa perspectiva de diferentes posicionamentos, Oliveira (2006, p. 33) testemunhou:

Vivemos no Brasil, no momento, uma corrida frenética de setores conservadores das mais diferentes religiões, bem como de deputados(as) religiosos(as) do PT, particularmente católicos(as). Nunca ocorreu, em um ano, como em 2003, quatro novos projetos de lei sobre aborto no Congresso Nacional, sendo três para restringir a liberdade de escolha.[...] Com relação à Igreja Luterana, tive uma grata surpresa quando participei do Encontro Nacional de Mulheres da Pastoral Popular Luterana: As mulheres dizem não à violência (Belo Horizonte, 22 a 24 de agosto de 2003), que foi apoiado pela Rede Feminista de Saúde, no qual fiz a palestra “Enfrentando a violência de gênero e a violência racial: desafios para os governos e

a sociedade”. Fiquei muito bem impressionada com a perspectiva avançada e a garra das mulheres luteranas, de diferentes partes do Brasil, com relação ao aborto e à violência de gênero.

No entanto, esses grupos aparecem como exceções e sofrem os mais diversos ataques internos por seus posicionamentos, posto que, para a essência fundamentalista, a natureza dogmática do poder e da palavra divina deve ser reforçada, espalhada e reafirmada sobre qualquer circunstância, com seu viés sagrado de perfeição e imutabilidade, como destaca o exemplo de Ventura (2006, p. 26):

Em artigo recente, no Jornal do Brasil, Dom Eugênio Sales, fez uma apologia ao ensino religioso, afirmando que todos os males que estamos atravessando se devem à ausência do ensino religioso e pedindo o cumprimento da Constituição Federal. [...] Para sustentar sua posição, Dom Eugênio utiliza a seguinte argumentação retórica: “no ensino religioso é fundamental o bem estar da sociedade, respeitando a liberdade do clero. A minoria atéia deve acatar o direito dos que pensam diferentemente. Uma coisa é o Estado leigo, que respeite o credo de cada cidadão que não afronte a ordem pública. Outra, o Laicista, bem diverso, fruto de ideologias que desconhecem os valores religiosos ensinados na integralidade da sua conduta”. Ou seja, Dom Eugênio sugere que o nosso Estado não é laico, é apenas leigo, e se a maioria dos brasileiros professa a fé católica, a democracia deve acolher suas concepções, pois não oferecer o ensino religioso e autorizar o aborto fere a convicção dessa maioria de cidadãos.

Aqui, cabe reforçar essa importância da figura dos líderes religiosos na propagação e disseminação de ideias, valores e normas como um elemento crucial para a reprodução dessa lógica. Esses sujeitos tornam-se, por vezes, o exemplo a ser seguido, em muitos momentos isento de qualquer questionamento ou dúvida sobre os fatos que levantam em relação à realidade social, por estar falando de uma posição que para determinados grupos representa um papel sagrado. Para Martins (s.d., p. 14):

[...] a figura de um líder religioso é de suma importância para o processo político, pois ele influencia nas subjetividades, (re)formando a consciência individual e social, a qual implicará diretamente na cosmovisão dos indivíduos em suas práticas religiosas e políticas, ou seja, sua relação com o Sagrado e também com as instituições sociais.

Fica claro que a partir desses e de tantos outros exemplos o fenômeno atual do avanço do conservadorismo e de seus novos modos de manifestações não pode ser subestimado. As diferentes formas e níveis de reprodução de preconceitos multiplicam-se na naturalização cotidiana das opressões, se evidenciam no ataque aos direitos dos grupos historicamente discriminados e reforçam um *ethos* que, num plano radical, abaliza o cenário de violência.

Isso acontece tanto no discurso ténue do “respeito, mas não aceito”, que julga e discrimina a escolha do outro, como, e principalmente, no discurso aberto e marcado de ódio e intolerância à reprodução dos preconceitos, que vem também recheado de bravatas calcadas nos argumentos que espalham uma suposta busca por privilégio para os homossexuais.

As falas que reproduzem uma suposta vitimização dos religiosos, afirmando que a proibição do discurso homofóbico seria tolher a liberdade de expressão e crença, não somente desconsidera outros tipos de violência, a exemplo da simbólica e psicológica, mas dissociam do âmbito social os problemas da expressão mais graves, como o assassinato, reforçando se tratar de algo apenas individual. Esse discurso ajuda a invisibilizar um problema crônico, como relatado nos números da reportagem do jornal *O Povo* de 2013, que mostra que um homossexual é morto a cada 26 horas no Brasil.

O preconceito contra casais homossexuais e a ordinária negação da formação de uma família com pessoas do mesmo sexo vem quase sempre calcado no estranhamento daquilo que supostamente “não é natural”. Esse entendimento tem por base um discurso que tem na família monogâmica patriarcal heterossexual e burguesa um modelo a ser seguido dentro de uma moral saudável para o bem-estar das pessoas e da sociedade, onde “[...] a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista” (BUTLER, 2003, p. 59).

Essa naturalização das relações sociais reproduz um modo desigual, alienado e opressor do processo de construção das relações de gênero, das

identidades e da orientação sexual, numa inequívoca e violenta normatização, como destaca Butler (2001, p. 153-154):

Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, as partes de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o “sexo” é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas.

Embora pareça um discurso antiquado, as mais plurais configurações familiares e suas enormes transformações nas últimas décadas ainda estão envoltas das refrações desse modelo, quando não se reinventam num processo retroalimentado pelas condições sociais, econômicas e culturais de toda a sociedade e, ainda, não tem se conseguido ultrapassar, dentro dos mais diversos espaços, a noção da “família tradicional”.

As palavras “tradição”, “família” e “propriedade”, embora tenham seus particulares significados, não raramente caminharam juntas quando evocadas por setores conservadores e reacionários da sociedade. O movimento católico tradicionalista, capitaneado por Plínio Correia de Oliveira no início dos anos 1960, grande incentivador e organizador da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” contra as reformas de base do governo João Goulart, foi umas das manifestações importantes para o fortalecimento dos setores que viriam arregimentar o golpe civil-militar que culminou em duas décadas de ditadura.

Qualquer aproximação com os lemas utilizados ainda nos dias atuais não é mera coincidência. Se voltarmos ainda algumas décadas, um outro Plínio (Salgado) foi líder do movimento integralista, entusiasta do viés totalitário, da luta anticomunista e da defesa da família e da propriedade, buscando sedimentar o lema “Deus, Pátria e Família” nos anos 1930, dentro de um outro regime ditatorial, o Estado Novo de Getúlio Vargas.

Os exemplos na história política longínqua e recente do nosso país são apenas alguns de tantos outros casos em que se pode notar o teor que o corriqueiro discurso “em defesa da família” foi e ainda é utilizado em questões que busquem a ratificação dos alicerces da sociedade atual.

Para perceber como se forma tal discurso, por que ele é tão forte e com grande poder de disseminação, é preciso entender como se constroem historicamente determinados modelos familiares que se tornaram hegemônicos a partir de determinações específicas que se fundamentam numa retroalimentação das bases estruturais e superestruturais dessa sociedade.

A construção e disseminação do neoconservadorismo, de suas manifestações políticas e da discriminação preconceituosa na esfera do cotidiano tem relação com a desefetivação humana a partir de uma sociabilidade baseada numa lógica desigual e alienada, mas também com um tempero de nossas particularidades históricas marcadas pelo colonialismo, machismo, racismo e uma reprodução da mistura entre público e privado, entre o que é do senhor de escravos, do governo e da Igreja.

O pensamento contemporâneo que põe parte das questões públicas subsumida aos valores religiosos não surge por milagre, tem determinantes históricos e políticos calcados em nossas raízes sociais. Essa tônica expressa na contemporaneidade visa, de maneira cada vez mais frequente, a moralizar e fragmentar temas que devem ser tratados numa esfera outra, distante do julgamento moralista e parcial, no plano político que exige vias distintas do misticismo, inclusive no estado democrático de direitos da sociedade burguesa. De acordo com Morais (s.d., p. 5),

[...] religião é ou pode se tornar um instrumento de legitimação de poder e dominação ao desestimular uma postura politicamente crítica e revolucionária da ordem social, e também ocultar (consciente ou inconscientemente) as verdadeiras causas da dinâmica social e seus conflitos, atribuindo tão somente às explicações religiosas, de caráter moral.

Entender as particularidades e os desafios contemporâneos é adentrar nesse capcioso conjunto de fatores, reunindo ainda suas especificidades, os embates ao longo do processo histórico que sintetizaram as suas condições atuais,

com o difícil diálogo entre as dimensões coletivas, a complexidade da dimensão da subjetividade, os valores hegemônicos propagados por toda a sociedade em suas diversas formas e linguagens e aquilo que os produzem.

Nessa conjuntura, as provocações são ainda mais elementares para o serviço social, uma profissão que se encontra no âmbito da reprodução social, consolidada na arena contraditória da sociedade capitalista, construindo em suas protoformas uma aproximação com as organizações religiosas e, ao longo de grande parte de sua história, tendo um embasamento teórico-metodológico conservador e que, dentro desse período de intensas transformações e desafios, buscou a ruptura com esses processos, construindo uma nova direção ético-política contraposta radicalmente à exploração, às opressões e à reprodução das desigualdades.

O serviço social, como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tem seus parâmetros interventivos como produtos históricos, uma vez que estes dependem do grau de maturação e das formas assumidas pelos embates da classe subalterna com o bloco do poder hegemônico no trato das questões frutos da relação capital-trabalho.

A profissão se encontra na faixa de mediação entre as duas classes antagônicas desse modo de produção, tanto que é por meio de uma escolha ideológica, teórica, política, ética e prática que se darão as diretrizes da atuação profissional, apresentando-se como um dos seus maiores desafios o de delimitar sua forma de agir e instrumentalizar-se tecnicamente, mas saber especificamente qual a posição ético-política nesse contexto antagônico (IAMAMOTO, 1998).

O conteúdo coletivo desenvolvido como autoimagem da profissão desafia a materialização cotidiana dos seus elementos, pois estes estarão dialogando com os valores subjetivos daqueles profissionais e das intempéries do cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais.

Nesse emaranhado de elementos contraditórios da sociedade moderna, o serviço social apresenta-se como uma profissão que discute e nega os elementos fundamentais da ordem vigente. No entanto, o processo de maturação desse debate e dos pressupostos ético-políticos que regem a profissão não se construiu de maneira instantânea, nem se caracteriza como algo trivial para se materializar, uma

vez que os(as) profissionais são influenciados por esse modelo de sociedade que apregoa regras, costumes, normas e valores.

De tal modo, um nó se consolida para o serviço social: demarcar sua construção ético-política em tempos de crise do capital, neoliberalismo e avanço da barbárie. Essa direção vem amadurecendo sob a dedicação coletiva da categoria profissional como desafios cada vez mais complexos, tarefa manifesta em suas entidades como o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social, no plano da formação profissional, a Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (ABEPSS) e com os estudantes dentro da Entidade Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e os diversos Centros Acadêmicos espalhados nas unidades de ensino.

Todo esse conjunto de fatores está estreito em um comprometido conjunto de ações que envolvem articulação com diversos movimentos sociais, participação nos conselhos de controle social das diferentes políticas públicas, manifestações coletivas etc. São ainda (e principalmente) sementes e frutos de um amplo e profundo amadurecimento teórico que permitiu imergir nos fundamentos das diversas teorias sociais e, dentro destas, evidenciar suas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas numa escolha lúcida e concreta pelo princípio do pluralismo, mas concentrando-se numa lente crítico-dialética de leitura da realidade, afirmando a perspectiva da totalidade e da processualidade histórica das relações sociais.

O quadro desafiador da contemporaneidade coloca o dilema iminente dos projetos individuais, que se formam, nessa conjuntura, ante um projeto profissional específico como o da profissão de serviço social e seu apontamento para um projeto societário contra-hegemônico. Como coloca Barroco (2011, p. 212-213) ao falar da tessitura entre as questões da profissão e a “barbárie” que se alastra no cotidiano de todos, percebe-se que:

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência,

em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente. Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas.

Eis o desafio: a radicalidade da leitura concernente ao projeto ético-político contrasta com as características da conjuntura atual, que marca um tempo de incertezas no mundo do trabalho e dimensionamentos peculiares no plano estatal. Criminalização dos movimentos sociais, precarização do trabalho, privatizações, desmantelamento das políticas sociais, ataque aos direitos humanos aparecem com formas e intensidades variantes, mas sempre acalorando o contexto das tensões que se concretizam nas disputas, nos limites e nos desafios da contemporaneidade.

A propagação do fundamentalismo religioso e da intolerância que avançam na contemporaneidade ganha contornos singulares para uma profissão que na atualidade afirma publicamente o combate aos preconceitos e às opressões, que defende o princípio de uma atuação laica e que busca consolidar, tanto a prática profissional como a formação de futuros assistentes sociais, a partir de um arcabouço teórico crítico, radical e histórico,

Esse processo é importante não somente pelo inevitável choque ético-político presente, mas pelo ranço conservador que se entranhou na formação do serviço social desde sua institucionalização construída junto à religião católica por tantos anos.

Dessa forma, a presente pesquisa teve por objetivo⁶ analisar essas questões, buscando refletir sobre o avanço do pensamento neoconservador no serviço social, enfocando, nas reflexões, a incidência do caráter religioso nas percepções ético-políticas e teórico-metodológicas dentro do espaço de formação profissional, a partir dos posicionamentos dos/as estudantes de graduação.

⁶ Destacamos que a pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Ceará (Uece), sob o CAAE 19317013.9.0000.5534.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de aplicação de questionários e principalmente entrevistas com estudantes do curso de graduação em serviço social da Universidade Estadual do Ceará (Uece), principalmente com os/as discentes do 1º, do 5º e do 7º semestre, o que nos possibilitou analisar as diferentes opiniões dentro de tempos distintos na formação.

Os dados, as análises e as reflexões encontram-se distribuídas em três capítulos. O primeiro, que corresponde à parte dois desta dissertação, cujo título é “Reprodução social, ideologia e preconceitos: a essência dos valores conservadores”, trata de discutir prioritariamente a categoria reprodução social, articulando-a com ideologia, religião e preconceitos, o que oferece elementos para a compreensão do neoconservadorismo.

Na parte três, “Serviço social, conservadorismo e neoconservadorismo: das origens à intenção de ruptura”, discutimos sobre a profissão, enfocando a influência que a Igreja Católica teve em seu processo de profissionalização, para, em seguida, abordar sua configuração na contemporaneidade na busca pela superação do conservadorismo.

Por fim, na parte quatro, “Neoconservadorismo, religião e serviço social: a percepção dos estudantes no processo de formação profissional”, analisamos os dados colhidos em campo, articulando-os com a reflexão teórica tratada nos capítulos anteriores.

2 REPRODUÇÃO SOCIAL, IDEOLOGIA E PRECONCEITOS: A ESSÊNCIA DOS VALORES CONSERVADORES

As reflexões teóricas sobre a questão dos preconceitos e sua ligação com a ideologia percorrem diversas correntes das ciências humanas com seus direcionamentos singulares no modo de compreender essa relação que envolve o entendimento da origem dos valores sociais e sua dimensão nas relações interpessoais.

Objetivando inferir nos elementos que alicerçam a construção desses valores, suas funções e manifestações nos diferentes planos da vida humana, apresentamos uma trajetória reflexiva imbuída de um sentido histórico-crítico, percebendo a dimensão da totalidade e procurando as determinações complexas que constituem tais fenômenos.

Por essa perspectiva, a imersão no construto teórico da tradição marxista enuncia importantes questões para o desvendamento daquilo que edifica essa relação complexa entre os atos de preconceitos, as instituições sociais e o plano do cotidiano dos sujeitos.

O elemento primordial para essa compreensão aparece na elaboração teórica de Lukács, que compreende trabalho como categoria fundante do ser social. Esse construto teórico-metodológico arregimenta os fundamentos que constituem um bloco preeminente para o entendimento das questões propostas nesse estudo, sobretudo dialogando com as proposições de outros autores provenientes dessa vertente crítica, como Gramsci, Meszáros, entre outros.

A complexidade dessa relação se esclarece na discussão sobre a ontologia do ser social e seus corolários que superam sínteses de vieses economicistas e idealistas, quando desenvolve um conjunto de reflexões considerando a formação intrínseca e dialética entre a esfera material e os valores coletivamente construídos.

Por isso, apresentamos as proposições que desvendam o campo de interposições entre os fundamentos materiais da sociabilidade humana, as transformações históricas e o conjunto de ideias que se difundem e se manifestam com modos e formas peculiares.

É nesse sentido que se estabelece a complexa relação entre as dimensões singulares, particulares e universais da sociabilidade humana. Percorrer a trajetória estabelecida pelo campo de mediações que compõem os diferentes planos da vida social permite o desvendamento das determinações desse fenômeno e impera a compreensão da relação entre produção e reprodução social, a natureza social da ideologia, a origem dos preconceitos, suas manifestações cotidianas e sua conexão com os fundamentos da estrutura social vigente.

2.1 Trabalho como categoria fundante do ser social

Na vida em sociedade nos deparamos com pensamentos, costumes, juízos de valores diferentes e antagônicos. Nessa autêntica pluralidade, existem aqueles pensamentos que são seguidos por um grupo maior de pessoas e que atravessam um longo período histórico, chegando a um *status* de “naturalidade” no cotidiano, passando nessa esfera imanente a ser reproduzidos e manifestados sem muita necessidade de problematização quanto a suas origens e motivações.

Logo, práticas como cozinhar, limpar a casa ou estudar têm significado e motivações óbvias: cozinhamos porque precisamos comer; limpamos a casa para nos sentirmos bem e por necessitarmos de organização para realizar outras atividades; estudamos para aprender novos conhecimentos, para nos qualificarmos profissionalmente.

No entanto, há algo muito mais complexo nessas atitudes e justificativas tão triviais, quando percebermos que essas práticas nem sempre existiram, e, mesmo sendo para suprir necessidades tão corriqueiras, são frutos da criação humana.

Alimentar-se é uma necessidade orgânica, mas cozinhar é uma prática social aprendida dentro da esfera da sociabilidade. O indivíduo que cozinha, além de ter essa habilidade, quer cozinhar um determinado alimento e não qualquer coisa. Ele julga seu gosto, seu preparo, seus nutrientes, pensa qual receita vai utilizar etc.

Esse sujeito também fará uso de instrumentos que não criou, como o fogão e o fósforo para acender o fogo. Ele pensará nos temperos que, provavelmente, também não foi ele que plantou e colheu e, por último,

possivelmente, não comerá de qualquer forma, mas utilizará um prato e talheres para cortar e levar até a boca os alimentos.

A necessidade de se alimentar é igual à de qualquer outro ser vivo, mas todo o resto é diferente, ou seja, “aqui é enunciada com clareza a dupla determinação: o caráter insuprimivelmente biológico da fome e da sua satisfação, e, ao mesmo tempo, o fato de que todas as formas concretas desta última são funções do desenvolvimento econômico-social” (LUKÁCS, s.n.t.a, p. 13)⁷.

O ser humano é um animal com certas especificidades: planeja, age e transforma as coisas conscientemente. Ele é um ser que julga, sente determinados gostos, deseja algo, muda seu desejo, imagina, aprende, executa, erra, aperfeiçoa, constrói e destrói com determinada finalidade – como coloca Lukács (2010), é um ser que responde. Suas respostas estão diretamente ligadas às questões do mundo material e seus limites e possibilidades para sua satisfação.

Dentro desses costumes e valores cotidianos que vão ecoando por diferentes gerações, existem também aqueles mais complexos do que cozinhar, direcionando-se para a formação subjetiva dos indivíduos. O julgamento do que é certo e errado, como se portar diante das circunstâncias, falar corretamente, tudo tem uma razão de ser.

Nessa esfera e em outras mais complexas, vamos aprendendo, replicando e reconstruindo o que somos, como somos e por que devemos ser. O que é ser homem, o que é ser mulher, o que é ser criança, jovem, adulto, idoso, tudo faz parte de um bojo cultural que foi construído coletivamente pela humanidade.

Trazendo essas construções para “o mundo dos seres humanos” e não refletidas em algo transcendente, natural ou determinado por qualquer outro aspecto distante da própria sociabilidade humana, evidenciamos as características de como

⁷ A obra *Para a ontologia do ser social*, de György Lukács, é dividida em dois volumes, sendo que apenas o primeiro foi recentemente publicado em português. Para termos acesso e lançarmos mão de suas contribuições presentes no volume dois da obra, utilizamos as traduções pessoais feitas pelo autor brasileiro Sérgio Lessa, gentilmente socializadas em seu site, cujo endereço é: <http://sergiolessa.com/bibliotecalukacs.html>. Como os textos não têm o ano de tradução, estamos utilizando-os sem essa informação, citando-os “sem notas tipográficas” – s.n.t. – e acrescido das letras “a, b e c”, respectivamente, para diferenciar os distintos documentos que contêm os capítulos da *Reprodução Social*, da *Ideologia* e da *Alienação*. Segundo Lessa, as traduções foram feitas a partir de uma versão italiana da obra: LUKÁCS, György. *Per L'ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981.

é fundamental para a compreensão dos valores e preconceitos a abordagem que perceba o caráter dialético e a materialidade histórica desses fenômenos.

A partir dos princípios de Marx e, posteriormente, com o aprofundamento de Lukács sobre a ontologia do ser social, podemos entender a complexidade da essência desses elementos. Essas proposições nos trazem argumentos sólidos sobre a materialidade dos valores sociais e a complexidade das mediações particulares entre os planos das singularidades e das universalidades, da formação subjetiva e das determinações objetivas da sociedade, pois:

Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto [...] Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: "formas do existir, determinações da existência" (LUKÁCS, 1978, p. 2-3).

Ao abordarmos as questões dos preconceitos, estamos diretamente tratando da esfera ideológica e do aspecto moral construído socialmente. Esse elaborado encadeamento faz parte do complexo da reprodução social. Para garantir uma compreensão profunda dessas questões, é necessário abarcar o cerne que concentra o construto do ser social e sua ligação inerente com essas relações sociais e históricas.

O potencial humano de transformar o meio onde vive, a si mesmo e aos seus pares está estreitamente ligado às suas particularidades privilegiadas de sociabilidade e da inerente capacidade de projetar idealmente uma ação, concretizá-la materialmente e, nesse processo, construir relações sociais que permitam novas condições de sobrevivência e de convivência:

Dessa ineliminável condição do homem que vive em sociedade, podemos fazer derivar todos os problemas reais – naturalmente levando em conta que esses são mais complicados em situações mais complicadas – daquele complexo que costumamos chamar de liberdade. Sem ir além da região do trabalho em sentido estrito, podemos nos deter sobre as categorias de valor e de dever-ser. A natureza não conhece nenhuma das duas categorias. Na natureza

inorgânica, as mudanças de um modo de ser para outro não têm, é claro, nada a ver com os valores. Na natureza orgânica, onde o processo de reprodução significa ontologicamente adaptação ao ambiente, pode-se já falar de êxito ou de fracasso; mas também essa oposição não ultrapassa – precisamente do ponto de vista ontológico – os limites de um mero ser-de-outro-modo. Completamente diversa é a situação quando nos deparamos com o trabalho. O conhecimento em geral distingue bastante nitidamente entre o ser-em-si, objetivamente existente, dos objetos, por um lado, e, por outro, o ser-para-nós, meramente pensado, que tais objetos adquirem no processo cognoscitivo (LUKÁCS, 1978, p. 7).

A interação do ser social com a natureza se dá de forma distinta de outras espécies. Ela permite a transformação consciente como tônica central a partir de sua capacidade teleológica, para objetivar produtos em prol de sua sobrevivência, exteriorizando o novo, fruto de sua própria ação. Assim, os sujeitos criam suas possibilidades de satisfação das necessidades, instituem novas necessidades e acumulam conhecimentos para que permitam aperfeiçoar suas jornadas.

O trabalho⁸ é, dessa forma, elemento fundante do ser social, modelo das outras práxis⁹, mediação dos seres humanos com a natureza. É através dele que o indivíduo domina as forças naturais, criando novos objetos, modificando sua forma de ser no mundo.

Esse processo ocorre por meio de objetivações e exteriorizações, o momento prático, ou seja, onde a finalidade deixa de ser mera consciência e se torna uma realidade objetiva, revelando a ocasião de transformação de sua subjetividade, sempre associada ao processo de transformação da causalidade (entendida como o conjunto da matéria dada pela natureza e o conjunto das objetivações dos seres humanos na sua ação sobre a natureza e em sociedade).

Em uma instância mais complexa da sociabilidade, o trabalho exige um conjunto de atividades que não se refere somente a esse postulado mátrio, indo

⁸ Lukács esclarece: “O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia ‘já na representação do trabalhador’, isto é, de modo ideal.” (1978, p. 5)

⁹ “Toda práxis social, se considerarmos o trabalho como seu modelo, contém em si esse caráter contraditório. Por um lado, a práxis é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. A necessidade social só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos (freqüentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões deles tenham uma determinada orientação” (LUKÁCS, 1978, p. 7).

além desse fenômeno e originando inúmeras atividades que não se configuram mais como o referido postulado, pois:

[...] o ser social, até no seu estágio mais primitivo, representa um complexo de complexos, onde há interações permanentes quer entre os complexos parciais quer entre o complexo total e suas partes. Daqui se desenvolve o processo reprodutivo do complexo total em questão, no qual também os complexos parciais se reproduzem como fatos autônomos – ainda que só relativamente –, mas em cada um de tais processos é a reprodução da totalidade que, neste múltiplo sistema de interações, constitui o momento predominante (LUKÁCS, s.n.t.a, p. 4).

É por isso que o trabalho não se limita à mera ação individual de transformação da natureza, apesar de este constituir um momento crucial para o desenvolvimento de outras possibilidades. O ato individual é apenas uma parte de uma construção coletiva que se dá num paulatino desenvolvimento. Por meio do trabalho manual de intercâmbio com a natureza, o ser coloca “em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão” (LESSA, 2007, p. 30), mas ultrapassa essa condição, sendo uma atividade coletiva que cria e recria as condições históricas.

Nesse sentido, a partir do trabalho, os sujeitos produzem alternativas novas, que os afastam das condições anteriormente dadas, mas não rompem com elas, pois partem dessa relação com a natureza (inorgânica e orgânica) para a produção de toda existência humana. Sem o trabalho, não há vida social, não há sociedade – no entanto, ele também não a estabelece sozinho.

Ao compreender que a práxis concreta não objetiva apenas materialmente, mas é capaz de promover a interação cultural entre os indivíduos, percebemos que as escolhas são baseadas em juízos de valor, que não é algo meramente subjetivo, mas sim um produto concreto de suas objetivações no real. Assim:

[...] a reprodução social, em última análise, se realiza nas ações dos indivíduos – no imediato a realidade social se manifesta no indivíduo – todavia estas ações, para se realizarem, se inserem, por força das coisas, em complexos relacionais entre os homens os quais, uma vez surgidos, possuem uma determinada dinâmica própria; isto é, não só existem, se reproduzem, operam na sociedade independente

da consciência dos indivíduos, mas dão também impulsos, direta ou indiretamente, mais ou menos determinantes às decisões alternativas. Portanto, o contato e a influência recíprocos de tais complexos devem possuir uma certa polivalência, já que as suas tendências principais também dependem das legalidades gerais da reprodução global da formação de que se trata, da sua estrutura, da sua linha evolutiva, do seu grau de desenvolvimento, etc. (LUKÁCS, s.n.t.a, p. 21-22).

Nesse sentido, o trabalho proporciona a criação de valores, mesmo porque trabalho e reprodução são categorias que se constituem como uma determinação reflexiva, onde a reprodução social aparece como “[...] a processualidade concreta, o campo real de mediações, sempre particular, que faz de cada momento da história humana um momento único, inigualável” (LESSA, 1995, p. 1).

Como afirma Barroco (2007, p. 168), dentro da perspectiva marxista-lukacsiana, pelo trabalho o ser humano “amplia sua natureza social e consciente, estabelece a possibilidade de uma existência social aberta para o novo, para o diverso, para o amanhã, instaurando objetivações que permitem autoconstrução do ser social como um ser livre e universal”. Isso ocorre porque o trabalho é a mediação necessária para que a sociedade se desenvolva e crie outros complexos.

Com essas constatações, avançamos no entendimento da relação entre trabalho e reprodução social, uma conexão pautada no real e composta por diferenças e aderências inerentes. O desenvolvimento do ser social se constrói a partir das interações coletivas no processo de busca para cessar os desafios imediatos, próprios das limitadas condições naturais e sociais, para a satisfação das necessidades humanas.

Nesse processo, desenvolvem-se os mecanismos de distanciamento e superação de muitos desses limites, criam-se novos complexos, novos conhecimentos e também novas necessidades, ou seja:

Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação. O que não desmente o fato de que tal satisfação só possa ter lugar com a ajuda de uma cadeia de mediações, as quais transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto

os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas etc.; e isso porque elas tornam praticamente eficientes forças, relações, qualidades etc., da natureza que, de outro modo, não poderiam exercer essa ação, ao mesmo tempo em que o homem liberando e dominando essas forças – põe em ser um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis mais altos (LUKÁCS, 1978, p. 6).

Com o que vimos até o momento, podemos afirmar, por meio das definições de objetivação e exteriorização¹⁰, que o ser humano possui a capacidade de transformar a natureza e a sociedade de acordo com as suas finalidades coletivas e individuais.

Os objetos de ação nesse processo são progressivamente construídos mais na esfera social do que meramente no plano biológico e constituem um potencial exclusivo de transformação para a humanidade. Essa capacidade, no entanto, é limitada pelo contexto social, econômico e político de uma determinada sociedade. Isso denota a fundamental importância da construção coletiva em seus limites e possibilidades estruturais e conjunturais.

Portanto, através do trabalho, o ser humano cria objetivações que possuem valor na medida de sua utilidade. A capacidade teleológica de projeção e ação consciente tem no trabalho o postulado da sociabilidade humana, e essa característica do ser social vai perpassar as outras práxis que se estabelecem no desenvolvimento da sociedade:

Como o trabalho – base fundadora de toda sociabilização humana, mesmo da mais primitiva – destaca tendencialmente o ser humano da esfera das necessidades biológicas mais puramente espontâneas e de sua satisfação apenas biológica, tornando determinantes, em seu lugar, os pores teleológicos, que, por sua natureza, assumem de imediato um caráter alternativo, são necessários desde o primeiro instante reguladores sociais que regulamentem as decisões alternativas que estabelecem os conteúdos da teleologia conforme as necessidades sociais vitais (LUKÁCS, 2010, p. 46).

¹⁰ “A exteriorização, assim como a objetivação, não está reduzida ao trabalho, nem mesmo ao complexo da economia; ela compõe as mais diversas relações humanas, sejam elas linguísticas ou ideológicas, mediante as quais habilidade, criatividade, pensamentos e até sentimentos, via variadas mediações sociais, possam ser traduzidos em atos de natureza humano-social e assim revela a personalidade do sujeito. Deste modo, objetivação e exteriorização, momentos indissociáveis do trabalho e da práxis humana em geral, apresentam diversidade em seu modo de operar ao darem origem ao processo reprodutivo no duplo sentido da sociabilidade e da individuação” (COSTA, 2012, p. 43).

Assim, fazer a devida mediação entre trabalho e práxis social é fundamental, pois a partir disso podemos perceber o lugar e a forma pela qual os chamados valores espirituais (morais, éticos, estéticos, religiosos, entre outros) se engendram e interferem na ação humana, nas suas escolhas e também nas possibilidades de ação, com potencial dependente das condições sócio-históricas, para a transformação individual e coletiva desses valores.

Dentro desses pressupostos, é garantida a construção histórica dos valores hegemônicos da sociedade. São valores que fundamentam sua lógica estrutural por meio dos mais diversos formatos e aspectos morais, posto que também são construídos com determinada utilidade.

Tal como o ato de trabalho estrito é norteado por valores, a práxis social também o é; tal como o trabalho engendra valores de uso, a práxis social também gera valores em um plano distinto, onde estes se condensam no costume, na tradição e na moral com suas utilidades específicas.

Os valores ditos espirituais e que aparentemente estão apenas no plano da singularidade não são nem estão desprovidos de objetividade, eles se sedimentam e tomam a forma de existência social:

A divisão do trabalho, no entanto, tem conseqüências posteriores que levam a ações e relações puramente sociais. Pense-se, acima de tudo, nos efeitos daqueles atos teleológicos que visam suscitar nas outras pessoas a vontade de operar determinadas posições teleológicas. [...] Os valores que neste ponto surgem, como o conhecimento dos homens, a arte de persuadir, a engenhosidade, a astúcia, etc., alargam por sua vez o círculo de valores e das valorações (que são sociais em grau de pureza cada vez mais elevado) (LUKÁCS, s.n.t.a, p. 5).

Nesse sentido, a reprodução social é considerada uma dinâmica de vários complexos (economia, educação, linguagem, moral, ética, política etc.). É essa múltipla interação nesse “complexo de complexos” que movimenta o que chamamos de “sociedade”. É também nessa vertente onde se arregimenta a dimensão ética de criticidade, transformação e sentido coletivo. As alternativas

surgem na esteira das contradições e nas particularidades da formação da personalidade dos indivíduos.

A formação de complexos sociais, dentro da dinâmica entre produção e reprodução social, esclarece a distância que há no construto teórico lukacsiano de uma abordagem meramente economicista. Reivindicando uma lente crítico-dialética a partir do materialismo, não há uma defesa de uma relação simplista e mecânica da estrutura sobre as condições culturais, mas sim uma relação mútua, ou, como mesmo se coloca, por “complexos”:

É verdade que a diferença entre a finalidade e seus efeitos se expressa como preponderância de fato dos elementos e tendências materiais no processo de reprodução da sociedade. Isso não significa, todavia, que esse processo consiga afirmar-se sempre de modo necessário, sem ser abalado por nenhuma resistência. O fator subjetivo, resultante da reação humana a tais tendências de movimento, conserva-se sempre, em muitos campos, como um fator por vezes modificador e, por vezes, até mesmo decisivo (LUKÁCS, 1978, p. 12-13).

O contundente plano da sociabilidade para a construção social humana, com sua inerência ao trabalho¹¹ e ao desenvolvimento das forças produtivas, não implica a superestimação da economia ante a subestimação da cultura e da subjetividade. Essa dinâmica evidencia a sua relação, visto que cada reação pessoal possui uma base social que a condiciona, o que não significa desconsiderar as particularidades e as diferenças individuais (LUKÁCS, 1978).

Dessa forma, a afirmativa do trabalho como categoria fundante do ser social não debela temáticas aparentemente totalmente distintas, como, por exemplo, a propagação dos preconceitos e das opressões vivenciadas no plano cultural. Essa

¹¹ Lessa (2012, p. 243-244) elucida: “portanto, ao postular o trabalho enquanto mediação que, por um lado, sintetiza teleologia e causalidade em uma nova e unitária esfera ontológica e, por outro, enquanto mediação entre a especificidade de ser do mundo dos homens e a unitariedade ontológica do ser em geral, Lukács permanece tão distante da concepção ontológica realista medieval quanto da dualidade natureza/sociedade característica da tradição moderna. Em *Para uma ontologia do ser social*, não há a hipostasia do universal, nem a fetichização do indivíduo-mônada. A unitariedade última do ser se desdobra enquanto identidade da identidade e da não-identidade, e a universalidade, a particularidade e a singularidade são concebidas enquanto dimensões igualmente reais do ser-precisamente-assim existente. Novamente, e não poderia ser de outra forma, a historicidade (o ser é essencialmente histórico), a sociabilidade (o ser social é fundado pelos atos humanos) e a unitariedade última do ser comparecem, no contexto da ontologia de Lukács, como três categorias centrais e intimamente articuladas”.

afirmação muito menos relega a importância das instituições e profissões envolvidas na esfera das práxis sociais.

Essas considerações permitem adentrarmos numa esfera de férteis elementos para a percepção da materialidade dos valores sociais, de sua reprodução e da possibilidade de superação e criação de outros em esferas distintas. A complexa dinâmica da sociabilidade humana se revela justamente num movimento envolto de mediações de vários níveis:

As posições teleológicas necessárias são, como vimos, de duas formas: aquelas que visam transformar, com finalidades humanas, objetos naturais (no sentido mais amplo do termo, inclusive, pois, a força da natureza) e aquelas que tencionam incidir sobre a consciência dos outros homens para impeli-los a executar as posições desejadas. Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas se tornam as formas das posições teleológicas do segundo tipo, e tanto mais podem se desenvolver em um complexo por si da divisão do trabalho. Esta tendência evolutiva da divisão do trabalho na sociedade conflui, necessariamente, com o nascimento das classes: as posições teleológicas deste tipo, por via espontânea ou institucional, podem ser postas a serviço de um domínio, independente de quem se sirva disto (LUKÁCS, s.n.t.a, p. 21).

A constatação desse bojo valorativo em formas e planos distintos que se retroalimentam é o cerne para a percepção da disputa cultural ideológica que se expressa em diferentes complexos e instituições, buscando condicionar, direcionar e até limitar ou ampliar as alternativas individuais com finalidades e naturezas socialmente referenciadas.

O que se busca, sem a proposição vulgar que descarta os elementos individuais¹², as especificidades culturais e valorativas de cada lugar e caso, é entender como o aspecto particular, em suas especificidades, pode identificar expressões de um fenômeno social mais amplo, já que a individualidade não é uma característica inata do sujeito, mas formada pelos processos de socialização (LUKÁCS, 2010).

¹² Sobre essa questão dentro da obra lukacsiana, Costa destaca: “As escolhas dos indivíduos são sempre respostas práticas aos desafios que a vida social lhes impõe. Os próprios sentimentos e pensamentos que preparam as decisões são também historicamente determinados pelas circunstâncias de classe, estamento, família das quais fazem parte. [...] o seu desenvolvimento individual e interior é o resultado da trama de demandas e respostas que implica decisões ante as alternativas socialmente determinadas” (COSTA, 2012, p. 55).

Dentro da processualidade histórica, o salto do ser humano da mera singularidade para a individualidade, a partir da construção da personalidade¹³, caracteriza como um dado essencial para a compreensão da reprodução social e das alternativas dentro desta, pois:

[...] a determinação social das circunstâncias não pode ser absoluta no desenvolvimento interno dos sujeitos individuais. Na trama de demandas e respostas às alternativas socialmente criadas, o comportamento dos indivíduos implica atos de consciência a partir de um variado campo de possibilidades que pode ir além de suas escolhas impostas simplesmente pelas condições de classe, etc. Portanto, a decisão entre alternativas não significa nem uma expressão de liberdade puramente individual, nem meramente uma determinação fixa socialmente de uma vez por todas. Ao indivíduo resta sempre a possibilidade de uma escolha avaliada segundo a sua consciência ante as condições de uma situação concreta (COSTA, 2012, p. 55-56).

A tessitura que supera a apartação entre objetividade e subjetividade demonstra a predominância das dimensões sociais sem, no entanto, caracterizá-las como algo absoluto e mecânico. O desdobramento social do “tornar-se humano” se revela muito mais complexo do que qualquer fórmula de compreensão estática e esquemática.

Seja numa essência referendada pela ineliminável condição natural dos seres humanos, seja pela construção intelectual de explicações místicas e metafísicas dos fenômenos sociais reproduzidos, a perda da dimensão essencial de transformação e da interação coletiva em todos os seus planos da vida demonstrará uma evidente barreira para uma abordagem adequada de leitura dessa realidade.

O processo contraditório e de perene construção das relações evidencia os desafios, as possibilidades e os limites dos indivíduos dentro da sociedade. Sujeitos capazes de escolher, mas apenas entre as alternativas existentes; de contribuir com a busca de outras possibilidades, mas a partir de uma edificação

¹³ “A personalidade constitui um fenômeno de vasto avanço social que se estende a praticamente todos os homens em consequência do desenvolvimento da sociabilidade humana. Fenômeno intimamente ligado à formação da individualidade enquanto sistema pessoal determinado socialmente mediante o qual os homens reagem às alternativas criadas pela vida cotidiana. Desse ponto de vista, a sociabilidade se realiza em múltiplas dimensões, em sentido ‘omnilateral’, e tende a estende-se o máximo a todos os indivíduos. Um desenvolvimento que transforma as simples singularidades em individualidades e no qual a personalidade emerge como substância da individualidade, expressão da essência humana” (COSTA, 2012, p. 57).

coletiva; com o potencial para o novo, porém condicionado aos meios que estão ao seu redor em determinado momento histórico.

[...] as posições teleológicas dos homens singulares (Einzelmenschen), por mais forte que seja a determinação econômico-social de suas bases, no seu ser imediato começam sempre, por assim dizer, pelo início, e se reenlaçam na continuidade objetiva somente nas suas, também decisivas, bases objetivas. Tais posições se relacionam a estes momentos somente no sentido mais objetivo, ao passo que no plano subjetivo e direto se relacionam à vida pessoal, ao imediato vivido dos homens singulares (Einzelmenschen) a cada vez em questão. Elas compartilham tal característica com algumas outras decisões alternativas que influenciam imediatamente sobre estas formas de ser; por exemplo, com aquelas da ética, ao contrário de outras posições, por exemplo, aquelas políticas, nas quais a sociabilidade objetiva e a sua continuidade determinam muito mais decisivamente, no imediato, as posições. (LUKÁCS, s.n.t.b, p. 12-13)

As condições de desenvolvimento das alternativas dos indivíduos estão alicerçadas no chão da história. Cada plano da vida social demonstra formas e contingências peculiares, permitindo diferentes maneiras de agir no campo da imediaticidade, que encobre a gama de mediações que edificam o cotidiano dos sujeitos.

Relações mais complexas demandam respostas mais complexas. Quando o construto sociocultural referencia a reprodução de desigualdades, as alternativas aparecerão imersas nessas condições e as respostas individuais sobrevirão de modo similar, fomentando uma sociabilidade cindida e um cotidiano envolto de limites.

Porém, ainda nessas condições, o potencial do ser humano não se esgota. Embora reprimido às condições históricas, as próprias contradições e a essência ontológica de ação e transformação permitem também disputas e problematizações. Esse processo contraditório admitirá igualmente respostas contraditórias que possam avançar ou recuar nas disputas sociais:

[...] o mundo dos fenômenos não pode em momento algum ser considerado um simples produto passivo do desenvolvimento da essência, mas, pelo contrário, precisamente a inter-relação entre essência e fenômeno constitui um dos mais importantes

fundamentos reais da desigualdade e da contradição no desenvolvimento social (LUKÁCS, 1986, p. 423).

A dimensão ética¹⁴ se desenvolve justamente da capacidade crítica de sair do plano imediato e singular e problematizar as determinações que envolvem tal contexto, a fim de, por meio de mediações, transpor um entendimento mais largo das condições fenomênicas e, a partir disso, desenvolver atitudes que superem a naturalização dos valores e costumes de simples reprodução.

Se essas condições contraditórias se estabelecem na formação de complexos de complexos, evidenciando avanços e recuos dentro das práxis sociais, o entendimento das condições materiais é imperativo. Quando nos concentramos na compreensão de valores, a ligação com a ideologia é também *sine qua non* para a efetividade desse processo.

As condições materiais e históricas do conjunto de ideias que são hegemônicas em uma determinada sociedade estão imbricadas na forma de produção e reprodução dela, dando sentido a elas e fomentando a conservação de sua organicidade¹⁵. Para Lukács, a ideologia

[...] é antes de tudo uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa. [...] Somente depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia (LUKÁCS, 2010, p. 38).

No entanto, já vimos que o construto das ideias acontece a partir da concretude das relações humanas, mas não sucede de uma única maneira, nem se processa mecanicamente. Lukács caracteriza a amplitude do construto ideológico, a

¹⁴ Como veremos adiante, esse entendimento vai perpassar a compreensão ética hegemônica das direções contemporâneas do serviço social brasileiro. A perspectiva da ontologia do ser social vem se aprofundando como um norte importante a partir do avanço da teoria marxista e do processo de intenção de ruptura com o conservadorismo nas últimas décadas.

¹⁵ “A resposta a conflitos deste gênero ultrapassa o exercício das atividades do trabalho, por isso emerge a necessidade de normas generalizadoras do comportamento humano que surgem do cotidiano mais imediato da vida social e assumem processualmente a forma de costumes, tradições, normas sociais, convicções religiosas, visões de mundo, expressões artísticas, teorias científicas etc. O que justifica o seu surgimento é o fato de que os homens travam conflitos seja entre indivíduos, seja entre indivíduos e sociedade, seja entre grupos de indivíduos. E esses conflitos precisam ter uma resolução, sob pena de porem em risco a organização social existente” (COSTA, 2006, p. 5).

partir da concepção marxiana, aprofundando a complexidade dela, como destaca Costa (2006, p. 2-3):

A concepção de ideologia elaborada por Georg Lukács em *Para a Ontologia do Ser Social* subverte, a nosso ver, o conceito de ideologia habitualmente presente em outras obras de tradição marxista, em dois aspectos essenciais. Em primeiro lugar, por identificar no trabalho a base ontológica da ideologia, demonstrando-lhe um sentido mais amplo que o conceito a ela atribuído. Em segundo lugar, por fazer a distinção entre a ideologia e falsa consciência, definindo-a como função na reprodução social, enquanto ato humano efetivamente existente e operante sobre os conflitos do cotidiano, que pode se expressar na forma de idéia ou mesmo de atividade prática.

A superação do entendimento de ideologia separado da base ontológica distancia a compreensão lukacsiana tanto do estruturalismo, que mecaniza o campo das ideias, num reducionismo dotado de limites interpretativos, como da mera reflexão culturalista. A dupla dimensão da ideologia, seu caráter contraditório, sua função social e a não necessária ligação com um conjunto de ideias falsas evidenciam a magnitude desse conceito.

A adoção de uma percepção materialmente ancorada na complexa forma de reprodução social dimensiona a necessidade de pensar o sentido dos construtos ideológicos, buscando o desvendamento de sua natureza, de suas finalidades e do seu espraiamento nos diferentes complexos da sociabilidade. Como o autor assevera em seus escritos:

[...] Se agora e mais tarde falarmos de ideologias em contextos mais amplos, estas não devem ser entendidas no enganoso uso atual da palavra (como uma consciência antecipadamente falsa da realidade), mas, assim como Marx as determinou no prefácio *Para a crítica da economia política*, como formas 'nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito' (isto é, daquele que emerge dos fundamentos do ser social)' e o combatem (LUKÁCS, 2010, p. 38).

A questão da ideologia consiste num tema espinhoso dentro e fora da tradição marxista. Desde o idealismo, passando pelas interpretações da obra marxiana, até as correntes hegemônicas na contemporaneidade, as origens,

determinações e funções da ideologia e suas formas e instrumentos de propagação são pontos recorrentes.

Contudo, o que precisa ficar evidente, a partir das concepções marxistas-lukacsianas referentes a essas constatações quanto à natureza da ideologia, é seu caráter eminentemente histórico e social. A ideologia é produto, reforço e ao mesmo tempo possibilidade de disputa, é fruto do conflito e é em si um conflito.

Ela se estabelece não como um mero conjunto de ideias, nem a partir de um simples e arbitrário falseamento das relações, mas sim como algo dotado de função social, contradições e embates inerentes ao seu tempo histórico e a dinâmica dele, como esclarece Meszáros (2004, p. 65):

A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomo (mas, é claro, de modo algum independente), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

A dimensão de classe fica expressa por meio dessas constatações. O embate do campo das ideias e da cultura tem uma conexão intrínseca com as tensões e cisões do campo da produção social. Essas tensões se desenvolvem numa interação dialética de fomentos e supressões dos elementos desses dois planos distintos, mas que se complementam em uma teia imanente, e não como fundamentos cindidos na vida social dos sujeitos.

A partir dessas considerações, podemos prospectar as ideias concernentes à disputa de hegemonia que foram elaboradas por outro teórico marxista. Gramsci, quando discorreu sobre como as instituições sociais possuem seus meios de propagação de ideias, ratificando a ordem vigente, também asseverou que, em suas contradições, as instituições sociais na sociedade

capitalista permitem também o choque contra-hegemônico, elemento galgado pelos intelectuais da classe subalterna. Nesse sentido, a construção da hegemonia implica

[...] indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2001, p. 48).

Antônio Gramsci lançou mão sobre as questões da superestrutura e o emaranhado de redes entre a sociedade política e a sociedade civil, as tensões dentro do Estado ampliado¹⁶ e a complexa construção dos valores hegemônicos, sua propagação e disputas nas escolas, na mídia, nas religiões, nos partidos etc.:

[...] é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima de grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrio instável (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e dos grupos subordinados, equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico corporativo (GRAMSCI, 2000, p. 41-42).

Todo esse aparato reflexivo evidencia as raízes das manutenções e transformações das instituições modernas ao longo dos últimos séculos e como diferentes complexos sociais dialogam, retroalimentam suas funções e também as transformam.

Pensemos no panorama que fizemos anteriormente sobre a realidade política brasileira e os exemplos de posicionamentos conservadores espalhados em

¹⁶ “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 331).

sujeitos, formas e instituições distintas e recordemos como a religião¹⁷ se faz protagonista politicamente tanto na sociedade civil como na sociedade política, numa clara disputa hegemônica dentro do Estado ampliado para reforçar valores e concepções, arrefecendo outras compreensões de grupos distintos na disputa política.

No entanto, já vimos que essas disputas não estão somente dentro do plano político, que não partem dele e que a ideologia se capilariza por diversos planos da vida social, sendo um fator importante e cada vez mais mediado para a reprodução social e sua complexa relação com o plano da materialidade.

É principalmente nessa seara da reprodução social e das questões ideológicas que o preconceito, consolidado nas mais díspares formas de discriminação, se perpetua objetivamente, onde diferenças tornam-se desigualdades, lócus de violência, opressões e relações de poder.

Por isso, é fundamental entender o que Lukács coloca como a “ontologia da vida cotidiana” para perceber a construção, o reforço e a função dos mais diversos valores sociais, tanto no plano imediato como em sua essência:

A relevância metodológica da investigação sobre aquilo que nós temos chamado ontologia da vida cotidiana depende exatamente do fato que toda esta série de influências recíprocas – da totalidade às decisões singulares (einzelnen) e daqui de volta aos complexos totais da sociedade e à sua totalidade – encontram nela uma expressão imediata, ainda que freqüentemente primitiva ou caótica. (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 12)

Se não se podem apartar as questões da cultura e dos valores da materialidade da vida social e, se o espraiamento dessas questões se reforçam desde as grandes instituições sociais até o cotidiano dos indivíduos, o entendimento dos preconceitos revela-se como um elemento característico desse complexo processo.

Como constatamos, o esforço de Lukács em diferenciar e superar, em seu construto teórico, uma busca da essência humana fora da sociabilidade é uma

¹⁷ Voltaremos a destacar com mais detalhes sobre as questões que envolvem a religião e sua relação com a ideologia no próximo ponto, quando estaremos colocando as questões da dimensão da alienação religiosa para Lukács.

questão nevrálgica do seu pensamento. Esse entendimento corrobora que centremos as discussões dos valores e costumes de qualquer época como construções humanas, não como algo dado nem metafisicamente, nem por puras e exclusivas condições fisiológicas.

Daí a construção e exposição de sua evidente e fundamentada tese materialista da ontologia do ser social ante as naturalizações de outras correntes filosófico-científicas, como aquelas criticadas pelo autor no idealismo¹⁸, ou no simples abandono da busca dessa essência social, como no neopositivismo¹⁹. Nesse sentido, Lukács ainda problematiza, desconstrói e historiciza a essência da ontologia religiosa²⁰ e sua metamorfose social, elemento peculiar para nossas considerações.

A propagação e a reprodução dos atos de discriminação e das opressões referentes à homossexualidade, às mulheres, aos negros, com a tônica da suposta defesa dos valores morais, da família e o poder das instituições religiosas, se manifestam no cotidiano dos sujeitos e se reproduz de modo naturalizado.

É preciso, pois, adentrar nas particularidades dessas questões, desnaturalizando os fenômenos e buscando compreendê-los em suas essências.

¹⁸ Mesmo antes de Lukács e não somente do idealismo, mas também do materialismo vulgar, essas problematizações já eram bastante sinalizadas por Marx na superação dialética das proposições, sejam hegelianas, feuerbachianas ou dos economistas clássicos, como sinaliza: “O materialismo tosco dos economistas, de considerar como qualidades naturais das coisas as relações sociais de produção dos seres humanos e as determinações que as coisas recebem, enquanto subsumidas a tais relações, é um idealismo igualmente tosco, um fetichismo que atribui às coisas relações sociais como determinações que lhe são imanentes e, assim, as mistifica” (MARX, 2011, p. 575).

¹⁹ Para Lukács (2010, p. 156), “só o conhecimento e o reconhecimento de que a concepção ‘coisificada’ do ser começou a se separar da prioridade ontológica do ser dos complexos, e a simples explicação causal dos processos dinâmicos separada do conhecimento de sua irreversibilidade tendencial, nos deixa em condições de reconhecer e descrever os problemas categoriais do ser, sobretudo do ser social, na maneira marxista autêntica. Isso, decerto, pressupõe primeiro, uma crítica cuidadosa de toda ideologia burguesa atualmente influente, que chegou ao auge no capitalismo, com as tendências neopositivistas de uma assim chamada ‘desideologização’ de nossos conhecimentos sobre o mundo, para apresentar o sistema atual da ordem econômico-socialmente manipulada como perfeição ‘última’ do humanamente possível, e assim atingir uma concepção do ‘fim da história’, que hoje faticamente já se encontra no estágio inicial de autodissolução”.

²⁰ Sobre a relação entre a ontologia religiosa e a ciência, Lukács provoca: “ofereceu-se a religião, desde a crise do Renascimento, a mais ampla margem para uma livre interpretação do mundo. Se, entretanto, até hoje não se consumou uma completa restauração da imagem pré-corpenicana do mundo, isso não se deve ao novo método do neopositivismo e aos novos resultados gnosiológicos com ele adquiridos, mas ao próprio desenvolvimento das necessidades religiosas, que, pela lógica interna das coisas, não aspiram mais a tal *restitutio in integrum* [restauração completa] [...]. Ela se contenta com um acordo espiritual-científico no sentido de que não há mais uma oposição autenticamente excludente entre a mais avançada ciência natural moderna (em contraste com a dos séculos XVII-XIX) e a posição religiosa diante do mundo” (LUKÁCS, 2012, p. 50-51).

Como afirma Gramsci (2000, p. 206), “a real identidade na aparente diferença e contradição, e procurar a substancial diversidade sob a aparente identidade é a mais delicada, incompreendida e, contudo, essencial virtude do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico”.

Numa sociedade capitalista com expressões de desigualdades tão complexas e fragmentadas, desenvolver as determinações do conceito de alienação como algo central para essa reflexão e perceber como os complexos sociais perpetuam diversas desigualdades que não se dirigem diretamente ao mundo do trabalho esquadriham os elementos de mediação para o esclarecimento da dimensão histórico-ontológica de tantos fenômenos distintos.

O entendimento da relação capital-trabalho, a percepção das contradições do sistema capitalista e os diferentes estágios e facetas da organização do capital, em diálogo direto sobre as mudanças nas expressões dessa questão social, são elementos basilares para essa argumentação (IAMAMOTO, 2007). Essa compreensão precisa explicitar ainda o embate direto com visões incongêneres que, por vezes, distorcem a conjuntura atual, ora naturalizando as desigualdades sociais, ora assumindo um caráter reformista do modo de produção e reprodução das contradições.

Nesse sentido, a compreensão da “questão social” mediatizada pelas questões culturais é o primeiro rastro que podemos evidenciar, a partir de toda essa discussão ontológica sobre trabalho, práxis, reprodução e ideologia, mas é ainda necessário aprofundar essa reflexão.

Esse aprofundamento permite uma visão que antepare uma análise rápida e trivial de algo tão complexo nas relações entre produção e reprodução social, ideologia e cotidiano, alienação e opressão, desenvolvendo um construto a partir do advento da propriedade privada e suas peculiaridades no capitalismo contemporâneo nessa disputa de hegemonia.

Portanto, tomando por base essas afirmações, é preciso perceber que as desigualdades reproduzidas dentro da esfera ideológica vêm sendo construídas através de uma base material mediatizada, mas implacável, a partir de um dado momento da história da humanidade, adotando contornos específicos em várias sociedades e tendo o advento da propriedade privada como questão basilar.

Entre esses contornos, estão o machismo e a heterossexualidade normativa e sua relação inseparável entre a divisão sexual do trabalho, a fomentação da monogamia e a questão da herança dentro das sociedades pós-comunismo primitivo:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: "A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos". Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. [...] iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (ENGELS, 2007, p. 75).

Dessa maneira, o desvendamento desses fenômenos na contemporaneidade perpassa a compreensão dos alicerces de um modelo machista, patriarcal e reforço da heterossexualidade normativa que se consolidou dentro do processo histórico em bases ontológicas similares ao que radicaliza a exploração no capitalismo.

As relações interpostas pela sociedade burguesa e sua sociabilidade pautada na propriedade privada dos meios de produção, na divisão em classes sociais e na exploração dos sujeitos expõem uma estrutura onde a objetivação histórica da ética é limitada e desigual convivendo com sua negação, "o que evidencia o fenômeno da alienação que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente" (BARROCO, 2009, p. 170-171).

Logo, compreendemos que cultura, valores, ideologias são gestadas no âmbito da reprodução social, estando intrinsecamente relacionada com a práxis

concreta dos indivíduos. É nesse contexto que se deve centrar a discussão sobre as mediações culturais da questão social, o discurso discriminatório em defesa da família monogâmica e os preconceitos calcados na heterossexualidade normativa, buscando perceber quais as mediações que permitem a compreensão das formas de preconceitos, como o machismo e a homofobia.

Por isso, torna-se indispensável o entendimento do conceito de alienação, de como, a partir do advento da propriedade privada, das desigualdades sociais e da exploração dos seres humanos entre seus pares, podemos perceber uma intersecção crucial para revelar onde preconceitos, tradições e discriminações se encontraram efetivamente, mostrando também a natureza do viés político do discurso moralista e conservador de defesa da família tradicional e sua inerente base patriarcal, machista e capitalista:

[...] assinalaremos já do início que nós consideramos a alienação um fenômeno exclusivamente histórico-social, que se apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, a partir desse momento, assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras. Logo, a sua constituição não tem nada a ver com uma *condition humaine* geral e tanto menos possui uma universalidade cósmica (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 1).

Nessa perspectiva, concentramos nossas análises sobre os preconceitos cotidianos e a reprodução das opressões numa complexa construção de mediações que visualizem essa perspectiva materialista, sócio-histórica de desnaturalização dos valores e que, indubitavelmente, se depara com o questionamento da essência valorativa de determinados costumes reforçados por indivíduos e instituições sociais e que se chocam com distintas posições na contradição inerente da sociedade.

2.2 Alienação, preconceitos e cotidiano: conexões ontológicas para a compreensão do conservadorismo religioso

Já evidenciamos que elementos como a reprodução das opressões, as ideologias e o fenômeno da alienação não são demandas exclusivas do modo de

produção capitalista. Esclarecemos também que as mediações entre a materialidade da vida social e o plano da reprodução social são repletas de complexos sociais e, nesse sentido, corroboramos o quanto é capcioso o desenvolvimento claro dos fenômenos ocorridos na imediatividade cotidiana individual junto aos alicerces das estruturas sociais.

Por isso, precisamos entender esse diálogo da reprodução dos preconceitos, da categoria alienação e das particularidades do sistema capitalista aprofundando as questões para além dele, por meio da perspectiva ontológica:

Para melhor compreender fenômenos como a alienação, é absolutamente necessário ter sempre presente que, ainda que eles no imediato se manifestem em termos individuais, ainda que a decisão alternativa individual faça parte da sua essência, da sua dinâmica interna, o ser-precisamente-assim dessa dinâmica é um fato social, se bem que muito fortemente mediado por múltiplas interrelações. Se não levarmos em conta estas características, tem-se uma falsa visão de tal ser-precisamente-assim, do mesmo modo que não se entende o ser-precisamente-assim das estruturas e transformações estruturais sócio-econômicas, objetivamente necessárias, em aparências puramente sociais, quando não se considera que existem ontologicamente em sua base – em última instância, ainda que só em última instância – as decisões alternativas individuais (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 11).

As reflexões sobre os preconceitos e suas motivações na sociabilidade contemporânea não é, e nem deve ser, uma análise com visão determinista, relacionando-a de forma direta e exclusiva com os aspectos econômicos e os processos de trabalho.

Há que se perceber a ligação intrínseca e mediada desses elementos, para o entendimento amplo, crítico e profundo do fenômeno, entendendo como e quando as visões pré-concebidas são naturalizadas e reforçam opressões construídas historicamente, subjugando as diferenças em desigualdades sociais.

Ao abordarmos as questões dos preconceitos, estamos diretamente tratando dessa esfera ideológica e do aspecto moral construído socialmente que faz parte do complexo de reprodução de uma dada estrutura, pois “o capitalismo cria as condições para que a moral se objetive predominantemente voltada apenas à singularidade dos indivíduos sociais, numa existência isolada das relações sociais” (BARROCO, 2007, p. 89).

Compreendemos a moral como um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa determinada sociedade, sendo seus significados, funções e valores variados conforme os diferentes períodos históricos – assim, é um fato histórico concebido a partir de uma realidade humana mutável e está diretamente ligada com o conceito de ideologia.

Dessa maneira, sua origem atende as necessidades práticas de regulamentação do comportamento dos indivíduos, cumprindo uma função social no processo de reprodução das relações sociais, pois contribui para a formação dos costumes que se estruturam pelo hábito, orientando condutas, normas e deveres.

Já vimos isso quando Engels (2007), apontando a produção e a reprodução da vida imediata como fator determinante da história, demonstra o estágio humano que corresponde ao advento da propriedade privada dos meios de produção, também plausível à família monogâmica heterossexual.

Essa constatação evidencia a necessidade de perceber a raiz desses elementos que estruturam o modelo de família tradicional calcado no machismo, na monogamia, na heterossexualidade normativa²¹ e sua ligação com o fenômeno da alienação dentro do capitalismo, mesmo porque:

As relações primitivas entre os homens e as mulheres, entre os adultos e as crianças, as formas de parentesco, etc., por mais distintas ao longo do tempo e entre diferentes civilizações, não exibem qualquer traço das relações de poder que são a essência do casamento monogâmico. A entrada na história da família monogâmica representou a gênese de uma nova relação social, de um novo complexo social – que é fundado pela passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado (explorado). Em todos os casos, sem exceção (LESSA, 2012, p. 29).

É nesse sentido que a percepção dos valores vindouros, a partir das

²¹ Nessa complexa discussão, cabe destacar os limites da produção de Engels quanto à questão da heterossexualidade normativa. Capaz de desnaturalizar as relações de monogamia, trazendo argumentos essenciais para o esclarecimento da processualidade histórica e social dos valores e costumes propagados na humanidade, Engels, homem do seu tempo, envolto na discussão da mulher e da família, influenciado pelas ciências naturais e pelo evolucionismo, não conseguiu trazer em seus escritos a mesma visão criteriosa e crítica sobre o tema da homossexualidade – por isso é tão importante a obra construída posteriormente dentro do marxismo-lukácsiano, mas também em outras correntes com os estudos de gênero e dos processos de subjetivação. Mesmo assim, cabe frisar que a argumentação de Engels abriu o leque de possibilidades para a visibilidade do tema, bem como de outras questões, já que traz consigo o entendimento da historicidade dos valores e relações humanas e de como se construiu o modelo patriarcal e machista das relações baseadas na propriedade privada.

modificações nas relações de produção nas comunidades primitivas, a produção de excedente, a propriedade privada, a divisão sexual do trabalho e posteriormente o escravismo são pilares de processos de alienação que têm em si a categoria do “ter”. A perspectiva da posse e da apropriação se metamorfoseia, se complexifica e é expressa na mais complexa sociedade de classes: o capitalismo.

Na sociabilidade capitalista, o trabalho aparece em seu sentido abstrato, aquele que cria valores de troca em prol da acumulação, subsumindo a criação de valores de uso, de objetos para satisfazer as necessidades humanas, manifestando-se sob o jugo do capital que expressa em sua sociabilidade o fenômeno da alienação²².

Nesse estágio de desenvolvimento societal, o objeto produzido pelo trabalhador torna-se ainda mais alheio, “um poder independente do produtor” (MARX, 1989, p. 149). Para Marx, nesse estágio econômico e político, essa objetivação aparece como “[...] desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação, como exteriorização”.

No caso da exteriorização do trabalhador, temos que não apenas seu processo de trabalho se torna estranho, mas também seu produto torna-se exterior, passa a existir fora dele, independente a ele, “tornando-se um poder autônomo [...] a vida que ele conferiu ao objeto se lhe defronta inimiga e alheia” (MARX, 1989, p. 151).

Segundo Marx, esse processo de alienação não ocorre apenas no processo produtivo, mas em quatro estágios: o sujeito se aliena perante o objeto produzido; no próprio processo de produção; em relação a outros indivíduos; e diante do gênero humano.

A caracterização das determinações histórico-ontológica do fenômeno da alienação está encoberta na reprodução da lógica moderna de um estado de coisas e de um construto político-ideológico que assevera a igualdade formal, a liberdade restrita e relativizada e a emancipação política burguesa como um horizonte histórico

²² “O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz só mercadorias: produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral” (MARX, 1989, p. 148).

que perpetua e metamorfoseia um processo de sociabilidade humana voltada para a apropriação do outro, com a desefetivação de suas relações.

O desvendamento da construção desse fenômeno a partir do advento da propriedade privada permite voltarmos às contradições mais precisas dessa questão e evidenciarmos sua incidência em vários planos da vida social, desde a moderna exploração do trabalho até as relações cotidianas entre os indivíduos e sua construção subjetiva:

[...] a partir do momento em que se constituem as classes sociais, uma vez instruída a propriedade particular e realizada a divisão do trabalho as contradições deixam de se manifestar apenas com caráter contingencial, deixam de ser meramente circunstanciais e episódicas (KONDER, 2009, p. 68).

O viés limitado e reforçado de uma lógica voltada para a posse, para a desigualdade e para a exploração constrói relações voltadas para essa mesma direção na cultura, na política, na espiritualidade. O ser humano, eminentemente social, se vê cindido, buscando desenvolver sua sociabilidade e suas expressões de forma limitada e contraditória.

O conceito de alienação não se reflete ao que é comumente reproduzido no senso comum, como algo estreito à ignorância, mero desconhecimento ou ainda inerente a um sujeito sem escolha levado a esmo por algo maior que o engana e não permite resistência. A alienação aqui aparece como algo contraditório, historicamente determinado, com causalidades específicas e que se manifesta de maneira distinta em planos distintos da vida social.

Lembremos que, no desenvolvimento do ser social, questões aparentemente dadas pela natureza, como a alimentação e a sexualidade, são modificadas pela sociabilidade, sem deixar a base natural, mas distanciando-se dela:

Não é necessário, certamente, prosseguir na análise para esclarecer mais uma vez o condicionamento social dos conteúdos e das formas que nas sociedades evoluídas recobrem, replasmam, modificam socialmente a sexualidade biológica pura. Nós aqui estamos voltados às grandes tendências históricas, mas não nos esqueçamos que as suas formas fenomênicas incidem profundamente até nos aspectos corporais e, da maneira de vestir à cosmética, influenciam de

maneira decisiva o funcionamento dos instintos erótico-sexuais que, por sua vez, têm ligações muito estreitas com o desenvolvimento de relações humanas extremamente importantes (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 17).

Portanto, estamos trabalhando a alienação dentro dos complexos sociais, a partir da coisificação do ser humano, da relação que se estabelece como de posse, exploração e opressão, nas mais diferentes esferas, onde o indivíduo não se reconhece no outro, transformando diferenças em desigualdades – e isso transcorre para além do trabalho.

O desenvolvimento da sociabilidade humana vai se aprofundando por uma contraditória relação de superação das barreiras naturais e ampliação potencial da liberdade, ao passo que o incremento da alienação em seu diversos aspectos limitam e metamorfoseiam as relações diversas:

Temos, portanto, que o desenvolvimento das forças produtivas provoca diretamente um crescimento das capacidades humanas, mas pode, ao mesmo tempo e no mesmo processo, sacrificar os indivíduos (classes inteiras). Esta contradição é inevitável, já que implica a existência de momentos do processo social de trabalho, que nós tínhamos visto em análises anteriores, como componentes inelimináveis do seu funcionamento como totalidade [...] e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar, etc. a personalidade do homem (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 6-7).

No caso da sexualidade, isso é bem peculiar para entendermos a reprodução da dominação masculina e, por consequência, o patriarcado e a heterossexualidade normativa. Essas questões não se esgotam dentro das discussões da alienação²³, mas perpassam necessariamente dentro dela:

²³ É necessário sinalizar a importância do entendimento do processo de subjetivação e das relações de poder que outras perspectivas teóricas colocam para a compreensão desses fenômenos em suas dimensões particulares, como “o poder simbólico” trabalhado por Bourdieu (1989), as discussões sobre as relações de poder em Foucault (1979; 1999), bem como as contribuições de Butler (1992; 1990) e das teorias de gênero para a reflexão dos conceitos de sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Apropriando-se criticamente de determinados elementos dessas teorias quanto às questões subjetivas e as relações particulares ao espaço das micro-relações, podemos enriquecer as análises, sob o chão da materialidade histórica e o diálogo entre singularidade-particularidade-universalidade.

O matriarcado e o seu desaparecimento estão entre os grandes fenômenos que foram subordinados à relação entre homem e mulher, mas não se conhece nenhum desenvolvimento, nenhuma formação surgiu ou declinou sem a presença dessa dinâmica evolutiva. Com ela mudam socialmente as funções na relação entre homem e mulher, as quais como momentos da divisão social do trabalho causam – independentemente das intenções e propósitos das pessoas – novas relações sociais de grande peso, mas sem por isto produzir obrigatoriamente no imediato, mudanças profundas na relação humana entre homem e mulher, mesmo tendo sido criados continuamente novos campos de possibilidades para tais mudanças. Com efeito, é claro que após o declínio das formas de vida matriarcais o domínio do homem e a opressão da mulher foram o durável fundamento da convivência social entre os seres humanos (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 25).

Na produção e reprodução de desigualdades, tanto a universalidade quanto a diversidade humana sucumbem às cisões que se alastram e se transformam tanto no plano material como nas mediações e complexos na esfera da cultura.

Nesse aspecto, a “posse” se revela como elemento catalisador interferindo nos mais díspares aspectos da vida social. É por isso que a superação das opressões acaba por perpassar, necessariamente, a superação da alienação, da noção de que “o outro” pode ser uma propriedade.

Sobre essa perspectiva, Lukács (1981, p. 42) afirma que dentro da esfera das questões de gênero e da sexualidade:

Não é possível que a libertação (Befreiung) sexual isolada leve à verdadeira solução, o problema central, aquele de tornar humana as relações entre os sexos. Sobretudo existe o perigo do quanto o desenvolvimento fez até hoje para tornar socialmente humana a pura sexualidade humana (erotismo) seja de novo perdido. Só quando os seres humanos tiverem encontrado relações recíprocas que os unifique como entes naturais (tornados sociais) e inseparavelmente como personalidades sociais, será possível superar verdadeiramente a alienação na vida sexual.

Compreender as conexões tortuosas que ligam fenômenos particulares só é possível quando realizamos as ponderações supracitadas entre a redoma do trabalho – como categoria fundante do ser social –, evidenciando a processualidade

transformadora da sociabilidade humana, explicitando o desenvolvimento de outras práxis e mediações no inerente exercício de transformar o meio em que vive, a si mesmo e o seus pares nesse processo.

O debate que predomina na cultura separa o processo de subjetivação e o processo de objetivação. Se você separa isso ou você vai dar num fatalismo materialista ou você vai dar num subjetivismo cultural. Os homens só projetam, só tem teleologia, a partir de necessidades históricas fundadas e eles só desenvolvem essas necessidades históricas fundadas (que devem ser conhecidas em tais condições objetivas da vida) se eles tiverem possibilidades concretas, eu estou falando de liberdade. Liberdade é possibilidade que o homem tem ou não de escolher entre alternativas concretas. Se ele não tem escolha entre alternativas concretas ele vive no reino da necessidade e se ele vive no reino da necessidade a possibilidade de objetivar-se e desenvolver a sua subjetivação estão lá no chão. Passagem famosa de Marx: levem um homem faminto num espetáculo teatral, numa ópera e vejam o resultado. Ora, se os homens estão atados aos seus limites mais estreitos, se eles vivem uma regressão do seu ser social, ou seja, se eles não vão além do primeiro ato da vida que é o ato da produção material, para consumir, para garantir a sua própria existência, eles não podem desenvolver forma de consciência social desenvolvida (BRAZ, 2011).

Entre a complexidade evidente dentro de um modo de produção e reprodução social altamente desenvolvido, instituições e relações sociais ficam características igualmente complexas, distantes de causalidades diretas e guardando contradições, limites e possibilidades peculiares.

Se há uma inequívoca desigualdade insuperável no modo de produção capitalista, este denota a perpetuação e a radicalização daquilo que se fundou no advento da propriedade privada, agora sob o véu da igualdade formal e da real condição material, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, de uma emancipação humana não efetivada pela conservação da exploração do trabalho e da propagação de outras desigualdades no campo da cultura como expressão e reforço da alienação e ainda como limites e possibilidades a serem disputados dentro das fronteiras do capitalismo²⁴.

²⁴MACÁRIO (2013,p.189) destaca: "O progresso feito pela forma social capitalista consiste, neste particular, em ter criado forças produtivas e formas de intercâmbio universais. As primeiras põem a base da diminuição progressiva do trabalho necessário à produção econômica e da conseqüente liberação de tempo para outras atividades. E já que o intercâmbio se realiza no plano mundial lastreado em premissas puramente sociais, abre-se um leque de possibilidades concretas de que ele seja assumido e dirigido conscientemente pelos homens. Para tanto, é necessário superar as

Sobre a igualdade de gênero, por exemplo, Lukács interroga se a entrada no mercado de trabalho pela mulher e suas conquistas superaram as desigualdades e a alienação dessa natureza. Ele mesmo responde:

Ninguém poderia responder afirmativamente; ao contrário, a situação de crise torna-se sempre mais manifesta e mais extensa. Nos ocorreu de tratar do assunto em outro contexto como muitos dos modernos movimentos sexuais, mesmo intencionando libertar a mulher da sua alienação na relação com o homem, se comparados no plano ideológico do movimento operário revolucionário enquanto luta de libertação da alienação econômico-social, se encontram ainda no plano do ludismo, ou seja, em um nível de fato extremamente primordial. Neles encontra-se a razão que o mero progresso material como base da autonomia econômica na conduta de vida da mulher, como dismantelamento econômico das velhas formas sociais de alienação, tem ainda contribuído muito pouco para resolver verdadeiramente os problemas, para impor a igualdade efetiva das mulheres no trabalho e na vida familiar (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 42-43).

Nesse sentido, o autor ainda assevera a importância dos movimentos de mulheres em suas causas específicas, entendendo-o como um espaço de possibilidades, mas sublinhando a necessidade de uma luta muito mais profunda e que dimensione questões ontológicas:

A subalternidade sexual da mulher é certamente um dos princípios basilares da sua subalternidade em geral, tanto mais quanto as atitudes humanas que lhes correspondem não apenas são parte relevante na vida ideal e afetiva do homem, mas no curso de milênios foram profundamente incisivos na própria psicologia feminina e formaram sólidas raízes. A luta pela libertação da mulher contra essa sua alienação, porém, no plano ontológico não é só dirigida contra os impulsos alienantes que derivam do homem, mas deve também apontar em direção à própria auto-libertação interior. Sob tal óptica o moderno movimento sexual é uma semente nitidamente positiva, progressiva. Nele – conscientemente ou não – contém um desafio de guerra contra aquela ideologia do “ter” que, como vimos em Marx, é uma das bases fundamentais de toda alienação humana, e que nesse campo não poderá ser derrotada se não for extinta de modo radical a subalternidade sexual da mulher (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 42-43).

Quando a conjuntura favorece ao capital, as particularidades diversas das questões envoltas no plano da cultura tomam contornos distintos. A funcionalidade das desigualdades ficam seus alicerces na materialidade, nessa explícita desefetivação humana calcada no não reconhecimento do outro como congênere, na lógica da posse e da coisificação, mas também numa expressão funcional e explícita ao modelo de exploração e acumulação capitalista.

Isso acontece tanto como possibilidades funcionais para essa exploração do trabalho na própria esfera da produção, a exemplo da desigualdade salarial das mulheres no mercado de trabalho, como na esfera da circulação e do consumo, abarcando as demandas e lutas dos setores historicamente oprimidos.

Essas características têm ainda uma última questão que julgamos importante. Trata-se do reforço de um viés particularista de que cada demanda social, como a afirmação da luta por direitos de forma fragmentada, sem um projeto coletivo amplo e radical de superação das desigualdades, acaba por reproduzir as contradições. Assim, os possíveis avanços dentro da afirmação de direitos desses segmentos têm sua inequívoca face positiva na disputa social pelo fim das opressões, mas também releva os desafios para a superação efetiva, principalmente quando se perpetua a desarticulação das diferentes bandeiras de lutas e o reforço das disputas numa espécie de viés corporativista:

De fato, a sexualidade se vista como um “copo d’água”, para usar a expressão da comunista Kollontai, tem dentro de si um amplo componente que corresponde em grande parte àquela sexualidade masculina com a qual os homens têm por milênios alienado as mulheres, porém alienando também a si mesmos. O freqüente converter-se destes movimentos em coisas burguesas vulgarmente obsoletas, que sob o manto de uma excentricidade pornográfica, possam conduzir a uma apoteose do autêntico masoquismo, à subjugação absoluta da mulher por escolha dela mesma, é um exemplo que coloca às claras, com evidência este perigo, este limite no processo de libertação (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 43-44).

A complexidade das relações de poder dentro da sociabilidade contemporânea corrobora, assim, com um processo de alienação do outro e de autoalienação. O desenvolvimento da lógica de apropriação²⁵ se constitui numa teia

²⁵ A categoria apropriação, especificamente nos estudos das relações de gênero, foi desenvolvida por Guillaumin em 1978 e nos oferece pistas para o entendimento dos processos de servidão e

de planos e faces da vida humana que é muito mais complexa do que uma análise direta entre “dominadores e dominados”, onde no cotidiano os diferentes papéis da vida social também colocam diferentes formas de relações de poder²⁶:

Pensemos no caso, não raro também no movimento revolucionário dos trabalhadores, de que um bom combatente, disposto ao sacrifício, percebe o estranhamento no trabalho e luta de modo coerente, mas em relação à mulher não lhe ocorre nunca sequer libertá-la de seus grilhões etc. A superação social definitiva do estranhamento, precisamente por isso, só pode se realizar nos atos da vida dos indivíduos, em seu cotidiano. Mas isso em nada muda o caráter primário da sociabilidade; apenas mostra como são complexamente entrelaçados também aqui, propriamente aqui, os momentos do estranhamento que atuam no plano da pessoa singular e no plano da sociedade (LUKÁCS, 2010, p. 244).

A percepção de um dinâmico e contraditório, porém, coerente modo de vida que reproduz valores e relações de desigualdades, se revela ainda mais claro. O processo de produção e reprodução de ideias, valores e costumes se referencia num sentido sócio-histórico amplo e eficaz nos diversos espaços, na linguagem, nas instituições sociais e no cotidiano.

Esse processo, contudo, não é dotado de tranquilidade, guardando espaço para diferentes formas de percepção e de respostas dentro da capacidade

escravidão contemporâneas. A apropriação engloba a exploração e a opressão. “Por meio da sexagem as mulheres são resumidas ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito a sua força de trabalho, mas também ao seu corpo e à sua vida”. Em outras palavras, a sexagem denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam “coisas” (GUILLAUMIN, 1978, p. 146). Para Cisne (2013, p. 150), as expressões particulares dessas relações de sexagem que provocam a apropriação do conjunto das mulheres, bem como do corpo individual de cada uma delas são, de acordo com Guillaumin: “a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) a carga física dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade, bebês, crianças, idosos ou doentes e deficientes), assim como os membros válidos do sexo masculino”.

²⁶ Sobre as relações de poder e o entendimento dicotomizado entre dominadores e dominados, torna-se crucial o retorno a algumas considerações trazidas por Foucault. O referido autor não parte de uma teoria geral do poder, mas o compreende como relação que se esparrama como teia na vida cotidiana. Ninguém está destituído dele, daí a compreensão de uma microfísica do poder. O Estado não seria o aparelho único e central do poder, pois há exercício do poder para além do aparelho estatal, acontecendo de maneiras variadas e heterogêneas. A existência de outras relações de poder não interligadas diretamente e nem emanadas do Estado, significa dizer que tal ente não funda todas as formas e manifestação de poder, uma vez que este ocorre por níveis variados em nexos distintos do tecido social. Assim, “os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado [...]”, mesmo porque o poder “[...] intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder” (MACHADO, 1979, p. 12).

inerente humana de transformação, mesmo que isso ocorra dentro dos limites estruturais e da conjuntura histórica:

A alienação de cada indivíduo se desenvolve pelas suas interações com a própria vida cotidiana. Esta é, no seu conjunto, e nos aspectos particulares, um produto das relações econômicas cada vez dominantes e, obviamente, são estas últimas que exercem os influxos em última análise decisivos sobre os homens, também na esfera ideológica. Isto não entra em contradição com o fato de que o medium entre a estrutura econômica geral da sociedade e o indivíduo seja justamente o ser da vida cotidiana, o qual, ao contrário, dá consistência aos conteúdos e às formas daquele momento. Por isso, quando se procura examinar um fenômeno ideológico na sua essência, na sua atualidade, nas suas linhas de transformação, etc., não é possível pôr de lado os problemas da ontologia da vida cotidiana (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 73).

Essas ponderações de ordem teórica servem para explicitar a seara de reprodução dos preconceitos e de como o pensamento conservador se dissipa com a finalidade de minar quaisquer grandes transformações na base social e em seus valores, possibilitando a precisão de que buscar entender o plano da ideologia não é nem deslocá-la de seu caráter histórico e socialmente referenciado na materialidade, nem propagar um viés reducionista que assimile uma análise de uma ligação direta e mecânica com ela.

Quando Mézáros (2004), na introdução de *O Poder da Ideologia*, nos provoca trazendo os sinônimos das palavras “conservador”, “liberal” e “revolucionário” a partir de um dicionário, ele nos mostra o quanto é simbólico e como deve ser cuidadoso o entendimento dos valores culturais perpetuados em todas as esferas da vida social.

De fato, é algo deveras revelador quando, numa publicação supostamente objetiva, que mostra “o real significado das palavras”, o termo “conservador” apareça com sinônimos como de “comedido, discreto, de bom gosto, despretensioso, moderado, quieto, sóbrio, prudente, regrado, equilibrado, reservado” (MÉSZÁROS, 2004, p. 54), ao passo que “liberal” vem, em seguida, significando “aberto, avançado, despreconceituoso, indulgente, progressista, radical, tolerante, generoso, mão-aberta, pródigo, abundante, exuberante” (MÉSZÁROS, 2004, p. 54) e, por último, “revolucionário” é apresentado como “enfurecido, extremista, extremo, fanático, radical, ultra”.

O que o autor problematiza e traz à tona é o quanto tudo está “impregnado de ideologia” (nas próprias palavras dele). Assim, pensar em preconceitos e em conservadorismo é refletir sobre um processo complexo e amplo para a manutenção de algo.

A ideologia, como vimos anteriormente, não trata de uma esfera que se limite a um falseamento do real; embora esse possa ser uma expressão daquilo, pois é algo muito mais profundo, com função social clara e que guarda em si força, intensidade, contradições e possibilidades de disputas concernentes ao tempo histórico dela.

As afirmações positivas e não tão distantes do que é ser “conservador” e “liberal” sugerem também a reveladora proximidade de tais posicionamentos nos limites da sociedade burguesa, posto que a negatividade do que é ser revolucionário igualmente demonstra que a dinâmica da sociabilidade atual constrói exatamente um bojo no campo das ideias que busca reforçar os limites de transformações profundas na sociedade.

Nesse sentido, o campo de manutenção e progresso no âmbito dos direitos fica circunscrito aos limites da sociedade capitalista, do Estado moderno e da democracia liberal como esfera máxima e possível. As dissidências, a partir desse prisma, vão suprimir aquilo que parece admissível e que pode ser assimilado pela ordem do capital, isto é, que precisa aquecer a acumulação e o mercado.

Flutuar entre o reacionarismo e o reformismo é a forma ideal para administrar manutenções, regressos e mudanças no plano da reprodução social para a ampliação da hegemonia burguesa, o que perpassa pela dilatação ou supressão de direitos de segmentos para além das classes, como mulheres, negros, imigrantes, homossexuais etc.

Um período contrarrevolucionário tão extenso quanto este que vivemos opera um efeito simétrico. Mascara as contradições e insere, tanto nos atos individuais quanto nos processos sociais, necessidades, possibilidades e alternativas centradas no indivíduo cindido do processo histórico mais global. Os processos valorativos são, nessa circunstância, permeados pelo individualismo, a ciência exerce sua função social em meio a nuvens de preconceitos e credices, a reflexão estética se dissolve pela falta de conteúdo; em uma palavra, a reprodução da sociedade e dos indivíduos se fixa na particularidade estreita e mesquinha da propriedade privada. É a

efetivação plena da alienada cisão entre o singular e o social, entre o indivíduo e o gênero humano que Marx, em *A questão judaica*, caracterizou tão precisamente como a cisão *citoyen/bourgeois*. (LESSA, 2012, p. 77).

Se exploração e opressões conjugam, ora diretamente, ora e, cada vez mais, mediadas pelos complexos de complexos da sociedade contemporânea, a formação e disseminação dos valores que sublinham tais fenômenos se consolidam em esferas e instituições diversas e garantem sua eficácia desde as densas correntes teóricas do pensamento social, passando pela faceta política de modelo de Estado e sua administração, até chegar ao cotidiano dos indivíduos através de muitas instituições ao longo de sua socialização com a família, a escola, a mídia, a religião, onde:

A ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, dos mais baixos aos mais refinados. De fato, há muitos modos pelos quais os diversos níveis do discurso ideológico se intercomunicam. [...] Compreensivelmente, a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicados às questões defendidas pelos defensores da ordem estabelecida (MESZÁROS, 2004, p. 59).

O conservadorismo aparece de várias formas, assimila e é assimilado pelas condições dos novos tempos com a facilidade daquilo que deve ser naturalizado para que não se mude o essencial. Esse fenômeno germina, seja no campo da ciência ou da política, mas se revela também e mais fortemente na esfera do cotidiano, por meio dos valores que constroem os preconceitos mais arraigados em nossa sociedade.

Portanto, se as disparidades não se limitam ao plano material, também as conexões que ligam preconceitos, conservadorismo, ideologia e desigualdades não se encerram nesses planos. O processo de disseminação dos valores perpassa por uma esfera privilegiada por suas nuances, que é a formação subjetiva e o cotidiano:

O homem é por princípio um ser que responde, a maior razão disso é a sua individualidade. Sem sínteses pessoais do desenvolvimento das capacidades, sem a elaboração de respostas pessoais àquelas questões cujo domínio prático torna-se possível pela capacidade desenvolvida, não haveria nunca qualquer individualidade. No interior desta identidade, das profundas raízes sociais, se desenvolve em seguida em todos os níveis, ainda que freqüentemente em modos extremamente diversos, o princípio da diversidade, o qual deriva do fato de que as formas de consciência pertencentes ao gênero em-si são efeitos obrigatórios do desenvolvimento das forças produtivas; sem elas não seria objetivamente possível um progresso desse tipo (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 32).

Agnes Heller apresenta a discussão dos preconceitos como fundamental para o entendimento da vida cotidiana. Ela os define como “juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão” (2008, p. 68).

A autora reforça a compreensão dos preconceitos como eminentemente históricos, atrelados aos juízos de valor que estão fundados em determinadas concepções de mundo. Esclarece ainda que, quando falamos de valores nesse sentido, precisamos entender que

[...] são de valor positivo as relações, os produtos, as ações as idéias sociais que fornecem aos homens maiores possibilidades de objetivação, que integram sua sociabilidade, que configuram mais universalmente sua consciência e que aumentam sua liberdade social. Consideramos tudo aqui que impede ou obstaculiza esses processos como negativo, ainda que a maior parte da sociedade empreste-lhe um valor positivo (HELLER, 1972, p. 78).

Lembremos que, no processo de formação de consciência, o ser humano passa necessariamente pela socialização primária, por uma formação que incide em sua subjetividade e que permite se inserir em uma sociedade com uma lógica e com valores determinados.

Essa socialização é necessária para a sobrevivência do indivíduo na coletividade e também para que a produção coletiva aconteça. O conjunto desses

conhecimentos que se inserem na esfera cotidiana carrega elementos que têm uma função social fundamental no processo de socialização do indivíduo²⁷.

Ocorre que, numa sociedade limitada pelas condições socioeconômicas, a socialização e a formação da consciência se encontram nos limites dela e em suas contradições, com valores e desvalores. Estes últimos, por sua vez, circunscrevem a estrutura que impera ante a plenitude do gênero humano, mesmo que apareça como sinal de normalidade:

Os objetos e conteúdos de nossos preconceitos podem ser de natureza plenamente universal; podem referir-se à totalidade de nossa natureza ou de nossa classe, às proposições morais ou religiosas, etc. Em troca, as motivações e as necessidades que alimentam nossa fé e, com ela, nossos preconceitos satisfazem sempre nossa própria particularidade individual. Na maioria dos casos, fazem-no de modo direto, sem mediação: crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. Mas, muitas vezes, o mecanismo é também indireto: nossa vida, que não pôde alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, consegue então um “sentido” pleno no preconceito (HELLER, 2008, p. 69).

A propagação de preconceitos e desvalores acontecem de maneira complexa, tal qual é a necessidade de propagação de um *ethos* que abarque tantas mediações como na sociabilidade contemporânea. A esfera do cotidiano como um espaço com dimensão insuprível da sociabilidade é também e principalmente o

²⁷ Em outro prisma teórico, Gadamer contribui para o entendimento dos preconceitos, a partir da hermenêutica, evidenciando a esfera da linguagem e seu caráter histórico, onde o passado é condição para o desenvolvimento dela e lócus de reprodução de valores. O autor encara a complexidade da relação entre preconceitos e tradição percebendo que estes são constitutivo da vida humana, que, por possuírem caráter histórico, se configuram como algo muito maior do que juízos de valores individuais, mas prova da historicidade do ser singular em algo mais amplo. Assim, propõe ressignificar a ideia de tradição e autoridade, “porque a autoridade é tradição” (p. 265). Podemos a partir daí lançar mão da profunda e fértil contribuição que a análise da condição da expressão linguística e sua força na naturalização das relações mantêm no processo de mediação com a materialidade da vida humana, posto todo o aparato argumentativo que evidenciamos a partir das contribuições marxianas-lukacsiana, que possibilita o entendimento do salto ontológico a partir do trabalho, do desenvolvimento do ser social e de outras práxis, por via, inclusive, e com grande força, da linguagem articulada como elemento crucial nesse processo. Gadamer vai tratar das dimensões positivas dos preconceitos e da impossibilidade de uma crítica totalmente isenta e radical deles, pois no seu entendimento há uma esfera positiva para o conhecimento que é perpassado a partir da processualidade histórica, que permite a interpretação do real, pois “o horizonte do presente é a finitude do próximo em sua abertura para o longínquo. É somente nessa tensão entre o outro e o próprio, entre o texto do passado e o ponto de vista do leitor, que o preconceito se torna operante, constitutivo da historicidade” (p. 116). Assim, o autor coloca que se deve combater os preconceitos negativos e afirmar os positivos para o desenvolvimento humano.

espaço da imediatividade e da superficialidade, onde a naturalização das questões aparece.

A ultrageneralização vai se perpetuando num contexto que se apresenta heterogêneo e pragmático. Para Heller (2008), de certa maneira assumimos estereótipos e analogias já determinados socialmente. Às vezes passamos muito tempo para compreender que esses esquemas apreendidos, por vezes, podem legitimar diferenças e naturalizar moralmente as desigualdades.

A reprodução dos preconceitos discriminatórios não se estabelece sempre de maneira explícita, ou consciente. As próprias dimensões do cotidiano e a naturalização dos valores, costumes e atos confundem aquilo que é, de fato, necessário para a produção e reprodução da vida social humana com aquilo que é elementar para uma determinada lógica estabelecida por limites historicamente postos pelas desigualdades sociais.

Essa característica supracitada é crucial para o entendimento da complexidade dos preconceitos, pois revela que, por vezes, a reprodução das desigualdades e atos de violência tomam contornos submersos nas trivialidades, nas palavras, nos olhares etc.

O preconceito, embora apareça no plano singular, não é resultante dele, muito menos apenas um fenômeno do campo das ideias. Quando manifesto em discriminação, ele se revela como expressão, processo relacional, ato.

A atitude preconceituosa é marcada por uma predisposição que reflete algo para além da singularidade, como expressão de desigualdades que estão fora daqueles sujeitos, fenômenos construídos socialmente e que aparecem naquele plano como verdades imutáveis.

Rememoremos o desenvolvimento histórico das forças produtivas²⁸ e das relações de produção que retroalimentam a reprodução social e a complexidade processual, o qual revela relações sociais com um grau mais elevado de

²⁸ “O surgimento das classes sociais e o de complexos parciais como a política, a educação escolar, o direito e o valor de troca como regulador da economia dão prova disto. Daí é possível derivar o seguinte: o gênero humano produz leis que tendem à universalização (lei do valor, mercado mundial), tornando-se cada vez mais unitário, o que só pode ocorrer pela diversificação das mediações internas, vale dizer, pela expansão e aprofundamento das diferenças parciais. É este o terreno onde surge e se reproduz a individualidade ou a personalidade, hoje mistificada pela ideologia do individualismo possessivo narcísico” (MACÁRIO, 2013, p. 190).

complexidade, atingindo grupos de pessoas cada vez maiores e com intensidades muito mais fortes.

É a partir daí que, ao mesmo tempo, uma tendência à heterogeneidade também se revela, quando esse fenômeno passa a abarcar diferentes setores, exigindo mecanismos mais complexos no plano da coletividade, mas também indivíduos mais complexos:

Em poucas palavras: para articular a vida de todos os indivíduos em uma única história o desenvolvimento social necessitou de um elevado número de novos complexos sociais, de novas mediações, que o tornaram muito mais contraditório, diferenciado e heterogêneo se comparado com o seu ponto de partida. A crescente heterogeneidade, portanto, não apenas não se contrapõe, como é uma necessidade para o desenvolvimento de relações sociais crescentemente genéricas que articulam o destino de cada indivíduo ao destino de toda a humanidade (LESSA, 2012, p. 41-42).

A disposição à ultrageneralização é uma característica precisa dentro do cotidiano. As afirmações de valores ou “desvalores” são desenvolvidas nessa esfera como naturalização de costumes e visões de mundo, da mesma forma em que é necessário reproduzir formas de consciências individuais para o convívio em sociedade, por meio do ensino daqueles triviais atos como “o que comer”, “o que e como se vestir”, “como falar”, a que nos referimos lá no início da discussão sobre reprodução social.

A acumulação de conhecimento e a capacidade teleológica vão convir para a reprodução também de formas de entender e julgar diferenças, desigualdades e suas manifestações coevas no que é ser homem, no que é ser mulher, na sexualidade, no conceito de família, na aceitação ou intolerância ante costumes diversos do que é atribuído como padrão.

Nesse processo, a afirmação e a reprodução da alienação dentro do cotidiano se revelam como um fenômeno multifacetado, onde há espaço para apreensões e níveis distintos da percepção dos preconceitos na construção da personalidade, no desenvolvimento das questões subjetivas e das alternativas históricas.

A suspensão do cotidiano para a problematização de determinadas posturas e valores parte também das arestas de desigualdades que se revelam no

plano imediato e pode ser o ponto de partida para um aprofundamento do sujeito, “como ser que responde” por sua práxis, desenvolver, dentro das possibilidades postas, um olhar diferenciado para apreender as particularidades obscurecidas na naturalização da cotidianidade:

[...] a alienação no singular representa apenas um conceito teórico abstrato. Se quisermos penetrar com o nosso pensamento até o seu verdadeiro ser, devemos ver que a alienação como fenômeno real do ser social pode apresentar-se na realidade somente de forma plural. Com isto não estamos nos referindo simplesmente às diferenças individuais no interior desse fenômeno existente; todo conceito geral, de fato, tem como sua base de ser uma tal diferenciação entre vários singulares [...] Que as alienações têm um modo de ser plural, significa, ao invés, muito mais, isto é, que se dão complexos dinâmicos de alienação e de tentativas subjetivas, conscientes, de superá-las e que tais complexos são qualitativamente diferentes entre si. De fato, as alienações singulares (einzeln) possuem no plano ontológico uma tão ampla autonomia recíproca, que na sociedade são freqüentes as pessoas que, enquanto combatem os influxos alienantes em um complexo do seu ser aceitam contrariamente outros complexos sem opor qualquer resistência, aliás, não é raro que entre tais linhas de atividade contrapostas – do ponto de vista da alienação – exista um nexos causal que influi fortemente sobre a personalidade (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 38).

Assim, a representação cotidiana da alienação não é um aprofundamento das desigualdades que ocorrem de modo inerte e entre sujeitos passivos: ao contrário, é dotado de tensões e fendas contraditórias que se espraiam sobre a aparente vivência natural.

Os sujeitos podem partir de suas próprias experiências para desenvolver um processo relativo de superações sucessivas das condições cotidianas de afirmação dos preconceitos. Esse é um movimento de negações, crises e questionamentos que são vivenciados de diferentes formas pelos indivíduos.

À contraditoriedade do desenvolvimento desigual neste campo se exprime de duplo modo: por um lado, tem-se certamente por norma, e é determinante para a práxis social, a valoração positiva da forma realmente assumida pela integração no caminho em direção positiva da forma realmente assumida pela integração no caminho em direção ao em-si do gênero humano: mas é possível que indivíduos singulares, antecipando com o pensamento a tendência da história, exprimam um entendimento que vá em direção ao ser-para-si unitário do gênero humano e, freqüentemente, não sem uma notável

inclinação social. Por outro lado, pelo contrário, e também disto já falamos, se verifica um movimento defensivo contra este progresso, se combate o amanhã em nome de hoje. Ambos estes movimentos, que na história assumem as formas mais disparatadas, implicam numa aprovação ou negação de valores, significam conflitos objetivos entre valores objetivos; ambos surgem necessariamente do terreno criado pelo respectivo desenvolvimento econômico-social (LUKÁCS, s.n.t.a, p. 40).

Eis aí o aspecto decisivo dos diversos complexos e instituições sociais em diálogo perene com a dimensão do cotidiano: quando se afirma “combate o amanhã em nome de hoje”, temos uma expressão que pode ser reforçada ou contraída a partir das disputas de hegemonia na sociedade.

Na tessitura entre múltiplos planos da vida social, o reforço da naturalização cotidiana torna-se ainda mais eficaz por meio de complexos e instituições que possam sublinhar o “sentido da vida cotidiana” e suas contradições. Daí a religião ser um complexo emblemático por sua própria função e natureza social e, por isso, Lukács (s.n.t.c, p.138) considera a:

[...] alienação religiosa enquanto modelo de todas as alienações mediadas prevalentemente pela ideologia. A função social primária de toda religião é a de regular a vida cotidiana daquela sociedade ou daquelas sociedades nas quais ela consegue ser dominante. Antes existia um período de magia. Mas até então para toda comunidade, por menor e mais primitiva, era uma questão vital aquela de regular diretamente de qualquer modo a convivência cotidiana, de conciliar a práxis cotidiana de cada um dos indivíduos com os interesses gerais, embora no início fosse mínima a esfera conflitual. Antes que se verificasse a diferenciação em classes, antes que os indivíduos, até então diluídos na vida comunitária, começassem a desenvolver de maneira distinta as próprias necessidades pessoais tal regulação podia funcionar de modo largamente espontâneo mediante a transmissão das experiências e os conseqüentes costumes, tradições, usos etc.

O desvendamento da alienação religiosa para Lukács é fundamental para a crítica de todas as outras alienações que também estão no plano da ideologia. Contudo, isso ocorre não porque dela surgem as cisões, ou por ser alicerce das contradições, mas sim por seu desenvolvimento a partir do processo de produção e reprodução da vida social em determinado tempo histórico, por sua capacidade de metamorfosear-se, por meio das superações sucessivas ao longo do

desenvolvimento da sociabilidade humana e, principalmente, por seu cerne naturalizador de valores:

[...] a religião compartilha com os modos fenomênicos mais importantes do espírito absoluto mesmo aquelas formas organizativas que, sem eliminar-lhes a natureza ideológica, a eles atribuem também os aspectos da super-estrutura (aparato de poder para enfrentar a luta nas crises ideológicas). [...] basta lançar um olhar sobre a realidade histórica para se perceber que a religião é um fenômeno social universal: desde o início – e em muitos casos até muito depois – é um sistema para regular por completo a vida da sociedade; sobretudo satisfaz a necessidade social de regular a vida cotidiana dos homens, de uma forma tal de ser capaz de exercer de uma maneira ou de outra um influxo direto sobre a conduta de vida de todos os indivíduos em questão. (Esta função geral assume obviamente nas diversas sociedades aspectos muito diferentes. [...] Isto produz em cada religião uma certa tendência a usar todos os meios para exercer tal influxo. Da tradição até ao direito, a moral, a política, etc. não há setor ideológico socialmente significativo que a religião não tivesse tentado dominar (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 91-92).

Já sinalizamos e voltaremos a retomar, *a posteriori*, que as reflexões acerca da religião no pensamento marxiano e nas vertentes do marxismo concentram questões complexas e dimensões que precisam ser explicitadas para não reproduzir as bravatas superficiais da mera crítica contra as religiões, sem constatar o que de fato se constrói nessa perspectiva²⁹.

Seja nas críticas a Hegel ou a Feuerbach, Marx constitui uma noção da religião como construção humana em sociedade, mas que não tem o status de centralidade da vida social, sobretudo no complexo desenvolvido dentro da sociabilidade burguesa.

Dessa forma, seu interesse no debate da religião é perceber a natureza e os limites da ontologia desenvolvida nesse âmbito, sua transformação e unificação aos paradigmas da modernidade, convivendo ao lado da ciência burguesa e, por último, mas não menos importante, a sua existência contraditória e complexa como coparticipante da reprodução ideológica dentro do cotidiano dos indivíduos. Lukács (s.n.t.c, p. 80) afirma que, a partir das considerações de Marx, se percebe que:

²⁹ “O elemento chave deste novo método para a análise da religião é aproximar-se dela como uma das diversas formas de ideologia – ou seja, da produção espiritual de um povo, da produção de idéias, representações e consciência, necessariamente condicionadas pela produção material e as correspondentes relações sociais” (LOWY, 2009, p. 3).

O problema da emancipação religiosa está, portanto, resolvido e ao mesmo tempo não resolvido [...]. A mudança se verifica, em termos substancialmente iguais, em todas as esferas da vida. [...] Somente a revolução social que subverte efetiva e radicalmente as bases reais da vida social dos homens tem condições de fornecer uma solução real para a alienação religiosa, assim como para todas as formas de vida mundana do homem [...]. Tudo isto não apenas faz nascer a grande perspectiva histórico-universal de superação da alienação religiosa, mas nos fornece também um significativo panorama de todas as alienações produzidas pela sociedade. Isto não significa que a religião não seja mais vista como uma das formas relevantes entre as alienações humanas, simplesmente é inserida no contexto social global de todas as outras. As bases econômicas desse complexo universal de alienações, historicamente necessárias e não só todas as implicações filosóficas que dele derivam, são examinadas a fundo por Marx na obra sucessiva, *Os manuscritos econômico-filosóficos*.

A noção de religião aparece, aqui, como um fenômeno social e histórico, percebido em seus mais diversos aspectos, produto da atividade social humana, reprodução e mediação de determinados valores e, por último, como espaço de relativa possibilidade para a inquietação, ainda que mitificada, de diversas questões: “[...] a religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. A religião é o ópio do povo” (MARX, 2005, p. 145).

No pensamento marxiano, a dimensão de fetiche das relações é apenas uma faceta dessa questão. Ela deve necessariamente ser apreendida sobre as condições históricas de seu desenvolvimento e refletida não como protagonista do desenvolvimento das alienações, mas como mediação.

É preciso abranger essa dimensão com seu caráter multiforme e capilarizado sobre a esfera cotidiana da religiosidade, em relação ao construto ideológico que advém de determinadas condições materiais e de conhecimento da humanidade e que se transforma e se renova por meio do tempo e do entendimento político das instituições que organizam e fortalecem essa esfera.

De acordo com o grau do desenvolvimento sócio-econômico de uma sociedade, e de acordo com o nível, com as formas, com os conteúdos, etc. das lutas de classe, o modo pelo qual é exercida na prática esta paralela conduta ideológica leiga e religiosa exhibe também formas extremamente diversas. A única coisa certa é que – até quando haja completa convergência entre os comandos e proibições que os dois grupos procuram impor – os meios para consegui-lo se apresentam como extremamente diferentes. O direito,

por exemplo, intenciona dominar a vida cotidiana dos homens, no interesse de uma certa classe a um dado grau de desenvolvimento econômico, sobretudo com a ameaça geral de penas; para considerar alcançado este objetivo, basta que tais comandos e direções sejam em larga medida respeitados pela maioria das pessoas. Ora, é totalmente possível, e na maior parte dos casos ocorre realmente que a regulação religiosa tenda a resolver os mesmos problemas de maneira – em última instância – igual ao direito. Todavia, os seus meios terão específicos acentos qualitativos que freqüentemente vão muito além do possível raio de ação do direito [...] (LUKÁCS, s.n.t.c, p. 92-93).

Se as proposições lukacsianas nos permitem compreender a essência das questões religiosas ao evidenciar, em suma, um atributo que chega à mitificação da ontologia do ser social e, a partir disso, reproduz a naturalização de tudo aquilo que foi construído socialmente sob determinações específicas, o entendimento do plano das disputas ideológicas e políticas nos coloca a possibilidade de desenvolver uma reflexão sobre essa linha tortuosa e fluida que se reproduz entre instituições, doutrinas e os dimensionamentos cotidianos de suas crenças.

Para tanto, trouxemos à tona as importantes contribuições gramscianas³⁰ sobre as disputas recorrentes e a diversidade de pensamento dentro das religiões, com uma pluralidade de correntes, métodos e defesas institucionais, além de evidenciar divergências internas também nas mesmas religiões.

Os referidos elementos nos permitem entender, primeiro o aspecto político, histórico e dinâmico das religiões, que se metamorfoseiam ao longo do tempo; segundo, num plano mais particular, apreender as aparentes incoerências individuais entre posicionamentos quanto a diferentes temas; terceiro, as crises morais e éticas frente aos debates da ordem do dia, seja no plano da sociedade geral, seja no envolvimento com determinado projeto profissional, como no caso do serviço social.

Portanto, é preciso compreender o caráter contraditório e o desenvolvimento peculiar desse diálogo entre os posicionamentos individuais e seus

³⁰ “A opinião coerente é a seguinte: não se deve destruir a religião se não houver alguma coisa a colocar no lugar dela na alma dos homens. Mas como compreender isso quando se produziu uma substituição e a realidade antiga pode ser destruída? Outra maneira de pensar ligada à primeira: a religião é necessária ao povo, ou antes, necessária ao “comum”, como se diz nesses casos. Naturalmente, cada qual julga que não pertence mais ao “comum”, mas que todos os outros o são; por esta razão, as pessoas julgam que é necessário fingir que são religiosas, para não perturbar o espírito dos outros e lançá-los na dúvida” (GRAMSCI apud PORTELLI, 1984, p. 32).

valores particulares ante as disputas de projetos societários e de determinados projetos profissionais.

Essa questão se fortalece quando o desenvolvimento dessa relação permite chocar diferentes perspectivas, como o entendimento naturalizador de determinados valores sociais, a partir de complexos ideológicos como a religião ou alguma teoria científica e projetos profissionais que se desenvolvem a partir da problematização racional, ampla e teórico-metodológica dessas relações.

Nesse sentido, perpassar as complexas mediações entre as determinações ontológicas e as expressões fenomênicas das opressões, evidenciando as contradições, os limites e as possibilidades no plano do cotidiano, é buscar evidenciar um processo dinâmico de reforço, construção e desconstrução de valores e desvalores que se chocam e dialogam com diversos planos da vida social.

É nessa conjuntura que as alternativas subjetivas de problematização e desiguais apreensões das questões colocadas nos diversos complexos sociais se expressam em crises e cisões individuais e coletivas.

Dessa maneira, pelos elementos sinalizados, corroboramos que o fenômeno que estamos tentando apreender não é algo que possa ser subestimado, muito menos considerado um tema só do serviço social. As manifestações de valores conservadores estão no nosso cotidiano, não somente como estudantes e profissionais, mas na vida pessoal, influenciando a subjetividade, introjetadas em nossas relações.

Falar de neoconservadorismo nos coloca a necessidade de entender suas manifestações cotidianas, suas motivações, seus significados. Precisamos nos questionar o que é de fato “conservadorismo”, a fim de abordá-lo como um fenômeno que faz parte das mediações para a reprodução do modo de organização e produção da modernidade, já que um pensamento ou um conjunto de ideias e seus mecanismos de propagação não surgem do nada, nem estão deslocados da materialidade social.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL: DO CONSERVADORISMO À INTENÇÃO DE RUPTURA

Entender a gênese do serviço social como práxis desenvolvida dentro de um processo histórico para atender determinadas demandas, a partir da maturidade da sociedade burguesa e suas contradições, é perceber a natureza conservadora em que se processou a consolidação profissional para a administração das expressões do conflito capital-trabalho.

A percepção crítica das últimas décadas, ao desvendar esse postulado, permite uma reflexão profunda dos limites e das possibilidades da esfera da atuação profissional. É dentro dessa perspectiva que se expressa o avanço para a luta coletiva junto aos anseios da classe trabalhadora, na organização política da categoria e na construção teórica de seus agentes.

A síntese atual, que nos permite desvendar as determinações do advento da profissão, nos lança distante da visão endógena, presente em parte significativa da remota literatura do serviço social, a qual analisava o desenvolvimento profissional como um avanço gradual e natural das práticas filantrópicas.

O debate centrado na questão dos preconceitos aparece justamente a partir da aproximação, aprofundamento e consolidação da teoria crítica marxiana e marxista dentro da formação, pesquisa e atuação profissional. O serviço social passa a pensar o mundo, suas relações, seus fundamentos de maneira distinta à de outrora. Nesse processo, repensa também o entendimento sobre a natureza da profissão, seus objetivos, seu objeto de intervenção, as dimensões políticas de sua atuação e de sua organização coletiva, além dos aspectos interventivos e operativos no limiar do cotidiano profissional, buscando a desnaturalização das mais diversas desigualdades.

A discussão sobre preconceitos dentro do serviço social está indubitavelmente ligada ao debate da ética, além de outros elementos cruciais, como o entendimento da questão social, compreendida como o objeto de intervenção da profissão, e temas correlatos, como a questão dos direitos humanos, a relação com os movimentos sociais e o fortalecimento político das organizações coletivas da categoria.

Por isso, é imperativo entender o longo e complexo lastro de afirmação, reforço e busca de superação do conservadorismo na categoria, desde os limites de suas primeiras formas como profissão, nos aspectos ligados à ação católica e seu peculiar romantismo e moralismo conservador das contradições sociais, no qual os preconceitos estavam imersos na naturalização das opressões.

O fenômeno da hegemonia conservadora na profissão perdurou, na primeira fase do movimento de reconceituação nos anos 1960-1970, dentro da posterior perspectiva modernizadora de caráter funcionalista, onde as opressões cotidianas continuaram a serem encaradas, ou simplesmente despercebidas, como questões de ordem meramente factual, anômica, de natureza incontornável ou a ser superadas a partir de intervenções para a reorganização da ordem.

Ainda nessa seara, a “reatualização do conservadorismo”, na segunda fase desse movimento de reconceituação da profissão, por meio de uma apreensão problemática de princípios filosóficos da fenomenologia, ainda encarou o fenômeno dos preconceitos e das opressões de maneira individualizada, meramente subjetivista, ora projetando a aceitação, ora almejando a superação de algo socialmente construído por via e reponsabilidade dos sujeitos e sua força de vontade (NETTO, 2011b).

Assim, desde a consolidação do capitalismo monopolista, as protoformas do serviço social cimentavam seus alicerces no pensamento católico, formando e construindo uma categoria profissional muito peculiar, com uma visão de mundo que corroborava a prática conservadora. Fazer um apanhado das diferentes perspectivas desde seu nascedouro até os dias atuais é necessário para compreender de forma ampla os diversos fatores internos e externos à profissão que influenciaram na organização, conceituação e prática profissional ao longo do tempo.

É por isso que, para suprir essas questões, se propõe definitivamente colocar a dimensão ética como uma discussão crucial para a categoria dos assistentes sociais, pois as diretrizes tiradas dessa síntese dos debates e a forma como se entende a ética e os valores que a profissão pretende cultivar e defender dentro da prática profissional são elementos fundamentais para uma identidade verdadeiramente legítima, um discurso coeso e posicionamentos claros frente aos dilemas profissionais e polêmicas oriundas das particularidades do campo de atuação e de toda a sociedade (NETTO, 2006). Dessa forma, neste capítulo, nos

propomos a retomar um pouco da história do serviço social sinalizando seu processo de ruptura com o conservadorismo e o fortalecimento do projeto ético-político que trouxe outra direção para a profissão.

3.1 Protoformas do serviço social, religião e conservadorismo: uma tríade complexa

Na tessitura entre a reprodução de preconceitos, o papel da religião no serviço social e os possíveis ranços dessa relação nos desafios contemporâneos para o projeto ético-político (PEP), destacar a importância da Igreja nas protoformas do serviço social arregimenta um viés muito mais complexo que mera causalidade fatalista, constatando determinações que nem superestimam tal relação nem desconsideram suas nuances.

Esse é um formato reflexivo que acreditamos ser essencial, tanto para o entendimento desse processo histórico como para a percepção de outras questões, como a força religiosa contemporânea no reforço das novas manifestações de conservadorismo e preconceitos, conforme expusemos nos tópicos anteriores.

Em toda a América Latina, o serviço social arregimenta as refrações de um bojo cultural que forma a profissão e é oriundo de nações capitalistas mais desenvolvidas. A influência direta da religião na formação e no perfil profissional não assenta somente uma lógica evolutiva simplista do viés caritativo, mas se revela também como um condicionante elementar das instituições que se avivam na reprodução social e disputas ideológicas dentro do complexo tramitar histórico moderno.

Aqui cabe reafirmar essa contextura entre os determinantes socioeconômicos mais gerais e as particularidades latino-americanas, sobretudo brasileiras, envoltas pelo colonialismo, patrimonialismo e cristianismo com as expressões e mudanças na modernização social que imperava o mundo sobre essa parte do “novo continente”.

A madureza das contradições sociais, acompanhadas pelo esgotamento do regime escravocrata, e a decadência política de setores das elites do meio rural aconteciam em concomitância com o desenvolvimento urbano, de setores fabris e de uma lógica do Estado diferenciada do conhecido imperialismo colonial³¹.

A Igreja, nesse sentido, assim como o heterogêneo campo social da elite nesses países, vai costurando reformas e manutenções, acordos e coalisões numa construção de visões diferenciadas, mas não numa busca de superação de quaisquer fenômenos que pudessem ser reproduzidos com os vieses de exploração das classes populares.

O entendimento do papel religioso é importante para desvelar as reais condições e imperativos do desenvolvimento da profissão, visto que a crítica à religião não se limita a um questionamento moral de suas proposições dentro do fazer profissional, nem se satisfaz apenas com a justa e essencial busca por laicidade, tão cara ao racionalismo moderno.

Embora perpassasse por essas dimensões, e nos tempos atuais elas sejam ainda mais necessárias, é imprescindível explicitar como a manutenção da ordem vigente busca o redimensionamento da lógica religiosa para se reproduzir em sua dimensão cultural, bem como esclarecer que essa expressão e ferramenta não são nem o início nem o fim de um fenômeno muito mais complexo de exploração entre os seres humanos.

Lembremos que a crítica à religião não foi uma exclusividade de um campo teórico na modernidade. Seja nos clássicos iluministas, no idealismo de Hegel, nos princípios materialistas de Feuerbach ou no pensamento marxiano, a busca pela desconstrução do prisma que fundamentou o poderio ideológico da religião por todo o regime feudal existiu fortemente.

A diferença entre tantas elucubrações se evidenciavam pelos limites metodológicos e políticos que cada corrente, em seu tempo e espaço, processou quando exaltou a razão e questionou o misticismo por bases, lentes e intensidades distintas.

³¹ Essas questões podem ser aprofundadas em Iamamoto (2011), Netto (1992) e Martinelli (2006).

Recordemos que entender as mediações do campo da reprodução é fundamental, tanto para chegarmos à essência do fenômeno, que se esclarece no campo da materialidade, como para não subestimar o *quantum* de poder e a autoridade das instituições e complexos da arena da cultura na manutenção das tradições.

Já sinalizamos, no capítulo anterior, que, com referência à religião, a famosa frase de Marx, “a religião é o ópio do povo”, geralmente é percebida de modo apressado, sem entender o contexto e o sentido atribuído, onde a expressão de alienação e “falseamento do real” não é aqui tratada nem como um aspecto unilateral de causalidade das desigualdades, nem como algo distante das digressões das contradições postas socialmente aos homens e mulheres na sociedade de classes.

A religião é descortinada como complexo de reprodução conservadora, mas também como “necessidade” estabelecida por uma sociabilidade alienada em todos os aspectos da vida, na qual o ser humano busca de maneira torpe a transcendência de sua desefetivação cotidiana, a “relição” com o coletivo, com aquilo que o faz ser social, mas que está também limitado diante da exploração do trabalho, das mediações culturais e da retroalimentação do conhecimento da dinâmica do real.

Relembremos, ainda, que o percurso de afirmação política da modernidade e seu modo de produção expressou em suas origens uma ação revolucionária da burguesia calcada na razão, a qual teve no Iluminismo a manifestação filosófica dessa necessidade.

No tramitar da construção da hegemonia burguesa, no processo de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e do aparato ideológico e político desse processo de maturação, a razão passa ser invocada para determinados setores da vida – a racionalidade econômica, o controle da vida privada, mas, ao mesmo tempo, a própria lógica contraditória capitalista, que exige uma disputa não linear, árdua e complexa que demanda e absorve valores conservadores e instituições dessa natureza no plano moral e político. O sujeito político deve ser reduzido a “administrador”, e com isso perde-se o horizonte da utopia, algo que era muito presente em pensadores do liberalismo clássico.

No plano moral, é necessário um indivíduo autocentrado, consumidor, crente nos seus próprios poderes, com referenciais frouxos quanto à dimensão coletiva, mas que ao mesmo tempo necessita desta para se reconhecer como ser humano. A esse indivíduo cabem perfeitamente valores religiosos conservadores que fundamentem a reprodução da lógica desigual e colaborem no processo de dar sentido à desefetivação alienante da exploração do trabalho que o racionalismo individualista não satisfaz por si, mesmo que nesse processo estejam se reproduzindo expressões de alienação religiosa.

Quanto ao papel da alienação religiosa na manutenção das desigualdades e como obstáculo para a emancipação humana, Marx vai tanto demonstrar a necessidade de colocá-la em xeque como também de não evidenciá-la como central, quando discorre sobre os limites à emancipação política:

A liberdade do egoísta e o reconhecimento desta liberdade são a expressão do reconhecimento do movimento desenfreado dos elementos espirituais e materiais que formam seu conteúdo de vida. Por conseguinte, o homem não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da indústria, obteve a liberdade industrial (MARX, 2005, p. 42).

Reafirmamos que é preciso, pois, entender a religião dentro desse complexo de complexos nos quais se encontram os dimensionamentos de uma lógica própria da produção social da humanidade e sem jamais sucumbir às possibilidades de disputas dentro delas, com potenciais distintos pela lógica de cada instituição e complexos inseridos na vida em sociedade.

Como instituição, a religião assume sua força política e ideológica de maneira peculiar, por sua lógica própria de fortalecer a naturalização das relações construídas socialmente, sendo um locus preponderante de reforço da ordem vigente, ao passo que também garante sua capilarização na sociedade se transformando dentro da dinâmica capitalista para garantia de manutenção de sua força, riqueza e autoridade.

Se em todo o mundo esse fenômeno pode ser revelado, na América Latina as relações político-econômicas entre o Estado, a Igreja e as elites se contornam com mais intensidade e centralidade. Assim, como o protestantismo

surge em tempo, espaço e nexos precisos para o desenvolvimento da lógica de acumulação de capital, condições bem trabalhadas por Weber (1985), a Igreja Católica se reinventa em determinados aspectos e revela-se, também não por coincidência, um espaço privilegiado de reprodução, disputa política e ideológica.

No livro *História do Serviço Social na América Latina*, Castro (2011) aborda essas questões, retratando o nascedouro da profissão em vários países do continente, onde destaca como se precisaram as condições de uma profissão edificada na contradição das classes sociais, afirmando e sendo afirmada no conservadorismo, no sincretismo e na subalternidade a outras profissões, evidenciando também a existência de especificidades culturais que nacionalizam e regionalizam os profissionais de cada país, mas com semelhanças que demarcaram a formação da profissão:

[...] na América Latina, o Serviço Social surge como subprofissão, subordinada à profissão médica, porque os médicos – especialmente Alejandro Del Río – procuravam elevar sua eficiência e rendimentos, integrando-a a série de outras subprofissões já existentes. Logo, o mesmo ocorrerá com os advogados e, em seguida, não só os profissionais, mas as próprias instituições de beneficência passarão a estimular o desenvolvimento do Serviço Social [...] (CASTRO, 2011, p. 30-31).

Para compreender o serviço social, é necessário pautar dois processos na discussão: a função concreta que a profissão desempenha no interior das relações sociais entre as classes e o papel que a religião católica teve no processo de formação profissional.

Um ponto destacado por Castro (2011) é exatamente a negação de que o serviço social possa ser entendido a partir da vontade de seus agentes, limitando a compreensão das objetivações sociais que determinam a emergência de novas formas de ação social. Afirmar que o serviço social é um mero reflexo das experiências europeias e americanas não satisfaz as motivações dessas influências:

O Serviço Social – como qualquer outra atividade profissional- não tem a faculdade de se autodeterminar nem de, por si mesmo, fixar o efeito qualitativo da sua prática. As práticas profissionais, quaisquer que sejam, têm que ser inseridas no movimento geral das relações entre as classes e visualizadas como expressão dos seus interesses,

organizando respostas distintas à contradição que existe entre elas (CASTRO, 2011, p. 43).

Por isso, para o referido autor, a formação de uma escola em si não consegue dar conta de explicitar as nuances que demarcaram a formação da profissão, pois “[...] trata-se de uma limitação no entendimento do processo, que é muito mais complexo que a iniciativa de uma ou várias personalidades, de criar um centro de formação” (2011, p. 34). As primeiras escolas, no Chile em 1925, no Brasil em 1936 e no Peru em 1937 são expressão dos contextos socioeconômicos desses países, seus embates e formas de enfrentamento da questão social.

As demandas do Estado burguês e das classes antagônicas necessitavam de agentes que colaborassem na reprodução da força de trabalho como mercadoria, no âmbito da orientação e organização da vida, bem como na pressão e na organização política das classes que sofriam com a exploração do trabalho e buscavam garantir direitos mínimos. Esses foram os elementos cruciais para a profissionalização do serviço social.

Assim, o processo de consolidação da sociedade burguesa e do proletariado foi acompanhado por profissionais que adequavam tecnicamente e ideologicamente as demandas postas, a fim de garantir a produção e reprodução social do período.

Nesse processo, o papel da Igreja não se estabelece por acidente da história, mas por sua própria lógica conservadora, por sua robusta estrutura de poder e riqueza para dar sustento à reprodução de seus preceitos e por sua finalidade política para a afirmação social dentro do jogo político capitalista.

Na América Latina, a Igreja desempenhou um papel histórico importante, tendo sedimentado sua significação social e política ao longo do período colonial, determinando os intelectuais, monopolizando os conhecimentos religiosos, filosóficos, a ciência e a educação da época, impactando nos costumes, valores e na própria noção de justiça.

Além disso, desde o período colonial a Igreja organizava e reproduzia suas ações assistencialistas junto ao poder da metrópole colonial e aos impérios locais, com modificações na estrutura social. A poderosa instituição teria de se

colocar sob novos métodos para não sucumbir seu domínio cultural ante a eclosão da industrialização (HUBERMAN, 1984).

As encíclicas papais, principalmente a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Annum*, foram os documentos-chave para essa investida diante da ameaça tanto das organizações dos trabalhadores como da proposta liberal burguesa. A Igreja passou a criar centro de estudos, universidades, sindicatos católicos e a fomentar a construção de uma lógica diferenciada, alternativa à ação política direta, disseminando seu poder em várias frentes (IAMAMOTO, 2011).

As duas encíclicas mencionadas influenciaram o processo de profissionalização do serviço social, sua vinculação nas instâncias do Estado e seu ingresso na universidade. A *Rerum Novarum*, de 1891, publicada por Leão XIII, apresentava duas partes – a solução proposta pelo socialismo e a solução proposta pela Igreja – e baseava sua argumentação de que a propriedade privada era um direito natural e que os homens possuíam igualdade para a repartição do mundo deixado por Deus, cabendo o esforço de cada um para traçar duas condições de vida e propriedade.

Nessa linha de defesa, a encíclica vai propor que se humanize a ação dos proprietários, naturalizando as oposições de classes, afirmando a meritocracia numa variedade de talentos e dons, justificando a desigualdade econômica. É essa lógica que é afirmada no tom consolidador defendido por quem se coloca como a única instituição capaz de travar um acordo entre os ricos e o proletariado por via do pensamento cristão, defendendo nessas condições que “a equidade e a liberdade são fórmulas religiosas que nada têm a ver com as relações de exploração que se estabelecem entre o capital (defendido pela *Rerum Novarum*) e o assalariado (a quem a encíclica impõe normas de condutas)” (CASTRO, 2011, p. 57).

Com esse pensamento, o operário deveria aceitar o disciplinamento e as suas condições econômicas e sociais. Ideologicamente se posicionava contra os movimentos que impunham insegurança à reprodução do capital, gerando violência e ódio social. Para os ricos, se colocavam obrigações de justiça e caridade; aos pobres, davam consolo para aceitarem as condições naturais de vida e trabalho. Ao atenderem essas recomendações, seria possível a amizade e o amor fraterno entre as classes.

A encíclica é uma resposta à situação da classe operária e à ação socialista. Assim, a Igreja vai buscar desempenhar uma função política para garantir sua hegemonia abalada pela nova ordem do capital que se consolidava. Diante da modernidade capitalista, se sentia impelida a buscar estratégias de ação junto à questão social que se gestava, perante “[...] uma ordem que mercantiliza a força de trabalho, redefine a família, promove concentrações urbanas, incorpora ao salariado a mulher, origina novas doenças etc.” (CASTRO, 2011, p. 73).

A encíclica *Quadragesimo Anno*, publicizada por Pio XI em 1931, tem como contexto a consolidação e a popularização dos ideais que fundamentaram a Revolução Russa de 1917, as consequências da Primeira Guerra Mundial e da grande crise econômica de 1929, apresentando um tom mais radical do que a anterior, mas mantendo o mesmo espírito.

No período da *Rerum Novarum*, os clérigos eram encarregados da beneficência diária, e os assistentes sociais católicos e outros profissionais leigos assumem o cuidado com a questão social, mesclando espírito caridoso e perícia técnica.

[...] Eis como a caridade, o messianismo, o espírito de sacrifício, a disciplina e a renúncia total passam a ser parte constitutiva dos aspectos doutrinários e dos hábitos que acompanharam o surgimento da profissão sob a perspectiva católica, e não só por autodefinição interna, mas por um desígnio vaticano (CASTRO, 2011, p. 64).

A *Quadragesimo Anno* enfatizava a necessidade de recuperação dos aspectos técnicos para uma eficiência do trabalho assistencial, buscando superar as “[...] limitações técnicas do trabalho artesanal tradicionalmente voluntário” (CASTRO, 2011, p. 64). O objetivo era uma prática mais próxima das exigências da ordem burguesa, levando em consideração as particularidades de cada país.

Nesse processo, era necessário que os estudantes, em grande parte advindos das camadas burguesas ou oligárquicas, tivessem contato com conhecimentos para a profissionalização que reproduziam. Dessa maneira:

[...] As consequências das reorientações na sua estratégia de ação, das quais as duas encíclicas referidas são apenas uma amostra, tiveram obviamente efeitos bem palpáveis na reprodução das

relações de produção ou, nalguns casos, serviram para fortalecer e consolidar a sua legitimação. A Ideologia de conciliação de classes, da moradia e da educação familiar, do repúdio aos conflitos e da busca de harmonia, enquanto inculcada no povo por meio da ação evangelizadora ou como parte de programas específicos de ação social patrocinados pelo Estado, repercutia diretamente no curso das lutas de classe e na configuração do proletariado como classe (CASTRO, 2011, p. 65).

O associativismo recomendado pela Rerum Novarum, as caixas de socorro de ajuda mútua, por exemplo, fazia com que os próprios operários se responsabilizassem por sua reprodução, obscurecendo a responsabilidade do Estado. Diante desse contexto, a formação do serviço social expressa a manifestação do tradicional metamorfoseado, insere-se num período em que a produção capitalista se sedimenta, ao passo que, “[...] com seu novo discurso, a Igreja sincronizava-se aos novos tempos, militando na causa do capitalismo harmonioso” (2011, p. 67).

Fica claro que o advento do serviço social foi marcado por características específicas, trazendo peculiaridades que incidiram diretamente nos valores absorvidos pela categoria. Marcado desde as *protoformas* por um caráter conservador, passando nas primeiras décadas pela influência neotomista europeia até ser também coagido e absorver o sincretismo com a psicologização, e depois com o funcionalismo, oriundo da escola norte-americana em meados do século passado, foi se reproduzindo e se redefinindo o conservadorismo profissional.

Além disso, somam-se as influências que trariam o caráter conservador às próprias condições socioculturais em que a profissão se alicerçou, sendo marcada como uma profissão eminentemente feminina em uma sociedade extremamente machista:

A origem social das mulheres que ingressam nas primeiras Escolas de Serviço Social vincula-se ao pensamento e às classes dominantes; como mulheres católicas, são influenciadas pelos padrões da moral conservadora. As determinações postas por esta origem social e de gênero influem na formação de um perfil potencialmente adequado a atividades educativas de caráter conservador (BARROCO, 2007, p. 76).

Essa característica se alia de forma emblemática à maneira de enfrentar a questão social no período, evidenciada na moralização, fundamentada nas ações da Igreja com o humanismo rasteiro, “anticomunista” e “caridoso”, mas também, posteriormente, pelo âmbito estatal, individualizando os problemas e fomentando o tecnicismo e os consensos acima de tudo.

A questão social se apresentava fragmentada, não sendo apreendida de forma efetiva pela prática profissional do serviço social, ao passo que são realizadas formas unilaterais de intervenção, marcadas pelos aspectos paliativos, sem conseguir realizar as mediações concretas que proporcionem ações realmente eficazes, estando distante de um conhecimento da realidade social, visando a obscurecer a luta de classes por meio de subterfúgios ideológicos.

Há ainda a necessidade de se compreender o cotidiano, o horizonte do exercício profissional do assistente social, se apresentando como lugar marcado pelo imediatismo e pela superficialidade, mostrando-se heterogêneo, trazendo o sincretismo em sua essência, que o apreende sob um olhar homogeneizado.

Sua intervenção se faz como reordenadora de práticas e condutas cotidianas, interferindo em variáveis determinantes de certos contextos, que, mesmo já de forma institucionalizada, quando no âmbito estatal, convergem em ações semelhantes às realizadas em suas protoformas. Barroco (2007, p. 74) evidencia que:

[...] a vivência cotidiana, orientada por seus pressupostos valorativos, tende a reproduzir a alienação moral, em seus aspectos já assinalados: a repetição acrítica dos valores, a assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, o pensamento ultrageneralizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adéqua aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos”.

De acordo com Castro (2011), a formação dessa lógica na atuação profissional tem os preceitos do moralismo religioso consubstanciando as condições socioculturais do Brasil pós-colonialismo. No início dos anos 1920, surge o Centro Dom Vital, e, em 1922, a Confederação Católica como instrumentos emblemáticos que objetivavam o revigoramento católico em sua estratégia de disseminação de sua lógica. Segundo D. Sebastião Leme, bispo de Olinda, a Igreja precisava adequar

suas ações em face da realidade que se transformava, apontando para a inércia dos católicos diante do que acontecia no País.

Toda essa organização da Igreja e sua atuação também tem forte influência da conjuntura sociopolítica das lutas operárias de 1917 e 1920, em que os protestos se referiam à queda da expansão industrial mediante os anos de guerra. Em 1917, a cidade de São Paulo vivenciou uma greve geral, os operários reivindicavam jornada de oito horas diárias e aumentos salariais. Nesse bojo, o sindicalismo anarquista combatia a repressão estatal, visando à derrubada desse Estado, mas o levante foi duramente reprimido, bem como a manifestação ocorrida um ano depois.

Seguindo o processo de organização e reivindicação da classe trabalhadora e a ameaça política crescente, em 1922 funda-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, no bojo de toda essa movimentação, se consegue, mediante a luta, a aprovação da legislação sobre a habitação popular (1921), a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (1923) e a regulamentação dos feriados (1925).

Em meados da Revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas, estimulou-se o desenvolvimento industrial nacional. A Igreja pressionava o Estado e conseguiu aprovar na Constituição de 1934 muitos de seus preceitos religiosos: o catolicismo tornou-se religião oficial, o matrimônio era indissolúvel e a Igreja tinha acesso à educação pública.

O Centro Dom Vidal e a Confederação Católica criaram a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, círculos operários, Confederação Nacional de Operários, Liga Eleitoral Católica e, em 1935, a Ação Católica. No Brasil, como em outros países, o trabalho de organização e preparação dos leigos “se apoia numa base social feminina de origem burguesa respaldadas por assistentes sociais belgas, que oferecem a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social” (CASTRO, 2011, p. 103).

Essas associações e demais órgãos tiveram grande influência na formação de jovens. As “religiosas de Santo Agostinho” convidaram Adele Loneux, da Escola de Serviço Social de Bruxelas (Bélgica), para ministrar um curso intensivo

junto às jovens da Ação Católica e da Ação Social, o que desembocou na criação do Centro de Estudos e Ação Social (Ceas). Assim, a formação da Escola de Serviço Social Brasileira vai se assemelhar à de outros países, sendo resultado da reativação do movimento católico para

[...] renovar e reinserir a presença da Igreja nos novos blocos de poder, mediante a preparação da sua diferenciada militância a fim de responder adequadamente a uma estratégia de ação doutrinária exercendo um trabalho social de evidentes efeitos políticos. [...] No Brasil os germes organizativos da profissão estiveram a cargo de setores femininos das classes dominantes, apoiados decididamente pela hierarquia da Igreja [...] (CASTRO, 2011, p. 103).

Em 1937, surge no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social formado por uma Escola de Serviço Social e uma de Educação Familiar, tendo o respaldo do Grupo de Ação Social (GAS). Em 1938, o Juizado de Menores influencia a criação da Escola Técnica de Serviço Social. Em 1940, buscando intervir na questão dos menores, é criado um curso de preparação ao serviço social interligado à Escola de Enfermagem Ana Nery.

A fundação das escolas do Rio de Janeiro aconteceu mediante o Grupo de Ação Social. A Escola de Enfermagem Ana Nery e o Juizado de Menores, mesmo sem estarem sob a tutela da Igreja, baseavam-se na moral e nos princípios religiosos. Segundo Castro, as ex-alunas da escola paulistas prosseguiram seus estudos na Bélgica e depois retornaram ao Rio de Janeiro, fornecendo os quadros da escola carioca. Existiam semelhanças e diferenças entre as escolas paulistas e cariocas, ambas sofriam influência da Igreja em sua formação, mas a paulista “[...] surge no seio do movimento católico e sem estar medularmente vinculada a qualquer profissão que lhe atribua um papel explicitamente tributário. Mas, no Rio de Janeiro, a expansão da profissão conecta-se à medicina e ao direito” (2011, p. 109).

Ainda com toda a influência belga, não podemos considerar que o modelo europeu foi transposto rigidamente para o Brasil sem estar atrelado à realidade do nosso país, “[...] a funcionalidade desta variável europeia só se explica a partir da base social que propiciou a sua intervenção” (CASTRO, 2011, p. 109). Mesmo com as diferenças, o ponto de culminância da formação das escolas refere-se ao fato de

serem resposta à questão social em formação, posta como problemas sociais pelo movimento operário que reivindicava melhores condições de vida e trabalho.

De acordo com Iamamoto (2011), a compreensão das respostas dadas pelos/as assistentes sociais às expressões da questão social requer o entendimento de algumas marcas históricas que trazem peculiaridades à intervenção profissional, elementos que possuem uma relação estreita com o chamado reformismo conservador.

A estudiosa também alerta que esse fato perpassa pela compreensão da influência e do posicionamento da Igreja Católica na formação brasileira. Por exemplo, em meados da década de 1930, a referida instituição procura recuperar áreas de influência e privilégios, tendo como uma das estratégias organizar os intelectuais laicos para a tarefa missionária e evangelizadora. A partir das mobilizações da classe operária nesse período histórico, o Estado se obriga a intervir nas chamadas expressões da questão social.

Para a política defendida pela Igreja, Deus é a fonte da justiça. Dessa maneira, somente uma sociedade fundamentada nos princípios e dogmas cristãos seria capaz de proporcionar um quadro de igualdade e justiça social. O Estado, por sua vez, deve intervir na questão social a fim de proporcionar o bem comum, mas não descarta que deve preservar a propriedade privada e impor alguns limites à exploração (IAMAMOTO, 2011).

Iamamoto (2011), ao retomar a história da profissão, reafirma o surgimento do serviço social como iniciativa da classe dominante e se expressa através da Igreja Católica, especificamente com o desdobramento do movimento apostolado leigo, a Liga das Senhoras Católicas de 1923 em São Paulo e o Centro de Estudos e Ação Social, em 1932, instituição eminentemente feminina, fundadora da primeira escola de serviço social, em São Paulo, 1936, atualmente a PUC-SP. Essa articulação da Igreja com a formação dos primeiros assistentes sociais se alia à seguinte lógica:

O Serviço Social aparece aos militantes desses movimentos como uma alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social, num momento de profundas transformações sociais e políticas. A Ação Social e a Ação Católica logo se tornam uma das fontes preferenciais de recrutamento desses profissionais. A

profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial: seus efeitos são essencialmente políticos: enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2011).

De acordo com Iamamoto (2011) e Netto (2011), esse contexto influenciou e ainda influencia a formação e o exercício profissional do serviço social. O ranço trazido pela ideologia cristã que orientou a profissão em seus primórdios deixou marcas na imagem social da profissão, bem como em seu processo de intervenção.

Os fundamentos filosóficos da ética profissional tradicional são marcados pelos preceitos do neotomismo e posteriormente com o ideário “supra-metodológico funcionalista”. Se nos EUA a preocupação teórica era devesas importante com a aproximação da psicanálise e do funcionalismo, mesmo que retornasse o tradicional metamorfoseado, a ótica europeia estava carregada de contradições e indefinições. Isso porque a lógica do saber profissional era baseada em dogmas e, por isso, buscou os fundamentos filosóficos de São Tomás de Aquino para abalizar sua ação profissional.

Isso ocorreu pela característica racional que o filósofo cristão dava aos aspectos dogmáticos, somando-se a uma modernização e adequação temporal de seus pensamentos a fim de melhor utilizar as argumentações na lógica inserida na profissão. Essa característica já demonstrava a possibilidade de uma possível abertura para uma imbricação entre as duas vertentes (neotomismo e funcionalismo), pois, se já existia uma abordagem teórica norte-americana que era acrítica e justificava a ordem social, a Igreja Católica, como destacamos, estava interessada em não deixar de participar politicamente das decisões no seio social.

Podemos reforçar essas ideias acima com o apoio de Marinho (2012) quando afirma que o neotomismo brasileiro teve grande influência na organização do ensino no Brasil, de maneira mais contundente em 1930, principalmente no âmbito das universidades particulares, faculdades católicas e as pontifícias.

[...] Para a Igreja, religião e pedagogia são inseparáveis, haveria um “naturalismo pedagógico” que estabelecia a hierarquia Família, Igreja e Estado como responsáveis pela educação. Esse argumento teria

um caráter filosófico-teológico, tendo, pois, sentido universal, fundamentado na filosofia perene sistematizada, a partir de Aristóteles, por Santo Tomás de Aquino [...] (MARINHO, 2012, p. 218).

Assim, as escolas católicas se formavam a partir de seus dogmas e valores cristãos, fundamentando uma visão de sociedade individualizada e moralizante que rebete na formação de profissionais como os/as assistentes sociais. Ao debater sobre as influências filosóficas na educação brasileira e a relação entre o pragmatismo e a tradição aristotélico-tomista, Marinho (2012, p. 219) salienta que a influência do neotomismo privilegiava “[...] a ordem sobre o progresso considerando que o povo deveria ser conduzido por uma elite responsável, formada segundo princípios da reta moral cristã [...] Essa elite seria formada nas PUCs, criadas com essa finalidade”.

Nesse sentido, a Igreja se posicionava contra a laicização do ensino e buscava demarcar sua influência na educação. Foi nesse processo que a Igreja, com seus pressupostos dogmáticos, demarcou os conteúdos adotados pelas escolas de serviço social e sua posterior intervenção na realidade.

A relação entre a profissão e a Igreja se distancia quando um *novo* patamar é alcançado pelo serviço social, muito embora as mudanças tenham ocorrido de forma paulatina e os fundamentos teóricos não tenham dado base para uma real transformação crítica do fazer profissional, mas apenas nas técnicas.

Como resultado e expressão desse processo, temos o primeiro código de ética em 1948, que traduzia o caráter conservador e sincrético da ação profissional da época. Como veremos, posteriormente, em 1965, e depois em 1975, há uma modernização e adequação às novas demandas, mas permanecendo os preceitos regimentais com valores não condizentes com a criticidade atual.

Essas mudanças e manutenções foram muito influenciadas pela conjuntura, que era caracterizada pela inserção e manutenção dos militares e tecnocratas na administração do País, com governos que tinham suas ações voltadas para o desenvolvimento econômico, baseadas na ideologia desenvolvimentista.

Tal ideologia apresentava as seguintes características: idealista, moralista e conservadora. Idealista no sentido de alienação, ou seja, a criação de

leis mudaria a realidade brasileira; moralista por culpabilizar os indivíduos pela existência de problemas sociais, eximindo as responsabilidades das estruturas vigentes; e conservadora por expressar nas ações políticas um caráter reformista.

Sob essa situação política, imbricado com os valores morais dos que ainda faziam a hegemonia da categoria, nasceu o documento ético norteador da profissão, marcado pelos ranços dos dogmas cristãos configurando o *ethos* profissional. Segundo Barroco (2007, p. 96), “[...] em 1948, a ação profissional é claramente subordinada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa”.

Para Yazbek (2000), o serviço social se reorienta para atender as novas configurações do desenvolvimento capitalista, que vai exigir qualificação e sistematização no atendimento as requisições do Estado que iniciará a execução de políticas públicas na área social. Por isso, a relação entre serviço social e conservadorismo não pode ser entendida de maneira endógena à profissão, mas como um elemento pertencente à sociedade e que vai interferir nas diversas relações sociais, profissões e na sociedade de modo geral.

Uma profissão que se voltou para a ação educativa, curativa e preventiva junto às famílias dos operários e à classe trabalhadora, investindo na compreensão dos fenômenos sociais de maneira moralizante, doutrinária e individualizante, traz um universo para o seio profissional que ainda ecoa na contemporaneidade, como bem demonstra Barroco (2010) em sua discussão sobre o neoconservadorismo e o projeto ético-político do serviço social, que abordaremos mais adiante. Para Yamamoto (2011, p. 21):

Esses elementos, sinteticamente expostos, permitem subsidiar a afirmativa de que o serviço social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social – ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empirista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmáticas da profissão, as reforça e atualiza. O serviço social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso

humanista calcado na filosofia aristotélica-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem”.

Tal contexto fundamenta a tese da autora sobre a influência conservadora na profissão. Conforme Iamamoto (2011, p. 22), esse conservadorismo moderno se fortalece a partir de condições históricas específicas, de uma sociedade marcada pela divisão de classe social em que a burguesia conta com uma posição privilegiada. Esse conservadorismo inspira-se no passado a fim de refletir sobre o presente, agora demarcado pela sociedade capitalista: “[...] elabora-se a exaltação deliberada e formas de vida que já foram historicamente dominantes, e que passam a ser consideradas válidas para a organização da sociedade atual”.

Como já vimos nas colocações de Lukács (2010), esse é um processo recheado de contradições: a sociedade capitalista é marcada por avanços e progressos tecnológicos, que potencializam as possibilidades do desenvolvimento, por meio de diversos complexos e práxis, como a ciência, produzindo e balizando o conhecimento, inovando em muitas questões. No entanto, na contramão desses processos, temos os limites estruturais que sustentam a reafirmação do conservadorismo. Isso ocorre por ser ele funcional ao progresso produtivo da sociedade do capital. Essa contradição é inerente ao modo de produção capitalista baseado em divisões, opressões e explorações.

Nesse sentido, devemos retomar as considerações de Iamamoto (2011) sobre o (neo)conservadorismo e compreender que não significa apenas a continuidade de um escopo de ideias herdadas da sociedade europeia do século XIX, mas sim questões que são repensadas e reinterpretadas a fim de explicar e fortalecer a ordem contemporânea. O pensamento conservador possui algumas peculiaridades que devem ser pontuadas a fim de compreendermos como vem se reeditando:

Dentre as características do pensamento conservador, destaca-se sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo

modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência, são valorizados em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. O conservador pensa à base do “nós”: o indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. [...] A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes. O conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e ideias que se afiguram ameaçadoras à sua influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes (IAMAMOTO, 2011, p. 24).

Como mencionado acima, esse reformismo conservador influenciou a ação profissional do serviço social no Brasil nas primeiras escolas, embasando-se principalmente no pensamento franco-belga e posteriormente articulando-o ao positivismo trazido por assistentes sociais norte-americanas como Mary Richomant. Esses aportes permitiram que a profissão mantivesse seu caráter missionário, imbricado com outros prismas formativos para a profissão, quando o Estado, especialmente na década de 1940, emanou o processo de legitimação das instituições socioassistenciais³², visando à modernização do País, requerendo uma mão de obra mais técnica do que missionária:

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista, por Jacques Maritain, na França, e pelo Cardeal Mercleher na Bélgica, tendo em vista aplica-lo às

³² “O surgimento dessas instituições representa uma enorme ampliação do mercado de trabalho para a profissão, tornando o Serviço Social uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto dominante. Se o caráter de missão de apostolado social e a origem de classe dos pioneiros conferiram legitimidade à intervenção do profissional, agora essa legitimidade será derivada do mandato institucional, confiado ao Assistente Social, direta ou indiretamente, pelo Estado. A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a “clientela” do serviço social: de pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições. Este processo consolida a profissionalização do Assistente Social, que se torna categoria assalariada, e recruta seus membros entre os setores médios. Em suma, o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais” (IAMAMOTO, 2011, p. 31).

necessidades de nosso tempo) [...] O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista (YAZBEK, 2000, p. 22).

Nesse período, a profissão tinha como ênfase interventiva a formação social, moral e intelectual da família, objetivando reformar o núcleo familiar e integrá-los na sociedade. Ao adotarem o positivismo, de cariz funcionalista³³, essa ação moralizadora se fortalece no interior na intervenção profissional.

O entendimento da influência da herança conservadora no serviço social e sua reedição, o que estamos denominando de neoconservadorismo, passa pela compreensão do processo de renovação do serviço social, especificamente o chamado movimento de reconceituação – contexto que aprofundaremos no tópico a seguir.

3.2 O processo de renovação, a intenção de ruptura e a ética marxista

O contato do serviço social com a tradição teórico-política marxista se deu no último momento do chamado movimento de reconceituação da profissão. Esse contato não é um aspecto exclusivo da categoria profissional: é preciso lembrar que os aspectos da conjuntura social brasileira e suas contradições foram essenciais para esse processo. Um dos aspectos a se destacar foi o aumento de demandas para a profissão e o crescimento retroalimentado da formação acadêmica, que buscava qualificar a intervenção e a elevava para um patamar distinto das protoformas.

Nesse momento, também o número de estudantes e profissionais aumenta, modificando o perfil deles que, cada vez mais, estavam próximos das classes populares. Isso posto, lembremos que a aproximação com a crítica marxista

³³ O positivismo terá grande influência na primeira fase do movimento de reconceituação do serviço social com a perspectiva modernizadora. Aqui, o objetivo do serviço social era intervir junto aos desajustamentos familiares e sociais. Explicitaremos ao longo do capítulo elementos primordiais do movimento de reconceituação a fim de compreendermos os fundamentos da profissão.

não ocorre nos primeiros momentos do longo processo de redefinição profissional, e que, quando acontece, vai primeiramente adentrar por via da militância política antiditadura para, processualmente, penetrar nas questões particulares do debate profissional.

Cabe lembrar que, assim como a institucionalização da profissão no mundo se consolida a partir da maturidade da contradição capital-trabalho e da luta de classes, no Brasil se apresenta em um momento histórico também nada trivial, em meio ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Por fim, esse outro salto dentro da profissão, em busca de sua reconceituação, ocorre também no desenvolvimento contraditório de uma ditadura civil-militar pós-golpe de 1964 e culmina numa hegemonização política da corrente crítica a partir das lutas pelo processo de redemocratização do País.

Fica claro que o movimento político das forças contraditórias nas disputas pelos rumos do Brasil, suas incidências nas condições daqueles que buscam a profissão, bem como na realidade social dos usuários dos serviços prestados, influenciam diretamente nas demandas e nas possibilidades de definições e redefinições do entendimento da profissão, de suas práticas e de sua fundamentação teórica.

Gonçalves (2012) destaca que o Brasil passou por um período denominado por estudiosos e historiadores de nacional desenvolvimentismo: a busca pelo desenvolvimento do País – tendo como auge os anos de 1950-1960, período de implementação do capital financeiro no Brasil, do fortalecimento das multinacionais pelo governo de Juscelino Kubitschek, com investimentos no setor de bens de consumo duráveis –, que tinha por objetivo desenvolver o Brasil, país com um histórico colonial de dependência econômica, considerado nesse contexto como subdesenvolvido.

Ao passo que o Brasil buscava se modernizar, transformações societárias aconteciam e suas refrações recaíam no serviço social, forçando-o a repensar seus parâmetros éticos, teóricos, metodológicos, políticos e interventivos. De acordo com Netto (2011b), a busca por desenvolvimento também influenciou o serviço social, tanto que nesse período citado o assistente social era visto como um agente do desenvolvimento.

O movimento de reconceituação do serviço social se caracterizou pelo repensar da profissão em nível teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. De acordo com Yamamoto (2011), no fim dos anos de 1950 e início da década seguinte, começam a surgir as primeiras manifestações no serviço social que questionam o *status quo*, a prática institucional vigente com o desenvolvimento conjuntural das lutas populares no País.

Todavia, nos anos iniciais desse movimento, também se fortalecem as vertentes aliadas à ordem vigente, aos pressupostos conjunturais do Estado e sua coalizão golpista civil-militar que ganhava espaço e poder como fundamental reação a essas lutas. A conjuntura política no Brasil com o golpe ditatorial tornou-se desfavorável a qualquer iniciativa democrática, expressando a radicalização das reações conservadoras e permitindo modificações tênues e de curto alcance ao pensar e ao fazer da profissão, tornando esse processo muito mais desafiador.

Dentro do movimento de reconceituação, existiam posições distintas entre os profissionais sobre as mudanças que a profissão deveria sofrer. Tínhamos os que estavam comprometidos com os programas governamentais, porém almejavam algumas reformas e começavam a aparecer os comprometidos com as questões populares. Netto (2011b) sistematizou esse período da profissão abordando três perspectivas: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

O início da reconceituação foi caracterizado pelo desejo de se distanciar do serviço social tradicional, que se caracterizou como um reflexo dos modelos da Europa e dos Estados Unidos e uma adequação deles à realidade latina, sendo esse desejo assinalado pelo subdesenvolvimento e pela dependência externa.

Esses questionamentos iniciais tinham por objetivo apenas descobrir alguns instrumentos, que, de acordo com nossa realidade, contribuísse para a adequação da prática profissional exigida pela nova conjuntura. Assim, temos a legitimidade das estruturas que dominavam e continuavam amparadas pelo referencial teórico e procedimentos morais calcados no funcionalismo e no neotomismo – agora, enfatizando mais o primeiro do que o segundo.

Conforme Netto (2011a), o movimento de reconceituação se processou através de um caráter sincrético e multifacetado dentro de toda a América Latina.

Se nos anos 1960, nos outros países, essa discussão de cunho funcionalista, fenomenológico, mas também marxista já aparecia de maneira mais substancial, no Brasil, apenas uma década depois, o fortalecimento dessas reflexões se consolidam e se publicizam concomitantemente com as tensões frente à repressão do governo militar ditatorial.

A perspectiva modernizadora”, “a reatualização do conservadorismo” e a “intenção de ruptura” são fases e correntes de um mesmo processo, mas que tem bases e direcionamentos diferentes. Nelas, objetivo de superar o patamar da formação tradicional do Serviço Social baseado na doutrina social católica que perdurava desde a primeira escola de Serviço Social em 1938 em São Paulo, demonstravam características peculiares com limites, contradições e possibilidades a partir de suas bases teóricas, políticas e ideológicas (NETTO, 2011b, p. 153).

A perspectiva modernizadora tem como marco o Encontro de Porto Alegre em 1965, no Seminário de Teorização do Serviço Social, promovido pelo Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS), tendo como frutos os documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Essa perspectiva incorpora como centralidade o funcionalismo e o estruturalismo de matriz positivista para compreender a profissão e seus processos interventivos na perspectiva de enfrentamento da marginalidade e da pobreza pela integração dos sujeitos na sociedade.

De acordo com Netto (2011b), os seminários regionais promovidos pelos assistentes sociais iniciaram os debates sobre a reconceituação profissional. O primeiro desses seminários ocorreu em Porto Alegre (1965) com a presença de profissionais brasileiros, argentinos e uruguaios – estes passaram a preconizar um serviço social latino-americano. Porém, para que isso acontecesse, era necessário discutir uma teoria do serviço social que estivesse de acordo com a realidade específica do continente.

Os documentos de Araxá e Teresópolis surgem dentro de um contexto que promovia essa necessidade de renovação, porém ainda era incipiente do ponto de vista crítico, refletindo diretamente no pensamento e na formulação do código de ética:

[...] o código de 1965 não rompe com a visão tradicional; a coexistência entre os supostos tomistas e liberais aponta para sua inserção no âmbito de uma das tendências do processo de renovação brasileiro: a perspectiva de modernização conservadora que se apresenta dois anos mais tarde no documento de Araxá (BARROCO, 2007, p. 128).

Já em 1975, o novo código endurece o caráter formal e tecnicista, reafirma a posição acrítica e deixa de lado noções de pluralismo e respeito já pincelados no código anterior. Tem uma visão de neutralidade contraditória, supostamente despolitizada e preconceituosa, característica própria do moralismo, que se torna transparente, sobretudo na questão da noção dos “desajustes” dentro da sociedade. Já traz uma noção individualizadora e de caráter subjetivista, oriunda de uma renovação do conservadorismo abalizada por uma noção vulgar da fenomenologia nos anos 1970.

E, em 1978, temos a tese de livre docência de Ana Augusta de Almeida, na qual apresentou uma nova proposta teórico-profissional que foi retomada em encontros da categoria, caracterizando, conforme Netto (2011b), uma reatualização do conservadorismo³⁴, sendo a segunda perspectiva do movimento de reconceituação do serviço social. Para Iamamoto (2011, p. 34), temos a:

[...] psicologização das relações sociais, que privilegia problemas de desintegração e desadaptação social e funcional, isto é, problemas relacionais que devem ser tratados através do diálogo. Esta ênfase leva a dar prioridade às necessidades que transcendem as carências objetivas e materiais do cliente, isto é, os problemas existenciais que devem ser tratados profissionalmente. As exigências de sobrevivência são tidas como demandas secundárias para uma profissão que procura ultrapassar o estigma assistencialista. Os problemas materiais tendem a ser espiritualizados, transformados em dificuldades subjetivas, de adaptação social: dificuldades do indivíduo para se beneficiar dos recursos e oportunidades que a sociedade lhe oferece. O cliente não deve ser visto como um pobre,

³⁴ A reatualização do conservadorismo vai incidir fortemente no serviço social no período ditatorial através da mudança nos discursos, nos métodos de ação e na prática profissional, em um contexto com estratégias de controle e repressão militar, a fim de atender as exigências dessa política de desenvolvimento, agora com um cariz repressivo do Estado militar ditatorial. “Diante do clima repressivo e autoritário, fruto das mudanças políticas da década de 60, os assistentes sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional. A tecnificação eufemiza o paternalismo autoritário presente na ação profissional e desenvolve métodos de imposição mais sutis que preconizam a participação do cliente nas decisões que lhe dizem respeito. Esta participação não prescinde do respeito às hierarquias e à delimitação precisa de campo entre o técnico e o paciente” (IAMAMOTO, 2011, p. 33).

mas como uma pessoa: todos podem apresentar problemas relacionais e afetivos que precisam de orientação psicossocial. [...] A psicologização das relações sociais permite preservar o julgamento moral da clientela, agora encoberto por uma aparência científica.

De acordo com Netto (2011b) e Iamamoto (2011), o problema dessa perspectiva foi a maneira como o serviço social se apropriou dos aportes fenomenológicos, consubstanciando uma visão moralista e apenas individualizada dos problemas sociais. O enfoque na psicologização reduzia as expressões da questão social apenas ao sujeito, desconsiderando as outras dimensões da sociedade que interferem nas condições de vida dos indivíduos.

Como adverte Netto (2011b), é necessário perceber que as mudanças não ocorrem em uma linha cronológica fechada. As ações profissionais e os posicionamentos éticos são oriundos da correlação de força que se dá entre as diferentes visões de mundo dentro da categoria, aliando-se a síntese desses fatores com a conjuntura da época e as transformações dela. É daí que passa a surgir a necessidade de rompimento com o *ethos* tradicional e uma aproximação com o referencial marxista a fim de embasar as provocações vindas das condições objetivas.

O advento desse movimento de reconceituação que contestava as bases ideológicas e teóricas se fundamentando em teorias diversas tem sua expressão crítica em sua última fase, que observou as contradições socioeconômicas não advindas da vontade divina ou como fato dado, mas sim como consequência da forma de organizar, produzir e reproduzir economicamente em uma sociedade. Essa perspectiva modificou a forma como a categoria profissional se organizava politicamente e percebia a ética e a moral em sua prática. Barroco (2007, p. 68) evidencia que:

A militância político-profissional alcança a sua maturidade, evidenciada na organização sindical nacional dos assistentes sociais, na articulação com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão; eventos acionais, gradativamente, revelam um contorno crítico e politizado.

A terceira perspectiva, conhecida como vertente crítica, ganha força no seio da profissão, num movimento conhecido como “intenção de ruptura”, tido como

marco inicial o método BH (1975), posteriormente fortalecido no conhecido “congresso da virada” de 1979, evoluindo e superando equívocos teóricos no avançar da década de 1980 e atingindo uma maturidade teórica, metodológica, política e, por que não dizer, ética, nos anos 1990, com o último código de ética (1993), a lei que regulamenta a profissão (1993), as diretrizes curriculares (1996) dentro da formação profissional, aliando-se à valorização da pesquisa e da organização política e o forte e coeso posicionamento teórico (NETTO, 2011b).

De acordo com Netto (2011b), a perspectiva Intenção de Ruptura emerge no âmbito universitário, precisamente na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que permaneceu marginal até o processo de redemocratização brasileira, que possibilitou as condições políticas para a elaboração e defesa de um novo projeto profissional para o serviço social.

A ligação dessa perspectiva com a escola mineira se refere ao fato de esse estado ter uma forte tradição estudantil, além de ser solo fértil dos movimentos sindicais e populares. Nesse momento inicial, tais profissionais elaboraram uma crítica contundente ao tradicionalismo profissional, propondo sua ruptura nos planos teórico, metodológico e interventivo³⁵.

Yazbek (2000) reforça que o ingresso e o fortalecimento na década de 1970 do serviço social na esfera acadêmica, proporcionando a produção de conhecimento sobre a profissão e a realidade social, na qual intervinha, possibilitou a aproximação dessa perspectiva.

³⁵ O método BH se caracterizou da seguinte maneira: reconstituindo-se logicamente o trabalho da equipe de Belo Horizonte, verifica-se que o seu passo inicial consistiu em elaborar uma súmula crítica do tradicionalismo, que foi desdobrada numa panorâmica da evolução da própria escola – que, como se sabe, surgiu em 1946. Nesta súmula, a equipe formula ao que denomina de ‘Serviço Social Tradicional’ (e que considera ‘inadequada à realidade latino-americana’, visualizada como resultante de características gerais – consequência do processo de desenvolvimento do sistema capitalista -, mas que assumem feições particulares a nível de cada país) três ordens de reservas: a) ideológicas: critica-se a sua aparente neutralidade que de fato se traduz no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses, exercendo realmente um papel conservador. B) teórico-metodológicas: [...] a realidade é concebida de modo abstrato e departamentalizado e os fenômenos sociais são explicados de modo fragmentário [...] em última análise o que o tradicionalismo oferece é uma visão dicotômica entre realidade social e os grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre sujeitos e objeto. C) operativas-funcionais: [...] o que compete ao Serviço Social tradicional é eliminar as disfunções, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas. [...] A crítica ao tradicionalismo profissional contida nesta súmula, vê-se, está distanciada de qualquer reducionismo; recorre, ao contrário, toda a concepção tradicional, numa síntese que, em grandes linhas, aparece como consistente em termos contemporâneos – substantivamente, pode-se afirmar que os avanços posteriores da perspectiva da intenção de ruptura não foram além dele (o que indica não a fragilidade dos avanços, mas a densidade daquele núcleo crítico original). E é para replicar ao conjunto do tradicionalismo que a equipe da escola mineira articula uma nova proposta profissional (NETTO, 2011, p. 278).

Além disso, ocorre nesse momento o advento de novo campo profissional com a carreira docente tendo um crescimento e visibilidade maior. O espaço universitário, apesar das contradições em tempos ditatoriais, foi o menos adverso para o surgimento da intenção de ruptura que realizava uma crítica ao conservadorismo na profissão:

[...] o projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês. No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida as exigências e controles institucional- organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis experiências-piloto (através da extensão, com campos de estágio supervisionado diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. Nesse espaço foi possível, vê-se, quebrar o isolamento intelectual do assistente social e viabilizar experiências de práticas autogeridas (NETTO, 2011b, p. 251).

É inegável a importância do espaço universitário para o fortalecimento da intenção de ruptura – contudo, em tempos ditatoriais tivemos, como profissão, apenas elementos iniciais de formação dessa vertente. Por exemplo, a experiência na Universidade de Minas Gerais foi abortada em 1975, e os profissionais ligados a essa perspectiva foram afastados da universidade.

Vale destacar, como atenta Netto (2011b), que essa corrente teórico-política não advém simplesmente da vontade subjetiva dos profissionais que a formaram, mas se alia aos processos sociais do período. A laicização da profissão não é algo puramente endógeno ao serviço social.

De fato, os vetores erosivos que, no Serviço Social, operavam contra o tradicionalismo desde o fim da década de cinquenta sinalizavam que a profissão começava a ser permeada por rebatimentos das lutas sociais que apontavam para a problematização do conservadorismo que, inscrito já na sua implantação como prática institucionalizada no país (a partir de meados dos anos 30), parecia constitui o seu caráter congênito e imutável (NETTO, 2011b, p. 256).

O autor³⁶ assevera ainda que o solo político de redemocratização do Brasil, que norteava a intenção de ruptura, proporcionou uma aproximação maior da categoria com as condições de vida e trabalho da população, articulando-se com as camadas trabalhadoras e os movimentos sociais. Muitos intelectuais ligados ao serviço social passaram a refletir e produzir sobre essa realidade social, analisando criticamente as condições de vida e trabalho da população, não mais com o intuito de ajustar os sujeitos, mas direcionando suas ações para a legitimação de direitos tendo como norte uma transformação social³⁷.

A intenção de ruptura colidia com os pressupostos da ordem ditatorial, de tal modo que permaneceu marginal nesse período. Contrapunha-se à vertente modernizadora, por ser funcional ao reformismo conservador, compatível com a reatualização do conservadorismo. A adoção da teoria fundada no marxismo, aliada a esses desafios políticos, permitiu o início da construção mais substancial de outro perfil profissional voltado ao entendimento dos fenômenos sociais em sua totalidade.

Como destacamos inicialmente, no processo emergente da intenção de ruptura, os/as profissionais aproximaram-se da tradição marxista, principalmente mediante a militância política, por meio da influência dos movimentos das camadas médias urbanas e dos estudantes em 1964-1968. Contudo, essa aproximação inicial da tradição marxista demonstra uma redução epistemológica do pensamento marxiano e uma escassa reflexão teórica sobre seus pressupostos.

O início dessa perspectiva foi baseado em uma noção do marxismo sem ir às fontes originais, o que ocasionou interpretações rasas. O “marxismo sem Marx”, como costuma destacar Netto (2011b), que direcionou a reflexão belorizontina, precisamente à falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção pratico-profissional, vai na direção da conjunção

³⁶ A referência mais contundente à obra de José Paulo Netto, ao abordarmos o movimento de reconceitualização do serviço social, se refere ao fato de ter sido ele o estudioso a sistematizar em seus escritos, principalmente no livro “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, esse momento histórico da profissão, tornando-se citação obrigatória aos que retomam tal contexto.

³⁷ Vale ressaltar que esse norte que a profissão foi fortalecendo nos primórdios da intenção de ruptura não significa que a intervenção do serviço social, a prática dos assistentes sociais, terá por consequência uma revolução ou transformação social, mas sim que o norte, o fundamento e os anseios da categoria é por uma realidade sem exploração e opressão, sabendo reconhecer os limites e possibilidades institucionais e sociais, e principalmente seus limites como profissão. Esse norte se alia muito mais a posições políticas e éticas do que a uma efetivação imediata na prática cotidiana.

do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista típica do marxismo vulgar necessariamente eclético.

Para Yazbek (2000), a apropriação inicial da vertente marxista pelo serviço social caracterizou-se por abordagens reducionistas do marxismo de manual, especificamente o marxismo althusseriano que influenciou o método BH e parte da categoria profissional em 1960/1970. Nesse momento, se caracterizava como:

[...] um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão [...]. No entanto, é com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo que se aproxima dos movimentos sociais (YAZBEK, 2000, p. 25).

O método BH, combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica das práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deformando as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional, o que simplificou indevidamente as mediações entre profissão e sociedade. Barroco destaca Althusser como o intelectual que dará base nesse contexto:

[...] o marxismo althusseriano responde às possibilidades de sobrevivência intelectual nos marcos da ditadura; seus desdobramentos, no entanto, vão restringir o alcance do pensamento de Marx e, também, contribuir para a viabilização de aspectos da política educacional e cultural da autocracia burguesa. A articulação entre marxismo e cristianismo, também influenciada por Althusser, apresenta uma contradição, dado o seu anti-humanismo, expresso na sua defesa de um marxismo científico, de feições neopositivista. (BARROCO, 2007, p. 154).

Cabe frisar aqui a importância de setores da religião católica sob um prisma totalmente distinto daquele colocado no advento da profissão. O protagonismo de grupos progressistas oriundos da teologia da libertação se revelou como importantes sujeitos na luta pela redemocratização e no processo de apreensão da teoria crítica, com seus problemas e debilidades, ao acessá-la ainda

de maneira superficial e buscando articular diretamente com os preceitos do cristianismo.

Essa corrente crítica-humanista que se direcionava aos valores cristãos como elemento importante de uma luta encampada para um projeto democrático-popular para o País foi a base inicial de muitos militantes para a primeira aproximação com o marxismo, inclusive no serviço social. Esse fenômeno reforça a necessidade do entendimento da religião em sua complexidade, afirmando tanto as possibilidades de disputa e as contradições presentes nas instituições sociais do âmbito da superestrutura, como também deixando explícita a condição limitada dessa atuação dentro da história.

As confusões e fragilidades do advento da apropriação do marxismo nessa época também revelam que não é pura e diretamente o contato com a teoria que desenvolve um caráter crítico-radical das condições sociais, mas sim que esse processo se constrói a partir do desenvolvimento das condições reais, do aprofundamento paulatino da apreensão das determinações e da maturação intelectual e política individual e coletiva da profissão, como esclarece Pinheiro (2010, p. 55):

a explicação para o processo de secularização do serviço social não pode ser reduzida ao marxismo, cujo o encontro se dá inicialmente por meio das dinâmicas do movimento da ação católica. Esse pensamento foi um instrumento de abertura aos ideais modernos e de autonomia dessa profissão em direção à maioria intelectual. Porém a teoria não é o que determina o movimento da realidade, antes nos auxilia a entender e agir sobre a mesma. O marxismo é um componente dessa história e uma das influências que favorecem o combate contra o conservadorismo na sociedade e em particular, nessa profissão. Desse modo, houve em primeiro lugar uma luta concreta contra as desigualdades sociais, contra as ideias que as legitimavam.

O desenvolvimento mutável e difícil dessa aproximação e apropriação da teoria crítica se revelava parte de algo mais amplo da luta política dos sujeitos individuais e coletivos, do momento histórico que se precisava e condicionava a potencialidade desse processo, bem como seus limites e desafios naquele período. Para a profissão de serviço social, fortalecia-se uma necessidade de apreender

aquela realidade de modo mais preciso, entendendo sua natureza e a realidade de seus usuários.

A prática do serviço social tinha de ultrapassar o limite tecnicista, não poderia mais ser vista apenas na ótica da demanda profissional, pois, se reduzida a isso, ficaria cada vez mais burocratizada, empirista e embasada apenas no senso comum, distante dos anseios dos seus usuários. Era necessário um embasamento teórico que pudesse fundamentar a prática profissional nesse ambiente contraditório e subjetivo que se encontrava o assistente social.

Assim, a intenção de ruptura passou por três momentos em seu processo de constituição: emersão, consolidação acadêmica e espraiamento para a categoria profissional. A Teologia da Libertação, o processo de luta pela redemocratização, a entrada na academia, a apropriação das produções advindas das ciências sociais, as mudanças no perfil dos profissionais, o surgimento e fortalecimento de vários setores dos movimentos sociais são fatores diversos e importantes que influenciaram a paulatina mudança que vem se expressando nas publicações teóricas, nos encontros da categoria e que, no ano de 1986, foi expressa em um novo código de ética profissional.

Conforme Netto (2011b), o referencial teórico passou a ser cada vez mais substancial com os estudos de Gramsci dando margem a uma noção menos fatalista. Esse processo se aprofunda com os estudos das fontes primárias de Marx por Marilda Iamamoto e da aproximação dos estudos de Lukács, que, através da ontologia do ser social, pode discorrer sobre a centralidade do trabalho, dando base para um estudo mais amplo, aprofundado, maduro e teoricamente mais coeso.

As reflexões passam a trilhar um caminho cada vez mais denso e rigoroso dentro do materialismo histórico-dialético. A partir do substrato teórico se encontravam as margens para enraizar a perspectiva crítica como hegemônica do serviço social, entendendo que a profissão precisava se posicionar frente aos conflitos de classe com:

[...] a projeção de um quadro profissional cuja competência se expressaria tridimensionalmente: política (com a capacidade de analisar a sociedade como campo de forças contraditórias), teórica (com a aquisição do acúmulo existente e da habilitação investigativo-

sistematizadora) e interventivamente (com aptidão para enfrentar eficientemente a prática profissional estrita) (NETTO, 2011b, p. 289).

Com a consolidação acadêmica da intenção de ruptura, em meados dos anos 1980, temos a possibilidade de estudos e pesquisas aprofundando-se na tradição marxista, desenvolvendo-se num diálogo não homogêneo dentro da categoria e da construção teórica na profissão, mas elaborando uma hegemonia numa perspectiva pluralista. Em 1982, Marilda lamamoto publica seu trabalho, *Legitimidade e crise do Serviço Social*, em que busca compreender e repensar a profissão fundamentando-se nas obras de Marx, como os *Grundrisse* e *O Capital*³⁸.

De acordo com Yazbek (2000), esse aprofundamento do serviço social nos referenciais marxistas e marxianos nos anos 1980 avança na década de 1990 e fundamentará a direção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

A tradição marxista vai ser referência básica e, depois, hegemônica no serviço social, direcionando-se para o rompimento com o conservadorismo. A expansão da pós-graduação, mestrado e doutorado, na área do serviço social, foi um espaço primordial para o aprofundamento teórico-metodológico da profissão.

O serviço social passou a pesquisar, analisar e produzir conhecimento sobre a natureza, os procedimentos, a formação e a história da profissão, bem como em relação à realidade social, política, econômica e cultural do Brasil e sobre os movimentos sociais, direitos sociais, democracia, cidadania, repensando as políticas sociais e outros espaços sócio-ocupacionais da profissão (YAZBEK, 2000).

As transformações ocorridas em 1990 no Brasil, especialmente a adoção do modelo capitalista neoliberal, trouxeram alterações substantivas para a realidade social, como os processos de privatizações e desmontes de alguns direitos, aprofundando a pobreza e a miséria e outras tantas expressões da questão social. Nesse momento, a profissão é confrontada:

³⁸ Netto (2011b, p. 294) reconhece a contribuição do trabalho da autora, mas faz algumas ressalvas sobre sua discussão em relação a divisão social do trabalho por não dar conta das múltiplas e novas segmentações do trabalho no capitalismo. Seu aprofundamento na tradição marxiana trouxe bases para compreender a profissão, contudo “[...] faltou o suporte de análises mais modernas, a partir do exame do movimento mais recente da ordem burguesa”. Mesmo com algumas reiterações, o autor deixa claro que a produção de lamamoto consolida a vertente de intenção de ruptura no plano teórico-crítico, embasado na teoria marxiana e marxista.

[...] com este conjunto de transformações societárias, no qual é desafiada a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, que expressam a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista atual (YAZBEK, 2000, p. 29).

É nesse contexto de escolhas teóricas e políticas realizadas pela profissão, mediante o fortalecimento da intenção de ruptura, precisamente na segunda metade dos anos 1990, em que se dá o debate aprofundado e a legitimação do que hoje chamamos de projeto ético-político.

Braz e Teixeira (2006) afirmam que esse projeto é fundamentado por: princípios e valores éticos; matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à sociedade do capital; lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria dos/as assistentes sociais em suas organizações políticas e em sua articulação com outros movimentos sociais.

O projeto ético-político está expresso, se desenvolve e busca sua materialização na atuação profissional através de alguns elementos, a saber: da produção de conhecimento no interior do serviço social, em que se reflete sobre o fazer profissional e a realidade contemporânea, negando teorias que reforcem o conservadorismo de outrora; das instâncias político-organizativas da profissão, como fóruns de deliberação, entidades, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), centros e diretórios acadêmicos das unidades de ensino, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), espaços onde se afirmam os compromissos e os princípios da profissão, requerendo ambientes democráticos de construção coletiva, que, como atentam Braz e Teixeira (2006), estão em permanente disputa pela hegemonia; e da dimensão jurídico-política da profissão, por meio do Código de Ética e Lei que Regulamenta a Profissão de 1993 e das novas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996.

É a partir e por meio desses componentes que se materializam os elementos constitutivos do projeto ético-político. Isso nos possibilita afirmar que são esses componentes que permitem – junto a tantos outros fatores que incidem sobre o universo profissional – a efetivação histórico-concreta dos quatro elementos supracitados,

uma vez que são eles os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, supondo-a para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las também, e tomando o projeto ético-político como, mais uma vez, uma projeção coletiva dos assistentes sociais (BRAZ; TEIXEIRA, 2006, p. 9-10)³⁹.

A década de 1990 foi propícia para o fortalecimento desse novo projeto profissional, trazendo elementos normativos como o código de ética, a lei e as diretrizes que visam a materializar os elementos constitutivos do projeto ético-político (PEP). É por meio dessa trajetória histórica cheia de elementos ricos para análises que se chega à defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade, o combate aos preconceitos, à discriminação e à injustiça social.

Em tempos de suposta despolitização do cotidiano e ataque às lutas das camadas populares, prejudicando diretamente possíveis reações ante a política devastadora que defende que tudo deva ser regulado e regulamentado pelas leis do mercado, o fortalecimento do projeto ético-político crítico da profissão é uma questão tão imperativa quanto difícil ante a conjuntura desafiadora.

A discussão sobre o PEP perpassa o entendimento sobre projetos societários, profissionais e individuais. Como afirma Netto (2006), Braz e Teixeira (2006), as ações humanas são teleológicas, possuem finalidades, que são projetadas idealmente. Contudo, nem sempre o que se projeta se efetiva totalmente no real, pois a realidade é complexa e contraditória, traz determinantes que condicionam as ações e os projetos humanos.

De acordo com esses estudiosos, os projetos societários apresentam a imagem de uma sociedade que se almeja construir, traçam valores, princípios, elementos sociais, materiais e culturais necessários para sua concretização. São projetos coletivos que apontam propostas para o conjunto da sociedade, bem mais amplos do que os profissionais, por exemplo, e são projetos primordialmente com o recorte de classe social, mesmo que seu enfoque esteja em outras relações, como de gênero, etnia e diversidade sexual. Os projetos societários são flexíveis, por

³⁹ Cabe destacar que os autores que analisam o projeto ético-político, a exemplo de Netto (2006), Braz e Teixeira (2006), em nenhum momento colocam que tal projeto será implementado integralmente na realidade, sempre o apontando como um guia para a ação profissional, oferecendo a autoimagem da profissão.

poderem incorporar outras demandas e requisições sociais dependendo das conjunturas históricas.

Netto (2006) esclarece que, em uma democracia, temos a possibilidade de nos deparar com distintos projetos societários, com horizontes e interesses diversos. Para o autor, os projetos societários estão presentes na dinâmica de outros projetos coletivos, como os profissionais, podendo ser, de acordo com Braz e Teixeira (2006), transformadores ou conservadores da realidade social. No caso do serviço social, o PEP é um projeto coletivo da categoria profissional que se alia a um projeto societário transformador da sociedade capitalista.

Os projetos profissionais, no caso do PEP, ligam-se a uma profissão específica, regulamentada juridicamente, traçando a autoimagem da profissão, bem como os valores, objetivos, função social, os parâmetros teóricos, metodológicos, éticos e práticos para um determinado exercício profissional. Os referidos projetos são elaborados e legitimados pelo conjunto da categoria profissional.

Netto (2006, p. 5) destaca que, assim como os projetos societários, os profissionais também são dinâmicos, flexíveis e plurais. O pluralismo é um elemento primordial para o entendimento do PEP. Sabemos que qualquer categoria profissional é formada de maneira heterogênea, por sujeitos que pensam de forma diferenciada, com valores diversos, pois “[...] o corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes”.

A legitimação do PEP, como atenta Netto (2006), Braz e Teixeira (2006), não elimina as tensões, divergências e contradições, sempre haverá o confronto de ideais, parte da categoria propondo projetos divergentes, fundamentado em outra ótica para a profissão. O PEP ganhou hegemonia no serviço social, sendo o orientador da formação e atuação profissional, mas ser hegemônico é diferente de ser homogêneo a toda a categoria.

[...] a elaboração e a afirmação (ou, se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o

ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe, também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas (NETTO, 2006, p. 6).

Essa hegemonia é pactuada entre seus membros e não se deu de maneira rápida. Como vimos, esse processo vem sendo construído desde a década de 1970 com o método BH, requerendo organização política da categoria e disputas internas. Na contemporaneidade, o PEP é o projeto que norteia a profissão, fundamentado em elementos jurídicos normativos que explicitam o perfil de profissional que se quer formar e os elementos primordiais que devem perpassar a intervenção deste profissional.

Os projetos profissionais partem de uma fundamentação ética, elencam valores e estabelecem princípios a serem seguidos: mais do que normatizar direitos, deveres, trazem as escolhas teóricas, ideológicas e política dos profissionais, “[...] por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-político revela toda a razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional” (NETTO, 2006, p. 8).

O projeto ético-político do serviço social tem como valor central a liberdade, posicionando-se em prol da equidade, justiça social, universalização dos direitos, da democratização e socialização da riqueza produzida, comprometendo-se com o aperfeiçoamento intelectual constante, com uma formação acadêmica de qualidade, com uma intervenção sem discriminar e ser discriminado, contra todo e qualquer tipo de exploração e opressão, de classe social, etnia e orientação sexual (NETTO, 2006).

O PEP legitima um perfil profissional que deve sintonizar-se com seus componentes e pressupostos. De acordo com as diretrizes curriculares, o perfil do bacharel em serviço social requer:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e

propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1997, p. 1).

Para isso, traça algumas competências e habilidades que a formação profissional deve garantir, elementos que estejam em consonância com o PEP, como por exemplo: uma capacitação que envolva as três dimensões que constituem a profissão, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas, abordando os fenômenos sociais na perspectiva da totalidade; a análise crítica da formação social brasileira e do desenvolvimento do capitalismo, possibilitando a compreensão do seu objeto de intervenção e análise, a questão social, que se gesta na relação contraditória entre capital x trabalho; além da necessária identificação das demandas que surgem no cotidiano da prática profissional, traçando respostas qualificadas, não perdendo de vista os limites e possibilidades impostos ao serviço social (ABEPSS, 1997).

A formação profissional também é embasada por princípios que a consubstanciam e a orientam, visando a um exercício profissional articulado com os pressupostos dessa formação. De tal modo, as diretrizes propõem:

Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares; Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão; Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais; Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional; Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABEPSS, 1997, p. 04).

Esses princípios encontram fundamentos nos que norteiam o código de ética do serviço social⁴⁰, bem como nos deveres do/a profissional e naquilo considerado como vetatório ao/a assistente social. Em um dos deveres postos no código e reafirmados na lei que regulamenta a profissão, temos que o/a profissional deve abster-se de ações que censurem, cerceiem e policiem os comportamentos dos/as usuários/as, sendo vetado a ele praticar e ser conivente com posturas e práticas antiéticas (ABEPSS, 2012).

A categoria profissional conta também com um conjunto de resoluções, como abordamos na introdução desse trabalho e na segunda parte, que visam a normatizar e nortear o exercício profissional, bem como fortalecer o PEP e contribuir com mecanismos e estratégias em prol de sua materialização.

A Resolução nº 489/2006, por exemplo, estabelece normas que vetam condutas discriminatórias no exercício profissional em relação à orientação sexual de pessoas do mesmo sexo. Os quatro primeiros artigos do documento são claros e evidenciam os pressupostos éticos que devem guiar as posturas profissionais, fortalecendo um perfil ancorado nos parâmetros do PEP. Vejamos:

Art. 1º - O assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos, que sejam discriminatórias ou preconceituosas por questões, dentre outras, de orientação sexual;
Art. 2º - O assistente social deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da

⁴⁰ São princípios do Código de Ética do/a Assistente Social: “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física “ (BRASIL, 2012, p. 23-24).

liberdade e da necessidade do respeito dos indivíduos decidirem sobre a sua sexualidade e afetividade; Art. 3º - O assistente social deverá contribuir para eliminar, no seu espaço de trabalho, práticas discriminatórias e preconceituosas, toda vez que presenciar um ato de tal natureza ou tiver conhecimento comprovado de violação do princípio inscrito na Constituição Federal, no seu Código de Ética, quanto a atos de discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo. Art 4º - É vedado ao assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação em relação a livre orientação sexual (CFESS, 2006, p. 1).

Em outra resolução (627/2012), o CFESS veta a utilização de símbolos e imagens nas dependências dos conselhos e nas seccionais de serviço social, reconhecendo que o Brasil é um Estado laico, não confessando nenhuma religião, vedando a interferência religiosa na vida pública.

A análise e a discussão dos documentos, leis e resoluções supracitados, que fazem parte do PEP, são indispensáveis na reflexão sobre a construção de um perfil profissional em sintonia com parâmetros e pressupostos radicalmente contrapostos ao perfil de outrora ancorado no tradicionalismo e conservadorismo.

Nossa argumentação retomou essa panorâmica exposição da história do serviço social para compreender sua configuração contemporânea, permitindo uma melhor análise do objeto desta pesquisa: o neoconservadorismo e sua relação com a formação profissional, especificamente na apreensão dos discentes no curso de serviço social da Uece, nosso campo de pesquisa.

A partir de todas essas considerações teóricas e históricas, revelamos que essas questões refletidas perpassam por uma série de mediações e determinações que vão desde os condicionantes da universalidade das dimensões sociais até o construto da personalidade do indivíduo, permitindo, nesse processo, a apreensão das contradições sociais de modos e níveis diversos na reprodução, construção e reconstrução de valores, conceitos e preconceitos que se expressam no cotidiano dos sujeitos.

A partir do que expomos, entendemos como a relação de diferentes complexos e instituições sociais dimensionam peculiares intervenções nesse processo. No caso em questão, colocamos as distintas formas de colaboração da

religião no reforço de alguns fenômenos e também seus limites e possibilidades de transformação e de desenvolvimento de outras potencialidades.

Ao imergir nas falas dos estudantes de serviço social, envoltos numa conjuntura que, como sinalizamos, é reforçada por uma tensão social explícita e o desenvolvimento de diversas estratégias de reações de setores conservadores, o trato com a formação profissional se revela como um processo difícil, gerando crises subjetivas e diferentes formas de enfrentar as contradições de seus posicionamentos pessoais construídos ao longo de suas vidas com os posicionamentos desenvolvidos no âmbito universitário e na construção teórico-metodológica e ético-política da profissão.

Veremos que o ranço histórico de conservadorismo e a subalternidade atribuída ao longo do tempo à profissão reforçam um entendimento errôneo do que é o serviço social para aqueles que adentram no curso sob a expectativa da caridade e do voluntarismo. Ficarão claras, também, as diversas estratégias de lidar com as contradições e os embates de valores e posicionamentos.

Os dados encontrados na pesquisa de campo, mediante as entrevistas com oito estudantes, demonstram que muitas não se identificam com esse perfil profissional que foi colocado a partir do PEP e até mesmo discordam dele, principalmente no que concerne ao posicionamento da categoria sobre orientação sexual e a laicidade do Estado. As argumentações de diferentes formas e níveis de reprodução do discurso conservador denota o desafio da formação para conviver com essa não identificação com os parâmetros éticos, teóricos, políticos e práticos da profissão.

Não significa que os/as profissionais não possam discordar de alguns pressupostos da profissão, até mesmo da tradição marxista, adotada como orientação teórica para o PEP – contudo, as divergências encontradas na pesquisa apontam que as discordâncias se referem aos princípios éticos, legitimando desigualdades e preconceitos.

Uma estudante entrevistada mencionou que não trabalharia nas políticas destinadas à população LGBT, pois feriam seus princípios religiosos; contudo, ela não estará isenta de se deparar com usuários gays, lésbicas, travestis e transexuais em outros espaços sócio-ocupacionais. Mais do que algumas diferenças teóricas,

estamos encontrando nos espaços da formação e do exercício profissional o retorno ao conservadorismo, que legitima preconceitos, nega direitos e divide os sujeitos, já que as argumentações fogem do nível de debate teórico-metodológico e se dirigem para o campo da naturalização a partir da religião.

Netto (2011), em suas considerações sobre a vertente de Intenção de Ruptura, deixa claro que a busca por romper com o conservadorismo não significa que este foi suplantado no interior da categoria profissional – mesmo porque, quando discutimos no capítulo dois sobre reprodução social, percebemos que ideologia, valores e normas, que orientam as ações do sujeito, não são individuais, mas fazem parte de uma realidade social que legitima tais aspectos.

As estudantes que demonstraram insatisfação em algumas defesas da categoria profissional, através de suas entidades representativas como o conjunto CFESS-CRESS, assim como todos os seres humanos e as instituições, estão inseridas nessa sociedade demarcada pela barbárie e pelo neoconservadorismo, que vem desafiando o projeto ético-político do serviço social:

[...] o cenário histórico tem revelado uma crise de hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas de modo geral. É nesse contexto que o conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, comportamento e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade (BARROCO, 2011, p. 2010).

De acordo com Barroco (2011), o cenário atual é demarcado por uma conjuntura capitalista neoliberal que afirma valores e preceitos desiguais, moralizantes, solo fértil para o fortalecimento das religiões fundamentalistas e reacionárias que a apregoam contra os direitos civis e sociais de setores da população como gay, lésbicas, travestis, transexuais e mulheres, principalmente em relação à descriminalização do aborto, apontando para posturas e costumes que destinam esses sujeitos à situação de não cidadãos. Esse contexto perpassa a sociedade como um todo e se apresenta também no cotidiano de intervenção e da formação do serviço social, sendo necessária uma discussão aprofundada sobre esses elementos que tenha como norte o fortalecimento do que preconiza o PEP.

Para a referida autora, a busca de ruptura com o conservadorismo que foi o fundamento para a construção do PEP se depara com o fortalecimento do neoconservadorismo, que se expressa de diversa maneira, requerendo estudos e pesquisas sobre as configurações atuais da sociedade brasileira, buscando também o conhecimento sobre a categoria profissional, os/as estudantes, os/as usuários/as do serviço social, a fim de que não se reproduzam alguns mitos e mesmo elementos dessa reatualização conservadora.

A ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos. Instituições voltadas para a coerção, como prisões, delegacias, casas para jovens infratores, abrigos, instituições jurídicas, demandam ao assistente social atividades de controle e censura: avaliações de situações que envolvem os sujeitos criminalizados moralmente e julgados como irrecuperáveis pelo poder dominante. A ideologia dominante está incorporada nessas instituições de diversas formas, como mostram vários estudos [...] O discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade; as práticas de encaminhamento são seletivas, baseadas, muitas vezes, em critérios que envolvem avaliações morais, de classe e condição social. O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar esse discurso, de forma a não reproduzi-lo reeditando o conservadorismo profissional, a não atender às novas requisições do estado policial, para não incorporá-las exercendo a coerção. Esse enfrentamento ético-político supõe estratégias coletivas de capacitação e organização política, de discussão nos locais de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária (BARROCO, 2011, p. 213-214).

De tal modo, o fortalecimento do PEP deve ser um dos horizontes tanto da formação como do exercício profissional. O conhecimento e o aprofundamento das posições conquistada nas últimas décadas precisam ser evidenciados, percebendo a crítica aos preconceitos como um elemento importante e necessariamente articulado com o combate da exploração do trabalho e de toda forma de opressão.

É primordial o entendimento dos aspectos teóricos e políticos das lutas nos últimos anos dentro da categoria profissional, abordando os desafios para a

materialização dessas diretrizes, compreendendo a incidência do neoconservadorismo nos espaços da profissão e abarcando as particularidades do processo de formação profissional na fase de graduação.

No próximo capítulo, retomaremos alguns elementos dessa discussão analisando os dados colhidos em campo, trazendo reflexões sobre os anseios, dúvidas e angústias dos/as estudantes entrevistados/as, bem como os elementos que reforçam a reatualização do neoconservadorismo que rebatem no perfil de profissional que se almeja formar.

4 NEOCONSERVADORISMO, RELIGIÃO E SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Para uma melhor compreensão da síntese desenvolvida a partir dessas reflexões teóricas e do conhecimento histórico da profissão, junto aos dados colhidos na pesquisa de campo, é necessário apreender as particularidades deste estudo. É preciso abarcar as peculiaridades do tempo e do lugar onde estamos vivenciando a experiência de campo, com seus elementos históricos e sociais específicos e as questões que alicerçam sua composição com os fatores sociopolíticos mais amplos.

Conhecer o campo é, assim, conhecer sua história, adentrar, ainda que panoramicamente, em sua construção, a fim de percebê-lo para além da aparência imediata. No caso do curso de serviço social da Universidade Estadual do Ceará (Uece), é preciso compreender seu advento, as questões regionais que orbitaram sua consolidação, quais e como se gestaram as expressões da questão social num estado da região Nordeste do Brasil.

Nesse sentido, é preciso reconhecer como se relacionam os elementos históricos de planos mais extensos junto às peculiaridades de um estado marcado pela seca, pelo crescimento desordenado de sua capital e constituído de questões culturais e movimentos políticos típicos.

O coronelismo, a indústria da seca, a religiosidade⁴¹ e o forte teor da cultura machista⁴² são elementos diversos que envolvem os fundamentos da conjuntura onde se expressou a questão social no Ceará, influenciando mediamente no modo em que o serviço social se consolidou na região.

⁴¹ Sobre as contradições históricas no estado do Ceará e esses elementos supracitados, ver: Farias (2004) e Souza e Gonçalves (2004).

⁴² Albuquerque (2003, p. 65) traz importantes reflexões sobre os dilemas das mudanças econômicas e políticas dentro do País junto aos códigos familiares, sexuais e de gênero, desembocando num construto reacionário de um tipo de “homem nordestino” que reforçava o machismo e uma reprodução do passado: “É na reação a este mundo moderno, que parecia querer embaralhar as fronteiras entre os gêneros, que vinha feminizando perigosamente a sociedade e a região, que vinha provocando a desvirilização dos homens e a masculinização das mulheres, que o nordestino é inventado como um tipo regional destinado a resgatar padrões de masculinidade que estariam em perigo, um verdadeiro macho capaz de restaurar o lugar que seu espaço estava perdendo nas relações de poder em nível nacional. Buscando no passado os seus modelos, este homem seria a única personagem capaz de reescrever a história deste espaço, dando a ela um novo rumo”.

Além disso, é necessário, ainda, aprofundarmos os desafios e as possibilidades de aproximação com a realidade que o momento histórico e as particularidades do campo oferecem ao pesquisador. É indispensável entender quais e por que determinados caminhos foram escolhidos para o desenvolvimento dessa fase da pesquisa.

Compreender a finalidade das técnicas e dos instrumentos utilizados possibilita uma construção processual do conhecimento do campo. Assim, o processo de pesquisa se desenvolve sem apartar a análise teórica dos caminhos metodológicos, nem cindir as reflexões dessa esfera com os dados obtidos.

A percepção e o sentido das direções tomadas no campo de pesquisa já são, em si, um processo de desvendamento do real, em diálogo indubitável com a teoria, num movimento de construção e reconstrução a partir da dinâmica sempre complexa dos fenômenos.

Por isso, este capítulo não se constitui de uma mera exposição dos dados obtidos, mas sim de uma tentativa de síntese, buscando uma análise ampla e rigorosa desse campo, dos sujeitos envolvidos e daquilo que vem sendo desenvolvido em nossas observações e em nossas reflexões.

4.1 O Serviço Social da Uece: história e consolidação

A compreensão da história e da consolidação do serviço social na Universidade Estadual do Ceará está em consonância com o movimento de implantação das primeiras escolas no Brasil, como analisamos no capítulo anterior a partir da pesquisa histórica de Castro (2011).

Em 25 de março de 1950, foi implantada a Escola de Serviço Social em Fortaleza. A entidade estava atrelada ao Instituto Social do Município, coordenada e administrada pelas religiosas da Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria, mantida pela Associação de Educação Familiar e Social (Abesf).

No ano de 1956, tanto o instituto como a escola são integrados à Universidade Federal do Ceará, o que, para Costa e Bezerra (2010, p. 19), expressa

o marco do “processo de inserção do Serviço Social no circuito universitário deste estado”.

Para as referidas autoras, a compreensão do serviço social cearense também perpassa a apreensão das particularidades regionais vivenciadas na década de 1950. Nesse período, o Nordeste brasileiro, mais precisamente o Ceará, passa por um processo de integração regional com o Sudeste, região destacada no processo de industrialização brasileiro.

O Ceará contava, nesse momento histórico, com uma indústria embrionária, voltada à expansão de algodão, caraúna, oiticica, industrializando-se também na área têxtil e de óleos. No entanto, nesses últimos artigos, vai paulatinamente perdendo seu espaço para o estado de São Paulo, que, com sua pujança política e econômica, se reafirma como o maior centro industrial e urbano do Brasil (COSTA; BEZERRA, 2010).

As ações estatais no Nordeste brasileiro historicamente caracterizam-se como emergenciais e localizadas. O tratamento prioritário era direcionado às regiões Sul e Sudeste, reproduzindo as disparidades entre as regiões brasileiras. Essa discrepância regional rebateu expressivamente na situação da classe trabalhadora no Estado, pois, na tentativa de competir com as regiões Sul e Sudeste, exploravam cada vez mais a mão de obra em prol de altos índices de produtividade:

O fato repercutia, entre outras formas, na reprodução de relações sociais extremamente desiguais, desfavoráveis aos trabalhadores, do ponto de vista econômico e político, assim como na própria organização da produção que, ao conservar processos arcaicos incapazes de competição com o Sudeste, buscava minimizar as desvantagens explorando cada vez mais uma mão-de-obra, cujo processo de pauperização se agravava e se explicitava com o recorrente fenômeno das secas (COSTA; BEZERRA, 2010, p. 23).

As instituições criadas para intervir nos problemas regionais, como o Departamento Nacional de Obras Conta as Secas (Dnocs) eram comandadas pela elite dominante do período, que mais fortalecia a oligarquia agrária do que buscava resolver os problemas sociais do contexto cearense.

A seca, além de um fenômeno natural, se revela como um problema social, elemento que historicamente vem sendo tratado de maneira paliativa pelo Estado, reproduzindo e agravando as expressões da questão social, como miséria,

fome, pobreza, desemprego etc. As ações do Estado orbitam entre o assistencialismo e outras medidas frágeis que se perdem com o passar do tempo.

Conforme Costa e Bezerra (2010, p. 24), no início da década de 1950, objetivando reafirmar a ideologia de modernização do País, presente nacionalmente, cria-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com sede em Fortaleza, buscando modernizar as elites tradicionais da região, “[...] destacando-se, entre outros objetivos, a contraposição às secas e a minimização das migrações”.

O município de Fortaleza, além de ser um polo comercial com o exterior, recebia uma quantidade considerável de imigrantes que buscava refúgio da estiagem que assolava o sertão cearense. Os sertanejos procuravam melhores condições de vida e trabalho, numa cidade sem infraestrutura para abarcar o número de migrantes, ao passo que muitos passam a viver da mendicância, agravando ainda mais o difícil quadro social do período.

Dessa grande parcela da população, aqueles que conseguiam empregos trabalhavam principalmente nas indústrias nascentes no município. O processo de industrialização é marcado por alguns fatores, como a escassa mão de obra, um nível pequeno de sindicalização, a exploração dos trabalhadores empobrecidos, uma cultura política perpassada pelas relações de mando e favor, além da grande influência da Igreja Católica na realidade social (SOUZA; GONÇALVES, 2004).

Nessa realidade adversa, no entanto, também se propagavam expressões de resistência e organizações de classe, como registrado por assistente sociais do período, como no exemplo colocado por Sarah Fiúza em uma pesquisa divulgada em 1953, que destacou organização dos trabalhadores. Costa e Bezerra (2010, p. 24) afirmam que “em 1950, os jornais cearenses já registravam os movimentos grevistas de operários na Fábrica de Tecidos São José”.

É nesse contexto que a intervenção da Igreja Católica também se estabelece no cenário cearense, na responsabilidade pela formação e educação dos(as) jovens católicos, através de colégios e faculdades dirigidas por congregações religiosas, como a Escola de Serviço Social⁴³.

⁴³ De acordo com Costa e Bezerra (2010), existem algumas interpretações sobre a criação do Curso de Serviço Social no Ceará. Alguns consideram que essa criação deu-se a partir da vontade dos fundadores; outros, como resposta às necessidades sociais da classe operária em situação de pauperização; e há os que defendem que o surgimento da profissão no contexto cearense se alia ao

As fundadoras do serviço social no Ceará estavam ligadas diretamente às ações da Igreja, a exemplo de Maria Áurea Bessa, presidente da Juventude Feminina Católica Cearense, Norma Cabral e Nair Studart, membros da Ação Católica local.

Nos anos 1950, antes de adentrar nos quadros universitários da UFC, o serviço social fortalezense localizava-se na Avenida Barão de Studart, num prédio cedido pela Arquidiocese de Fortaleza. A primeira turma do Instituto Social de Fortaleza contou com 42 alunas matriculadas no curso de serviço social e 26 no de educação familiar (COSTA; BEZERRA, 2010).

A formação inicial dessas assistentes sociais contava com disciplinas de sociologia, psicologia, higiene, enfermagem, puricultura, direito civil, moral, contabilidade. No ano de 1951⁴⁴, outras disciplinas foram acrescentadas ao curso, como: higiene geral, do trabalhador, escolar, mental, alimentar, social; direito penal e legislação dos menores; direito do trabalho e legislação sindical; doutrina social da Igreja; moral profissional.

De acordo com Costa e Bezerra (2010), em 1953 o Arcebispo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa, informa que a Escola de Serviço Social do Instituto Social de Fortaleza iria ser incorporada à Universidade do Ceará. Para isso, são exigidas mais disciplinas de sociologia e psicologia no primeiro semestre do curso. Até 1956, o curso incorpora outras disciplinas e estudos, como serviço social de caso, grupo, comunidade, história, entre outras⁴⁵.

processo de urbanização e às criações das favelas. De fato, algumas explicações convergem “[...] para a compreensão de que são os condicionantes históricos e sociais que desempenham papel preponderante no surgimento da profissão. Embora sua existência seja socialmente determinada, necessita algumas vezes de agentes que incorporem para si tal tarefa, como no caso do Serviço Social no Ceará” (COSTA; BEZERRA, 2010, p. 300).

⁴⁴ “O período referente a 1951 se inicia mediante vestibular, onde são exigidos conhecimentos de: português, matemática, anatomia, francês ou inglês, além de entrevista individual onde, segundo depoimento de D. Áurea Bessa, são observadas as tendências da aluna, suas possibilidades, o que desejava, o que via no Serviço Social, para a gente sentir melhor como poderia aproveitar essas alunas... Isso ajudou muito certa seleção e havia pessoas, por exemplo, que não tinham absolutamente nenhuma condição para o tipo de profissão. Porque você compreende que sendo uma profissão que vai lidar com o homem diretamente e levar esse homem a enfrentar seus problemas, exige de nós uma mínimo de condições, de equilíbrio psicológico, de bom senso, um certo nível de amadurecimento, alguma coisa pessoal, porque só se dá o que se tem. Por exemplo, quem tivesse uma doença psicológica muito grave? Ela não tinha como trabalhar como assistente social, enquanto não se tratasse” (COSTA; BEZERRA, 2010, p. 308).

⁴⁵ “Somente depois de 1960 é que a Escola de Serviço Social do Ceará, de acordo com as demais Escolas e ABESS, criam a 4ª série para o curso. Partindo de uma análise dos conteúdos programáticos dessas disciplinas pode-se afirmar que a formação acadêmica do Assistente Social no Ceará repousa sobre o tripé: conhecimento científico, técnico e moral” (COSTA; BEZERRA, 2010).

Logo, o desenvolvimento nacional da profissão corrobora a forma como se estabelece a formação profissional no Ceará, desde a apreensão do moralismo cristão, passando pela vinculação com a academia e sua paulatina aquisição de conhecimentos específicos das ciências humanas.

Dentro da UFC, o curso tem um status secundário em relação a outras áreas, reproduzindo a subalternização historicamente construída. Somente em 1975 o curso de serviço social passa a integrar a Universidade Estadual do Ceará⁴⁶, precisamente o Centro de Estudos Sociais Aplicados (Cesa).

Na década de 1970, como abordamos no capítulo anterior, temos o fortalecimento da perspectiva modernizadora, pertencente ao movimento de reconceituação, que alia de modo particular elementos do positivismo e do neotomismo, compreendendo as expressões da questão social como decorrência dos desajustamentos morais.

A construção e o desenvolvimento nacional da perspectiva da intenção de ruptura no seio do movimento de reconceituação do serviço social se espalharam e tiveram suas manifestações também em âmbito local. Os questionamentos e reflexões realizados em relação aos aportes teóricos, metodológicos, éticos, políticos e operativos da profissão se desenvolveram de modo processual nas décadas de 1980 e 1990.

Quando, nos anos 1990, a categoria profissional passou a problematizar a formação do serviço social, legitimando, em 1996, outras diretrizes curriculares, a Uece também seguiu a tendência nacional e, entre os anos de 1997 e 2004, estudantes e professores elaboraram outro projeto pedagógico para o curso, fruto de discussões e oficinas sobre o tema.

De acordo com informações contidas na página atual do serviço social, no site oficial da Uece, o Departamento de Métodos e Técnicas de Serviço Social estabeleceu uma comissão pedagógica, tendo por componentes estudantes e

⁴⁶ Segundo o histórico disponibilizado na página oficial da Uece (www.uece.br), “com a resolução número 2 de 05 de março de 1975 do Conselho Diretor, referendada pelo Decreto número 11.233, de 10 de março do mesmo ano, foi criada a Universidade Estadual do Ceará, que teve incorporada ao seu patrimônio as Unidades de Ensino Superior existentes na época: Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola de Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte, além da Televisão Educativa Canal 5. Ao firmar-se como Universidade, transformou aquelas Escolas em seus primeiros Cursos de Graduação aos quais outros foram somados”

professores, a fim de elaborar uma proposta de currículo para o curso de serviço social.

Em muitos momentos desse processo de construção coletiva do currículo foram realizadas oficinas com a participação ampliada de professores, estudantes e assistentes sociais na função de técnicos de apoio do estágio, sendo discutidos todos os elementos constitutivos da proposta curricular e apresentadas sugestões consensuais, incorporadas no presente documento que contempla: objetivos do curso e do currículo, perfil dos formandos, princípios da formação profissional, identificação da direção social do curso e estruturação dos componentes curriculares. Este documento alimentou o debate e a construção coletiva da proposta pedagógica do Curso de Serviço Social. A riqueza e pluralidade do debate acadêmico e o respeito no confronto de ideias fizeram inédita a experiência de contribuir e partilhar da construção coletiva deste novo projeto pedagógico do Curso de Serviço Social da UECE.

O projeto pedagógico tem por objetivo assegurar uma formação de qualidade em sintonia com o projeto ético-político do serviço social, com valores ético-políticos atrelados aos princípios do código de ética profissional, que está articulado com os pressupostos da ABEPSS no que se refere a uma formação de qualidade, que capacite o(a) estudante para a intervenção e análise das diversas expressões da questão social contemporânea⁴⁷.

A matriz curricular conta com uma organização que proporciona direcionar uma formação fundamentada na ética, com rigor teórico, metodológico e histórico no que se refere à abordagem da realidade e à profissão, contribuindo com a compreensão dos desafios profissionais, a fim de superar a fragmentação de conteúdos, fortalecendo a visão de totalidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão⁴⁸. O objetivo principal da formação em serviço social da Uece é capacitar profissionais para:

[...] produzir conhecimentos acerca da realidade social; formular, planejar, implementar e gerenciar políticas sociais públicas e

⁴⁷ De acordo com informações retiradas do site da Uece, “o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social foi aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UECE no dia 24 de outubro de 2005, tendo como relatora a Professora Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueiredo. Mediante aprovação na instância final, o projeto foi implantado em 2006.1”.

⁴⁸ As informações sobre a formação em serviço social da Uece foram retiradas do site da universidade, no endereço <<http://www.uece.br/servicosocial/index.php/projetopedagogicodocurso>>.

privadas; assessorar e prestar consultoria às organizações públicas, privadas, ONGs, movimentos e grupos sociais populares em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos humanos, civis, políticos e sociais; trabalhar em parcerias interinstitucionais e em equipes multidisciplinares, tanto no setor público como privado, prestando serviços profissionais na captação, gestão, capacitação de recursos humanos (UECE, s.n.t.).

O perfil, as habilidades e as competências requeridas do profissional e os princípios norteadores da formação estão em sintonia com o que apontam as diretrizes curriculares da ABEPSS, trabalhadas no capítulo anterior. No projeto pedagógico do curso da Uece encontramos citação do documento das diretrizes sobre tais elementos⁴⁹.

Essa direção torna-se ainda mais desafiadora dentro de um contexto de precarização da universidade pública⁵⁰, processo em que a Uece está inserida e que requer dos sujeitos organização para o processo de reivindicação de melhorias.

Como exemplo dos processos reivindicatórios que demarcaram a Uece, temos questões emblemáticas nas três grandes greves nos anos 2000, que ocorreram capitaneadas pelas entidades dos docentes e discentes por melhores condições de trabalho e ensino, planos de cargos e carreiras para os docentes, concurso público para professores efetivos e assistência estudantil.

Nesse processo, cabe frisar o destaque do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social⁵¹, que por mais de três décadas participa e encampa debates, atos e manifestações dentro e fora do curso, sendo um importante espaço de militância estudantil e de vivência dentro do processo de formação profissional.

Atualmente, o curso de graduação de serviço social conta com 844⁵² alunos matriculados. Nos últimos anos, o curso ampliou sua dimensão com a abertura de vários grupos de estudos e laboratórios de pesquisas, além de, em 2012, ter a primeira turma de mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão

⁴⁹ “Os princípios norteadores desta proposta pedagógica estão balizados nas Diretrizes Gerais para Graduação em Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, bem como têm como referências as Diretrizes Curriculares Nacionais/MEC” (UECE, s.n.t).

⁵⁰ Sobre a contrarreforma universitária e a mercantilização do ensino superior, ver as reflexões de Leher (2004, 2008, 2010).

⁵¹ Sobre o movimento estudantil e sua participação no fortalecimento da formação profissional e do projeto ético-político, são essenciais as contribuições de Ramos (1996), além de outros textos mais recentes, como de Silva (2008) e Rodrigues (2008).

⁵² Dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, obtidos no censo estudantil de 2013.

Social e a abertura do curso de graduação “Serviço Social da Terra”, dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

A exposição, ainda que breve, desse contexto revela os limites e as possibilidades, os desafios e as resistências, a construção e as contradições dentro da consolidação dessa formação na Uece. Retomar um pouco da história do serviço social no Ceará nos possibilita a compreensão da totalidade que envolveu e hoje ainda envolve a formação profissional dos(as) assistentes sociais.

É dentro desse curso que sinteticamente elencamos as condições históricas de sua consolidação, que adentramos a fim de compreender, a partir dos depoimentos dos(as) discentes de graduação, as questões que envolvem os posicionamentos individuais, referendados no pensamento religioso, e as questões oriundas dessa formação, com peculiar direcionamento teórico-metodológico em seu projeto pedagógico, além das defesas ético-políticas da categoria profissional.

4.2 A experiência de pesquisa na Uece

Minayo (2008), ao discorrer sobre a interação entre teoria e método, destaca uma famosa frase de Lenin que afirma que “o método é a alma da teoria” (LENIN apud MINAYO, 2008, p. 15). Assim, dentro da pesquisa acadêmica, na perspectiva em que desenvolvemos nosso estudo, não há como se propor a trabalhar um tema tão amplo sem deixarmos claro como e por que escolhemos a trajetória teórico-metodológica referente ao processo de construção deste trabalho.

Gamboa (2003) afirma que a metodologia, por vezes, tem tido uma atenção obscurecida dentro das pesquisas, sendo reduzida ao relato das condições e cronogramas do estudo e das técnicas de coleta de dados, caindo num falso dualismo e num reducionismo tecnicista. Segundo ele,

As técnicas não estão descoladas dessas concepções epistemológicas. Entretanto, se reduzimos essas escolhas apenas a dois modelos epistemológicos, um relacionado com as técnicas quantitativas e outro as técnicas qualitativas, então passamos de um falso dualismo técnico para um falso dualismo epistemológico.

[...] Denomino falso dualismo epistemológico porque apresentam a lógica dos terceiros excluídos, como outras perspectivas como a crítico-dialética ou o materialismo histórico que trabalham com outras concepções de ciências e de rigor científico como é o caso do critério da práxis (GAMBOA, 2003, p. 399).

Evidenciar a discussão do método como central é de suma importância antes de elencar as técnicas de coleta de dados, uma vez que elas não demonstram por si o enquadramento desta pesquisa em estudos quantitativos ou qualitativos, visto que esses aspectos são, aqui, ferramentas para uma construção analítica que vai para além deles.

Então, há uma diferença, mas não uma divergência, entre a postura teórico-metodológica reivindicada e as técnicas e instrumentos propostos, bem como as estratégias utilizadas no campo. Foram exatamente os elementos que o campo de pesquisa nos apresentou que referendaram a precisão desse aprofundamento teórico-metodológico e a necessidade de uma síntese complexa dessas questões.

Buscamos uma linha teórica que se fundamentou na criticidade, a partir da aproximação sucessiva das expressões fenomênicas, caminhando para seu descortinamento e a apreensão da totalidade das determinações. Esse percurso buscou comportar a complexidade do fenômeno social em questão, por meio da relação entre o plano universal e as particularidades, aqui materializados na articulação entre as questões estruturais e conjunturais da sociedade contemporânea e suas contradições, e nos relatos dos(as) entrevistados(as) que refletem sua subjetividade e seus dramas individuais no que diz respeito ao tema tratado.

Em suma, as reflexões do pensamento marxiano e lukacsiano, o desenvolvimento e a ampliação dos diversos autores da escola marxista, bem como aqueles que trataram da história do serviço social, foram os pilares para o mote da discussão sobre os fundamentos da sociedade contemporânea, os seus valores e os mecanismos que os reproduzem para, a partir disso, evidenciarmos o enfoque da religião e do avanço neoconservador de forma mais específica.

As análises empreendidas neste trabalho, no entanto, não seriam relevantes sem o conhecimento das falas dos(as) estudantes de serviço social da Uece, exprimindo suas opiniões sobre a profissão, seus parâmetros éticos, políticos,

interventivos, bem como em relação aos dilemas individuais e da sociedade contemporânea.

Como já relatamos, a pesquisa de campo aconteceu no curso de serviço social da Universidade Estadual do Ceará, no período letivo 2013.1, junto aos(às) estudantes, prioritariamente do primeiro, quinto e sétimo semestres. Esse processo contou ainda com a observação durante o estágio de docência⁵³.

No entanto, a observação do campo de pesquisa não se iniciou nesse período. Como já colocamos, o interesse pela temática surgiu ainda quando éramos discentes, quando vivenciamos debates, ouvimos relatos e presenciamos fatos que evidenciavam a necessidade de entender a expressão dos posicionamentos de estudantes, referenciados no neoconservadorismo religioso, ante as questões tratadas na formação profissional, sobretudo quando as temáticas eram relacionadas às questões de gênero, os direitos e a diversidade sexual.

Nossa experiência já mostrava que esse não seria um tema fácil de tratar. A própria natureza da temática evidenciava as particularidades que eram necessárias na abordagem no campo. Isso porque, em grande parte das vezes em que são abordados temas como legalização do aborto, lei de criminalização da homofobia, Estado laico etc., as reflexões ganham imediatas dimensões polarizadas.

Diante dos debates, observamos que alguns estudantes, que apresentavam suas discordâncias referenciadas por convicções religiosas, na maioria das vezes, resolviam expor suas opiniões somente em ambientes que não gerassem grande repercussão ou apenas para os grupos que concordassem com suas visões.

De fato, a tensão era evidente, diferentes posições logo saltavam para um debate acalorado e adverso. Por exemplo, de um lado homossexuais e sua vivência de supressão de direitos; de outro, pessoas religiosas se sentindo igualmente violentadas por supostamente terem seus direitos de livre expressão e crença questionados.

⁵³ O estágio de docência foi realizado na disciplina de Estágio Supervisionado I do quinto semestre, onde podemos realizar diversos debates sobre temáticas relacionadas à profissão, assinalando questões polêmicas com que os estudantes possam se deparar no campo de estágio e no aprendizado prático da atuação na tessitura entre teoria e prática. Essas discussões contribuíram na apreensão do objeto de pesquisa.

Um fato emblemático foi a já citada discussão na lista de e-mails organizada pelo Centro Acadêmico Livre de Serviço social, no ano de 2011, quando uma estudante socializou uma matéria sobre a ação do Pastor Silas Malafaia na Marcha para Jesus e reiterou sua posição, a partir de uma opinião de um blogueiro religioso:

A mesma mídia que não reduz seu respeito por indivíduos e sites homossexuais que defendem publicamente a pedofilia reduz sistematicamente o valor dos cristãos e seu testemunho na construção de uma sociedade sem mentiras e sem violência. A manifestação gay a favor do PLC 122, que ocorreu em 18 de maio, não atraiu nem 2 mil homossexuais, mas obteve uma atenção espetacular da imprensa, que em grande parte omitiu a manifestação cristã (Maria)⁵⁴.

A socialização da matéria e esse posicionamento desencadeou um amplo debate. Diversos estudantes, entre eles homossexuais ligados aos movimentos LGBT, problematizaram e repudiaram o teor dado à matéria, contra-argumentando com questões sobre a criminalização da homofobia, laicidade do Estado e o projeto ético-político profissional – posicionamentos firmes que faziam oposição:

Se esta lista está servindo para promover textos e "notícias" que desqualificam a luta dos movimentos sociais organizados em torno do combate ao machismo, à homofobia, ao heterossexismo, portanto, que mensagens que destoam de todo um acúmulo de discussão da nossa categoria sobre o que vem a ser a democracia, que destoam da nossa defesa intransigente dos direitos sociais e de um projeto societário pautado na liberdade, na diversidade e na pluralidade, que estamos fazendo então com o nosso projeto ético-político, que tipos de compromisso estamos assumindo como Assistentes Sociais? Companheiros e companheiras, às vezes é angustiante (Marcos).

A partir daí, muitas outras falas apareceram, depoimentos com diferentes visões e formas de tratar o assunto. Como não é nosso principal objetivo retratá-las aqui, destacamos alguns depoimentos reveladores para nossa questão:

⁵⁴ Os nomes utilizados nas falas retiradas da discussão virtual são fictícios, a fim de resguardar as identidades dos sujeitos.

Primeiro, eu sabia que apenas pessoas que defendem o movimento GLBTT iriam se manifestar. Apesar de eu conhecer muitas pessoas do nosso curso que são contra esse projeto de lei, a maioria das pessoas tem medo de se manifestar pq vão ser rotuladas de homofóbicas. Fato. (Maria)

O que é ação constrangedora, intimidatória, de ordem moral, ética, filosófica e psicológica? Com este parágrafo a Bíblia vira um livro homofóbico, pois qualquer homossexual poderá reivindicar que se sente constrangido, intimidado pelos capítulos da Bíblia que condenam a prática homossexual. Então me pergunto, onde está minha liberdade de expressão e religiosa? O que os cristãos querem não é impedir ou cercear ninguém que tenha a prática homossexual, mas não pode existir lei que impeça a liberdade de expressão e religiosa que são garantidas no Artigo 5º da Constituição brasileira. (Maria)

Só digo uma coisa: NINGUÉM TEM CAPACIDADE DE DIZER QUEM É OU QUEM NÃO É PARA ESTAR NO CURSO. Até porque ser a favor ou não do aborto; ou do homossexualismo; ou da pena de morte; ou ser religioso; ou ser ateu NÃO SÃO PRÉ-REQUISITOS PRA ENTRAR NO CURSO! [...] nem Netto, nem lamamoto, nem quem-quer-que-seja tem competência pra ficar dizendo quem deveria ou não estar no curso. Muito menos qualquer aluna de Serviço Social que ainda está no início do seu processo de formação (Fátima).

Sem desenvolver, *a priori*, nenhuma análise aprofundada sobre o conteúdo das falas, esses exemplos demonstram que as estratégias para abordar essas questões precisavam ser muito bem colocadas. Os depoimentos supracitados foram seguidos por outros que parabenizavam a coragem das estudantes, denotando que havia a possibilidade de aquelas afirmações estarem expressando posicionamentos para além do número das discentes que participaram da discussão.

A percepção de que uma pesquisa tratando dessas questões pudesse gerar um afastamento das estudantes nos atentou para que o tema fosse tratado com mais cuidado e que a forma de abordagem precisava ser muito bem construída.

Consideramos a primeira fase como uma pesquisa exploratória. Essa fase se deu no estágio de docência que foi desenvolvido na disciplina do quinto período de Estágio Supervisionado I. Nesse momento, contamos com o auxílio da professora da disciplina para que, por meio de estratégias didáticas nas aulas, pudéssemos tirar

o máximo de dados possíveis para qualificarmos os instrumentais da pesquisa de campo.

Em cada aula, havia um momento inicial de discussão coletiva sobre temas diversos a fim de gerar uma reflexão sobre questões concernentes à formação e à atuação profissional do serviço social. Nesse processo, entre tantos temas, fomentamos debates sobre a questão do aborto e sobre diversidade sexual.

A disciplina de estágio acontecia semanalmente no período da tarde e contava com cerca de 15 alunos. O espaço era propício para essas discussões, pois se tratava de um número pequeno de discentes em sala e a natureza da disciplina permitia a possibilidade do diálogo mais qualificado.

Em cada temática, tivemos boas reflexões e diálogos interessantes, mas nem sempre convergentes. Redução da maioridade penal, consumismo, manifestações populares e os chamados atos de vandalismo, mobilidade urbana, todos os temas evidenciavam alguma polêmica, alguma relação com as expressões da questão social e o desafio para a profissão. Nessa vivência, era perceptível que o universo dos estudantes de serviço social é marcado pela diversidade de posicionamentos, por distintas experiências, por diferentes olhares.

Em alguns dos assuntos, as discussões aconteceram de modo parecido – porém, nas reflexões relacionadas aos temas aborto e diversidade sexual, as peculiaridades surgiram de imediato. O silêncio inicial, a dificuldade de falar dos temas e o desenrolar dos diálogos desembocaram em diferentes posicionamentos e logo se depararam com os valores religiosos.

Uma profissional pode se negar a atender algum usuário por seus valores individuais? Não é um direito da profissional escolher ambientes de trabalho que não agridam sua crença? A discussão sobre essas questões é radical e exagerada na profissão? É possível ter valores individuais que se contraponham à ética profissional e não deixá-los interferir na atuação?

Essas eram questões que apareceram nos debates. Entre falas e posicionamentos distintos, seja sobre a legalização do aborto, seja sobre o casamento e adoção de crianças por casais homoafetivos, as questões dos valores individuais e da atuação profissional voltavam para o centro das reflexões.

Ao ouvirmos o relato de uma discente sobre seu dilema com a formação, se tornava claro que o tema era, além de urgente, complexo. A estudante colocava-se em um papel delicado: dizia ter alguma identidade com a atuação profissional, mas afirmava que seus posicionamentos individuais, pautados em suas convicções religiosas, iam de encontro com muito daquilo que era colocado dentro das questões teóricas e éticas na formação e das defesas políticas dos indivíduos e grupos que se colocavam nos espaços públicos da profissão.

A discente ainda relatou o caso de uma profissional que pediu demissão de determinado local de trabalho por não se sentir confortável ao conviver com usuários homossexuais. Disse ainda que talvez essa fosse uma boa estratégia também no caso do aborto.

Esse relato foi significativo para reafirmarmos o interesse na pesquisa, confirmarmos que o trato das questões de gênero, do direito reprodutivo e da diversidade sexual são temáticas cruciais para o desvendamento dessa problemática com os valores religiosos individuais, a formação e a atuação profissional.

No entanto, outro fator nos chamou atenção, um dado que não tínhamos naqueles depoimentos da discussão da lista de e-mail em 2011. A fala dessa estudante vinha carregada de angústia, não era um tom raivoso e intolerante, mas de alguém que expunha sua dúvida e seu sofrimento por não conseguir superar uma contradição entre aquilo que considerava o mais correto, posto ser a palavra de Deus, e aquilo que era constantemente problematizado no curso de serviço social.

Perceber essa dimensão subjetiva nos mostrou outra faceta desse fenômeno, algo que vai além do mero enquadramento maniqueísta daqueles e daquelas que esboçam eventuais posicionamentos conservadores.

Por isso, a estratégia de aplicação dos questionários se deu principalmente para buscar uma primeira apreensão sobre a percepção dos discentes e, a partir dela, fazer uma triagem daqueles que se propusessem a falar de modo mais detalhado sobre as questões de interesse desta pesquisa.

Já sabendo do quão delicado poderia ser uma abordagem para tratar das questões “polêmicas” entre os posicionamentos individuais quanto às questões do projeto ético-político da profissão, buscando nessa primeira fase trazer um

apanhado mais geral, elaboramos um questionário amplo, que buscou abarcar temas diversos.

A intenção não era analisar a totalidade do questionário (Apêndice B), mas ter em mãos um panorama vasto que nos desse a precisão da temática para compreender os posicionamentos diversos dos estudantes, para além das polêmicas quanto ao fundamentalismo religioso, mas dialogando com as questões mais gerais da formação profissional.

Tínhamos ainda a intenção de não direcionarmos todo o conteúdo, distanciando o risco de constrangimento e desconfiança daqueles que discordam da maioria dos posicionamentos da profissão e que, por ventura, resolvessem não se posicionar com receio de exposição e de constrangimentos públicos, ainda que a abordagem tenha sido acompanhada pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). Essa hipótese foi ratificada tanto nesses questionários como nas posteriores entrevistas.

Na primeira parte do instrumental, nos concentramos num breve perfil dos(as) pesquisados(as), com dados como idade, religião, sexo, orientação sexual, estado civil, renda familiar, entre outros. O objetivo foi justamente conhecer quem são esses discentes, compreendendo de onde estão emitindo suas opiniões, qual o lugar social deles, quais os ambientes participam ou já estiveram, desde outros cursos de nível superior, passando por movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, laboratórios de pesquisas etc.

Após esse apanhado, afunilamos as questões para o ambiente de formação profissional, indagando sobre as motivações que os fizeram escolher o curso de serviço social, sua percepção sobre a profissão, suas expectativas. Em seguida, questionamos sobre a questão dos preconceitos dentro da vivência universitária.

Na última parte do questionário, nos concentramos em seus posicionamentos quanto a temas polêmicos para a profissão e para a sociedade. A variação de temas tinha a finalidade de não centralizar apenas nos assuntos mais polêmicos ligados aos religiosos, mas os trazendo como recorrentes. Assim, questionamos questões de gênero, diversidade sexual, laicidade de Estado, mas

também outras temáticas, como internação compulsória, redução da maioria penal etc.

Partindo para a coleta de dados, no mês de junho de 2013, final de semestre letivo, nas primeiras tentativas de aplicação dos questionários, confirmou-se a impressão que tínhamos quanto à abordagem da temática e a dificuldade de fazer com que muitos discentes participassem.

Desde a entrada nas salas e a rápida apresentação da pesquisa, os olhares desconfiados antecipavam muitas respostas (ou a ausência delas). Grande parte dos questionários distribuídos ou não foram devolvidos ou vieram em banco. Numa das respostas, pudemos perceber esse receio, quando a estudante discorreu sobre os preconceitos e o receio de colocar suas posições:

Vou ser sincera, até em responder esse questionário, fico receosa, pois já fico imaginando as reflexões que serão feitas. Por exemplo, se coloquei aqui religiosos [como vítima de preconceitos], já vou ser tratada como religiosa, conservadora e as coisas não são assim, não se pode colocar as pessoas em caixinhas (Grifos nossos).

A desconfiança também chegava nas indagações sobre a natureza da pesquisa, como no caso de uma estudante que, mesmo após eu já ter apresentado os objetivos da pesquisa, parou de responder o instrumental e passou a questionar: “Você tem religião?”; “Acha que é possível ser religioso e assistente social?”; “Qual sua motivação para pesquisar isso?”; “Acha que cristão tem que defender os direitos dos homossexuais?”.

Eram questões similares às que queríamos que ela respondesse, mas que viam no sentido contrário, denunciando os melindres daquele debate difícil, mas evidenciando a necessidade de fazê-lo, ao mostrar que tratar desses assuntos mexia com aquelas pessoas.

Essa sensação de incômodo também se revelava na demora em responder as questões. Enquanto nos pré-testes calculamos uma média de dez minutos para o término de um questionário, na aplicação efetiva muitos demoraram mais de 40 minutos para concluí-lo.

As perguntas pareciam complexas demais, polêmicas demais, uns queixavam-se do medo do que seu posicionamento poderia transparecer. Quase

ninguém parecia querer ser “tachado” com o termo conservador. Outras discentes ficavam pensando demasiadamente em suas dúvidas individuais, eram questionamentos latentes que estavam imersos no silêncio das crises subjetivas.

Muitas estudantes vieram a relatar esse desconforto e seus próprios questionamentos, ora na família ou no grupo religioso, ora em sala de aula. Dúvidas que pareciam não ter como cessar. No todo, o receio e o incômodo foram impressões importantes dessa fase, que se demonstrariam mais claras a partir das entrevistas.

Por fim, concluímos esse momento com 68 questionários, correspondente a 8% dos discentes matriculados no curso. Desse universo, conseguimos dados dos turnos da manhã e da noite, privilegiando as turmas de primeiro, quinto e sétimo período letivo, mas contamos também com alguns de outros semestres.

O objetivo de evidenciar diferentes tempos de formação foi justamente apreender um lastro amplo dessas percepções, desde aqueles que acabaram de adentrar no curso, com suas primeiras imagens da profissão, suas expectativas e suas impressões, passando por aqueles que estão ultrapassando a metade da formação, em contato com a disciplina de ética profissional e desenvolvendo o estágio supervisionado, fase particular desse processo para a percepção das questões profissionais.

Por último, queríamos conhecer também as impressões dos estudantes do sétimo período, ou seja, aqueles que estão em via de concluir esse processo. Estes já passaram por quase todas as disciplinas e em pouco tempo estarão nos campos de intervenção como profissionais graduados.

Dentro daquelas que responderam o questionário, selecionamos as que almejávamos fazer as entrevistas. O principal critério escolhido foi ser adepta de alguma religião. Nessa seleção, tivemos o rigor de garantir proporcionalidade entre as religiões relatadas no total dos questionários, além de observarmos os diferentes períodos letivos e os turnos manhã e noite.

Nem todas convidadas aceitaram participar das entrevistas. No entanto, observando o critério de saturação qualitativa, concluímos esse processo com oito estudantes, cujas identidades serão evidentemente resguardadas e aparecerão aqui numeradas de um a oito (MINAYO, 1992).

Na última fase da pesquisa de campo, o objetivo era garantir depoimentos mais profundos, detalhados e precisos, falas que pudéssemos analisar de modo qualitativo, onde tivéssemos a possibilidade de dialogar com os sujeitos, desenvolver uma reflexão no ato da entrevista e observar os trejeitos, as expressões corporais, a forma de falar.

Dito isso, a síntese trazida por essa pesquisa revela um complexo fenômeno com níveis e formatos diversos, bem como com uma gama de distintas determinações. Desde os dados quantitativos e as respostas nas questões abertas do questionário até os depoimentos nas entrevistas, o que testemunhamos foi uma contraditória e reveladora relação entre os posicionamentos individuais, referenciados pelas questões da conjuntura contemporânea, sobretudo com o fenômeno do fundamentalismo religioso e sua difícil interação com os elementos trazidos pela formação profissional.

Tais elementos possibilitaram uma tessitura de análise com o debate teórico referente às categorias religião, formação profissional em serviço social e neoconservadorismo, num diálogo essencial com o campo de pesquisa, e ao mesmo tempo dando “materialidade” ao exemplificar e embasar por meio de fatos, falas e dados a problematização teórica.

4.3 Os dados dos questionários: perfil e um panorama geral da problemática

Do total de questionários respondidos, 67 questionários foram de discentes do sexo feminino e apenas um do sexo masculino, revelando a supremacia numérica de mulheres no curso. Comparando esses números com os dados obtidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis no Censo de 2013, a diferença geral por sexo dos estudantes da Uece é muito menor, sendo composta por 52% de mulheres e 48% de homens⁵⁵.

De fato, o número de homens nas salas do curso de serviço social ainda é diminuto, embora tenha crescido paulatinamente. Em pesquisa realizada no ano

⁵⁵ As tabelas com os referidos dados e porcentagens encontram-se nos apêndices D, E e F do trabalho.

de 2009 nos cursos de serviço social da cidade do Rio de Janeiro, o número de estudantes mulheres era percentualmente menor do que esse revelado por nossa pesquisa, mas ainda muito expressivo, com a média de 91,3% de mulheres nos seis cursos pesquisados (SIMÕES, 2009).

Dentro dessa marca genuína do curso de serviço social incidem diversos fatores, como a carga da imagem da profissão historicamente construída como uma profissão feminina desde suas protoformas. Segundo Simões (2009), a mudança nos conteúdos teórico-metodológicos que alicerçam a formação e a atuação profissional ainda se chocam com um ranço do estereótipo da assistente social “cuidadora, boa e caridosa” que se consolidou na sociedade desde o advento da profissão. Essas são características que também são associadas histórica e culturalmente como inerentes ao gênero feminino.

Quanto à orientação sexual, apenas duas das discentes pesquisadas não se colocaram como heterossexuais. Uma afirmou-se como bissexual e outra como pansexual. Assim, o percentual de discentes que se consideram heterossexuais foi de 97,06%.

Em relação à religião, 80% disseram ser religiosas, enquanto 14,71% afirmaram não ter religião e 4,41% não responderam à questão. Desse universo, as católicas são maioria, com o número de 48,53%, seguidas de evangélicas e protestantes, com 19,12%, ao passo que 8,82% disseram ser espíritas, 4,41% se denominaram apenas como cristãs, enquanto 11,76% disseram não ter religião definida, 2,94% afirmaram-se agnósticas e 4,41% não informaram.

A média de idade das estudantes é de 22 anos. Com relação ao estado civil, 89,71% disseram ser solteiras, 8,82% afirmaram ser casadas, seguindo a porcentagem de 1,47% de divorciadas. De todo esse universo, apenas 2,94% disseram ter filhos. Sobre a questão da raça-etnia, 51,47% se declararam pardas, enquanto 22,06% se afirmaram brancas, seguidas de 19,12% negras e 2,94% de amarelas.

A maioria das discentes asseverou morar com os pais (70,59%), seguida daquelas que residem com os companheiros (8,82%). A renda familiar das estudantes ficou entre três a cinco salários mínimos. 67,65% das pesquisadas afirmaram não exercer nenhuma atividade remunerada, seguidas de 30,88% que

exercem alguma atividade dessa natureza em tempo parcial e 1,47% que a desempenham em tempo integral.

Quando indagadas sobre a formação escolar, 69,12% disseram que cursaram o ensino médio integralmente no ensino privado, seguido de apenas 13,24% que cursaram todo o ensino médio no ensino público. Do restante das pesquisadas, aquelas que asseguraram ter estudado nos dois tipos de escola, 11,76% alegaram ter estudado a maior parte do tempo no ensino público e 5,88% colocaram ter frequentado mais tempo na escola privada.

Os dados colhidos nesses questionários revelam uma tendência que pouco muda em relação a outras pesquisas similares, como no exemplo que demos de Simões (2009). Os dados também foram semelhantes aos que Yamamoto (2009, p. 346) reproduziu sobre uma pesquisa quanto ao perfil das profissionais:

O perfil desse trabalhador é de uma categoria fundamentalmente feminina (97%) com a presença de apenas 3% de homens; as idades preponderantes encontram-se nas faixas entre 35 a 44 (38%) e 25 a 34 anos (30%), ainda que 25% estejam na faixa entre 45 e 59 anos. A maioria professa a religião católica (67,65%); segue-se a protestante (12,69%) e a espírita kardecista (9,83%), e 7,92% não têm qualquer religião. As demais preferências religiosas não têm incidência significativa. A maioria dos assistentes sociais se identifica como branca (72,14%) e as que se declaram pretas e negras totalizam 20,32%. Em relação à orientação sexual, 95% são heterossexual, 3%, homossexual e 2%, bissexual. A maioria (53%) é casada e 47% são solteiros.

Em nosso questionário, perguntamos também sobre outras experiências, ocupações e participações em grupos diversos. Entre as discentes, 18,62% disseram frequentar ou já terem frequentado outro curso de ensino superior. Das que citaram exemplos, tivemos uma grande variedade de cursos, como psicologia, administração, gestão hospitalar, direito, entre outros.

Quando indagadas sobre cursos de outra natureza, 16,17% disseram nunca ter participado de nenhuma atividade do tipo. Já 41,18% dizem estar frequentando algum curso no momento, enquanto 42,65% disseram já terem cursado algo anteriormente. A grande maioria dos cursos citados são os de línguas estrangeiras e informática.

Na esfera da participação política, quando perguntados sobre a atuação em partidos políticos, 97,06% afirmaram nunca ter feito parte de nenhum grupo. Apenas 1,47% afirmou participar de algum partido (sendo uma única pessoa do PCB), e número igual ao que colocou já ter participado no passado (o partido citado foi o PC do B).

Referente à participação em movimentos sociais, o expressivo número de 75% disse nunca ter participado de nenhum movimento, enquanto 13,24% afirmaram fazer parte de algum e 8,82% alegaram ter tido alguma participação no passado. Dos movimentos citados, aquele que foi mais lembrado foi o movimento estudantil, por 14,71% das entrevistadas.

Sobre a participação em grupos religiosos, 45,59% afirmaram nunca ter frequentado nenhum grupo, enquanto 20,59% disseram estar frequentando no momento e 33,82% alegaram já ter participado no passado. Os grupos mais citados por aquelas que estão participando foram os grupos de jovens evangélicos e as comunidades católicas como a Shalom e a Comunidade Missionária Dom Bosco.

Diante do perfil obtido nos questionários, percebemos que a maioria dos discentes do curso de serviço social são mulheres, religiosas, heterossexuais, solteiras, sem filhos e com uma média da renda familiar entre três e cinco salários mínimos. A maioria é jovem, mora com os pais e tem pouca participação em grupos de natureza política.

Em nosso instrumental de pesquisa, posteriormente a esse perfil, afunilamos as questões para elementos ligados à formação profissional. Nesses questionamentos, surgiram elementos importantes que indicam muitos desafios no processo da formação profissional, como o fato do profundo desconhecimento do que é pautado no curso por aqueles que procuram entrar no processo de formação, bem como o fato de a maioria das discentes que não tiveram a profissão como prioridade de escolha profissional.

Para muitas estudantes, a procura pelo serviço social aparece secundarizada, surge após não conseguir aprovação em outros cursos públicos. Apenas 25% das discentes pesquisadas disseram que o serviço social foi a sua primeira opção no vestibular. O número expressivo de 75% das discentes afirmou que o curso não era prioridade, citando outros cursos de diversas áreas, desde

direito (16,18%), psicologia (14,71%), ciências sociais (5,88%), jornalismo (5,88%), fisioterapia (2,94%), enfermagem (1,47%), moda (1,47%), entre outros.

Ao perguntarmos sobre o que influenciou na escolha do curso de serviço social⁵⁶, as principais respostas foram que já tinham alguma identidade com a profissão, com 36,76%, seguida daquelas que colocaram gostar da grade curricular, com 14,71%, além das que afirmaram gostar dos campos de atuação, somando 11,76%.

No entanto, ao serem questionadas se tinham conhecimento sobre os conteúdos tratados no curso, 51,47% afirmaram não ter nenhum conhecimento, seguido por 35,29% que disseram ter um algum conhecimento superficial.

Quando olhamos exclusivamente para as discentes religiosas, esse número se modifica consideravelmente na parcela evangélica, quando 76,92% afirmaram não ter nenhum conhecimento, 23,08% disseram que tinham um conhecimento apenas parcial e nenhuma respondeu que tinha conhecimento.

Ao serem questionadas se estão se identificando com o curso, 50% das discentes afirmaram estar se identificando totalmente, 35,29% afirmaram se identificar parcialmente, seguidas por 11,76% que disseram se identificar um pouco – e, logo após, 2,94% disseram não se identificar.

O ranço do perfil profissional aparece também na imagem que muitas estudantes têm do curso e da profissão, questão que reflete no impacto entre as expectativas trazidas pelas estudantes e a direção dada dentro da formação atual da profissão. Essa tensão aparece com o decorrer do curso, onde os frequentes debates e exposições ganham força sobre temas mais diversos, gerando divergências e diferentes formas de tratá-las.

Entre aqueles que consideram que na sala de aula há espaço para expor e discutir divergências nas temáticas trabalhadas, 55,88% disseram que há apenas razoavelmente, 33,82% afirmaram que há espaço totalmente para essas discussões e 4,41% colocaram que não há nenhum espaço – nesse caso, a tendência universal se mantém entre os religiosos.

⁵⁶ Essa questão foi aberta.

Ao colocarem se já tiveram receio de expor sua opinião em algum debate em sala de aula, 67,65% disseram que sim, enquanto 32,35% disseram que não. Essa tendência segue entre as outras religiões, com exceção dos religiosos evangélicos, onde o número que afirma ter receio de opinar sobe para 81,82%.

Numa questão aberta para justificar esse receio em opinar, algumas respostas foram significativas, como quando 50% das discentes alegaram que o motivo era a “discordância das opiniões e a falta de respeito”, seguidas de outras respostas similares, como “falta de respeito de professores e alunos”, com 5,88%, além de “não ter o que argumentar”, com 8,82%.

Com relação aos posicionamentos colocados dentro da formação de serviço social, 88,24% dos estudantes afirmaram conhecer outros discentes que discordam da maioria das coisas colocadas na formação. Quando perguntados se os posicionamentos, valores e crenças individuais dos(das) estudantes e profissionais influenciam na formação e na atuação profissional, 95,59% consideram que sim.

Acerca da questão das opressões e das diversas formas de discriminações, 86,76% dos estudantes disseram considerar os preconceitos, machismo, racismo e homofobia como expressões da questão social. Essa expressiva marca não se mantém em sua totalidade quando os questionamentos se centram nas polêmicas específicas.

Quando passamos a questionar sobre outros temas e polêmicas diversas, as opiniões revelam questões interessantes, sobretudo quando percebemos as peculiaridades das respostas dos discentes religiosos, em especial dos evangélicos, em assuntos ligados às questões de diversidade sexual, gênero, laicidade do Estado.

Ao perguntarmos sobre a legalização do aborto, 42,65% se posicionaram como favoráveis, enquanto 27,94% disseram ser contra, seguidos de 29,41% que somaram os que não têm opinião formada sobre o tema. Quando passamos a analisar especificamente o percentual dos religiosos, entre os católicos, aquelas que se disseram contra somaram 30,30%, mantendo a tendência geral. Já dentro do conjunto de discentes evangélicas, esse número se eleva para 63,64% de contrárias.

Questionados sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, 73,53% se posicionaram como favoráveis – nesses estão inclusos todos os discentes não religiosos. Apenas 17,65% se disseram contra, seguidos de 8,82% que não tinham opinião formada. Da pequena parcela que se posicionou contra, mais uma vez os religiosos evangélicos se destacaram com o percentual de 45,45% do grupo.

Sobre o direito à adoção de crianças por casais homoafetivos, mais uma vez a tendência favorável se mantém com 69,12%, 14,71% contra e 20% sem opinião formada. No entanto, as diferenças também se sustentaram nas questões religiosas: enquanto novamente todos os não religiosos se posicionaram favoráveis, a parcela maior daqueles que foram contra são os evangélicos, com 45,45%. O mesmo número diz não ter opinião, ao passo que somente 27,27% deles são favoráveis.

Quando a pergunta foi sobre a aprovação da lei de criminalização da homofobia, 72,06% também se colocaram a favor, enquanto 19,12% foram contra e 8,74% alegaram não ter opinião. O grupo evangélico, com 45,45%, novamente foi o maior número de pessoas contrárias.

Sobre a distribuição de kits educativos anti-homofobia nas escolas, 52,94% das discentes se colocaram como favoráveis, enquanto 26,47% foram contra e 19,12% disseram não ter opinião. Entre os religiosos evangélicos, a porcentagem dos que são contra continua a subir, mas, nesse caso, sem a mesma força, sendo 27,27% contrários e 27,27% sem opinião formada.

Sobre a aprovação de uma lei que proibisse imagens, símbolos e cultos religiosos em instituições e prédios públicos, 50% se mostraram favoráveis, 29,41% contrários e 20,59% sem opinião formada. Dessa vez, entre os contrários, a maior parcela foi de discentes católicas, com 39,39%.

Os números estatísticos mostram que a maioria das estudantes se colocam favoráveis aos direitos dos homossexuais, além de se posicionarem favoráveis na polêmica da legalização do aborto. Nessas estatísticas, também se revela que há discordância entre os religiosos, tendo um caráter diversificado nos posicionamentos, inclusive entre aquelas das mesmas religiões.

No entanto, as marcas evidenciam também que o percentual onde se concentra a grande maioria daquelas que são contrárias está justamente na parcela ligadas às religiões evangélicas. A expressão do fundamentalismo religioso se revela tanto nesse aspecto como está subsumido nos dados das católicas, que se mostram mais tolerantes, sendo apenas as estudantes que dizem participar de grupos internos, como os da Renovação Carismática e similares, que tendem aos posicionamentos contrários.

Essa tendência que mostra diferenças de posicionamentos entre religiosos e não religiosos aparecem principalmente nesses temas, mas também se expressam em outros questionamentos. Quando, por exemplo, se questionou sobre uma lei para a redução da maioria penal, 69,12% afirmaram ser contrários, número parecido nos católicos (63,64%) e menor nos evangélicos (54,55%). Sobre a legalização da maconha, 51,47% das discentes se colocaram contrários; na parcela dos religiosos esse número sobe, entre os católicos, para 60,61% e, entre os evangélicos, para 72,73%.

Quando indagados se conhecem os posicionamentos do CFESS e/ou ABEPSS sobre esses temas que abordamos, 35,29% afirmam desconhecer sobre todos eles, 48,53% conhecem apenas de alguns temas e apenas 14,71% alegam que conhecem os posicionamentos.

Perguntados sobre a frequência com que eles acessavam os sites do CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, apenas 1,47% disse acessar sempre, 44,12% alegou acessar “raramente”, enquanto 33,83% disse acessar “às vezes” e 19,12% afirmaram nunca terem entrado em nenhum dos sites dessas entidades. Dos endereços eletrônicos que foram citados, os mais acessados são o do CFESS, seguido pelo do CRESS e da ABEPSS.

Esse panorama estatístico demonstra a complexidade da expressão do fenômeno neoconservador a partir das questões trazidas pelas discentes do curso. Esse desafio está expresso no fato de muitas estudantes desconhecerem de modo mais preciso os posicionamentos manifestos nas entidades organizativas da categoria profissional e seu processo de debates, fundamentação e consolidação.

Mas esse elemento desafiador também se revela no fato de muitas considerarem que o formato em que tem se dado determinadas discussões no curso

não tem garantido as mediações pedagógicas para que o ambiente de debate possa se afirmar e, a partir dele, as divergências expressas possam ser problematizadas e reconstruídas. Por último, se as expressões de conservadorismo não se manifestam na maioria das estudantes, é inegável que o fator religioso demonstra-se um elemento importante para a sua afirmação.

Os dados despontam que não é a religiosidade em si que exacerba os posicionamentos conservadores, mas suas expressões fundamentalistas. Isso fica explícito quando percebemos a diferença alcançada nos números das respostas das evangélicas, bem como das discentes católicas que estão inseridas em grupos internos mais tradicionais.

4.4 Religião e valores x projeto ético-político: as percepções das estudantes de serviço social da Uece

Nos depoimentos das oito estudantes entrevistadas, encontramos indicadores múltiplos que resguardam tanto similitudes quanto particularidades em seus posicionamentos. Há níveis diferenciados de trazer sua religiosidade, bem como distintas formas de apreensão dos posicionamentos oriundos das respectivas instituições religiosas e suas incidências nas questões tratadas no processo de formação profissional e nas temáticas dos direitos humanos.

O período em que estão no curso, as diferentes experiências pessoais no reforço ou na reconstrução dos seus valores, bem como a forma como foram interpeladas sobre essas questões dentro da formação também revelam percepções distintas do trato dado às contradições, que vão ficando cada vez mais claras para essas discentes.

A pluralidade de religiões e correntes internas também aparece nas falas e dão a elas contornos diferenciados. Cada estudante entrevistada aprofundou elementos expostos nos questionários, revelando ainda outras determinações e esclarecendo as particularidades de cada experiência, com seus diferentes olhares cotidianos, carregados pela diversidade nas formas de pensar, de falar e de agir.

Nesse amplo universo, encontramos religiosas protestantes que não gostam do termo evangélico, pois se consideram “evangelistas”, como no caso da Estudante 07, discente do quinto semestre, que coloca seus posicionamentos de modo sereno e se emociona ao pensar que tantas outras pessoas “vivem sem o amor de Deus”.

Essa diversidade também aparece em outro caso, como na Estudante 03, também do quinto semestre, que se reivindica como “cristã tradicional” em detrimento do neopentecostalismo, garantindo suas convicções de modo firme, admitindo um choque inevitável com a formação profissional e até com o ambiente universitário, mas reafirmando sua “cosmovisão diferenciada”, diferente de outras estudantes que, para ela, “se dizem cristãs, mas na formação assumem valores que são explicitamente contra o cristianismo”.

Num outro exemplo diferenciado, podemos destacar a Estudante 02, católica, que ainda no primeiro semestre revela suas dúvidas e expectativas, ao passo que expõe suas percepções da formação e da atuação profissional, desmistificando as imagens iniciais, reconstruindo seu entendimento, começando a perceber essas tensões dentro do espaço de formação profissional e tendo uma percepção mais amena quanto aos seus valores religiosos e afirmação dos direitos.

Nessas múltiplas formas de perceber as questões, encontramos também o caso da Estudante 05, católica do quinto semestre, que chega a chorar relatando a crise subjetiva entre aquilo com que vem se deparando e se questionando, desde o início da formação em serviço social, e o espaço de seu grupo de oração na comunidade Shalom, espaço até então responsável por mudanças consideradas fundamentais em sua vida, sendo local de acolhimento e desenvolvimento de qualidades individuais e que, agora, começava a ser também um lugar desconfortável e contraditório.

De forma distinta, a Estudante 01, evangélica, também atribui mudanças importantes dentro da formação em serviço social. No entanto, destaca que elas são apenas em questões práticas, como no desenvolvimento da capacidade de falar em público, nos trabalhos em equipe e em outras questões que fiquem distantes dos valores religiosos, nos quais ela afirma ter conseguido estratégias para superar a crise subjetiva através de um “dualismo” de valores.

Podemos destacar ainda as particularidades presentes nas falas da Estudante 04, única entrevistada que se afirma da religião espírita, que discorre de modo distinto das demais sobre muitas questões, tratando os temas com desenvoltura, revelando um viés mais crítico e se aproximando das reflexões trazidas dentro da formação, inclusive nas questões das quais discorda, como no exemplo da legalização do aborto.

Num quadro geral, o que mais se pode perceber nessas e nas outras entrevistas foi a recorrência da maioria das discentes com argumentações calcadas nos fundamentos religiosos para justificar os posicionamentos individuais, além da reprodução de muitos posicionamentos (e suas justificativas) trazidos pelas lideranças religiosas que estão em evidência na política formal quanto às questões da diversidade sexual e dos direitos reprodutivos da mulher.

Nas questões próprias da profissão, as falas evidenciaram percepções superficiais e distorcidas do projeto ético-político do serviço social, demonstraram como essas discentes buscam suas diferentes estratégias para superar as crises entre os valores individuais e os direcionamentos ético-políticos da profissão.

Nesse processo, as estudantes expuseram ainda questões não menos importantes, como as queixas de que alunas religiosas são tratadas com preconceito dentro do curso de serviço social e que a forma como são abordados determinados temas afastam esse segmento antecipadamente por medo de um debate hostil.

Por tudo isso, esse processo das entrevistas manifestou elementos preciosos para o nosso entendimento dos fenômenos em questão. Esses depoimentos se mostraram ora firmes em suas convicções, ora contraditórios ao se depararem com os argumentos contrapostos.

Entre o recorrente medo e dificuldade para tratar dos temas, ao longo dos diálogos surgiram momentos de surpreendente entrega das estudantes em suas falas. Do receio inicial até os depoimentos extensos e emocionados, a vontade de se colocar surgia carregada de sensações e sentimentos diversos.

Para nós, causaram surpresa as lágrimas de algumas entrevistadas e o depoimento no final, colocado por algumas, de que aquele tinha sido um momento ímpar, alegando que nunca haviam colocado em nenhum espaço do serviço social suas impressões de modo sincero.

A desconfiança das entrevistadas sobre quais seriam as reflexões da pesquisa ainda estava presente, mas o fato de serem ouvidas com atenção e sem a imediata polarização, tensão e julgamento que, para elas, era iminente nos debates eventuais, trazia uma oportunidade de desabafar, de colocar para fora suas impressões e de, ao mesmo tempo, ver-se refletindo sobre aquilo que estavam abordando.

Por isso, consideramos essa experiência fundamental, pois jamais pensamos que o desconforto manifesto pelas discentes nas primeiras abordagens na fase de aplicação dos questionários pudesse conviver com essa sensação de alívio relatada por algumas das entrevistadas. A própria vivência nesse processo já revelou elementos que corroboraram a complexidade que envolve as determinações desse fenômeno.

As primeiras indagações que fizemos foi sobre o que motivou a escolha do curso de serviço social. Seguindo a tendência dos questionários, as entrevistadas de diferentes semestres colocavam suas motivações, que se revelavam imprecisas quanto à identidade com a formação, devido ao pouco acúmulo sobre o que de fato era a prática profissional e quais as atribuições do serviço social.

Quando eu iniciei o médio, a minha decisão foi medicina, e a minha vida toda foi medicina, mas a gente tem que ter a vocação para aquela profissão. Eu acredito que eu me dou muito com as ciências naturais, pra mim a pessoa fala ali e eu já aprendo, diferente das ciências sociais, que realmente a pessoa precisa refletir [...], mas eu não tinha vocação pra medicina, eu não ia aguentar passar minha vida toda trabalhando com gente doente. [...] então eu tentei direito, mas não, direito é muito sem graça, aí eu fiz o vestibular de psicologia, meu primeiro vestibular aqui e na Federal, só ficava na primeira fase. [...] aí eu tenho uma tia que é assistente social, e a minha mãe falava muito do trabalho dela, que achava bonito: “Filha, por que você não tenta o serviço social? Tenta serviço social, você sabe falar, você é tão gentil, tenta”. [...] tentei no final do ano de primeira pra serviço social, por influência da minha mãe e por essa tia. [...] eu não tinha essa noção de caridade, mas, pela disciplina que eu vi na grade curricular, e algumas coisas de psicologia... Aí foi por isso que eu entrei no serviço social, e eu acredito que hoje eu não estaria melhor em outra profissão do que no serviço social, realmente eu acho que eu tenho vocação pra ser assistente social [...] (Estudante 01).

[...] no meu terceiro ano, a minha primeira opção era jornalismo, e eu ia tentar na UFC porque é a única pública que tem essa faculdade,

[...] eu acho que eu não tinha nem aquela certeza absoluta que eu queria entrar na universidade, se era isso que eu queria pra minha vida, até porque eu acho que é muito cedo, eu terminei meu terceiro ano com 16 e entrei aqui na Uece com 17, então assim, é muito novo, você com 16 anos decidir o que você vai fazer pro resto da vida. [...] a minha coordenadora do terceiro ano foi e disse: “mulher, faz Uece”, “não, mas não tem nada que eu queira”. Aí eu fui na sala dela e ela ficou olhando os cursos... Eu lembro que ela mesma disse: “faz serviço social”, “tá bom, eu vou fazer serviço social”, aí colocou serviço social. Aí na UFC, como eu não pude entrar pra jornalismo, eu fui colocando outras faculdades, aí eu entrei pra geografia na UFC, só que eu também não me imaginava na questão do ensino, e a docência não era muito o que eu queria, e aqui, eu tinha colocado serviço social, passei e fiquei pra escolher, aí eu achei que seria melhor serviço social, mesmo sem conhecer nada da profissão, nada mesmo, eu não tinha nem muita noção do que era. Hoje eu olho assim, meu Deus do céu, como é que a pessoa faz uma escolha dessas... Mas, com 16 anos, sem ninguém pra instruir, minha mãe até apoiava – se for fazer faculdade, faz serviço social –, e eu perdida, sem saber o que fazer. E foi por isso que eu escolhi serviço social, foram as circunstâncias (Estudante 03).

Na verdade, no início eu queria trabalhar na área da saúde, tanto é que eu tentei uma vez medicina e reprovei. [...] depois eu conheci que existia serviço social dentro do hospital e eu conheci algumas pessoas que eram amigos dos meus familiares, conversei e perguntei como era o trabalho, disseram como funcionava mais ou menos, aí eu disse: “vou tentar”. Aí eu tentei, não passei da primeira vez, mas depois eu passei. [...] depois eu acabei gostando muito da parte da assistência e também meus pais têm um projeto social, uma ONG com crianças e adolescentes usando a música, deu certinho, porque eu já estava dentro de uma assistência, eu nem sabia o que era, depois que eu entrei na universidade foi que eu vim saber, mas meu foco mesmo é a área da saúde (Estudante 6).

Eu vou ser bem sincera, eu entrei no serviço social, fiz por fazer pra saber como era e tudo, mas quando realmente eu entrei, que soube dos valores, eu comecei realmente a me identificar com muitos valores defendidos pela profissão. Eu já tentei de tudo, psicologia, enfermagem, eu não sabia o que eu queria, sinceramente, mas eu acho que eu vou prosseguir (Estudante 7).

Observamos que o motivo da escolha vai desde o fato de ser uma profissão aparentemente próxima daquelas da área da saúde, passando também pela identidade com os assuntos mais cobrados nas disciplinas específicas da área das ciências humanas na seleção do vestibular, além de noções superficiais, como o fato de ser uma profissão que “lida com pessoas”.

A escolha do curso na maioria dos casos se deu de modo casual, a partir de circunstâncias adversas para lograr êxito nos cursos que eram prioridades de escolha. O pouco conhecimento sobre a formação e a atuação nesses casos intensifica a possibilidade de choques substanciais entre as expectativas dos discentes e a realidade da formação profissional

A compreensão superficial da profissão que perpassou o entendimento inicial das estudantes não advém de meras percepções individuais. Essa imagem do serviço social foi construída historicamente, sofrendo influência pelo modo com que a profissão foi criada e legitimada, como abordamos no capítulo 3, a partir das reflexões de Manrique de Castro (2011).

A reprodução estereotipada do que é o serviço social não é um dado exclusivo daqueles que buscam a formação, mas permanece presente em muitos espaços sócio-ocupacionais, na percepção de muitos gestores das políticas sociais, na imagem que alguns usuários constroem e até no entendimento de profissionais de outras áreas, fator que gera inúmeros embates no campo de atuação para a afirmação das verdadeiras competências e atribuições da categoria.

Quando questionamos sobre essa imagem da profissão, obtivemos respostas como:

Que o assistente social é a pessoa que ajuda. Eu lembro de uma moça que falou assim na sala: “Ai, eu escolhi porque eu gosto muito de ajudar, no Natal uma amiga de recuperação e eu lá em pleno dia de Natal ajudar na recuperação, então eu sou assim, você pode contar comigo toda hora”. Eu me lembro muito dessa fala, porque hoje em dia é engraçado, né? [risos] Então eu acho que muitas pessoas entram assim, nessa visão de que eu vou poder ajudar as pessoas, perde um pouco a dimensão política, né? (Estudante 03).

Antes eu tinha aquele pensamento que dizem, que é a “menina” que vai tá lá no hospital pra ajudar as pessoas, eu tinha muito esse pensamento, vai tá lá pra mandar os médicos trabalharem, era isso que eu tinha no pensamento, ou quando a pessoa tivesse na fila, eu ia poder tá lá e ajudar o pessoal pros médicos atenderem logo. Depois que eu entrei aqui, eu vi que a dimensão é muito maior, é uma coisa bem diferente, mas continua sendo uma coisa que eu gosto mesmo (Estudante 05).

Porque todo mundo diz que eu sou muito falante, que eu gosto de conversar, tenho esse jeito de chegar pras pessoas e falar. [...] eu

tenho uma tia que ficou muito feliz e ela dizia muito que eu tinha jeito de assistente social, mas eu não me vejo desse jeito, que jeito é esse? Mas acho que também as pessoas veem o assistente social como aquela pessoa muito de aconselhamento, acho que foi por isso (Estudante 08).

O entendimento do serviço social como uma profissão que tem uma dimensão do cuidado, que está próxima à área da saúde ou que elenca questões das ciências humanas foram elementos que surgiram na maioria das falas, como destaca esta entrevistada sobre os cursos que eram uma prioridade para seus colegas e a relação que fizeram para escolher serviço social:

Tem muita gente, a maioria eu acho, [...] acho que umas 25 ou 30 pessoas queriam fazer psicologia, a maioria, mas também eu acho que eu sou uma exceção por eu querer fazer fisioterapia, porque é uma área totalmente diferente de humanas, aí a maioria das pessoas ou faz serviço social ou faz psicologia [...], e chega achando que é parecido com psicologia, tipo: “Ah, lida com pessoas”. Mas, quando a gente vai estudando, a gente vai percebendo que é uma coisa totalmente diferente de psicologia, é uma coisa à parte. Eu acho assim, se alguma pessoa hoje perguntar pra mim o que é serviço social, eu vou ficar olhando assim [...] (Estudante 02).

Essa percepção superficial quase sempre veio seguida de um forte impacto ao se deparar com o processo de formação profissional, as disciplinas, os conteúdos, os professores, os outros estudantes, um surpreendente conjunto de perspectivas que denunciavam contradições com muito daquilo que essas estudantes traziam como bagagem construída ao longo de suas vidas, nos seus espaços de socialização e convivência.

A reprodução do mero “cuidado”, da “ajuda” e do “benefício” subjuga a dimensão do direito, da perspectiva de afirmação daquilo que foi conquistado coletivamente e está garantido por lei. Essa é uma identidade que foi construída dentro do processo histórico, atribuída de modo alienado nesse desenvolvimento e com a qual se busca romper há décadas dentro da profissão (MARTINELLI, 2006).

O modo de compreender a profissão nessa visão reflete a perseverança de um “reducionismo reacionário” historicamente construído, onde a representação social da categoria profissional retorna para esfera “do fazer com boa vontade” e “da vocação”. Não por acaso, alguns depoimentos destacaram os conselhos de terceiros

afirmando o “jeito de assistente social” de uma estudante ou ainda o “dom” de ajudar de outra.

Quando questionamos as mudanças iniciais na imagem do curso a partir das disciplinas estudadas, as discentes afirmaram:

Eu acho que tem, eu vejo muitas pessoas entrarem com uma visão e mudarem a visão ao longo dos semestres, muitas pessoas que entraram com essa visão de ajudar realmente interiorizavam toda a teoria do curso, toda a questão mais politizada. Eu acho que tem um impacto muito grande pelo fato de ver muitas pessoas mudarem as suas perspectivas e tal (Estudante 03).

Na sala é muito assim, a Uece já é a segunda opção, a primeira opção é a UFC. Então, já entra na Uece: “Eu queria estar na UFC”. Não sei como, se não tem esse curso na UFC, mas aí quer tá na UFC, já entra: “Ah, tudo bem, é a Uece”. Tudo bem que a gente entra aqui e é uma série de embates, não tem professor, você não tem estrutura, mas assim, já é isso que o sistema quer que você se desestime pra você ir pra privada e dar todo o suporte. E elas vão fazendo o curso, que é um curso muito crítico, e aí entram nesse embate: se você não consegue separar o seu pessoal daquele profissional que você vai querer ser, é muito complicado. Porque assim, é um curso que você vai... Hoje eu sou outra pessoa do que quando eu entrei e, se eu não estou aberta a esse processo, você não se identifica com o curso, você vai levando na barriga mesmo, é um curso de muitas leituras. [...] e a falta de identidade, eu acho, pelo menos lá na sala, no primeiro semestre era muito assim: “Eu não queria estar aqui, eu queria estar fazendo outro curso, mas, como eu passei numa universidade pública e meus pais querem que eu curse, e porque eu quero cursar um nível superior...”. Então eu acho que começa daí. No decorrer do curso, tem muita gente lá na sala que queria engenharia, como você vai se identificar, se você quer engenharia ambiental e faz serviço social? Direito, história talvez ainda entre, mas tem gente lá na sala que queria biológicas, então eu fico assim, por que você não fez pelo menos biologia? Procurar uma área afim. Então é aquela coisa, “passei numa universidade pública, eu tenho que cursar”, e aí vai cursando de qualquer forma (Estudante 04).

Acho que foi a partir do primeiro semestre mesmo, com a cadeira da professora Ruth, que era estudar como realmente iniciou, que descaracteriza toda aquela ideia que a gente tem no início, daquela moça que é legal, que vai lhe ajudar a conseguir tudo o que você precisa, e no curso a gente vê que tudo é burocracia, principalmente a gente que lida com todo tipo de situação, aí eu fui tirando isso da minha mente e fui vendo como realmente se trabalhava. No segundo semestre, a gente também fez um trabalho de campo, eu fiz a pesquisa no Caps e eu fui descaracterizando tudo o que eu tinha antes em mente (Estudante 06).

Eu sabia que trabalhava com gente, e isso já me deixava contente, porque era o que na verdade dava pra mim, trabalhar com número não seria favorável pra mim. [...] no primeiro semestre e no segundo a gente vê sociologia e filosofia. Filosofia foi muito boa, eu adorei, só teve muita crítica à Igreja, e sociologia eu praticamente não tive porque a professora não dava aula. [...] foi quando eu percebi que o curso tratava mesmo de embates entre a Igreja, tipo Igreja Católica, conservadorismo, essa ideia que quem é da Igreja não se bate com o projeto do serviço social. Só que, como a gente ainda não tem professor do serviço social nos primeiros semestres, praticamente só na disciplina de Introdução ao Serviço Social, que o meu não foi muito bom, porque a professora faltava muito, não deu aquela ideia, “porque vocês estão aqui?” (Estudante 05).

As estudantes destacam a importância das disciplinas na reconstrução da imagem da profissão e no entendimento do que de fato se coloca como objeto de intervenção do serviço social. Os depoimentos destacaram a grande ansiedade sobre essas questões nos primeiros semestres do curso, onde as disciplinas mais gerais estão concentradas e, muitas vezes, as dúvidas específicas sobre a profissão acabam persistindo por um longo tempo.

Nas falas supracitadas, temos distintas experiências. A primeira estudante expressa as mudanças de modo muito claro, e a segunda revela elementos diferenciados nesse processo, levando em conta a pressão social, o mercado de trabalho e as condições da universidade como fatores que incidem nas mudanças e manutenções da imagem da profissão e suas consequências na percepção dos estudantes.

A fala da última discente destaca que os prejuízos na única disciplina que trata do serviço social no primeiro semestre condicionaram um processo mais difícil no entendimento do que é a profissão. No depoimento, ela começa a colocar o início dos choques valorativos entre seus posicionamentos e valores individuais com o conteúdo que é abordado na graduação.

É nesse movimento processual da formação que o explicitar das questões teóricas começam a encontrar entraves não somente na imagem da profissão, mas nos valores individuais que essas discentes construíram ao longo de suas vidas:

Mas mesmo assim, com as disciplinas de sociologia e filosofia, eu percebi que a religião na universidade é uma questão complicada,

mas foi só a partir do terceiro semestre e do quarto [...] que eu vim sentir o embate, porque eu sou muito religiosa, eu sou da Comunidade Shalom e eu tenho um grupo de oração lá, eu via pregações lá no final de semana, mas na semana era nesse universo novo, porque eu saí do terceiro ano e vim pra universidade, então é um choque, e eu bem imatura, eu ainda sou. É um choque, e todos os princípios que eu venho carregando desde a minha avó e tal, e aqui a história é outra [risos]. [...] foi bem difícil no primeiro ano, [...] sou muito emotiva, e a minha emoção é ligada a minhas questões sobre o que eu acredito, o que eu faço, essas questões básicas que são subjetivas de cada pessoa, [...] eu tava bem fragilizada [...], mas eu melhorei agora. Aonde eu tô é no que eu acredito, é o que eu defendo, mesmo estando numa categoria profissional que acredite que ser religioso é uma coisa que, digamos, traga alienação, enfim (Estudante 5).

Os questionamentos teórico-científicos próprios do ambiente acadêmico impactam de modo peculiar no entendimento dessas estudantes. Esses elementos se entremeiam às discussões em sala de aula junto de questões políticas, e as divergências passam a se colocar como notórias. Esse processo gera dúvidas e angústias nas estudantes, como podemos ver a partir das respostas dadas quando perguntamos se elas já haviam pensado em desistir do curso:

Teve uma vez, semestre passado e esse, pela confusão que tava tendo, não conseguia estágio remunerado, não sabia quando é que ia sair, totalmente dependente dos pais, porque preferi me dedicar a um trabalho mesmo fora da área: “Ai, o que é que eu vou fazer, mãe?” “Pra quê? Vai tentar outro curso pra começar do zero? Você já está mais da metade, então continua”. Por incentivo da minha mãe principalmente eu estou continuando, mas hoje eu tô porque eu gosto mesmo da profissão (Estudante 01).

[...] na sala tem umas coisas que deixam a gente meio... Até eu coloquei nas respostas, na sala tem muito esse negócio, tudo bem que preza muito pela liberdade de pensamento e de escolha, mas na ação mesmo, eu não falo dos professores, mas dos próprios alunos, na ação mesmo eles têm muitos... Às vezes eu me sinto oprimida na sala, eu não falo nada, quando tem uma discussão eu fico na minha. Não que eu não tenha um pensamento formado ou não tenha uma opinião, mas eu sei que depois dali o pessoal vai me ver de outra maneira se eu expressar as minhas opiniões (Estudante 6).

Eu vou ser bem sincera, já pensei, sim, já tive várias crises, inúmeras, já pensei, mas faz parte da vida, não tem como você não ter essas crises, faz parte do crescimento. [...] Vários motivos... Questões assim de que você ter uma formação, não de ser a

questão dos estudos, mas questão mesmo de ser humano e muitas coisas aqui, a questão da criticidade quebra muitos paradigmas, quebra muitos valores que você teve durante toda a sua vida, então você tem que ter certa maturidade, e pra isso se desenvolver demanda um tempo, então é complicado, é bem difícil. [...] a questão da religião, querendo ou não, não vamos ser hipócritas, pesa muito, pesa demais. No primeiro semestre, na cadeira de filosofia, não tinha como você ficar balançado porque o professor era ateu, mas eu achei ele muito gente boa, e a questão dele se colocar como ateu, mas respeitava quem tinha qualquer religião, seja ela qual fosse. [...] Por que tudo questiona, por que isso existe? Duvida de tudo, né, Descartes duvida de tudo, né? Isso tudo. Às vezes eu me acho em cima do muro, mas tipo, eu gosto de criticar, mas ao mesmo tempo tem coisas que não tem como você negar (Estudante 7).

A Estudante 01 destaca as condições objetivas da formação como os principais elementos para sua desmotivação. Como já destacado, tanto as questões do mercado quanto a pressão social de vários planos e níveis, como a família e a escola, colocam desafios e inseguranças que se estabelecem de diferentes formas e direções.

Já as questões colocadas pelas outras duas estudantes expõem de fato as primeiras manifestações do choque de valores proporcionado pelo ambiente acadêmico, sobretudo no curso de serviço social e suas disciplinas curriculares. Nesse processo, não demora muito para que as questões dos valores religiosos se evidenciem e, com elas, as queixas e reivindicações, tanto por uma suposta imposição do modo de pensar dentro da profissão, como também por compreenderem que o ambiente de formação profissional é desfavorável para os debates sob o prisma religioso.

Deixa eu ver... Acho que algumas coisas, não sei se foram as pessoas que eu tive contato, mas todas são assim... As pessoas: "ah, o mundo tá errado", as pessoas são muito... Eu não posso dizer inconformada porque isso é bom, mas são muito de mal com a vida, entendeu? E tipo, eu não quero ser assim, tem muita gente, pessoas que eu tive contato: "ah, o governo é horrível, não sei o que é horrível, tudo é horrível". Eu sei que a maioria das coisas tão em crise mesmo, mas tem muitas coisas que ainda são boas que dá pra se aproveitar. Tem gente que quer mudar logo tudo, e às vezes não é assim, entendeu? (Estudante 02).

Eu acho que tem gente que não se permite porque tem pessoas que você não pode dar nem uma opinião que ela não aceita, não consegue nem ouvir uma opinião diferente. Eu acho que o problema

é esse, você não conseguir ouvir uma opinião diferente (Estudante 07).

O processo de socialização dessas discentes é uma construção que vem se desenvolvendo muito antes da chegada à universidade. Suas aspirações profissionais, seus valores individuais, a forma de se posicionar e o modo como enfrentam e enfrentarão as contradições extrapolam as questões de uma formação acadêmica de determinada profissão.

Uma linha tênue e complexa aparece dentro dessa formação. Os debates e reflexões demonstram-se cada vez mais necessários, e a forma de fazê-los, mais desafiadora. Forma e conteúdo se colocam como provocações para o processo pedagógico da formação profissional que se processa em meio a condições desfavoráveis, visto que o ideário conservador se fundamenta em diversos planos da vida social, como aprofundamos a partir das reflexões lukacsianas e gramscianas na discussão sobre reprodução social.

As estudantes destacam que não são meras exceções, afirmando que muitos outros estudantes sentem esse incômodo com os temas, as formas de abordagens e as concepções:

Na aula de ética mesmo tem uma menina na minha sala que é muito religiosa, e às vezes a professora fala algumas coisas e todo mundo ri, só que são coisas... Que eu rio porque é engraçado, e ela começa a cochichar com outra, e às vezes eu escuto uma crítica e tal, e sem ela na verdade se permitir ao entendimento, porque não é preciso você deixar tudo por conta do serviço social, mas entender certas coisas que o serviço social te dá uma criticidade que nenhum outro curso te dá, e aí cabe a você permitir que esses questionamentos adentrem na sua vida de forma que você se torne... Porque hoje em dia eu não consigo olhar uma coisa e não questionar, é tanto que às vezes eu tenho brigas lá em casa porque meu pai fala as coisas e eu já vou logo questionando, mas às vezes sem necessidade, mas que já virou uma rotina minha, e eu acho que isso, não sei agora, mas provavelmente no futuro vai me influenciar muito, porque eu adquirindo essa cultura de questionamento é como se eu tivesse naquela ideia da dialética de que nada está posto, tudo está em movimento, então eu não posso aceitar que isso é assim sem questionar. Isso aqui vai mudar, e aí se eu parar de questionar aquilo eu também não vou questionar aqui. Eu adoro, eu amo o serviço social, principalmente essa ideia do questionamento e de respeito ao outro, de se reconhecer no outro (Estudante 05).

Já falei pra mim, no turno da noite teve uma menina que disse que tinha o mesmo pensamento que eu, e na sala, na discussão, eles prezam pela liberdade, mas só de outros falarem. Às vezes, a gente que tem outras opiniões, [...] a gente não tem o direito de falar porque eles não vão nos ouvir [...]. Eles dizem: “todos devem dar a sua opinião”, mas na hora que entra uma opinião diferente, parece que a metade da sala tudo vai lá pra cima: “não pode pensar isso, não, porque como é que uma pessoa do serviço social pensa desse jeito?”. Na minha sala mesmo, como essa menina que eu te falei, ela ainda bateu na cadeira: “eu quero ver uma pessoa do serviço social que tenha esse pensamento aqui pra eu poder ter uma conversa”, mas como é essa conversa? Vai colocar o dedo na minha cara e vai dizer que eu tô errada? “Você tá errada, você é uma pessoa preconceituosa, você é uma pessoa alienada, é uma pessoa que não tem pensamento crítico”. Será que seria essa a discussão dela? Então não é uma coisa tipo: vamos discutir pra todos darem a opinião e ver as diferentes opiniões e ter um pensamento crítico, mas não, é simplesmente: “dê a sua opinião, porque se você for contra o meu pensamento eu vou lhe provar que você tá errada”. É isso que acontece em sala de aula, eu acho que muita gente já passou por isso. Mesmo você achando que tem coisas que nem tem fundamento, na minha cabeça tem fundamento, tem lógica, mas se eu falar, se eu me expressar, além de ter uma discussão feia, mesmo depois quando terminar ali, se eu ficar calada eles vão achar que eu mudei de ideia e ainda vão ficar com um olhar diferente pra mim, mesmo eu sabendo que muita gente na sala que tem o mesmo pensamento que eu eles não vão ter coragem de entrar na briga, entrar na discussão pra poder dizer: “eu também penso assim”. Não, o pessoal não tem coragem (Estudante 06).

Nas questões trazidas pelas estudantes, orbitam conceitos e entendimentos díspares do que é de fato uma atuação laica e qual o significado do pluralismo dentro do debate profissional. A reivindicação quanto à “liberdade de expressão” surge nessa e em muitas outras falas, sobretudo quando pautamos questões como a criminalização da homofobia, aborto ou laicidade do Estado.

Eu acho que é mais em relação à questão mesmo dos cristãos, eu acho que é muito forte. Até na cadeira de ética, por exemplo, que a professora era bem incisiva mesmo em relação à religião, acho que não é nem em relação ao cristianismo, mas em relação à religião como um todo, mas principalmente em relação ao cristianismo. [...] Eu acho assim, de oprimidos as pessoas passam a ser opressores, porque são questões dos movimentos sociais, né, eu concordo, claro, com as minorias, que não são minorias, são majorias, mas que de oprimidos eles podem passar a ser opressores desse ponto de vista, de não aceitar opinião diferente. Claro que eles não podem querer, eles têm que superar a questão dos opressores, as ideologias deles, enfim, mas não podem deixar de ouvi-las. Eu acho que essa questão da religião oprime, eu não nego isso, mas você

não deixar de aceitar que existem pessoas que são religiosas e têm as religiões delas... (Estudante 7).

Entre eventuais razões que devem ser consideradas, revelando os possíveis equívocos no modo como os debates se constroem, ao supostamente trazerem tudo “pronto”, sem permitir a apresentação, a reflexão e a tomada de posições no decorrer do diálogo, o que se explicita nas queixas é uma deformidade entre a liberdade de expressar sua crença, considerada como algo que não pode ser problematizada por ser a “sua” opinião, como destaca Barroco (2012, p. 68):

É comum o entendimento de que os pressupostos valorativos que servem de orientação para o julgamento das ações éticas podem variar de acordo com os valores pessoais dos indivíduos. Essa ideia concorre para uma relativização da ética e para uma visão que perpassa pelo pensamento social reproduzido pelo senso comum: a visão de que cada um tem a “sua” moral e a “sua” ética, desconectadas das suas determinações sociais, e o entendimento de que elas decorrem da subjetividade dos indivíduos, não dispendo de determinações objetivas.

A questão se centra no entendimento de como, a partir de uma compreensão da esfera do direito, do desenvolvimento da atuação profissional de uma categoria que corrobora sua dimensão técnico-operativa em fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, posto ser uma profissão atrelada às ciências sociais aplicadas, se exige que o conjunto de suas diretrizes, atribuições e competências esteja circunscrito dentro de um viés objetivo e coletivo.

Embora não elimine os valores religiosos da vida dos sujeitos, já que esse é um direito que deve ser garantido, essa dimensão coloca o debate em uma esfera distinta dessa dimensão espiritual-religiosa:

O fato de a prática obedecer a ordenamentos legais e o ensino estar fundamentado em teorias, como o marxismo e a psicanálise, não impede que conteúdos valóricos, oriundos da raiz social destes profissionais, ou de sua predominância de gênero ou ainda de suas marcas religiosas, não estejam a ela agregados, quando a maioria dos profissionais detém tal perfil (SIMÕES, 2005, p.15-16).

Assim, nenhuma entidade da profissão coíbe que cada estudante ou profissional possa ter sua crença individual. No entanto, as discussões dentro dos direcionamentos profissionais devem ser tomadas por argumentos que se estabeleçam na esfera circunscrita à profissão e ao conjunto de entidades e sujeitos que constroem o projeto profissional.

Isso revela que a liberdade individual de crença é e deve ser garantida, mas nenhuma crença religiosa deve pautar a atuação de indivíduos ou grupos dentro da profissão. Os dimensionamentos ético-políticos que expusemos no capítulo anterior referendam esse debate amplo, democrático e plural.

Na disputa por essas concepções, a busca por direitos e a manutenção de privilégios de determinados grupos adensam um forte antagonismo. Para Barroco (2012, p. 74):

O preconceito se transforma em moralismo quando julgamos o comportamento dos outros segundo critérios morais em uma situação que não é para ser julgada moralmente. São atitudes discriminatórias que negam serviços ou desrespeitam usuários, em função de preconceitos, respaldando-se em ideias conservadoras da sociedade; logo, contam com uma base social de apoio para se manifestar, como dissemos as ações implicam responsabilidades, pois – independente da intencionalidade – acarretam consequências.

O pluralismo, como Netto (2006) bem destaca, trata-se de uma abertura para a discussão, para a problematização, para a disputa de concepções com argumentos sólidos e fundamentados. Esse diálogo não sucumbe à possibilidade de uma hegemonia política e teórica construída nesse processo, nem a coloca como um conjunto unísono e estático.

Com esse entendimento, é preciso ainda perceber até que ponto essas estudantes estão sendo de fato constrangidas, e até discriminadas, como destacam em tantas falas, e quando elas estão, na verdade, se sentindo atingidas pelo embate oriundo da concepção afirmativa dos direitos de setores historicamente vilipendiados, direitos esses que se contrapõem com a doutrina de suas instituições religiosas, como destaca um exemplo dado por uma discente:

A gente fez uma vez lá na sala um debate sobre adoção homoafetiva, e eu, na minha cabeça, não achava que ia ser tão polêmico, na minha cabeça é muito natural, e a gente deu alguns cartazes e disse assim: “gente, vocês se dividem em grupos e vocês se posicionam”. Aí uma equipe ficou com uma reportagem sobre um casal que tinha conseguido, enfim, e aí: qual a opinião de vocês? “Ah, a gente é completamente contra.” “Por quê?” “Não, porque como pessoa cristã isso não é de Deus”. Aí eu disse: “Peraí, a gente tá no quarto semestre, você ainda tá usando o que é e o que não é de Deus? Você tem que usar no serviço social o que é e o que não é de direito, entendeu?” Mas a questão religiosa ainda é altamente presente, eu vejo muito, muito mesmo, tanto entre os alunos, e aí talvez o conservadorismo da Igreja, de pessoas que são católicas e que crescem em berços católicos durante muito tempo. Eu acho que isso talvez influencie muito em certas questões, só que você tem que saber separar o fato de você ter a sua religiosidade, é uma particularidade sua, e você tem o seu direito, mas no seu campo de trabalho você não pode ter um terço em cima da mesa, você não pode... A mulher apanhar do marido, como eu já vi no campo de estágio, e aí: “Vamos chamar pra rezar um terço” [...]. Então assim, na academia eu ainda vejo muito isso, do isso não é de Deus, do isso não tá certo, é porque não se esforça, é porque Deus não quis. Aí você tá misturando uma instância religiosa com uma instância que é Estado de direito, teoricamente laico, só na teoria. (Estudante 04)

No outro aspecto trazido nas falas, é necessário refletir sobre as estratégias didático-pedagógicas dentro da formação profissional, pensar como e com que meios se pode garantir a melhor maneira de elencar temas e direções para a efetivação dos objetivos que o curso estabelece, visto que, no processo pedagógico, a construção, desconstrução e reconstrução de concepções não se estabelecem de modo rápido e direto.

Garantir um processo amplo e democrático no espaço de formação profissional e propiciar ocasiões em que os debates ocorram de modo sincero é um passo primordial para buscar a problematização dessas contradições. O processo de ensino-aprendizagem deve afirmar as questões teóricas e ético-políticas da profissão, entendendo a especificidade do espaço educativo e formativo que abarca sujeitos com diferentes percepções e experiências individuais dialogando com aquilo que lhes é apresentado.

O modo como cada estudante percebe as polêmicas religiosas dentro das discussões é um componente substancial. A Estudante 04, adepta do espiritismo, faz uma leitura crítica dos debates, destaca os problemas trazidos pelas

argumentações de cunho fundamentalista religioso como uma dificuldade para a afirmação dos direitos.

Entre aquelas estudantes que estão ligadas às religiões e grupos fundamentalistas cristãos, o embate entre as questões religiosas trazidas pelos indivíduos se expressa também em níveis distintos. No entanto, entre as certezas reproduzidas por suas doutrinas, todos os depoimentos trazem, em alguma medida, uma carga de angústia e questionamentos.

Eu entrei no Shalom no terceiro ano, eu era muito tímida e foi lá onde eu fui melhorar, eu tinha ciclos de amigos, eu venho de escola pequena, escola de bairro, não há terceiro ano, mas até o ensino fundamental era colégio de bairro com amigos restritos, passava o dia na escola, aquela coisa de amigos restritos, eu não ampliava, e isso influenciou na questão da minha timidez, até o terceiro ano eu era muito tímida e quando eu entrei no serviço social eu conheci a pessoa do Shalom, comecei a participar do grupo de oração, veio toda a problemática de conseguir rezar, porque eu não conseguia, tinha muita gente, então pra mim não dava, e eu fui quebrando isso lá. Então, pra mim aquele espaço é um espaço sagrado, assim, sagrado no sentido de que me ajudou a crescer, tem outros sentidos, tem outras questões por trás disso, mas me trouxe o crescimento que há muito tempo eu não conseguia, que é a questão do falar em público, demorou anos. Eu não posso dizer que a Uece não me ajudou, contribuiu muito, mas foi a partir de dilemas que surgiam de perguntas, a ideia das meninas aqui era de ser tudo liberado, da onde que tudo era liberado pra mim? Não era, entendeu? Questão de beber, de sair, de usar shorts muito curtos, a questão das calouradas e os meninos chamando pra sair, a educação física e a computação, eles... É sério, o serviço social é conhecido como o bloco que pra eles tem mais mulher bonita e tal, a questão de eu ser tímida influenciou muito nisso, são questões bem pessoais. Aí, quando eu entrei, que vi esses dilemas sendo batidos, os círculos de amizade aumentando, e eu sempre fui religiosa, só não era da renovação carismática, e agora a renovação carismática me representa, aí eu me reconheço como renovação carismática, eu entro na Uece e eu tenho que me reconhecer.... A verdade é que eu não conseguia me reconhecer como as pessoas daqui, e isso causava um pouco de problema pra mim, que na verdade não são problemas pras outras pessoas, eu acho que devido à minha imaturidade eu não conseguia levar, só que isso a gente vai crescendo com o tempo, se eu tivesse entrado no serviço social agora, com a mentalidade que eu tenho hoje, nada disso teria sido problema pra mim, eu teria levado de boa. Muitas questões que eu tenho aqui, não na sala de aula, mas na universidade mesmo. Às vezes acabam querendo se sobrepor aos meus princípios que eu carrego ao longo da minha vida, e aí eu vejo a minha fé perdida, aí eu tento ressurgir a minha fé, depois a minha fé se perde de novo, aí eu tento ressurgir a minha fé, é esse o dilema que eu vivo hoje no serviço social, mas, enfim, eu amo essa profissão (Estudante 5).

Eu já cheguei a chorar, mas não desisti, usando a minha fé pedi ajuda, orei, orei, pedi ajuda à minha mãe, escutei, tava vendo ali meus valores sendo, não é quebrados, eu acreditava que dava um choque muito grande e aí eu fui me acostumando, vi que minha fé não saiu de mim e o meu conhecimento é outra coisa, é como se meu cérebro tivesse dividido em duas coisas, um HD não é compartilhado? Pois no meu cérebro é a mesma coisa, tem o espaço pra fé, que é separado do espaço da profissão. [...] Eu converso com a minha mãe, ela já reclamou, teve um debate forte que eu chorei muito, aí minha mãe consolou, meu pai também, eu já estava com a mente muito conturbada, fui ler o que não devia e acabei piorando a situação: [um texto] de uma filha de crente que não era crente, que estava pregando argumentos bem fortes e debatendo, e eu via ali que... Eu não me senti bem, comecei a passar mal e fui contar pro meu pai e pra minha mãe, aí meu pai reclamou muito, minha avó tava em casa, reclamou muito, mas ela me abraçou: “Eu sei que vai passar, é só uma fase”, mas as coisas não saem assim tão fácil, não, o importante é o que você já vivenciou. Isso aqui é só a profissão, isso aqui você vai por em prática na sua profissão, a sua fé você põe isso. Eu acredito que é dividir mesmo. Dizer que eu tô totalmente assim livre desses pensamentos? Não, mas eu acredito que a minha fé é mais forte (Estudante 1).

O debate manifesto no âmbito de diferentes planos, conhecimentos e naturezas sociais que se expressa nessa contradição entre os valores religiosos no espaço de formação profissional também não ocorre de modo tranquilo na subjetividade dessas discentes. Não se trata apenas dos conhecimentos teóricos, nem dos debates em sala de aula, mas de um ambiente diferenciado, da possibilidade de socialização com indivíduos e grupos distintos do que até então era habitual.

A universidade é um locus de novas experiências, novas amizades, de novos questionamentos cotidianos. Os dilemas teóricos e políticos passam a ser também dilemas emocionais, enfrentados ou reforçados por meio dos recursos entremeados na rede de relações dessas estudantes. O grupo de oração, a família, as colegas estudantes, tudo e todos podem se tornar um espaço ou ferramenta para expressar diferenças e antagonismos.

As estratégias para superar tais questões aparecem ainda por dois polos: o primeiro se manifesta através da tentativa de fortalecimento espiritual, buscando alicerçar suas convicções religiosas ante as dúvidas iminentes. O outro modo está

ligado ao ambiente de formação profissional, com a tentativa de separá-lo dos questionamentos pessoais de modo que essas contradições não mais apareçam.

Eu vou falar um pouco de mim, sempre fui uma pessoa ligada à fé, é bonito o nome religião, mas eu acredito que a fé, eu acho essa palavra assim bem mais forte. Os meus valores são os valores cristãos, realmente eu defendo a família, o casamento heterossexual, eu acho bonito isso, não sou a favor do aborto, mas também não sou a favor do estupro, nada forçado. São os meus valores, mas se a pessoa tem uma orientação sexual diferente, se ela quer abortar, eu não vou chegar e... Eu vou só apresentar, você é que escolhe, o direito ainda não tem... Ainda não tem a legalização do aborto, mas tem sobre que você pode ter a orientação sexual que for, mas se você tá dizendo e que tá aberto a falar com Deus, ele tá dizendo que é contra, e você vai escolher o seu caminho. Eu tô mostrando as duas coisas, eu acredito que é isso, é respeitar o próximo, amar o próximo como a ti mesmo, respeitar, eu acredito que esse é o diferencial. Os meus valores ainda estão aqui, eles são os mesmos, valores com certeza conservadores: "Você é muito conservadora", mas é porque eu me eduquei assim, essa foi a minha vida; mas se a pessoa tem um valor diferente, eu posso falar assim: "Olha, essa é a palavra de Deus". Isso fora da profissão, pronto, mostrar, ela é contra isso, aí você escolhe, você tem o livre-arbítrio, eu acredito que seja isso, o respeito, eu não vou ser a favor, eu vou respeitar (Estudante 1).

Eu parei de sofrer por coisas que eu sei que são importantes, mas têm que ser relevadas. Não que sejam besteiras, mas tem que ser relevado, tem que ser abstraído... Olha o Marx aí entrando na minha vida, porque não adianta eu problematizar um projeto que é ético-político de uma profissão com os princípios da Igreja Católica, são coisas divergentes que eu sei que eu tô no meio, mas que eu não preciso concordar em tudo no serviço social, eu não preciso ser igual a todo mundo, e isso não significa que eu vá ser uma má profissional, muito pelo contrário, significa pra mim hoje que eu tenho autonomia em dizer quem eu sou, talvez antes eu não soubesse dizer quem eu era. O que era? Talvez tenha sido isso, esses embates, mas hoje eu sei, estou bem no meio e eu sei o que não é só eu, tem muitas pessoas no serviço social que eu não sabia que são da renovação carismática, e isso me influenciou muito, porque eu dizia: "Por que eu tô sofrendo tanto? Tem muita gente que é da renovação carismática e vive a mesma coisa que eu, tem uma fé que nem a minha, vai à adoração todo mês, tem a adoração ao santíssimo e vê as mesmas problemáticas e todos os questionamentos do serviço social com relação ao homossexualismo, adoção por casais homoafetivos". Só que o serviço social me ensinou muito, coisas que eu não vi na renovação carismática. Eu acho que se eu amo o serviço social é por conta desse respeito que ele me proporcionou identificar nas pessoas sem ter que discriminar... Ah, é porque você é homossexual que você tá errado? Eu posso acreditar que a questão não é que seja certo, a

ideia de que Deus tem criado o homem e a mulher é pra que o homem fique com a mulher, mas eu não posso de forma alguma discriminar ou desprezar uma pessoa porque ela se diz homossexual, de forma alguma, muito pelo contrário, eu tenho que aprender a ouvir essa pessoa. Nessa sociedade, quem é que quer ser homossexual porque quer ser? Se é altamente problematizado e desrespeitado, não é compreendido, não é visto como uma pessoa, aqui no serviço social a gente não tem esse problema, mas fora... [...] Pode achar que não é certo, que deveria ser de outro jeito, mas culpabilizar o indivíduo: “Agora tem uma mascara em você e eu não consigo te amar do mesmo jeito que eu te amava porque você não tem princípios”? Isso é ridículo, isso vai contra o cristianismo na minha concepção, vai contra o que eu defendo no cristianismo. Se eu passo a desrespeitar a pessoa pela opção que ela tem na vida, você tá desvirtuando tudo aquilo que você veio a acreditar e veio fazer as pessoas acreditarem. E aí eu entro em embate na renovação carismática, eu quase não tô mais indo pro grupo de oração, não que eu tenha perdido a minha fé, mas justamente por essa questão... Eu não culpabilizo os meninos, não culpabilizo o pessoal do grupo de oração do Shalom [...] porque eu sei que esse cotidiano que a gente vive você nem se percebe, mas você se torna um ser alienado que só reproduz sem questionar, mas esse questionamento tá embasado em quê? Por quê? Acho que as pessoas perdem muito a noção do porquê, por que é assim? E se for assim eu não posso ser de outro jeito, não? Eu não posso ao menos respeitar esse que é do outro jeito, que é diferente de mim, que na verdade nós somos seres genéricos? As pessoas perdem muito essa noção. A gente tava estudando em ética que a sociedade em si, não é só essa questão do cristianismo, é a sociedade em si, é esse contexto que a gente tá inserido, perdem muito a noção da genericidade, de se reconhecer no outro, de se reconhecer enquanto coletivo. Eu vinha fazendo um questionamento a um amigo meu do Shalom dizendo: se a Igreja em si tem essa capacidade de mobilizar tantos jovens, e agora na renovação carismática tem mobilizado muitos jovens, porque não mobiliza esses mesmos jovens a se juntarem a essas manifestações que tão ocorrendo no País? Seriam jovens a mais, cada um com sua bandeira, mas lutando por um ideal que é pra todos. Eu tenho um amigo que eu tava falando das manifestações e ele: “Ah, tu vai com esse povo aí das manifestações, né?”. É porque eu tava no Shalom, mas veio aqui pra eu não dar um murro nele. O que tá explícito nessa frase? “Ah, tu é desse povo”. Ah, eu não sou desse povo, eu não me reconheço nesse povo? Os direitos que eles têm não são os meus direitos, então eu não me reconheço, porque pra mim o que importa é Deus, não é a sociedade em si, sendo que as pessoas às vezes banalizam, não é assim. Uma vez eu li em algum lugar, eu vi um padre falando, que Jesus foi um dos maiores revolucionários que teve em sua época, ele ia às ruas sim e ele tava com os piores, e ele não criticava, assim como julgar. O meu embate com a religião vem no sentido de questionar, algumas pessoas levam muito ao pé da letra certas coisas que não é pra ser assim (Estudante 05).

O longo e emocionado depoimento da Estudante 05 revelou uma distinção importante de outras falas. Enquanto muitas destacaram a suposta

intolerância nos debates dentro do curso, quando as pessoas se posicionavam por argumentos religiosos, a discente em questão destacou agora os questionamentos que passou a fazer dentro de seu grupo religioso e a dificuldade que encontrou ao expor seus novos posicionamentos naquele espaço.

A falta de respostas naquele espaço e iniciativa de um diálogo que não foi exigido por outras entrevistadas em seus grupos religiosos a fez desenvolver individualmente argumentos que deixassem sua crença espiritual se transformar para que sua doutrina religiosa pudesse conviver com novos modos de pensar determinados assuntos.

A construção de uma visão diferenciada, “de outro cristianismo”, afirmando o respeito e a tolerância, está em consonância com muitas proposições que se alinharam historicamente, como no exemplo da teologia da libertação, com correntes políticas para garantir direitos e valores democráticos, como destaca Simões (2005, p. 16):

suas escolhas profissionais encontram ressonância na formação acadêmica. A luta por uma 'sociedade justa', por 'valores democráticos' e por 'igualdade' pode também ser lida com uma conotação religiosa. A caracterização da profissão como sendo, privilegiadamente, uma ação valórica contribui, assim, para atrair mais religiosos para a profissão.

Assim, muitos religiosos adentram o curso e chegam ao exercício profissional reproduzindo genericamente valores que expressem o humanismo, a democracia, a igualdade, o respeito. Num plano moral e político, são princípios que podem conviver seguramente com a fé cristã, mesmo que não necessariamente com os dogmas de algumas instituições religiosas.

A diferença de postura demonstra que há particularidades entre a religiosidade individual e a doutrina das religiões. O desenvolvimento da personalidade perpassa, segundo Lukács (2010), na apreensão das possibilidades e alternativas dentro do cotidiano dos sujeitos. Assim, a expressão do neoconservadorismo religioso nas percepções das estudantes não são fatos dados e perpétuos, mas passíveis de problematização, inclusive por elas mesmas.

A capacidade de, ainda que num espaço limitado pelas condições históricas, iniciar problematizações e questionamentos, é evidência da práxis social e sua essência transformadora, bem como explicita as disputas e limites calcados nos complexos ideológicos da sociabilidade atual.

Cabe lembrar que essas possibilidades e estratégias não superam as contradições essenciais. A desnaturalização dos valores, que aprofundamos a partir da ontologia do ser social, atinge as bases da ontologia religiosa cristã, que tem em si mesma um lócus de naturalização dessa essência.

Essa contradição filosófica pode passar despercebida no plano técnico-operativo da profissão, quando a profissional (ou a estudante) passa a relativizar seus valores ou a redimensioná-los, como no exemplo supracitado. O plano moral dos valores pode abarcar valores de natureza social distintas em sua essência, mas que em determinada conjuntura convivam de modo pacato. Para Pinheiro (2010, p. 88):

Há que se reconhecer que a identificação entre os movimentos cristãos e os assistentes sociais tem seus fundamentos na própria realidade sócio-histórica. [...] Assistentes sociais e cristãos elaboraram alternativas específicas para um enfrentamento do ideário neoliberal. Tais afinidades no campo ético e político mostram que, diante da crise do ideário moderno, são abalados não apenas os valores universais mas também as esferas organizativas que neles pautam sua existência.

Essa proximidade ética e moral, que não é nova, aparece como possibilidade de diálogo entre as duas esferas diferentes. No entanto, quando se afirmam os elementos do fundamentalismo religioso, os limites dessa intersecção ficam mais claros até se esgotarem.

Num viés corroborado pelo fundamentalismo, ainda que o respeito seja colocado no discurso, ele vem condicionado e limitado com determinadas barreiras valorativas. A forma utilizada para a busca da superação das contradições entre os valores individuais e o projeto profissional vai, dessa forma, para outra direção, afirmando-se no tecnicismo e no pragmatismo no processo de trabalho do assistente social ante a direção ético-política da profissão.

Essas questões podem ser vistas nos próximos depoimentos, onde, primeiramente, a Estudante 01 afirma que consegue separar seus valores, atendendo a qualquer público sem distinção, mas logo destaca que esse atendimento está dependente de não ter que “incentivar a prática que considera pecado”. No segundo depoimento, a Estudante 03 se diz convicta das contradições entre seus valores e aquilo que tem aprendido no curso e coloca como se tranquilizou ante essas questões.

Por último, a Estudante 06 destaca que, ao conhecer uma assistente social competente em sua atuação e com os valores religiosos similares aos seus, percebeu que pode ser uma boa profissional, mesmo que expresse discordâncias em importantes questões ético-políticas.

Eu acredito em separar pra eu não incentivar aquela prática. Se eu chegar um tempo que tô incentivando aquela prática, aí tá que eu não vou conseguir separar: “Ah, você vai fazer alguma coisa pra incentivar?” Incentivar a dar Citotek, isso nunca vai acontecer, só um exemplo assim bem esdrúxulo: “você vai trabalhar na distribuição de Citotek, se engravidar você vai dar e pronto, você vai trabalhar nessa área”. Eu não teria coragem de entregar um Citotek pra uma mulher que vai matar o seu próprio filho, entendeu? Não conseguiria, eu espero não passar por isso, mas do jeito que as coisas estão sendo rompidas hoje, muitos tabus estão sendo quebrados, aí eu não sei, realmente eu não sei o que faria. Mas atender uma pessoa que abortou, não vou atender você porque você quis abortar, não, a pessoa já chegou ali, a decisão foi dela. Eu não quero ser a pessoa que vai fazer a pessoa tomar a decisão de abortar, é isso. E se chegar um homossexual que está precisando do meu trabalho da profissão, eu vou atender normalmente, se está doente eu vou encaminhar, se está precisando de algum benefício social eu vou mostrar lá, agora eu não sei se faria alguma coisa que incentivasse aquela prática, é isso que eu não conseguiria separar se eu trabalhasse nessa área que incentivasse, mas eu já conversei com eles, eu não vou destratar, porque se fosse assim eu não falaria com uma pessoa que não acreditasse em Deus, com pessoas umbandistas, católicos, eu só atenderia o público evangélico, não, eu vou atender a todos, porque até mesmo Jesus não fez distinção e as pessoas que ele mais atendia, que eu via assim na palavra dele, e que realmente chamava mais atenção, eram os romanos, que era o maior inimigo do povo judeu na época, ou seja, aquilo que era totalmente o contrário, aí é que ele tratava bem mesmo, as pessoas mais mazeladas da sociedade, então vamos seguir o conselho dele, né? De tratar todo mundo com igualdade, e através desse carinho e desse amor eu acredito que as vidas foram transformadas ali num sentido religioso (Estudante 01).

A questão do aborto que eu falei, “como profissional... eu estou fazendo isso como profissional, então vamos lá e tal”. Eu não acho que seja fácil, não, eu acho que é mais fácil você delegar essa atividade a outro, mas eu não acho que seja fácil, pelos princípios do próprio curso, tipo, quando o curso fala de defender sempre a questão da pluralidade, da diversidade, como diz o código de ética, eu acho que não é fácil. [...] Eu acho que assim, a maneira como a gente age reflete na maneira daquilo que a gente pensa, naquilo que a gente acredita ou naquilo que a gente não acredita. Então, a meu ver essa é uma pessoa que realmente não tem uma visão mesmo consistente formada, que a religião dela é uma teoria, tá entendendo? Que pra muitas pessoas é só uma teoria, não influencia em nada na prática, às vezes, né? Eu acho que não dá pra separar, sabe por quê? Porque o que o evangelho ensina é algo, digamos assim, que toma toda a sua vida, tanto que você não vê na Bíblia coisa só pra religião, pra culto, pra praticar só dentro da Igreja, a gente vê princípios que regem a nossa vida como cidadão, a nossa vida entre família, entre um casal, entre pai e filho, abrange muita coisa. E aí um dos princípios é de fazer tudo pra glória de Deus. O próprio apóstolo Paulo fala isso: “Quer comais, quer bebais, que façais qualquer outra coisa, fazei tudo pra glória de Deus, ou então em tudo o que fazeis, seja por palavra ou por ação, fazei em nome do Senhor Jesus”. Então assim, eu acho muito difícil separar, tanto que eu me lembro de uma disciplina que eu tinha comentado em sala, que tudo o que eu procuro fazer, lógico que tá muito longe, que são padrões muito elevados, mas assim, eu tento fazer tudo pra honrar a Deus, pra não desonrar a Ele, então por isso que é tão difícil. Como é que eu vou honrar a Deus a partir do momento que eu trabalho no Fórum, vamos dar um exemplo, aí eu vou ter que defender a união homoafetiva de um casal ou então a adoção? De onde é que eu vou honrar a Deus? Se o Deus a quem eu sirvo é contra isso? Ele ensina coisas contra isso? Então eu acho que é absolutamente impossível separar uma coisa da outra, eu não acho que dá pra separar o que você é, eu não sou a “Estudante 03”, a “Estudante 03” aluna, a “Estudante 03” estagiária, a “Estudante 03” filha, a “Estudante 03” religiosa, não (Estudante 03).

Algumas discussões que teve em sala já me fizeram pensar em tipo: “Meu Deus, será que eu vou conseguir terminar isso mesmo e vou ficar pensando igual a todos?” Às vezes eu tinha esse pensamento, esse medo de depois de me formar não pensar como todos pensavam e não conseguir ser uma boa profissional, aí eu pensei em trocar o curso pra enfermagem, mas depois eu fui pensando e avaliando bem, e eu vi que não precisava pensar igual a eles pra ser uma boa profissional. Depois eu fui conhecendo outros assistentes sociais, inclusive tem uma que trabalha no posto de saúde e lá no Hospital Geral, aí eu fui conversando com ela e eu fui vendo, inclusive ela é evangélica, mas ela desempenha muito bem o trabalho dela (Estudante 06).

Esses são depoimentos significativos que expõem como se manifestam os valores neoconservadores a partir do fundamentalismo religioso no entendimento das dimensões que compõem a formação e a atuação do serviço social.

A Estudante 01, que antes afirmava ter “repartido” sua mente em duas metades, onde numa resguardava seus valores religiosos e na outra trazia aquilo que estava aprendendo no curso de serviço social, agora colocava os limites dessa repartição e buscava inspiração na imagem de Cristo para o exercício profissional.

O viés reproduzido na noção de respeito e tolerância vem novamente calcado nessa perspectiva cristã. Amar ao próximo, colaborar e dar assistência aparece nas falas com mais força e frequência do que a dimensão dos direitos dos sujeitos e das políticas que devem ser viabilizadas pelos profissionais.

A atuação profissional retorna ao altruísmo, onde Cristo é o modelo de tolerância com aqueles que estão “excluídos”. Ainda mais quando se recorre aos exemplos relacionados à homossexualidade, o altruísmo cristão assiste àqueles que saem do padrão, ou, nesse prisma, são pecadores.

O depoimento da Estudante 03 é o mais explícito e convicto em suas colocações. Ela destaca os antagonismos entre aquilo que rege sua visão de mundo e uma atuação profissional pautada no projeto ético-político do serviço social. Sem encontrar um modo de resolver essa questão, quando perguntamos se é possível ser assistente social com esse pensamento, ela diz:

Ética não [risos]. [...] Não, eu acho que não é possível, eu acho que eu vou infringir algumas regras, antes eu ficava muito assim, num dilema eu pensava muito em desistir, esse semestre eu já pensei em desistir, porque eu penso assim: como é que eu vou agir? Como eu vou fazer? Aí eu fiquei procurando alguns escapes, aí tipo, onde é que eu vou atuar? Em que lugares eu posso atuar sem... Digamos que a pessoa atue no Fórum, vou te dar o exemplo do Fórum que é que eu mais penso que seja: você vai tá no Fórum ali, você vai ser muito mais confrontado em relação a isso. Eu acho assim, que talvez tenham espaços que você não seja tão confrontado, não que algumas vezes você vá ter que discordar de algumas coisas, mas eu acho que tem lugares que dá pra você atuar. Mas eu acho que como assistente social cristã não vai dar pra ser assim totalmente ética, sabe? (Estudante 03).

As estratégias colocadas pela Estudante 03 de buscar espaços sócio-ocupacionais que distanciem sua atuação de possíveis embates com seus valores religiosos não se sustentam na dinâmica do real. Afastar-se aparentemente das contradições não as elimina.

O amplo e diverso perfil dos usuários atendidos e as tantas expressões da questão social, que surgem fragmentadas, mas nunca com um único elemento expresso, colocam a necessidade de uma atuação profissional que esteja comprometida com a visão de totalidade (IAMAMOTO, 2007). Por exemplo, o fato de a estudante não trabalhar numa política de afirmação dos direitos de LGBTTT não a deixará imune de atender e se posicionar sobre essas questões em uma vara jurídica de adoção de crianças.

Essa lógica que busca meio para se distanciar do choque com os valores ético-políticos também estão presentes numa fala anteriormente citada da Estudante 06, ao exemplificar o caso da “boa profissional evangélica”. Dissociar os valores profissionais de sua competência técnica reproduz um viés tecnicista do exercício da profissão. A dimensão do “fazer”, da prática pela prática, volta a aparecer como uma saída possível.

Como já discutimos, a crença religiosa não é um empecilho para o desenvolvimento do exercício profissional. No entanto, a partir do momento que esses valores regem a conduta profissional em atos ou em omissões, esta sublinha um claro viés conservador:

Uma das formas de reprodução da alienação que ronda o trabalho cotidiano é a do comportamento ético-profissional que contraditoriamente defende os valores do CE [Código de Ética] e realiza outros valores, muitas vezes de forma inconsciente. Entre outros fatores, trata-se da repetição espontânea de certos costumes e valores internalizados e consolidados por meio de sua formação moral, anterior à formação profissional. [...] Dadas as peculiaridades das demandas atendidas pelo Serviço Social, a herança conservadora da profissão e a influência da ideologia dominante na vida cotidiana, o assistente social não está imune aos apelos moralistas e preconceituosos que rodam o imaginário social (BARROCO, 2012, p. 73).

Diante das contradições explícitas e até aceitas, não é surpreendente que se procure concentrar total atenção na dimensão técnico-operativa a fim de galgar

uma suposta atuação profissional que não comprometa nem seus valores individuais, nem os da profissão. No entanto, embora nessa dimensão “prática” esteja a expressão imediata da profissão, ela não se estabelece em si mesma, pois

[...] não é neutra, ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social [...] apesar de necessária se considerada de maneira autônoma, é insuficiente para dar respostas qualificadas à realidade social (GUERRA, 2012, p. 40).

Quando abordamos nos capítulos anteriores as questões da ideologia e da reprodução social, vimos que Lukács (2012) destacou como algumas correntes teóricas, a exemplo do neopositivismo, passaram a conviver com a ontologia religiosa sem oposições radicais, posto não haver mais necessidade de tal contradição para a manutenção da ordem burguesa.

Vimos também que essa lógica que imbricou perspectivas ligadas à melhoria da técnica junto à moral cristã foi desenvolvida dentro da profissão no primeiro período do movimento de reconceituação, nos anos 1960 (NETTO, 2011b). Assim, dissociar a atuação profissional de seu construto teórico-metodológico e de sua direção ético-política é uma saída que fica circunscrita ao neoconservadorismo, ainda que aparentemente distante do plano religioso.

O processo de formação profissional amparado numa visão crítica, generalista e direcionada para uma atuação comprometida com a defesa dos direitos humanos, da liberdade e com direção emancipatória convida a reflexões teóricas e a debates sobre temas polêmicos da atual conjuntura que explicitam essas contradições vivenciadas pelos estudantes, como no caso das falas aqui expostas.

A maneira como cada estudante percebe esse processo vai depender de sua socialização, de como encara o debate de construção e desconstrução de valores incidindo no modo como se porta ante essas reflexões.

Mesmo diante de todas essas questões, dúvidas, angústias e frustrações, as entrevistadas admitem que os conteúdos e as experiências dentro da formação

profissionais trouxeram mudanças na maneira de perceber alguns fenômenos sociais, falas que vão desde as discentes do primeiro semestre até as que estão concluindo esse processo.

[...] o serviço social, na minha concepção, é uma profissão que lida com pessoas primeiramente, e que tem muitas coisas que eu tô aprendendo, que a gente às vezes entra no curso: “Ah, eu vou ajudar as pessoas, eu sou a moça boazinha, eu vou ajudar as pessoas a conseguir os seus direitos, esse um monte de coisa”. Só que às vezes não é assim, entendeu? Tipo, você tem que ter uma noção de que o que você está fazendo não é só ajudar, não é nem ajudar, porque as pessoas têm os direitos delas, então não está ajudando. É como a professora sempre usa essa palavra, está viabilizando direitos, acho que é mais ou menos isso (Estudante 02).

Assim, foi um divisor de águas, eu não sei explicar a partir de qual momento começa, eu já tentei fazer essa autocrítica em casa, aí de repente você tá vendo o jornal e você: “Poxa, não é assim”. Tipo, antes você assistia o Jornal Nacional e absorvia tudo, hoje você olha e de repente o seu próprio processo na sua cabeça já tá vendo aquilo de uma outra forma, é como se a gente fosse crítico 24 horas, isso é muito ruim, [risos] eu não sei explicar. De repente você tá vendo falas que as pessoas fazem e às vezes falam absurdos, e eu digo: “Mãe, não é assim”. Mas eu tenho que entender que eu tenho essa visão por causa da academia, se eu tivesse feito outro curso eu não teria muitas visões que eu tenho hoje. A mudança, eu não saberia te dizer quando começou, eu acho que talvez no primeiro semestre, quando eu tive a introdução e a professora começou a perguntar por que a gente queria serviço social e muita gente dizia que era porque gostava de ajudar as pessoas, porque gostava de falar, e eu lembro que a professora disse: “Essa visão de vocês vai mudar muito”. Aí eu fiquei com isso na cabeça: “Por que vai mudar essa visão?” Aí você vê que não é a questão da ajuda, é a questão direito e isso vai penetrando em você (Estudante 04).

Hoje em dia eu não consigo olhar uma coisa e não questionar. É tanto que às vezes eu tenho brigas lá em casa porque meu pai fala as coisas e eu já vou logo questionando, mas às vezes sem necessidade, mas já virou uma rotina minha e eu acho que isso, não sei agora, mas provavelmente no futuro vai me influenciar muito, porque eu adquirindo essa cultura de questionamento é como se eu tivesse naquela ideia da dialética, de que nada está posto, tudo está em movimento, então eu não posso aceitar que isso é assim sem questionar, isso aqui vai mudar, e aí se eu parar de questionar aquilo eu também não vou questionar aqui. Eu adoro, eu amo o serviço social, principalmente essa ideia do questionamento e de respeito ao outro, de se reconhecer no outro [...]. O serviço social não te priva de nada, na verdade ele te dá um horizonte de questionamentos, e aí eu me permiti, depois de todo um ano de sofrimento, sem saber direito o que eu queria, eu permiti que esses questionamentos entrassem na

minha vida sem sofrimento de ter que privar os meus princípios religiosos aos ideais ético-políticos da profissão, é quase... Isso não existe, mas... Não sei, é como se eles coexistissem em mim, tem horas que eu vou ter que, por exemplo, a professora fala muito em ética que você pode ter a sua religião, mas, quando chegar uma mulher que abortou, você não pode negar o atendimento, e de fato você não pode negar o atendimento, isso é básico e eu fico abismada com pessoas assistentes sociais que se privam de atender a uma mulher porque elas descumpriram uma regra do seu princípio religioso (Estudante 05).

Todavia, uma das entrevistadas respondeu que não mudou e nem mudará, pois suas percepções são bem consolidadas. A discente credita as mudanças de postura de outras estudantes à falta de algo que fundamente seus valores. No caso das religiosas, ela expõe a contradição de certas posturas que muitas estudantes passam a afirmar e que são contrárias àquilo que é apregoado pelo cristianismo.

Eu não mudo [...]. Uma vez eu estava até pensando sobre isso, eu acho que a gente vive num mundo em que nós todos, seres humanos em geral, mesmo sem uma visão determinada sobre as coisas, nós vivemos meio que alienados, meio aquém, a gente pensa como todo mundo pensa, a gente não tem uma visão formada, por exemplo, sobre o que é o homem [...]. Aí eu acho que pelo fato de muitas pessoas não terem isso formado na cabeça, talvez por nunca terem sentido necessidade de pensar sobre isso tudo, acaba mudando. Eu acho que por questões religiosas, minha e tal, pela fé que eu professo, por tudo que eu creio, pelas visões que eu tenho sobre muitas coisas, eu já vim pra cá com isso na cabeça e eu não mudei. [...] meu professor de história [...] já tinha estudado pra ser padre, ele já chegou a ir pra o Vaticano, pra Itália, e não foi e tal. Eu tinha um vínculo muito grande com ele, e nessa época eu já era cristã, mas muitas coisas que ele falava minha cabeça ficava confusa, meu Deus, tinha hora que eu não conseguia crer em nada, era uma coisa muito terrível, mas graças a Deus muitas coisas foram se organizando na minha cabeça, consegui achar respostas pra aquilo que eu tinha necessidade, algumas coisas eu simplesmente não consegui achar, tive que aceitar [...]. Tem muitas pessoas no curso que se dizem cristãos, religiosos e tal, mas que aderem a certos conceitos que se a gente for ver é contra o cristianismo, tá entendendo? Então, eu acho que muitas coisas que eu estudei, o fato de eu ter estudado teologia, tudo isso me ajudou muito a não aderir a certas teorias (Estudante 03).

O discurso embasado no fundamentalismo religioso transcende o posicionamento pessoal, transcorrendo sua percepção da profissão, à medida que destoa e limita sua ação sob alegações que fogem da esfera profissional.

Em contraposição a esse tipo de ação, o conjunto CFESS-CRESS vem pautando politicamente a defesa dos direitos humanos e explicitando bandeiras políticas dos movimentos sociais LGBT nas discussões sobre o combate a homofobia, transfobia, lesbofobia, como destacou em tantas ocasiões – entre elas, no “CFESS Manifesta”, de 29 de janeiro de 2013, em função do Dia Nacional da Visibilidade Trans:

Imbuído dessas premissas e, em sintonia, com os princípios do atual Código de Ética do/a Assistente Social, o CFESS realizou, no período de 2005/2008, a Campanha Nacional pela Livre Orientação e Expressão Sexual “O Amor fala todas as Línguas – Assistente Social na Luta contra o Preconceito”, a qual permanece como desafio cotidiano para a categoria dos/as assistentes sociais brasileiros/as. Como aprofundamento da Campanha, instituiu dois instrumentos normativos: a Resolução CFESS nº 489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional e a Resolução CFESS nº 615/2011, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional; tais resoluções constituem importantes subsídios ao exercício profissional para garantia e ampliação de direitos da população LGBT, quer como usuários/as, quer como profissionais, contribuindo, dessa forma, para a desconstrução da invisibilidade social imposta a esta população (CFESS, 2013, p. 2).

O conjunto de valores dogmáticos que se expressam nos posicionamentos individuais de algumas dessas estudantes reproduzem argumentos similares àqueles utilizados pelas lideranças religiosas na política formal. A naturalização das relações e a reivindicação da família tradicional aparecem nas justificativas que as discentes elencam para fundamentar seus posicionamentos. Sob essas premissas, o Conselho Federal de Serviço Social também já destacou que:

A homofobia/lesbofobia/transfobia constitui a forma de preconceito e discriminação à população LGBT (lésbicas gays, bissexuais, travestis e transexuais). Pode se expressar como medo, aversão, perseguição, chacotas, ódio irracional a pessoas que têm atração afetiva e sexual diferente da heterossexualidade. A homofobia/lesbofobia/transfobia se revela, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, no posto de saúde e na ausência de políticas públicas que reconheçam a população LGBT como usuária. Enfim, como violência psicológica, moral, simbólica e física interdita, cotidianamente, direitos e a própria vida [...]É nesse sentido, torna-se inconcebível que, em pleno século XXI, a expressão do amor entre pessoas do mesmo sexo/gênero seja motivo para atitudes de violência. Do ponto de vista ético, o fundamento da homofobia é o moralismo conservador. [...] Aqui, o moralismo conservador tem como referência o dogma da heterossexualidade, que se reproduz como natural, correto, normal, portanto, inquestionável. A sexualidade é uma produção sócio-histórica e, como uma das dimensões da individualidade humana, necessita de expressão e reconhecimento (CFESS, 2011, p. 2).

As reflexões e posicionamentos políticos colocados pelo CFESS são frutos de uma síntese de debates coletivamente pautados e que se direcionam pelos valores e proposições colocados no Código de Ética Profissional, abalizados pela discussão teórica construída ao longo das últimas décadas. O conjunto desse amplo e diverso movimento e suas manifestações expressas em leis, resoluções, diretrizes, publicações, encontros, atos públicos, entidades formam a base do projeto ético-político profissional.

No entanto, as entrevistas também sugerem que ainda há deficiência nesses debates no processo de formação profissional. Junto com os posicionamentos expostos, percebemos a dificuldade das estudantes de falarem sobre o projeto ético-político. Os depoimentos revelam concepções superficiais, com pouca precisão nas falas sobre o que é de fato esse projeto:

Até o próprio entendimento desse projeto ético-político é complicado, até mesmo eu fico pensando se todos os alunos têm conhecimento do projeto ético-político. Eu não tenho essa propriedade toda, mas eu acho que o projeto ético-político da nossa profissão e o serviço social ele vive em constante processo de reconceituação, a gente se desvinculou das protoformas, mas ainda hoje a gente consegue ver, como o foco da sua pesquisa, o quanto a religião ainda influencia no fazer profissional, algo que a gente vem tentando se desvincular desde há muito tempo. Então, eu acho que o projeto ético-político do serviço social é como se ele buscasse de uma forma ampla e direta tudo aquilo... É como se ele fosse o guia daquilo que o profissional

de serviço social deve fazer. Eu acho que o grande embate do projeto ético-político é a gente, eu ainda não estudei o projeto ético-político e eu tô no quinto semestre, e não sei em que cadeira a gente deveria ver ou quando, e assim, a minha sorte é que meu laboratório tá vendo isso nesse semestre (Estudante 04).

Pelo pouco que eu estudei, porque a cadeira é muito reduzida à cadeira de ética, eu fui entender mesmo sobre esse “negócio” foi no final do semestre, mas não deu tempo de aprofundar muito, de ter uma opinião formada. Mas pelo que eu vi tem fundamento, mas eu acho que na ação não tem muito, tem muito a questão da liberdade, até porque é o primeiro fundamento de tudo, mas eu acho que muitas pessoas não têm direito de liberdade de expressão (Estudante 06).

Eu acho muito complicado, lógico que isso tem que ser muito mais estudado e discutido. Eu me lembro uma vez da aula, a professora [...] disse assim: “Muitas pessoas acusam Marx de ser relativista, de dizer que não tem uma verdade...” Eu não lembro direito, ele num fala muito que é a realidade é que dá a verdade, uma coisa assim? Aí ela foi e deu o contra-argumento, mas eu não prestei atenção, aí o que isso tem a ver? A questão do Código de Ética, às vezes falam do pluralismo e da diversidade, mas assim, como é que dá pra ter uma diversidade, como é que dá pra defender um pluralismo se como é que eu vou ser religiosa e eu vou estar contradizendo o código se o código defende a diversidade? Tá entendendo? Aí eu acho muito complicado isso, eu não sei se dá pra funcionar realmente, algumas coisas dá, como, por exemplo, na disciplina a gente viu, sempre relacionando os princípios do Código com a nossa conduta, tem coisas que dá, mas tem coisa que é muito complicada em relação a posicionamento, porque a minha visão, pode ser que eu esteja errada, mas a minha visão é que o código de ética, o projeto, ele não é só uma coisa profissional, ele é uma coisa que é pra você tomar pra sua vida toda, tipo assim, é como se você tivesse defendendo um projeto societário de fato. Então isso muda as suas posições políticas, religiosas, sociais. Eu não acho que seja um código, não sei por que eu nunca estudei os códigos das outras profissões, mas eu vejo assim, pode ser que eu esteja errada, mas eu não tenho muito conhecimento sobre essa questão e tal. Mas assim, é um código que ele não é só pra reger a sua prática, não, ele rege tudo, muda valores, muda princípios, muda sua visão mesmo sobre o mundo (Estudante 03).

As discentes alegam que essa discussão na sala de aula ao longo do curso é feita de modo genérico e sem profundidade, circunscrevendo a disciplina de ética profissional como uma das poucas ocasiões onde se reflete precisamente sobre o tema e, assim, tendendo a um juízo que reduz a discussão ao tema da ética e do código de ética em si.

Por tudo que já expusemos, é perceptível que, durante a interlocução com as estudantes, a recorrência que dos temas referentes à diversidade sexual e gênero aparecem como as principais questões de antagonismo entre seus valores e o conteúdo da formação profissional.

As opiniões seguem em consonância com o nível de intensidade da relação das discentes com suas religiões e a forma como estas se posicionam. Aquelas que têm um entendimento mais ligado às posições fundamentalistas reproduzem alguns argumentos similares àqueles utilizados pelos líderes religiosos na mídia e na política.

Quando questionadas sobre o casamento civil homoafetivo, tivemos tanto respostas contrárias quanto favoráveis. As contrárias argumentaram, por exemplo:

Ai, meu Deus do céu. Eu não sou a favor, não, é assim, fora a questão religiosa que a gente aprende, a gente também aprende a debater, tem até um versículo aqui da Bíblia que o apóstolo Paulo falou que a gente era pra ser cristãos racionais, ou seja, usar a razão pra poder a gente refletir. Eu não vejo algo como assim, até a natureza... Eu não consigo ver como natural, é isso, eu acredito que na minha visão eu não consigo ver [...] algo como natural, eu tenho meu namorado ali e eu vejo que ele me completa, se fosse uma mulher não me completaria, porque eu já tenho a mim mesma. Se eu quero me satisfazer como mulher, [...] eu preciso de um homem pra me completar em algo que eu não tenho, eu acredito que é nisso daí... O lado religioso... Eu tô dando uma explicação que eu tenho e acredito como natural. Eu acredito que são duas coisas completamente diferentes, mas, como a gente é ensinado que não nasce mulher e não nasce homem, se constitui mulher e se constitui homem, mas eu, como me constitui mulher, então eu vou tentar ir atrás de um rapaz pra tentar me completar a mim e de algo que eu não tenho (Estudante 01).

Bom, o casamento civil eu também não concordo, na verdade, mas assim, o pessoal sempre vem colocar que o meu pensamento é assim por causa da minha religião, não é, eu acredito que não. [...] às vezes eu me sinto como se tivesse preconceito contra religião [...] porque tudo eles querem colocar que a nossa opinião é formada na Igreja, como se a gente não tivesse capacidade de formar as nossas próprias opiniões. [...] o curso tem muito esse preconceito com as pessoas religiosas, porque é como se a gente não tivesse capacidade de olhar e ter um pensamento crítico sobre aquilo, tudo o motivo “não, é pessoa evangélica, é uma pessoa muito católica, então a Igreja diz isso”. [...] Muitas vezes eles dizem que as pessoas evangélicas que não mudarem o pensamento no curso vão acabar reproduzindo isso no trabalho, como uma vez disseram que aconteceu de uma assistente social que o homossexual precisava

ser atendido e ela veio dizer assim: “Meu filho, saia disso, isso não é de Deus, não”. Aí, por causa disso, eles generalizam, todas as pessoas que são religiosas agora vão agir dessa forma, não é assim. [...] É porque eu acho que tipo, se eu disser que Deus fez o homem e a mulher, aí vai ficar muito puxado pra religião, mas sei lá, não sei nem como eu posso explicar. Eu não acho que é correto, eu acho que ficou uma coisa assim, sei lá... Aí eu não sei quais as palavras usar pra você entender... Eu acho que não é nem que foge aos padrões, é isso, mas ao mesmo tempo não é... Como eu sou contra, eu acho que isso não deveria ser, tanto é que família, o que dizem, né, não é minhas palavras, que a família é formada mesmo por mãe, pai e filho, no caso, só pode ter filho homem e mulher, mas também a gente não pode pensar isso porque tem mulher que não quer ter filho, e aí, será que isso vai tá errado também? Por isso que eu digo que eu tenho muitos pensamentos críticos, mas eu não sou a favor, mas sei lá, eu não sei explicar essa parte, não, talvez eu encontre depois outras palavras. (Estudante 06).

[...] acredito que essa não foi a maneira que Deus criou, não foi o padrão que Deus criou, e a Bíblia sempre apresenta a homossexualidade como pecado. Eu não acho que é doença, por exemplo, esse outro projeto aí da Cura Gay, é um absurdo, como é que cristãos veem base na Bíblia pra dizerem que homossexualidade é doença? Homossexualidade não é doença, é pecado, como ira, como mentira, como adultério, como qualquer outra coisa. Então assim, eu vejo a homossexualidade como pecado, é muito ofensivo você dizer isso pra alguém e até pra pessoa que é um homossexual, mas eu vejo isso como pecado, é como a Bíblia apresenta, e eu não acho que seja o padrão de família que Deus deixou, é o padrão de vida que Deus deixou como eu acredito no criacionismo, que Deus criou o homem e a mulher e a intenção de Deus era se multiplicar, encher a Terra pra que o homem pudesse continuar, como se diz, repassando a imagem de Deus. Eu não acho que seja o correto (Estudante 03).

A Estudante 01 busca uma explicação voltada para a naturalização das relações e das questões fisiológicas, a fim de fundamentar sua opinião supostamente distante das questões religiosas. A expressão da heterossexualidade compulsória aparece sob o véu de uma suposta cientificidade, onde se obscurece a dimensão da sociabilidade humana e das transformações em suas práxis diversas, inclusive nas questões aparentemente primárias, como alimentação, sexualidade e outras mais (LUKÁCS, 2012).

A Entrevistada 06 reivindica um posicionamento crítico, alega preconceitos de generalizações contra religiosos, afirma ser contrária ao casamento civil homoafetivo, fala da questão natural entre homem e mulher e da importância da procriação.

A discente busca palavras para encontrar uma explicação que mostre que não se trata de preconceito, nem de conservadorismo, muito menos que sua opinião está atrelada aos valores religiosos. A estudante tenta desenvolver uma linha de pensamento, percebe contradições e acaba por não conseguir achar uma argumentação clara.

No caso da Entrevista 03, a questão da prática pecaminosa aparece de modo explícito. O fato de o homem e a mulher terem sido criados por Deus é o argumento sólido – contudo, ela rechaça a defesa que muitos religiosos fazem do projeto de “cura gay”.

A entrevistada alega que a homossexualidade não se trata de uma doença, mas de um pecado. Nesse depoimento, surge um ponto divergente entre os discursos mais influentes do fundamentalismo religioso na política atual, mostrando que não há uma linha absolutamente idêntica nesses grupos religiosos e seus argumentos.

As entrevistadas que se disseram a favor do casamento civil homoafetivo problematizavam a situação da seguinte forma:

Eu acho que tem muita gente que não sabe diferenciar a religião com os direitos das pessoas, só porque eu tenho uma concepção de uma coisa não quer dizer que... Um exemplo, eu acho que o homossexualismo é pecado, mas não é por isso que eu vou recriminar uma pessoa que é, ou não é por isso que eu vou dizer que ele não pode se casar, se é uma coisa do Estado e se é um direito dele, entendeu? Eu acho que é assim, que quando a pessoa, quando a nossa profissão, não sei nem se eu já posso dizer a nossa, quando a profissão do serviço social é essa viabilização de direitos, é essa luta pelos direitos da pessoa, aí eu acho muito contraditório a pessoa estar no serviço social, lutar pelos direitos da pessoa e dizer: “Ah, o homossexual não pode casar”. Eu tenho a minha religião e eu tenho as minhas concepções, só que as minhas concepções, a minha religião está à parte da Constituição, ainda mais porque a Constituição é laica, então cada pessoa tem o seu direito, não é porque eu tenho a minha concepção de que o homossexualismo é pecado, que isso é errado, que eu vou privar as pessoas do direito delas, eu acho assim (Estudante 02).

Eu sou a favor. Porque as pessoas têm o direito de se casar e acho que os outros não devem intervir nisso. Isso não é um problema pra você e sua crença, mas em relação à questão da minha religião ela é contra, por exemplo, se eu tiver na Igreja o pastor vai falar que é contra, por isso que eu digo que são crises demais! Eu estou em

duas instituições, digamos assim, que são coisas tão controversias e eu fico assim... É horrível, é muito difícil, você não tem noção do quanto é difícil. É muito complicado, as pessoas criticam demais e sem lhe perguntar por que tem essa questão subjetiva, e as pessoas não consideram isso (Estudante 07).

[...] Eu sempre tenho em mente de respeitar, eu não tenho amigos que são gays, mas eu não tenho preconceito de dizer que nunca vou ser amiga de uma pessoa que seja gay, mas eu acho que é a opinião da pessoa, se ela quer, se ela acha... Mas eu fico assim, eu não entendo muito bem, porque querendo ou não eu não sei o que leva uma pessoa a ser assim, mas se a pessoa quer, se ela se sente feliz na forma que ela escolheu... Agora, eu respeito porque eu acho que é um ser humano, porque eu repudio esse negócio de a pessoa ser agredida porque é assim, ou então dizer: "Isso não é certo". Se é certo ou não eu não sei, até porque eu acredito que o mundo passa por essas transformações, diariamente você vê pessoas e mais pessoas dando sua opinião sobre isso, eu até acredito que é algo que o assistente social deve saber, deve conhecer, deve entender o que é pra depois respeitar os seus usuários, por mais que ele condene o homossexual, mas que ele respeite (Estudante 08).

As ponderações elencadas pelas três estudantes se colocam sob argumentos interessantes. As crises subjetivas não cessaram; no entanto, o prisma utilizado não é mais a concepção pessoal calcada na religião. Embora esses valores continuem amparando cada uma delas, na esfera pública, na afirmação dos direitos coletivos e na questão do exercício profissional há um entendimento diferenciado.

Diante daquelas argumentações contrárias, resolvemos provocar as discentes questionando de outro modo. Colocamos que entendíamos que para elas o casamento homossexual era algo errado e, dessa forma, elas nunca seriam homossexuais. No entanto, em se tratando de um casamento civil, questionamos se esse não seria um direito que deveria ser garantido num Estado laico. Elas responderam:

Eu sou contra, ele pode ser legalizado, porque as pessoas têm o livre-arbítrio de fazer o que quer, se ela quer se casar com uma mulher, tá bom, a gente vai ter que respeitar, mas dizer que aquilo pra mim é natural, não é e pronto, é isso que eu tô querendo dizer (Estudante 01).

[...] eu acho muito complicado uma pessoa religiosa se meter na política, porque ele ou vai mudar os valores dele, ou ele vai mudar o que ele defende ou então ele vai concordar, e ao meu ver, mesmo eu

concordando, eu vou estar deixando de crer no que eu creio, eu não consigo ver separação entre você pode fazer isso, mas eu não vou fazer, tipo assim, digamos que vai ter uma votação pra ver quem é a favor e quem é contra, eu vou votar a favor porque quem tá legalizando é o Estado, mas não é a gente que tá concordando pra que seja legalizado? Tá entendendo? As minhas suposições, o que eu sou, o que eu penso, o que eu acredito, eu não consigo ver separação, eu acho que não dá pra você ter uma visão formada sobre uma coisa e você abrir assim, ainda mais pra gente que crê em verdades absolutas, que crê que existem padrões, que existem modelos, que é de um jeito, tá entendendo? Eu acho que é muito complicado, é meio que relativismo (Estudante 03).

As opiniões seguem a mesma linha de raciocínio quando se discute a legalização do aborto. Sabemos que esse é um tema ainda mais complexo, onde o debate envolve desde elementos científicos até as pautas dos movimentos de mulheres, posto que essa discussão perpassa os diferentes entendimentos de concepção de vida humana, além da discussão dos direitos reprodutivos da mulher.

Compreendendo essas nuances, almejamos inferir as posições das estudantes percebendo se os argumentos utilizados eram novamente pautados nos preceitos religiosos. Nesse quesito, obtivemos algumas posições contrárias, mas que ponderaram que no caso de estupro era uma prática justificável.

[...] Eu não sou a favor, não vou dizer que eu sou a favor do aborto, não sei, eu acredito que tem tanto... Eu vou usar uma palavra bem conservadora, tem casos e casos. Um caso é o estupro, realmente não é bom, qual é a mulher que vai carregar durante nove meses aquela criança que é fruto de um relacionamento, num chegou nem a ser, de uma coisa humilhada, forçada, humilhante, não sei. Sou contra a legalização do aborto, eu acredito assim, se a mulher está grávida é uma questão muito igual... Até quando isso é ético, ético pra mãe que vai tirar a vida da criança? E a criança que não tem o direito de escolher? É isso, a gente ainda não achou uma resposta pra esse grande abismo que há entre a mãe poder abortar e sobreviver (Estudante 01).

As discentes que se posicionaram totalmente contrárias colocaram suas convicções religiosas como fundamentos para afirmar suas opiniões e defenderam o entendimento de vida humana a partir da concepção. No caso da Estudante 03, ela ainda destaca o projeto de lei que trata do Estatuto do Nascituro, que propõe a

proteção do feto e, entre suas sugestões, coloca o pagamento de uma bolsa para mulheres que foram estupradas e engravidaram.

Primeiramente por causa dos princípios cristãos que eu defendo, porque ao meu ver foi Deus quem deu a vida, eu não acredito nessas teorias de Big Bang, da evolução, sei lá mais o quê. Pra mim foi Deus quem criou o mundo, foi Deus quem criou a vida, e Deus é quem tem o direito de tirar a vida, e eu não acho que a vida não é quando tá com três meses, seis meses, não, eu acho que é a partir da concepção. A partir da fecundação já é uma vida sendo gerada e ninguém tem direito de tirar, lógico que vem todo aquele discurso, aquele debate de pensar na mulher, na situação dela e tal, eu não tô desconsiderando isso, mas eu acho que não é o correto, existem outros meios que, se a pessoa quiser, ou se a pessoa não quiser, sei lá, mas eu não acho que abortar seja correto. [...] Eu sou contra, até em caso de estupro, eu não sei se essa bolsa vai resolver alguma coisa, não, o governo não dá conta nem dos programas e projetos que ele cria, imagina de mais um, não sei, tomara que dê, se Deus quiser, pra dar algo pra essas mulheres, mas mesmo no caso de estupro eu sou contra (Estudante 03).

Eu nem sei se a minha visão é na visão da religião, mas pra mim eu acho algo que é como matar vidas, eu particularmente fico pensando o porquê de uma mulher hoje em dia... Eu sei que eu já vi: “Ah, mas nem toda mulher tem acesso a contraceptivos”, mas eu fico pensando assim, se existe, tem como evitar, eu sou contra o aborto porque eu acredito nesse caso de você sair por aí matando crianças, eu acho isso... [Até em caso de estupro] Já me perguntaram, mesmo assim eu não sei, eu já vi um caso de uma professora minha que a sobrinha dela é doente mental e foi estuprada, e ela disse que uma parte da família dizia que era pra abortar e a mãe dela disse que a filha ia ter a criança, mesmo ela tendo esse problema, e minha professora disse que a criança não tinha culpa e eu ficava pensando, mas será que uma pessoa que é dita normal, como é que fica? Eu tenho muitas dúvidas em relação a isso, como é que fica a cabeça dessa pessoa, eu fico pensando se realmente é o correto, eu realmente não tenho opinião formada sobre esse caso do aborto em caso de estupro (Estudante 08).

Na profissão de serviço social a temática foi discutida em diversos espaços, e as polêmicas também apareceram de modo acentuado. O debate voltado como problema de saúde pública, o alto índice de abortos clandestinos como uma realidade permanente, as diversas formas de discriminação com as mulheres que realizaram aborto e a questão dos direitos reprodutivos da mulher foram elementos levados à tona para chegar a uma posição como colocada no “CFESS Manifesta” de

28 de setembro de 2011, em razão do Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto.

Reconhecendo todas as dimensões que envolvem a questão do aborto, na compreensão de que é a mulher que define pela interrupção (ou não) da gravidez (que sempre se dá num contexto complexo) e esta mulher tem o direito a um atendimento de qualidade, humanizado e de respeito, é que o Conjunto CFESS-CRESS defende, desde 2009, a descriminalização do aborto, e desde 2010, a legalização do aborto no Brasil. Tais posicionamentos foram e liberados coletivamente por assistentes sociais, representando todas as regiões do país, nos Encontros Nacionais da categoria. É nessa perspectiva que o CFESS vem fortalecendo as ações do movimento feminista brasileiro, integrando, inclusive, a Frente Nacional contra a Criminalização (CFESS, 2011, p. 2).

Finalizando as entrevistas, questionamos acerca do envolvimento de lideranças religiosas na política, buscando compreender seus posicionamentos e sua relação com as convicções religiosas, o Estado laico e a disputa por garantia de direitos.

Determinadas estudantes se disseram contrárias a essa atuação. Os depoimentos se diversificaram entre aquelas que reivindicaram a política e a religião como esferas distintas, até aquelas que, embora concordassem com os princípios defendidos, acabavam por questionar os métodos utilizados; outras, além disso, duvidam das intenções dessas lideranças:

Eu acho isso errado, porque assim, acho que [...] vem essa concepção de preconceito com a religião é no serviço social, aí eu acho que muita gente não diferencia a religião com o governo, ou com a Constituição, aí muita gente quer impor o que ela pensa pras outras pessoas, e não é assim, cada pessoa tem a sua opinião, a sua concepção, é por isso que tem esse preconceito e é por isso que vem essa ideia de que todo religioso é preconceituoso, que quer impor as coisas, e não é assim. Acho que por essa coisa da imprensa, das coisas e dos próprios pastores, padres que estão no governo, que são deputados, vereadores, prefeitos, e por eles imporem as coisas de uma forma errada, muitas vezes, então eles acham que tudo o que é, todo religioso vai ser assim, entendeu? Aí tipo, só em você dizer: “Eu sou de Igreja tal”, a pessoa já olha assim: “Será que ela preconceituosa, será que ela é homofóbica?” Tudo o que você vai falar eles já ficam te monitorando, pra tudo o que você disser eles usarem contra você, eles querem... Tem muita gente que

quer dizer que a religião é uma coisa que vai te prejudicar (Estudante 02).

Porque assim, quem é religioso acredita que o seu valor religioso é o que importa, é o que vale, ele vai pregar isso porque acha que tá certo, eu vou julgar uma pessoa dessas? Não. Mas entendendo que não é só isso, que tem todo um contexto por trás, entendendo que eles reproduzem o preconceito. E vamos lá, Jesus era preconceituoso? Não, então vamos estudar mais um pouquinho, enfim. Eu não tenho muito embasamento pra falar sobre isso, é tanto que eu tenho medo de falar, mas eu não conseguiria impor o meu princípio religioso a uma pessoa, eu não consigo, muito menos impor de forma a discriminar, a trazer preconceito e tudo aquilo que na verdade não vale, que é desrespeitar o ser humano enquanto ser humano, mas enfim, eu não sei o que falar sobre eles, eu só acho que não está certo (Estudante 05).

Se é pra defender isso ou não, eu não sei qual é a intenção, mas é como eu digo, é complicado, se ele está lá e ele conseguir se manter lá dessa forma, mas eu fico pensando, e na hora que todo mundo, todo mundo não, mas que uma grande maioria estiver concordando? Como é que ele vai se colocar? Eu não sei se de fato ele vai estar firme, se a intenção dele é defender os valores cristãos ou não. Acho que pode, até porque os que estão lá defendendo, sei lá, são homens que eu particularmente... Eu fico com o pé atrás, são pastores que eu tenho o pé muito atrás (Estudante 03).

A forma como a atuação política acontece transparece como uma das principais queixas dessas discentes nessa temática. A linha argumentativa pouco é questionada, ao passo que a postura que as lideranças políticas e religiosas se expressam passa a ser o centro das falas.

Algumas discentes discorrem sobre as polêmicas políticas como pensamentos próximos a esses posicionamentos públicos das bancadas religiosas, mas questionam a dinâmica política em si, criticando de modo mais amplo, compreendendo que os limites, jogos de interesses e peculiaridades político-partidários que podem distanciar o discurso desses líderes religiosos de suas práticas.

Das estudantes que se posicionaram favoráveis ao ativismo político por líderes religiosos, muitas direcionaram suas respostas para o argumento da defesa da liberdade do pensamento religioso e da família tradicional, como bem evidenciou a Estudante 01.

É, eles têm um domínio da lei muito forte porque são advogados, são pessoas entendidas, não são ali totalmente, são pessoas que têm formações e que têm argumentos muito plausíveis. O que é que eu posso pensar sobre eles? Eu acredito que eu concorde em uma parte, porque eu sou, sim, a favor da família, do pai, da mãe e dos filhos, e se a gente vê que a sociedade não tá cuidando... Se eles querem cuidar também de um casal homossexual que tem um filho, aí é a sociedade, mas também a gente não pode ser contra quem é a favor de um pai, de uma mãe e de um filho biológico ou então adotivo da família tradicional. Eu sou a favor em parte, eu sou a favor, sim, nesses princípios que eu acredito, que são princípios bons, bonitos, se a gente for deixar isso eu não sei, eu não sei o que seria da sociedade, eu ainda não tenho uma visão do futuro do que poderia acontecer se todos esses valores fossem quebrados, que consequências iriam trazer, porque biologicamente a gente tem um pai e uma mãe, se a gente for deixar tudo acontecer e esquecer dessa área, eu não consigo pensar, eu sou a favor, sim, do que eles pregam, da valorização da família, dos vínculos afetivos familiares de um pai com a mãe e com o filho, isso é o que eu acredito e eu tô planejando com certeza no futuro fazer a mesma coisa, porque pra mim aquilo ali faz parte do meu cotidiano (Estudante 01).

Por todos os depoimentos expostos, fica evidente que a discordância em relação aos elementos trazidos na formação profissional e alguns de seus conteúdos trabalhados foi retratada principalmente em relação a temas como casamento homoafetivo, adoção por casais homossexuais, criminalização da homofobia, legalização do aborto e laicidade do Estado.

O discurso é reiteradamente relacionado à defesa da família tradicional e reivindicado como um valor individual que deve ser garantido em todas as esferas da vida. A naturalização das condições que coloca a diversidade humana como elemento de desigualdade e opressão surge em depoimentos abalizados pelo fundamentalismo religioso com vieses emblemáticos quanto à essência desse construto ideológico.

Os dogmas e doutrinas das instituições religiosas se manifestam nos cotidianos dessas discentes com suas particularidades e níveis distintos. No entanto, as falas denotam a importância dessa esfera na formação subjetiva dos sujeitos e o quanto é difícil e contraditório o diálogo com valores antagônicos.

A expressão das contradições nos depoimentos, onde ora se buscam argumentos religiosos, ora se percebem os limites desses, também se faz presente na inconstância dos posicionamentos em cada temática. A postura tomada quanto

ao casamento homoafetivo nem sempre é a mesma quando se questiona sobre adoção, ou sobre a criminalização da homofobia.

Resgatando as questões teóricas que trabalhamos nos capítulos iniciais, os elementos que fazem a mediação dessas contradições que se expressam em sofrimentos e angústias subjetivas, em choques individuais e coletivos, na problemática das manifestações de neoconservadorismo ante ao projeto ético-político do serviço social, são elementos mediados onde se evidencia a complexa teia que é a reprodução social.

O termo “alienação” é recorrente nas falas das estudantes. A expressão vem frequentemente no sentido de depreciação das pessoas religiosas, resguardando o entendimento do fenômeno da alienação como algo que remete à ignorância ou àquelas pessoas que “desconhecem a verdade” e, por isso, não seriam capazes de juízos próprios. As estudantes rechaçam o estigma de “alienadas” afirmando que seus posicionamentos não estão cindidos de problematizações racionais. Recordemos algumas falas analisadas acima:

Aonde eu tô é no que eu acredito, é o que eu defendo, mesmo estando numa categoria profissional que acredite que ser religioso é uma coisa que, digamos, que traga alienação, enfim (Estudante 05).

Uma vez eu estava até pensando sobre isso, eu acho que a gente vive num mundo em que nós todos, seres humanos em geral, mesmo sem uma visão determinada sobre as coisas, nós vivemos meio que alienados, meio aquém, a gente pensa como todo mundo pensa, a gente não tem uma visão formada, por exemplo, sobre o que é o homem [...]. Aí eu acho que, pelo fato de muitas pessoas não terem isso formado na cabeça, talvez por nunca terem sentido necessidade de pensar sobre isso tudo, acaba mudando. Eu acho que, por questões religiosas, minha e tal, pela fé que eu professo, por tudo que eu creio, pelas visões que eu tenho sobre muitas coisas, eu já vim pra cá com isso na cabeça e eu não mudei (Estudante 03).

A alienação é reduzida à adesão passiva de uma falsa consciência e não compreendida como algo que se funda no modo de produção e reprodução social e que se espraia pelos diversos complexos e práxis manifestando a desefetivação do humano genérico, reproduzindo o não reconhecimento de si mesmo e do outro (LUKÁCS, 2010).

No caso do depoimento da Estudante 03, o termo alienação é colocado ainda em oposição à firmeza das convicções religiosas da entrevistada. A estudante destaca a capacidade de fundamentar e afirmar suas posições e não se deixar “alienar” pelo que, supostamente, a maioria defende.

Meszáros (2006) coloca que o termo alienação não é fundado a partir da teoria crítica, mas sim como uma expressão que perpassa diversos entendimentos, desde religião, filosofia clássica até teorias sociológicas. Na perspectiva judaico-cristã, o autor destaca que a alienação é considerada da seguinte maneira:

A ordem divina, afirma-se, foi violada; o homem alienou-se dos “caminhos de Deus”, seja simplesmente pela “queda do homem” ou mais tarde pelas idolatrias sombrias da Judá alienada, ou ainda, mais tarde, pelo comportamento dos “cristãos alienados da vida de Deus”. A missão messiânica consiste em resgatar o homem desse estado de auto-alienação que ele atraiu sobre si mesmo (2006, p. 32).

O entendimento das manifestações e posicionamentos conservadores junto à afirmação dos preconceitos e opressões como expressão da alienação humana na esfera da reprodução social destaca que esse fenômeno é complexo, não caracterizando uma reflexão simplista entre a estrutura social, os aspectos culturais e a incidência individual, mas sim compreendendo as distintas mediações, onde as expressões da alienação limitam a percepção dos seres humanos como diversos e ao mesmo tempo iguais, isto é, dilui as particularidades como algo meramente singular, restringindo o desenvolvimento da personalidade e dos processos de individuação (COSTA, 2012).

Numa sociabilidade marcada pela alienação e suas manifestações diversas, desde o plano material até as questões ideológicas e morais, a defetivação humana se expressa e se reproduz no cotidiano dos sujeitos de modo diverso. Segundo Lukács (2010), a reprodução da alienação no não reconhecimento da diversidade humana no outro é a reprodução da autoalienação, fundada nas bases sociais de produção e reprodução estabelecidas e concretizadas nos atos cotidianos.

Nesse processo, os limites e as possibilidades das alternativas de superação delas se manifestam mediadas por complexos e instituições sociais, pelas práxis cada vez mais heterogêneas que constroem a reprodução da sociedade contemporânea, fazendo conviver concepções de mundo com fundamentos distintos desde a religião até a ciência, na manutenção daquilo que torna a diversidade expressão de desigualdade.

Fosse a sociedade uma “totalidade inerte de alienação”, nada então se poderia fazer sobre ela. Nem poderia haver qualquer problema de alienação, ou conhecimento dela, pois se a consciência fosse a consciência dessa “totalidade inerte” ela seria parte da alienação. Em outras palavras: seria simplesmente a “consciência da totalidade inerte” – se pudesse haver tal coisa (rigorosamente falando: “a consciência da totalidade inerte” é uma contradição em termos) – e não a “consciência da totalidade inerte enquanto alienação”, isto é, não uma consciência que revela e que opõe – ainda que da forma mais abstrata – à natureza alienada dessa totalidade inerte. A alienação é um conceito inerentemente dinâmico: um conceito que necessariamente implica mudança. A atividade alienada não produz só a “consciência alienada”, mas também a “consciência de ser alienado”. Essa consciência da alienação, qualquer que seja a forma alienada que possa assumir – por exemplo, vendo a autoconfirmação como um “[estar] junto de si na não-razão enquanto não-razão” – não somente contradiz a idéia de uma totalidade alienada inerte, como também indica o aparecimento de uma necessidade de superação da alienação. As necessidades produzem poderes, tanto quanto os poderes produzem necessidades (MÉSZÁROS, 2006, p. 166).

Para o processo pedagógico da formação profissional em serviço social, o aprofundamento das reflexões na perspectiva teórico-metodológica crítica e com o direcionamento ético-político emancipatório destaca a explicitação daquilo que fica naturalizado no senso comum.

Entre os elementos trazidos pelas estudantes, suas vivências e valores até as defesas do projeto profissional hegemônico, há questões de difícil diálogo, posto que o fundamentalismo religioso explicita sua posição cotidiana na reprodução das desigualdades, na naturalização das opressões e na organização política para sua manutenção.

Para o debate profissional, a luta contra os preconceitos e a afirmação dos direitos que se chocam com o neoconservadorismo religioso encontram não

somente sua expressão política, mas um embasamento ético com um sentido ontológico.

Quando as defesas políticas se fundamentam numa afirmação teórica que busca se distanciar de um conceito abstrato da ética, que dissocia os valores como algo meramente individual e a-histórico, a evidência da função social dos diferentes discursos passa a ter um caráter confessório da natureza ideológica.

No ano de 2012, o conjunto CFESS-CRESS lançou a campanha “Sem movimento não há liberdade”, cujo lema é: “num mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência”, reafirmando a luta cotidiana frente às opressões em sua dimensão de totalidade, construindo uma agenda de luta plural e buscando a tessitura entre a atuação profissional, a construção teórico-metodológica nos espaços de formação acadêmica e a atuação política das entidades representativas da categoria.

A afirmação da atuação laica e a crítica ao fundamentalismo religioso precisam ser qualificadas entre os debates das/os estudantes, na sala de aula e em outros espaços inerentes à formação. Aprofundar teoricamente os fundamentos dos direcionamentos ético-políticos no espaço de formação profissional, buscar estratégias para a afirmação e a articulação de diversas bandeiras e temáticas são necessidades cogentes.

Os depoimentos das discentes e os dados quantitativos evidenciam que não é a religião um elemento necessariamente atrelado às expressões públicas de fortalecimento do conservadorismo sob novas roupagens, mas sim o caráter do fundamentalismo religioso como um lócus importante da organização, do avanço e da reprodução desse tipo de pensamento conservador que embasa atitudes preconceituosas e alienação moral.

As falas denotam o modo diverso de encarar os embates, as crises individuais, a reconstrução dos valores a partir das discussões. Há, no entanto, um desafio imposto para essas discentes e para toda a formação profissional, ao encarar esse processo em toda sua complexidade para permitir o debate franco, democrático e pedagógico diante dos limites e das possibilidades colocadas nos espaços de formação profissional.

O que se expressa em muitos desses posicionamentos das discentes entrevistadas é que há um forte caráter conservador, abalizado pelo fundamentalismo religioso em amplos setores da sociedade, que se espraia por todas as dimensões da vida, onde a profissão e a formação em serviço social também se veem inseridas nesse contexto.

Por isso, garantir o fortalecimento dessa direção ético-política é também avalizar um ambiente formativo para o debate, a desconstrução de desvalores e a síntese de novos valores, compreendendo os limites dessa formação ante algo muito maior e complexo que é a formação subjetiva dessas estudantes e profissionais envoltas em uma conjuntura de fortalecimento do neoconservadorismo em suas diversas expressões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo modo de afirmação do conservadorismo aparece em diversos campos, mas, dentro da esfera religiosa, assume um viés excepcional, com o discurso moralista ostentando toda a força e a capilaridade construída historicamente por essas instituições, que congregam aptidões peculiares na formação subjetiva de tantos indivíduos.

Os valores éticos e morais permeiam tanto as relações individuais dentro do campo profissional como são elementos centrais na correlação de forças dentro da esfera social mais vasta. Seus significados, consensos ou dissensos se modificam de acordo com as condições objetivas, com os fatos ocorridos ao longo do processo histórico e com as possibilidades de organização e disputa coletiva.

Uma problemática se apresenta cotidianamente aos sujeitos dessa sociedade contraditória: fortalecer em seus posicionamentos e atitudes algo que, em alguma medida, apontem para a conservação do que está posto ou para a transformação e superação daquilo que rege as desigualdades e contradições.

Entre esses polos, há questões muito mais complexas do que meras decisões definitivas e que possam se cristalizar em algum desses lados de modo rígida. Posicionar-se individualmente e coletivamente se torna muito mais difícil, seja pelas dimensões distintas de cada plano da vida social, seja porque cada temática se manifesta fragmentada em suas particularidades.

Assim, a expressão do preconceito no cotidiano, a teorização no campo da ciência para justificar desigualdades, ou, ainda, os movimentos políticos nessa seara, são aspectos diferentes de um fenômeno maior. Disputas, cisões e debates acalorados são corriqueiramente exercidos por diferentes grupos da sociedade em que se encontram aqueles privilegiados pelo modo de vida atual e os que almejam mudanças em busca de cessar as desigualdades da sociedade marcada pelo caráter classista, racista, machista e heterossexista.

O avanço de setores religiosos dentro da política formal, pleiteando cargos eletivos e buscando legislar a partir dos valores morais de suas crenças, é um fato evidente na conjuntura atual. Isso não ocorre somente nesse plano institucional da política, mas espalha nas mais diversas esferas, questionando os

direitos das mulheres, dos homossexuais e de religiosos de outras matrizes espirituais com o argumento calcado na “moral cristã”, galgando espaço na mídia, nas escolas, nas universidades etc.

Quando cada vez mais pessoas dentro dos movimentos sociais, dos debates políticos e das universidades buscam os argumentos religiosos para reforçar seus preconceitos, é fundamental aprofundar esse entendimento das expressões do neoconservadorismo religioso, a partir de sujeitos que buscam a formação em serviço social e se deparam com as atuais condições e defesas do projeto ético-político.

Como vimos, essa percepção da relação entre o avanço do neoconservadorismo na sociedade e a sua incidência na formação profissional em Serviço Social, enfocando o fundamentalismo religioso como um catalisador desse processo, necessitou de fases fundamentais para a construção de uma reflexão eficaz.

Primeiramente, foi preciso: entender essas diferentes dimensões do desenvolvimento histórico; aprofundar teoricamente as características da conjuntura contemporânea e seus fundamentos estruturais; compreender em que âmbito trabalhamos as peculiaridades ocorridas dentro da construção do aparato teórico-metodológico e ético-político do serviço social, articulando as particularidades das falas dos sujeitos inseridos no âmago desse fenômeno com as questões referentes aos aspectos universais que implicam tais problemáticas.

Por isso, foi crucial evidenciar o caráter contraditório das instituições religiosas, suas funções sociais dentro da dinâmica da estrutura social vigente, bem como compreender as heranças históricas da profissão de serviço social, além da relação com os sujeitos inseridos nessa lógica de uma sociedade marcada por cisões de classe social, gênero, etnia, geração e orientação sexual.

Diante do que discutimos nesta pesquisa, podemos reafirmar a complexidade desse fenômeno. Explicitar tal problemática denota que essa síntese traz mais considerações do que conclusões, já que a dinâmica em que se manifesta o fundamentalismo religioso vem pautada em uma teia densa de questões e relações díspares que se retroalimentam em constante transformação.

Percebemos que o neoconservadorismo religioso cumpre funções importantes para a reprodução cultural das desigualdades, desde o cotidiano dos sujeitos até as questões políticas de ataque e supressão de direitos. A lógica machista, patriarcal e heterossexista ganha fôlego nos dogmas e doutrinas em seus vieses fundamentalistas.

Essa lógica avança fortalecendo privilégios historicamente construídos na sociedade brasileira, numa direção apropriada pelos moldes da conjuntura contemporânea da sociedade burguesa, capaz de tornar funcional ao seu modo de produção e reprodução as mais arcaicas formas de embasamento ideológico das opressões.

Os dados, os relatos e as reflexões teóricas apresentadas neste trabalho só explicitam que esse tema, o campo de pesquisa, os sujeitos entrevistados e seus depoimentos ainda preservam muitos elementos para análise desse fenômeno. A dinâmica do real, a riqueza de informações e de experiências reveladas nesse estudo fornecem a certeza que há ainda um longo percurso por via das férteis mediações e determinações que formam essa complexa, ampla e instigante temática.

A luta contra os preconceitos ou a reprodução deles é muito mais maleável e fluida do que definições estáticas e conclusivas sobre os sujeitos e seu modo de agir no cotidiano. A complexidade do que foi exposto neste estudo destaca um dado importante no cuidado imperativo no trato dessa temática, questão emblemática num depoimento trazido por uma das discentes que foi entrevistada, quando afirmou que não se pode colocar “as pessoas em caixinhas”, dividindo-as de modo maniqueísta entre conservadoras religiosas e revolucionárias não religiosas.

Sabendo desses elementos, é preciso, no entanto, evidenciar a natureza social das instituições e seus construtos ideológicos, que se disseminam como valores individuais, crenças e sentimentos, obscurecendo contradições e reproduzindo preconceitos e atitudes discriminatórias, sob o véu do relativismo liberal e do reforço de que não deve haver questionamentos sobre elementos próprios da cultura, afirmando que a seara da subjetividade ou mesmo os valores individuais reproduzidos ao longo da história, naturalizados e hegemonzados, não são passíveis de problematização.

A apreensão desse fenômeno por meio de uma lente crítica e de totalidade permitiu visibilizar as funções sociais dessas contradições, os limites impostos pelo conjunto de complexos que abarcam a reprodução social e as possibilidades individuais e coletivas no plano imediato e na construção coletiva de bases para a superação histórica dos desvalores presentes na contemporaneidade.

A maneira como os diferentes sujeitos dialogam com aquilo que orbita sua socialização resguarda um espaço de autonomia na construção e no modo de se relacionar com os demais seres, com as instituições e com a inserção nos distintos complexos sociais, evidenciando uma perene construção, desconstrução e manutenção de valores, costumes e juízos individuais e coletivos.

Essa percepção é fundamental para a superação de reflexões mecanicistas dos processos de produção e reprodução da vida social, da compreensão das bases das diversas desigualdades e opressões construídas historicamente e de suas mediações e incidências na subjetividade dos indivíduos e no cotidiano deles.

Os ambientes de contradição e os modos de apropriação do modelo capitalista, patriarcal, machista, heterossexista da contemporaneidade lavram manifestações em variados campos da vida. Se a religião é um componente importante desse processo, os espaços de formação profissional do serviço social não ficam ilesos de incongruências, embates e disputas.

As dificuldades relatadas pelas discentes são também expressões desses desafios da formação profissional. O difícil modo de desenvolver pedagogicamente os debates aparece não pela ineficácia ou amortecimento dos pilares que constituem o arcabouço teórico-metodológico e a direção ético-política da profissão. Ao contrário, a capacidade de percebermos esses choques nos relatos e dados aqui expostos é a expressão da vitalidade do compromisso crítico na formação.

No entanto, a conjuntura atual profere seus desafios, explicitando também a necessidade de fortalecer estratégias para a continuidade desse processo de combate e ruptura com conservadorismo que vem atravessando as últimas décadas. O fenômeno do neoconservadorismo é muito mais amplo do que uma profissão e o seu projeto.

Este estudo denota que a expressão do neoconservadorismo sob o véu do fundamentalismo religioso, explícito nos debates públicos, na política formal e na luta por direitos e pela concepção deles, resguarda sua base e manifestação cotidiana, capilarizada em espaços diversos, evidenciadas nos posicionamentos de tantos indivíduos que reproduzem pensamentos e atitudes de reforço de preconceitos e opressões.

Para a profissão de serviço social, fica claro também que o ranço histórico de conservadorismo que se construiu, imbricado com os fundamentos religiosos, persiste na imagem social estereotipada da profissão, mas também sob as declarações e entendimento de muitos sujeitos que buscam a formação profissional.

A afirmação cotidiana do compromisso ético e político com a classe trabalhadora e a afirmação da defesa dos direitos humanos são elementos tão necessários quanto urgentes. Em um contexto complexo e metamorfoseado, ganharmos fôlego na luta contra qualquer tipo de preconceito, discriminação e exploração tem sido uma questão basilar para a atuação profissional calcada nos alicerces da teoria crítica, permitindo uma leitura coerente e profunda sobre as dimensões das expressões atuais da questão social e seu enfrentamento no quadro do capitalismo contemporâneo, calcado pelo modelo de acumulação flexível, pela mundialização econômica e pelo esgotamento progressivo dos direitos historicamente garantidos.

Os ataques e os desafios impostos ao projeto ético-político do serviço social e, em especial, à formação profissional não são sintomas de que deve haver mudanças de direção no projeto, mas revelam a urgência do fortalecimento de suas bases e a qualidade na ação para sua hegemonia. É necessário que as defesas ético-políticas não fiquem circunscritas à discussão moral, mas que venham ancoradas numa profunda, coesa e rigorosa base teórica.

Nesse âmbito, é categórico o desafio de avançar no entendimento teórico sobre a formação da subjetividade, a compreensão dos meandros da cotidianidade e das questões próprias das relações interpessoais. Conhecer quem são os sujeitos que estão inseridos nos espaços de formação, quais suas motivações, seus posicionamentos e seus anseios é parte essencial desse processo.

O fértil debate sobre a ontologia do ser social e a esfera da reprodução social, a categoria alienação, o processo de individuação e a formação da personalidade são elementos fundamentais que ainda revelam um campo de possibilidades amplo para o aprofundamento teórico dessas questões.

Os desafios postos para o serviço social e seu direcionamento ético-político, em particular em seu processo de formação profissional no âmbito da academia, são provocações elementares para essa práxis que surge e se estabelece no meio dos antagonismos de classe inerentes a essa sociabilidade, mas ainda se tornam manifestos em sua total condição por esse caráter diferenciado que é proposto para desvendar, intervir e transformar as expressões dessas contradições.

Aprofundar as reflexões quanto às questões que envolvem a manutenção e a reprodução das opressões é imperativo. Superar compreensões simplistas sobre o objeto de intervenção da profissão, a questão social, como oriunda da relação capital-trabalho, sem, no entanto, imergir nas suas mediações culturais, ideológicas e em suas manifestações cotidianas é um nó desafiador imposto à categoria profissional e à construção teórica desenvolvida pelos sujeitos que a compõem.

O combate ao conservadorismo segue uma trajetória que atravessa as últimas décadas e se depara com novos e velhos modos de espraiamento e estabelecimento de suas manifestações. O arcabouço teórico-metodológico e a direção ético-política são o pano de fundo de fortalecimento coletivo da profissão e de sua formação profissional crítica e com sentido emancipatório. Esse viés não se mantém protagonista sem enfrentar as barreiras cotidianas da conjuntura atual e dos próprios limites estruturais.

A ofensiva neoconservadora em escala global se consolida sob bases reativas às lutas da classe trabalhadora e dos diversos movimentos sociais, tornando a conjuntura contemporânea ainda mais complexa em tempos de crise estrutural do capital, onde as expressões da questão social se tornam explícitas e capilarizadas, exigindo respostas que surgem em suas diferentes direções políticas.

A realização deste estudo possibilitou compreender a complexidade que envolve o diálogo entre o conteúdo proposto na formação profissional do serviço social e os valores religiosos trazidos pelos estudantes. Esse embate denota

conflitos individuais, que extrapolam a dimensão subjetiva e refletem em posicionamentos que adentram a esfera da atuação profissional.

Dentro de um parco bloco de fatores, como o aligeiramento da formação, a precarização e mercantilização do ensino superior, o produtivismo acadêmico, a percepção das teorias científicas de forma vulgarizada, as questões sobre os valores religiosos aparecem como mais uma das peças importantes para o entendimento do avanço do conservadorismo sobre novas roupagens e os desafios da formação profissional.

A contemporaneidade exige um profissional qualificado, mas também requer coragem e coerência frente às contradições cotidianas. Para isso, é de suma importância fortalecer os posicionamentos coletivos, para que se possa atingir a tão almejada materialização do projeto ético-político profissional do serviço social.

O aprofundamento teórico, a firmeza dos valores éticos, a criatividade na atuação profissional e a certeza da necessidade do compromisso e da luta política são elementos primordiais para o desafio dentro de uma conjuntura neoliberal, subsumida a um contexto de crise estrutural do capital, evidenciando as expressões neoconservadoras, o alargamento das cisões e das desigualdades.

A importância da questão do neoconservadorismo e do fundamentalismo religioso não se define nem como início, nem como fim, mas como uma importante e fundamental mediação do complexo de complexos que é a sociabilidade contemporânea, marcada por uma teia de fenômenos distintos, mas que se inter cruzam na exacerbação das contradições basilares da estrutura social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, Cortez, 1997.

_____. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: www.abepss.org.br. Acesso em: 2 ago. 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino**: uma invenção do falo; uma história do gênero masculino: Nordeste – 1920/1940. Maceió: Catavento, 2003.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 79, 2004.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. Curso de especialização à distância. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Abepss, 2009.

_____. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda e direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social: direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; Difel, 1989

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Inscrita**, Brasília, ano VII, n. X, CFESS, nov. 2007.

_____. O Papel da cultura na Luta de Classe. **1º Seminário Nacional de cultura**. 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MC7DtrzyJWk>. Acesso em: 2 mar. 2013.

_____. BARATA, J. **O projeto ético-político do Serviço Social**. 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/92179247/4-O-Projeto-Etico-politico-Do-Servico-Social>. Acesso em: 2 mar. 2013.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CARTA CAPITAL. **Religiões africanas são principal alvo da intolerância religiosa no Brasil**. 8 fev. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/religoes-africanas-sao-principal-alvo-da-intolerancia-religiosa-no-brasil>. Acesso em: 17 maio 2013.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Lei 8.662/93**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Resolução nº 489**. Publicado no DOU de 3 de junho de 2006.

_____. **Resolução nº 594**. Publicado no DOU de 21 de janeiro de 2011.

_____. **Resolução nº 615**. Publicado no DOU de 8 de setembro de 2011.

_____. **Resolução nº 627**. Publicado no DOU de 9 de abril de 2012.

COSTA, G. M.; PREDES, R.; SOUZA, R. (Org.). **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Maceió: EDUFAL, 2010.

_____. **Indivíduo e Sociedade**: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 9, 2006.

COSTA, L. F. A.; BEZERRA, L. M. P. D. S. Memória, reconhecimento e reconstrução: passado recente do Serviço Social no Ceará. In: **Fragments do passado e do presente: 60 anos do Serviço Social no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

EBC. **Mapa da intolerância: região sul concentra maioria dos grupos neonazistas no Brasil**. 11 abr. 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/mapa-da-intolerancia-regiao-sul-concentra-maioria-dos-grupos-neonazistas>. Acesso em: 16 maio 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2007.

ÉPOCA. **União conservadora cristã: quem são e o que pensam os jovens militantes de direita que fazem a USP**. 7 abr. 2011. Disponível em: <http://epocasaopaulo.globo.com/vida-urbana/quem-sao-e-o-que-pensam-os-jovens-militantes-de-direita-que-fazem-usp/>. Acesso em: 15 maio 2013.

FARIAS, Airton de. **História da sociedade cearense**. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. Diferentes olhares, diferentes pertencas: Teologia da Libertação e MRCC. **Revista de Estudos da Religião**, n. 3, p. 76-92, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Tendência conservadora é forte no país**. 25 dez. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1206138-tendencia-conservadora-e-forte-no-pais-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 15 maio 2013.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. In: **Revista Contrapontos**, v. 3, n. 3, p. 393-405, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. **Os intelectuais**. O princípio educativo, Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. Cadernos do cárcere. v. 3. **Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Cadernos do cárcere. v. 4. **Temas de cultura**. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 91, ano XXVIII, 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. O Futuro das relações entre os sexos. In: **A Crise da Família e o futuro das relações entre os sexos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984

IG. **Bancada evangélica age para barrar mudanças polêmicas no Código Penal**. 14 abr. 2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-04-14/bancada-evangelica-age-para-barrar-mudancas-polemicas-no-codigo-penal.htm>. Acesso em: 16 maio 2013.

IAMAMOTO, Maria Villela. Sociabilidade capitalista, questão social e Serviço Social. In: **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. p. 155-172.

_____. **Renovação e conservadorismo**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009. p. 342-373.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. A dialética da globalização. In: **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JURKEVICS, V. I. Renovação carismática católica: reencantamento do mundo. **IBGE Censo 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 8 jan. 2012.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Os sofrimentos do “homem burguês”**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

LEHER, R. Para silenciar os campi. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 867-891, out. 2004.

_____. Reforma universitária de Córdoba, noventa anos. Um acontecimento fundacional para a Universidade Latino-americanista. ABOITES, H. ; GENTILI, P. ; SADER, E. (Comp.). La reforma universitária: desafíos y perspectivas noventa años después (Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO). 2008.

_____. Crise estrutural e função social da universidade pública. **Temporalis**, Brasília, v. 1, 2010, p. 15-39.

LESSA, Sérgio. **Para Compreender a ontologia de Lukács**. Unijuí, 2007

_____. **Sociabilidade e Individuação**. Maceió: EDUFAL, 1995.

_____. **Mundo dos Homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Mundos dos Homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Serviço Social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. **Serviço Social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2012.

_____. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOWY, Michael. **Marxismo e religião**: ópio do povo? Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.11.doc>>. Acesso em: 5 set. 2013.

LUKÁCS, G. **Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins**. Georg Lukács Werke, vol. e 14, Luchterhand Verlag, Frankfurt, 1986.

_____. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Ed. Riuniti, 1981.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. **A reprodução**. Disponível em: <http://shttp://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapReproducao/TradLessa/ReprodLessa.rar>. Acesso em: 7 set. 2013.

_____. **Alienação.** Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapAlienacao/CapAlienacao.doc>. Acesso em: 7 set. 2013.

_____. **Per L'ontologia dell'essere sociale.** Roma: Riuniti, 1981.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MACARIO, Epitácio. Praxis, gênero humano e natureza: notas a partir de Marx, Engels e Lukács. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 113, p. 171-191, jan./mar. 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** (I- Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **A Questão Judaica.** São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos Econômicos e Filosóficos 1844). In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx e Engels.** História. São Paulo: Ática, 1989 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Grundrisse:** Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** Identidade e Alienação. São Paulo: Cortez, 2006.

MARIANO, Ricardo. **Os Neopentecostais e a Teologia da Prosperidade.** Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 17-21 out. 1995.

MARINHO, C. M. De Deus à Diferença trajetória das matrizes filosóficas na educação brasileira. **Filosofia e Educação**, v. 4, nº 1, abr./set. 2012.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI:** socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ 2011.

_____. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

MESQUITA, M; RAMOS, R. S.; SANTOS, S. M. M. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social. **Presença Ética.** Revista do Programa

de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Ano I, n. 1. Recife: Unipress, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1992.

MORAIS, E. E **O discurso religioso e a política conservadora**. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/645/541>. Acesso em: 12 set. 2013.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 51-66.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, F. Resistindo aos Fundamentalistas. In: **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

O POVO. **Um homossexual é morto a cada 26 horas no Brasil em 2012**. 11 jan. 2013. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/brasil/2013/01/11/noticiasjornalbrasil,2986287/um-homossexual-e-morto-a-cada-26-horas-no-brasil-em-2012.shtml#.UPAE9kX20Xs.twitter>. Acesso em: 16 maio 2013.

PIERUCCI, A. F. Estado Laico, fundamentalismo e a busca da verdade. In: **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

PIMENTEL, S. A Articulação Latino-Americana em defesa dos Direitos Humanos. In: **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço Social, Religião e Movimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1984.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos.** Recife: UFPE, CCSA. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), 1996.

RANDS, M. Valores Democráticos e Mudança. In: **Estado Laico e Liberdades Democráticas.** Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA. **Carisma.** Disponível em: <<http://www.renovacaocarismatica.com.br/novo/carisma.php?pagina=0>>. Acesso em: 19 set. 2013.

ROHDEN, F. Em direção a um Estado laico. In: **Estado Laico e Liberdades Democráticas.** Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. **O Movimento Estudantil e a Formação Política do (a) Estudante de Serviço Social: contribuições e desafios.** Natal: UFRN, CCSA, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. F. S. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. In: **Revista Eletrônica da Faculdade de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais (UNESP).** Franca, 8 out. 2005. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/revista/index.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. **Convite à rebeldia: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

SILVEIRA, M. L. A luta pelo direito ao aborto: um caso emblemático. In: **Estado Laico e Liberdades Democráticas.** Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

SIMÕES, Pedro. **Gênero, origem social e religião: os estudantes de serviço social do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

_____. **Assistentes Sociais e Religião.** São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide. **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

TERRA. **Myrian Rios faz discurso polêmico sobre homossexuais.** 27 jun. 2011. Disponível em: <<http://ofuxico.terra.com.br/noticias-sobre-famosos/myrian-rios-faz-discurso-polemico-sobre-homossexuais/2011/06/27-111650.html>>. Acesso em: 16 maio 2013.

_____. **TV católica Canção Nova exhibe sermão contra voto em Dilma.** 6 out. 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/tv-catolica-cancao-nova-exibe-sermao-contravoto-em-dilma,a65dea5535e2d310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 16 out. 2010.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e emancipação humana** (Tese de Doutorado em Educação). UNESP, Marília, 2001.

_____. Marxismo e democracia. In: BORGES, Liliam F. Porto; MAZZUCO, Neiva G. (Org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009, p. 9-21.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijui, 2005.

THE CHRISTIAN POST. **Silas Malafaia organiza marcha cristã em Brasília para defender os valores cristãos.** 17 abr. 2013. Disponível em: <<http://portugues.christianpost.com/news/silas-malafaia-organiza-marcha-crista-em-brasilia-para-defender-os-valores-cristaos-15916/>>. Acesso em: 16 maio 2013.

VEJA. **Conversa com Cibele Baginski: A direita de piercing quer refundar a Arena, partido de sustentação da ditadura.** 8 ago. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/conversa-com-cibelebaginski-a-direita-de-piercing-quer-refundar-a-arena-partido-de-sustentacao-da-ditadura/>>. Acesso em: 15 maio 2013.

VENTURA, M. Pontos de contato constitucionais entre Estado e Instituições Religiosas. In: **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, abr. 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985.

YAHOO. **Brasileiros que se dizem apertados já são maioria.** 20 jan. 2013. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/brasileiros-se-dizem-apertados-s%C3%A3o-maioria-101800816.html>>. Acesso em: 15 maio 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, 2000.

APÊNDICES

Apêndice A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Obs.: Faremos as entrevistas a partir dessas questões norteadoras e problematizando as respostas do questionário aplicado anteriormente.

I. DADOS GERAIS

1.1 Nome: _____ 1.2 Idade: _____

1.3 Semestre: _____ 1.4 Turno: _____

1.5 E-mail: _____ 1.6 Telefone: _____

II. SOBRE O SERVIÇO SOCIAL

1. Por que você escolheu fazer serviço social?
2. Está gostando do curso?
3. Com o que mais você se identifica e o que mais lhe incomoda no conteúdo trabalhado em sala de aula e nos debates do serviço social?
4. Quais valores você considera que devem fundamentar a formação e a atuação do serviço social?
5. O que você acha do projeto ético-político da profissão? Conhece? Tem alguma divergência?
6. Na sua opinião, a formação em serviço social na Uece está dando conta de discutir a dimensão ético-política da profissão?
7. Você acha que a percepção dos estudantes é satisfatória quanto ao conteúdo teórico e aos posicionamentos políticos que são trabalhados na formação e que são afirmados pelas entidades da categoria?
8. Qual seria um perfil profissional “adequado” de assistente social para intervir nas expressões da questão social?
9. Você considera os preconceitos, o machismo, o racismo e a homofobia como expressão da questão social? Por quê?

III. SERVIÇO SOCIAL, VALORES INDIVIDUAIS E RELIGIÃO

1. Você conhece os posicionamentos do Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO sobre esses temas? O que acha deles?
2. Nas diretrizes curriculares, a ABEPSS coloca um determinado perfil para o profissional de serviço social. Você conhece esse perfil? O que você acha disso?
3. Queria colocar alguns temas aqui, alguns que já abordamos, outros não, para que você me coloque sua opinião sobre eles: Como a questão de sua crença religiosa se coloca? Qual a percepção hegemônica do serviço social sobre o tema e como você encara isto?
 - a. Combate aos preconceitos
 - b. Homofobia
 - c. Legalização do aborto
 - d. Estado laico
 - e. Tolerância religiosa
 - f. Liberdade de expressão
 - g. Código de Ética do Serviço Social e o Projeto Ético-político
4. Você concorda ou discorda com o que o serviço social defende em relação a combate à homofobia, a casamento civil e adoção por casais homoafetivos?
5. O nosso código de ética preconiza o combate a toda forma de preconceitos. O CFESS vem debatendo na categoria e se posicionando quanto a questões polêmicas, como o aborto e a homofobia, indo de encontro ao posicionamento de alguns setores da sociedade, como parte das igrejas evangélicas e católica. Como você acha que deve se colocar um estudante ou profissional do serviço social que seja fiel à sua religião diante desses impasses?
6. Você tem alguma religião? Como você pensa essas questões? Até que ponto sua crença é determinante para o seu posicionamento?
7. Para você, é possível retrair os valores individuais dentro da esfera profissional?
8. Você já se sentiu contrariado em alguma aula ou debate em que você discordava e teve receio de colocar sua opinião? Por quê?

9. Você acha que o assistente social tem o direito de se negar a trabalhar com determinados temas ou públicos em nome de seus valores individuais?
10. O que você acha dos grupos religiosos estarem influenciando, disputando e ocupando espaço na política? Como você percebe as práticas de pessoas e grupos, como nos casos do Pastor Marco Feliciano, Silas Malafaia e Myrian Rios?
11. Você considera seu posicionamento conservador diante das lutas das mulheres e do movimento LGBT?
12. O que você mudaria dentro da formação do serviço social?
13. Você considera que é possível alguém ser um/a bom/boa profissional mesmo se discordar dos posicionamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão?

Apêndice B

Questionário: Perfil das/os estudantes/ valores e percepção da formação profissional

Os dados coletados neste questionário serão utilizados na pesquisa do assistente social e mestrando Paulo Wesley Maia Pinheiro para sua dissertação, sob orientação da professora doutora Cristiane Maria Marinho, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da UECE. A identidade das/os participantes será mantida em sigilo, resguardando o anonimato e os preceitos éticos da pesquisa. Agradecemos a colaboração de todas e todos.

I. DADOS PESSOAIS

- 1.1. Nome: _____
- 1.2. Idade: _____ 1.3. Telefone: _____ / _____
- 1.4. E-mail: _____
- 1.5. Semestre: _____ 1.6. Turno: _____ 1.7. Ano de Ingresso: _____
- 1.8. Estado Civil: _____ 1.9. Filho(s) _____
- 1.10. Cor/raça: _____ 1.11. Sexo: _____
- 1.12. Orientação sexual: _____
- 1.13. Religião: _____
- 1.14. Renda familiar: _____
- 1.15. Você exerce alguma atividade remunerada?
- a. () Sim, em tempo integral b. () Sim, em tempo parcial c. () Não
- 1.15.1. Qual a natureza da atividade?
- a. () Trabalho formal (com vínculo empregatício) b. () Trabalho informal
- c. () Estágio remunerado d. () Outro _____
- 1.16. Residência:
- a. () Casa própria b. () Alugada
- 1.16.1. Reside:
- a. () Sozinha/o b. () Com o/a companheiro/a c. () Com os pais
- d. () Outros _____
- 1.17. Coursou o ensino fundamental e médio:
- a. () Integralmente na escola pública b. () Integralmente na escola privada
- c. () A maior parte na escola pública d. () A maior parte na escola privada
- 1.18. Participa/participou de outras atividades como:
- 1.18.1. Outro(s) curso(s) superior?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.2. Cursos diversos (línguas, informática, artes etc)?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.3. Movimento(s) social(is)?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.4. Partido político?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.5. Grupo religioso?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.5. Grupo de trabalho voluntário?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.6. Associação/Organização Não-Governamental?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.7. Grupo/Laboratório de Pesquisa/estudos?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.8. Bolsista de Iniciação Científica?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.9. Monitor de alguma disciplina do curso de Serviço Social?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

1.18.10. Algum outro grupo/coletivo/organização?

a.().Participo b.(). Já participei Qual(is) _____

II. IDENTIDADE COM O CURSO/OPINIÕES

2.1. Alguma dessas atividades ou grupos influenciou na sua escolha pelo curso de serviço social?

a. () Sim b. () Não

2.1.1. Qual(is) e porquê? _____

2.2. A participação em alguma dessas atividades ou grupos influencia na sua percepção e na qualidade de sua formação em serviço social?

a. () Sim b. () Não

2.2.1. Qual(is) grupo(s) e porquê? _____

2.3. Porque escolheu o curso de serviço social?

2.3.1. O curso de serviço social era a sua primeira opção no vestibular?

a. () Sim b. () Não, a primeira opção era: _____

2.3.2. Está se identificando com o curso?

a. () Totalmente b. () Parcialmente c. () Um pouco d. () Não me identifico

2.3.2.1. Por quê? _____

2.4. Quando escolheu o curso, você tinha conhecimento dos conteúdos e temáticas estudadas na formação e de como era a atuação profissional?

2.5. Marque (se desejar, justifique) as opções que você considera que dentro dos debates na formação e na categoria profissional exista algum tipo de preconceito contra:

- | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 2.5.1. () Mulheres | 2.5.2. () Homens |
| 2.5.3. () Homossexuais | 2.5.4. () Heterossexuais |
| 2.5.5. () Religiosos | 2.5.6. () Ateus |
| 2.5.7. () Militantes de esquerda | 2.5.8. () Militantes de direita |
| 2.5.9. () Teóricos marxistas | 2.5.10. () Teóricos pós-modernos |
| 2.5.11. () Negros/as | 2.5.12. () Outros _____ |

2.5.13. Justifique/comente sua posição:

2.6. Você conhece ou tem contato com o movimento estudantil de serviço social?

- a. () Tenho contato, mas não participo b. () Participo das ações do movimento
 c. () Conheço, mas não quero participar d. () Não conheço nada do movimento

2.6.1. Qual a sua opinião sobre a atuação do movimento estudantil no serviço social?

2.7. Considera que dentro da formação (na sala de aula e em outros ambientes) há espaço para expor e discutir divergências nos temas abordados?

- a. (). Sim, totalmente b. (). Apenas razoavelmente (). Não há nenhum espaço

2.8. Em algum debate em sala de aula você já teve receio de colocar sua opinião? Por quê?

2.9. Conhece estudantes que discordam da maioria dos posicionamentos e conteúdos abordados na formação?

- a. (). Sim, alguns b. (). Sim, muitos c. (). Não conheço ninguém

2.10. Acredita que os posicionamentos, valores e crenças individuais dos/as estudantes e profissionais influenciam na formação e na atuação profissional?

- a. (). Sim b. (). Não

2.11. Você é contra ou a favor de:**2.11.1. Exame de proficiência para habilitar recém-formados em serviço social para o exercício profissional?**

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.2. Legalização do aborto?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.3. Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.4. Adoção de crianças por casais homoafetivos?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.5. Lei de criminalização da homofobia?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.6. Distribuição de kits educativos anti-homofobia nas escolas de ensino fundamental e médio?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.7. Cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.8. Redução da maioridade penal?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.9. Legalização da maconha?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.10. Internação compulsória de dependentes químicos?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.11. Instituição da perna de morte para crimes hediondos?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.11.11. Proibição de imagens, símbolos e cultos religiosos em instituições e prédios públicos?

a. () Favorável b. () Contra c. () Não tenho opinião formada

2.12. Quais desses temas da questão anterior você considera os mais relevantes para a profissão de serviço social?

2.13. Quais desses temas você considera que não deveriam ser tratados no curso de serviço social?

2.14. Você conhece os posicionamentos do Conselho Federal de Serviço Social e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social sobre esses temas?

a. () Sim b. () Não c. () Apenas de alguns _____

2.15. Com que frequência você acessa os sites do CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO?

a. () Sempre b. () Às vezes c. () Raramente d. () Ainda não entrei

2.15.1. Qual(is) sites? _____

2.16. Considera os preconceitos, o machismo, o racismo e a homofobia como expressão da questão social?

a. () Sim b. () Não c. () Não tenho opinião formada

2.17. Deseja sugerir, comentar ou complementar alguma questão abordada neste questionário?

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

Estamos realizando a pesquisa dentro do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (Uece) como trabalho de dissertação para a obtenção do título de mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Cristiane Maria Marinho. O objetivo é refletir sobre um suposto avanço do pensamento neoconservador no serviço social, enfocando nas reflexões a incidência do caráter religioso nas percepções ético-políticas e teórico-metodológicas na formação profissional dos(as) estudantes de graduação. Solicitamos sua colaboração com a referida pesquisa, respondendo, através de entrevista, as questões evidenciadas no roteiro. A entrevista poderá ser gravada, em comum acordo com o/a senhor/a, a fim de facilitar o processo de análise dos elementos colhidos. Salientamos que sua participação é voluntária e o/a senhor/a poderá a qualquer momento deixar de participar do estudo, sem nenhum prejuízo. Comprometemo-nos eticamente com as informações dadas na entrevista. Esclarecemos que o compromisso com a ética durante a pesquisa objetiva não causar danos aos envolvidos, primando pelo sigilo da sua identidade e de algumas informações que possam lhe ocasionar algum dano moral, socioeconômico e político. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos, em revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sem tornar possível sua identificação. Os resultados da pesquisa devem retornar aos participantes e a UECE, podendo contribuir com a reflexão sobre a formação profissional. Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente através do contato com o pesquisador Paulo Wesley Maia Pinheiro (85) 8606-5577 e wescleypinheiro@hotmail.com. Para mais informações, também contatar o Comitê de Ética da Uece por meio do telefone (85) 3101-9890.

Este termo está elaborado em duas vias, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____
tendo sido esclarecido(a) a respeito da pesquisa, aceito participar dela.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisador

Apêndice D
Perfil das Estudantes

Cor/raça	%
Amarela	2,94%
Branca	22,06%
Não informado	4,41%
Negra	19,12%
Parda	51,47%
Religião	%
Agnóstica	2,94%
Católica	48,53%
Cristã	4,41%
Espírita	8,82%
Evangélica	16,18%
Não informado	4,41%
Protestante	2,94%
Sem religião definida	11,76%
Estado civil?	%
Casada	8,82%
Divorciado	1,47%
Solteiro	89,71%
Tem filho(s)	%
Não	97,06%
Sim	2,94%
Orientação sexual	%
Bissexual	1,47%
Heterossexual	97,06%
Pansexual	1,47%
Exerce alguma atividade remunerada?	%
Não	67,65%
Sim, em tempo integral	1,47%
Sim, em tempo parcial	30,88%
Qual a natureza da atividade?	%
Estágio não remunerado	5,88%
Estágio remunerado	10,29%
Iniciação científica	7,35%
Não informado	33,82%
Não se aplica	30,88%
Trabalho formal	7,35%
Trabalho informal	4,41%
Com quem reside?	%

Avó	1,47%
Com companheiro	8,82%
Com os pais	70,59%
Irmãos	5,88%
Mãe e irmãos	2,94%
Outros	8,82%
Sozinho	1,47%
Cursou o ensino fundamental e médio?	%
A maior parte na escola privada	5,88%
A maior parte na escola pública	11,76%
Integralmente na escola privada	67,65%
Integralmente na escola pública	13,24%
Integralmente na escola privada	1,47%
Participa/participou de outros cursos superiores?	%
Já participou	11,76%
Não participou	80,88%
Participa	7,35%
Participa/participou de movimento(s) social(is)?	%
Já participou	8,82%
Não participou	75,00%
Não se aplica	2,94%
Participo	13,24%
Participa/participou de partido político?	%
Já participou	1,47%
Não participou	95,59%
Não se aplica	1,47%
Participo	1,47%
Participa/participou de grupo religioso?	%
Já participou	33,82%
Não participou	45,59%
Participo	20,59%

Apêndice E

Sobre a formação e os valores

Percentagem geral x Religiosos x Não religiosos

Serviço social era a sua primeira opção no vestibular?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Não	100,00%	70,00%	74,55%	75,00%
Sim	0,00%	30,00%	25,45%	25,00%
Está se identificando com o curso?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Não me identifico	0,00%	0,00%	3,64%	2,94%
Parcialmente	0,00%	40,00%	36,36%	35,29%
Totalmente	100,00%	50,00%	47,27%	50,00%
Um pouco	0,00%	10,00%	12,73%	11,76%
Quando escolheu o curso, você tinha conhecimento dos conteúdos e temáticas estudadas na formação e como era a atuação profissional?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Não	33,33%	40,00%	54,55%	51,47%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Parcialmente	66,67%	50,00%	30,91%	35,29%
Sim	0,00%	10,00%	12,73%	11,76%
Considera que dentro da formação há espaço para expor e discutir divergências nos temas abordados?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Apenas	33,33%	90,00%	50,91%	55,88%
Não há nenhum	33,33%	0,00%	3,64%	4,41%
Não informado	0,00%	0,00%	7,27%	5,88%
Sim, totalmente	33,33%	10,00%	38,18%	33,82%
Em algum debate em sala de aula você já teve receio de colocar sua opinião?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Não	33,33%	20,00%	34,55%	32,35%
Sim	66,67%	80,00%	65,45%	67,65%
Considera que dentro da formação há espaço para expor e discutir divergências nos temas abordados?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Apenas	33,33%	90,00%	50,91%	55,88%
Não há nenhum	33,33%	0,00%	3,64%	4,41%
Não informado	0,00%	0,00%	7,27%	5,88%
Sim, totalmente	33,33%	10,00%	38,18%	33,82%
Conhece estudantes que discordam da maioria dos posicionamentos e conteúdos abordados na formação?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Não conheço	0,00%	10,00%	12,73%	11,76%

Sim, alguns	100,00%	40,00%	78,18%	73,53%
Sim, muitos	0,00%	50,00%	9,09%	14,71%
Acredita que os posicionamentos, valores e crenças individuais dos/as estudantes e profissionais influenciam na formação e na atuação profissional?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Não	0,00%	0,00%	3,64%	2,94%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Sim	100,00%	100,00%	94,55%	95,59%
Sobre a legalização do aborto				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	0,00%	0,00%	34,55%	27,94%
Favorável	66,67%	80,00%	34,55%	42,65%
Não informado	0,00%	10,00%	0,00%	1,47%
Não tenho opinião	33,33%	10,00%	30,91%	27,94%
Sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	0,00%	0,00%	21,82%	17,65%
Favorável	100,00%	100,00%	67,27%	73,53%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Não tenho opinião	0,00%	0,00%	9,09%	7,35%
Sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	0,00%	0,00%	18,18%	14,71%
Favorável	100,00%	100,00%	61,82%	69,12%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Não tenho opinião	0,00%	0,00%	18,18%	14,71%
Sobre a lei de criminalização da homofobia				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	33,33%	10,00%	20,00%	19,12%
Favorável	66,67%	80,00%	70,91%	72,06%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Não tenho opinião	0,00%	10,00%	7,27%	7,35%
Sobre a distribuição de kits educativos anti-homofobia nas escolas de ensino fundamental e médio				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	33,33%	0,00%	30,91%	26,47%
Favorável	33,33%	90,00%	47,27%	52,94%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Não tenho opinião	33,33%	10,00%	20,00%	19,12%
Sobre cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	0,00%	10,00%	25,45%	22,06%
Favorável	100,00%	60,00%	50,91%	54,41%

Não tenho opinião	0,00%	30,00%	23,64%	23,53%
Sobre a redução da maioria penal				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	100,00%	90,00%	63,64%	69,12%
Favorável	0,00%	0,00%	20,00%	16,18%
Não tenho opinião	0,00%	10,00%	16,36%	14,71%
Sobre a legalização da maconha				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	33,33%	10,00%	60,00%	51,47%
Favorável	33,33%	20,00%	12,73%	14,71%
Não informado	0,00%	10,00%	0,00%	1,47%
Não tenho opinião	33,33%	60,00%	27,27%	32,35%
Sobre a internação compulsória de dependentes químicos				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	33,33%	70,00%	45,45%	48,53%
Favorável	33,33%	0,00%	20,00%	17,65%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Não tenho opinião	33,33%	30,00%	32,73%	32,35%
Sobre a Instituição da perna de morte para crimes hediondos				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	33,33%	70,00%	47,27%	50,00%
Favorável	0,00%	0,00%	18,18%	14,71%
Não tenho opinião	66,67%	30,00%	34,55%	35,29%
Sobre a Proibição de imagens, símbolos e cultos Religiosos em instituições e prédios públicos				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Contra	0,00%	30,00%	30,91%	29,41%
Favorável	100,00%	60,00%	45,45%	50,00%
Não tenho opinião	0,00%	10,00%	23,64%	20,59%
Você conhece os posicionamentos do CFESS e da ABEPSS sobre esses temas?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Apenas alguns	33,33%	70,00%	45,45%	48,53%
Não	33,33%	10,00%	40,00%	35,29%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Sim	33,33%	20,00%	12,73%	14,71%
Com que frequência você acessa os sites do CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Ainda não entrei	0,00%	0,00%	23,64%	19,12%
Às vezes	0,00%	70,00%	29,09%	33,82%
Não informado	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%
Raramente	100,00%	30,00%	43,64%	44,12%
Sempre	0,00%	0,00%	1,82%	1,47%

Você considera os preconceitos, o machismo, o racismo e a homofobia como expressão da questão social?				
	Não informado	Não Religiosos	Religiosos	Total geral
Não	0,00%	0,00%	5,45%	4,41%
Não tenho opinião	0,00%	0,00%	10,91%	8,82%
Sim	100,00%	100,00%	83,64%	86,76%

Apêndice F

Percentual geral x Estudantes católicas x Estudantes evangélicas

O curso de serviço social era a sua primeira opção no vestibular?			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Não	75,00%	72,73%	81,82%
Sim	25,00%	27,27%	18,18%
Está se identificando com o curso?			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Não me identifico	2,94%	6,06%	0,00%
Parcialmente	35,29%	21,21%	54,55%
Totalmente	50,00%	60,61%	27,27%
Um pouco	11,76%	12,12%	18,18%
Quando escolheu o curso, você tinha conhecimento dos conteúdos e temáticas estudadas na formação e de como era a atuação profissional?			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Não	51,47%	42,42%	72,73%
Não informado	1,47%	3,03%	0,00%
Parcialmente	35,29%	33,33%	27,27%
Sim	11,76%	21,21%	0,00%
Considera que dentro da formação há espaço para expor e discutir divergências nos temas abordados?			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Apenas razoavelmente	55,88%	45,45%	54,55%
Não há nenhum espaço	4,41%	0,00%	18,18%
Não informado	5,88%	9,09%	0,00%
Sim, totalmente	33,82%	45,45%	27,27%
Em algum debate em sala de aula você já teve receio de colocar sua opinião?			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Não	32,35%	39,39%	18,18%
Sim	67,65%	60,61%	81,82%
Considera que, dentro da formação, há espaço para expor e discutir divergências nos temas abordados?			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Apenas razoavelmente	55,88%	45,45%	54,55%

Não há nenhum espaço	4,41%	0,00%	18,18%
Não informado	5,88%	9,09%	0,00%
Sim, totalmente	33,82%	45,45%	27,27%
Conhece estudantes que discordam da maioria dos posicionamentos e conteúdos abordados na formação?			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Não conheço ninguém	11,76%	15,15%	18,18%
Sim, alguns	73,53%	75,76%	72,73%
Sim, muitos	14,71%	9,09%	9,09%
Acredita que os posicionamentos, valores e crenças individuais dos/as estudantes e profissionais influenciam na formação e na atuação profissional?			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Não	2,94%	3,03%	9,09%
Sim	95,59%	96,97%	90,91%
Sobre a legalização do aborto			
	Total geral	Católicas	Evangélicas
Contra	27,94%	30,30%	63,64%
Favorável	42,65%	39,39%	9,09%
Não tenho opinião formada	27,94%	30,30%	27,27%
Sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo			
Contra	17,65%	12,12%	45,45%
Favorável	73,53%	81,82%	27,27%
Não informado	1,47%	0,00%	9,09%
Não tenho opinião formada	7,35%	6,06%	18,18%
Sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos			
Contra	14,71%	9,09%	45,45%
Favorável	69,12%	75,76%	9,09%
Não informado	1,47%	0,00%	9,09%
Não tenho opinião formada	14,71%	15,15%	36,36%
Sobre a lei de criminalização da homofobia			
Contra	19,12%	15,15%	45,45%
Favorável	72,06%	81,82%	36,36%

Não informado	1,47%	0,00%	9,09%
Não tenho opinião formada	7,35%	3,03%	9,09%

Sobre distribuição de kits educativos anti-homofobia nas escolas de ensino fundamental e médio

Contra	26,47%	30,30%	27,27%
Favorável	52,94%	48,48%	36,36%
Não informado	1,47%	0,00%	9,09%
Não tenho opinião formada	19,12%	21,21%	27,27%

Sobre a proibição de imagens, símbolos e cultos religiosos em instituições e prédios públicos

Contra	29,41%	39,39%	18,18%
Favorável	50,00%	36,36%	54,55%
Não tenho opinião formada	20,59%	24,24%	27,27%

Sobre cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas

	Total geral	Católicas	Evangélicas
Contra	22,06%	24,24%	45,45%
Favorável	54,41%	51,52%	45,45%
Não tenho opinião formada	23,53%	24,24%	9,09%

Sobre a redução da maioria penal

Contra	69,12%	63,64%	54,55%
Favorável	16,18%	24,24%	18,18%
Não tenho opinião formada	14,71%	12,12%	27,27%

Sobre a legalização da maconha

Contra	51,47%	60,61%	72,73%
Favorável	14,71%	6,06%	9,09%

Não tenho opinião formada	32,35%	33,33%	18,18%
Sobre a internação compulsória de dependentes químicos			
Contra	48,53%	42,42%	45,45%
Favorável	17,65%	18,18%	27,27%
Não informado	1,47%	3,03%	0,00%
Não tenho opinião formada	32,35%	36,36%	27,27%
Sobre a instituição da perna de morte para crimes hediondos			
Contra	50,00%	39,39%	54,55%
Favorável	14,71%	21,21%	27,27%
Não tenho opinião formada	35,29%	39,39%	18,18%

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, Lucíola Limaverde Ribeiro, jornalista profissional, registrada no Ministério do Trabalho com o número JP 2272 CE, realizei a revisão textual (ortográfica e gramatical), assim como a formatação de acordo com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da dissertação de mestrado de Paulo Wescley Maia Pinheiro, intitulada “Serviço social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político”, a ser defendida no ano de 2013 pela Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Lucíola Limaverde Ribeiro
Jornalista Profissional 2272 CE